

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Ecologia Política:
contribuições da
América Latina**

Volume 51 – número 2 – 2020



Universidade Federal do Ceará—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Ecologia Política: contribuições da
América Latina

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.

Fortaleza, v. 51, n. 2, jul./out.,2020, p. 1–409.

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2020

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Ecologia política; 2. América Latina; 3. Conflito socioambiental.

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 51, número 2, 2020

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Boaventura de Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
Carlos Gilberto Zárate Botía, Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonia), Colômbia
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Agunín Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virgínia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Martin Mendoza-Botelho, Eastern Connecticut State University, Estados Unidos
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irllys Alencar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Editor de Diagramação

Jakson Alves de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Airton Rodrigues Barroso Júnior, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ana Alice Lima de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Icaro Castelo Branco, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

Sue Angélica Serra Iamamoto, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Isabella Lamas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Vanessa Empinotti, Universidade Federal do ABC

Revisão

Irapuan Peixoto Lima Filho
Francisco Sócrates Costa de Abreu
Airton Rodrigues Barroso Júnior

Logomarca dos 50 anos

Nicolas Gonçalves

Contato

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Telefone: +55 (85) 3366.7416
Correio eletrônico: rcs@ufc.br
Sítio: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 51, n. 2, 2020

// DOSSIÊ: Ecologia Política: contribuições da América Latina

- 13 Apresentação do Dossiê: Diálogos contemporâneos da ecologia política, contribuições desde a América Latina
Sue A. S. Yamamoto, Isabella Lamas, Vanessa Lucena Empinotti
- 37 Producción de conocimiento en conflictos socioambientales
Adela Parra-Romero
- 85 Memoria intertextual y narrativa en la conformación de las ontologías de la naturaleza en las comunidades mazahuas de México: reflexiones desde la ecología política latinoamericana
David Figueroa-S
- 123 Procesos de territorialidad y de subjetivación política en Cerro de San Pedro, San Luis Potosí: el Frente Amplio Opositor y Minera San Xavier
Claudia Bucio
- 165 O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará: desenvolvimento e resistências no contexto da barbárie por vir
Luciana Nogueira Nóbrega

- 213 Propiedad, infraestructura y conservación como mecanismos de exclusión en el proceso de desarrollo turístico en la costa de Oaxaca, México
Ignacio Rubio

// ARTIGOS

- 241 Ecologia humana e sociabilidade urbana: aproximações sociológicas
Cassio Brancalione
- 277 As interações entre os produtos estéticos para cabelos crespos e as mulheres negras
Aline Tusset De Rocco
- 307 Margens, Mulheres e Maternidades: tecendo diálogos interseccionais
Ingrid Lorena Silva Leite, Leila Maria Passos de Souza Bezerra
- 337 Islamofobia e elementos fascistas no discurso de Olavo de Carvalho e do Movimento Mídia Sem Máscaras (MSM)
Natalia Cruz

// RESENHAS

- 393 Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)
Clayton Mendonça Cunha Filho
- 401 Um artesanão da crítica e da utopia: uma análise de 'Boaventura de Sousa Santos: Construindo as epistemologias do Sul'
Marcos Antônio Silva

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 51, n. 2, 2020

// DOSSIER: Political Ecology: contributions from Latin America

- 13 Introduction to the special issue: contemporary dialogues of political ecology, contributions from Latin America
Sue A. S. Yamamoto, Isabella Lamas, Vanessa Lucena Empinotti
- 37 Knowledge production in socio-environmental conflicts
Adela Parra-Romero
- 85 Intertextual and narrative memory in the conformation of the ontologies of nature in the Mazahuas communities of Mexico. Reflections from Latin American political ecology
David Figueroa-S
- 123 Processes of territoriality and political subjectivation in Cerro de San Pedro, San Luis Potosí: the Frente Amplio Opositor y Minera San Xavier
Claudia Bucio
- 165 The Anacé indigenous people and the Pecém Industrial and Port Complex, in the Brazilian state of Ceará: development and resistances in the context of the barbarism to come
Luciana Nogueira Nóbrega

- 213 Land ownership, infrastructure and conservation policy as exclusionary mechanisms from tourism development in the coast of Oaxaca, Mexico
Ignacio Rubio

// ARTICLES

- 241 Human ecology and urban sociability: sociological approaches
Cassio Brancaleone
- 277 The interactions between aesthetic products for curly hair and black women
Aline Tusset De Rocco
- 307 Margins, women and maternities: weaving intersectional dialogues
Ingrid Lorena Silva Leite, Leila Maria Passos de Souza Bezerra
- 337 Islamophobia and Fascist Elements in the speech of Olavo de Carvalho and of the movement Mídia Sem Máscara (Media Without Mask)
Natalia Cruz

// BOOK REVIEWS

- 393 Introduction to qualitative comparative analysis and fuzzy-sets (fsQCA)
Clayton Mendonça Cunha Filho
- 401 An artisan of criticism and utopia: an analysis of 'Boaventura de Sousa Santos: Building the epistemologies of the South'
Marcos Antônio Silva

// **Dossiê**
Ecologia Política: contribuições da
América Latina

Apresentação do Dossiê: Diálogos contemporâneos da ecologia política, contribuições desde a América Latina

Sue A. S. Iamamoto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3918-0144>

sueiamamoto@yahoo.com

Isabella Lamas

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2145-1604>

isaalamas@gmail.com

Vanessa Lucena Empinotti

Universidade Federal do ABC, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5789-6467>

v.empinotti@ufabc.edu.br

A ecologia política é uma construção coletiva interdisciplinar que emerge a partir dos silenciamentos das teorias sociais e políticas perante os desafios associados aos aspectos destrutivos da modernidade: uma crise ambiental de proporções dramáticas demarcada pela apropriação violenta da natureza e uma concentração cada vez maior do

capital que gera a perpetuação e a acentuação das desigualdades sociais. O seu desenvolvimento está, portanto, associado à necessidade de formular respostas analíticas a esses fenômenos, que, como ressalta Héctor Alimonda, importante expoente da ecologia política latino-americana, as tradições das Ciências Sociais não eram capazes de oferecer.

Este artigo, assim como o *Dossiê* que ele introduz, são iniciativas que têm como objetivo fortalecer o diálogo entre a ecologia política e vertentes de pensamento crítico das Ciências Sociais na América Latina e, especialmente, no Brasil. A ecologia política, por essência interdisciplinar, na medida em que se constituiu e continua se reinventando por meio de esforços acadêmicos de diversas origens disciplinares que vão da Antropologia à Geografia, apresenta uma agenda de pesquisa que possibilita análises transversais, conjugando em uma esfera comum contribuições que têm como força impulsionadora às relações de poder desiguais que se configuram na intersecção entre meio ambiente e sociedade. Contudo, mais do que simplesmente contribuir à consolidação da ecologia política no Brasil, também temos como finalidade ampliar o diálogo entre as reflexões acadêmicas do Brasil e de outros países da América Latina. Como se verá nos artigos aqui apresentados, compartilhamos com nossos vizinhos não somente uma história comum de colonização e de inserção periférica na modernidade, mas também processos contemporâneos de lutas ambientais, expansão do extrativismo e Estados nacionais reprodutores de modelos desenvolvimentistas autoritários e excludentes.

Entendemos a ecologia política como uma forma de reflexão acadêmica crítica, que se contrapõe à academia tradicional por não ter como finalidade única o rigor analítico das suas observações da realidade, mas também expressar compromisso com o questionamento

da ordem dominante e com a transformação social (HORKHEIMER, 1980; ALIMONDA, 2017). Contudo, ela incorpora a crise ecológica vivida nas últimas décadas de maneira radical: ao invés de tratar das condições para a liberação da dominação imposta pelo sistema capitalista, a ecologia política busca as condições para a sobrevivência humana frente ao colapso ambiental, também entendido como resultado desse sistema. Trata-se de uma perspectiva que “desloca o problema da abundância — da liberação da necessidade e da sujeição à dominação hierárquica e capitalista — para os imperativos da sobrevivência”, emergindo como uma resposta “ao esquecimento da natureza pela economia política”. (LEFF, 2015, p. 33). Assim, a ecologia política vincula teorias e práticas acadêmicas relacionadas às questões ambientais com a ação política, necessária tanto para evitar a destruição ambiental quanto para fazer emergir novas formas de conhecimento e sociabilidades que permitam imaginar formas de vida sustentáveis no tempo.

Ao incorporar a natureza na sua crítica ao modo de produção capitalista, a ecologia política também reflete sobre a diversidade de relações culturais com a natureza e as desigualdades territoriais na distribuição dos seus recursos, não somente sobre a redistribuição puramente econômica. Temas comuns em seus estudos são os conflitos territoriais orientados por concepções divergentes sobre a natureza ou os impactos ambientais desiguais causados pelo capitalismo nas periferias do poder, seja do ponto de vista global, nacional ou local (PEET; WATTS, 2004). Assim, a ecologia política se posiciona de maneira crítica a essas desigualdades, assim como defende formas de entendimento da natureza que enfrentem a tendência capitalista de contínua degradação ecológica.

Na vertente latino-americana, a ecologia política pode ser vista

como um ponto de encontro entre a tradição do pensamento crítico latino-americano e as inúmeras experiências e estratégias de resistência dos povos do continente (ALIMONDA, 2017). Tais estratégias emergem frente às contínuas expressões do colonialismo que permanece vivo, pois não teve fim com as independências políticas dos países, a inserção marginal dos países no sistema internacional e a intensa desigualdade das nossas sociedades. Assim, também resgatamos as origens da própria ecologia política no continente, que, como veremos abaixo, remontam também a uma tradição crítica das ciências sociais latino-americanas. Nesse sentido, este *Dossiê* apresenta trabalhos que fortalecem as pontes entre as Ciências Sociais e a ecologia política e que permitem, pela variedade dos seus estudos de caso e pela sua distribuição geográfica, um panorama comum do continente tanto do ponto de vista acadêmico quanto com relação aos processos sociais e ecológicos mapeados comumente pela ecologia política.

Com o objetivo de contextualizarmos a contribuição deste *Dossiê*, apresentamos o histórico da perspectiva da ecologia política e sua trajetória no mundo e na América Latina a partir da sua constituição enquanto campo acadêmico tanto nas suas no Norte global, como no Sul global, com atenção especial para a contribuição da sua vertente latino-americana, a chamada ecologia política latino-americana (EPL). Em seguida, apontamos também as particularidades do continente latino-americano que tornaram a EPL um instrumento tão importante para promover a convergência entre a academia e a prática social que resiste ao avanço da espoliação capitalista em seus territórios, especialmente nas últimas décadas. Por fim, apresentamos os trabalhos aqui publicados, todos desenvolvidos a partir da América Latina, e que expressam, por um lado, tanto os impactos da expansão territorial capitalista por meio de mega-obras ou atividades extrativas,

quanto os meios de reprodução e resistência de modos de vida ameaçados por esta expansão, a partir das suas memórias ou formas próprias de produção de conhecimento.

A consolidação da ecologia política e sua trajetória na América Latina

A ecologia política começa a se configurar como uma agenda de pesquisa a partir dos anos 1970 em diferentes partes do planeta como resultado de reflexões sobre questões de acesso e controle de recursos naturais (PEET; WATTS, 2004). A sua leitura anglo-saxônica nasce influenciada tanto a partir de reportagens jornalísticas da problemática ambiental como de estudos acadêmicos que começam a definir o seu problema de pesquisa na interface das relações sociais e ambientais. Trata-se de uma leitura crítica que se contrapõe aos princípios neomalthusianos das práticas e estudos ambientais, misturando métodos e metodologias das Ciências Naturais e Sociais e reconhecendo a necessidade do diálogo de saberes e práticas entre os conhecimentos científico e tradicional. Assim, posiciona-se como uma contranarrativa ao modelo de desenvolvimento imposto pela lógica ocidental e capitalista sobre outros modelos e formas de vida (ROBBINS, 2012; BRYANT, 2015).

Como pontuado por Robbins (2004), para a ecologia política, a degradação ambiental é uma questão econômica-política, e não apolítica. Essa visão começa a se difundir principalmente a partir do final dos anos 1980, quando surgiram contribuições significativas a partir de revisões marxistas e pós-estruturalistas da economia política (BLAIKIE; BROOKFIELD, 1987; GUHA; MARTINEZ-ALIER, 1997). No centro da ecologia política, está a análise sobre recursos,

relações de poder e formas de violência (BILLON, 2012; PELUSO; WATTS, 2001), com especial ênfase analítica nos conflitos socioambientais, entendidos enquanto forma de luta pelo acesso e controle de recursos naturais.

Diferentemente de outras abordagens, a ecologia política não parte da naturalização dos conflitos ambientais por meio da construção de relações de causalidade nas quais os elementos naturais funcionam enquanto variáveis explicativas centrais (por exemplo, conflitos causados pela abundância de recursos naturais ou conflitos causados pela escassez de recursos naturais). Ao contrário, a ecologia política evidencia o papel de complexas redes de atores na composição de arranjos institucionais e de economia política na compreensão do significado dos conflitos associados à exploração de recursos naturais (BILLON, 2015). Assim, ao invés de entender os conflitos como resultantes das condições ambientais, como fazem as linhas neomalthusianas supracitadas ou tradições geopolíticas de pensamento, este prisma investiga a politização do ambiente via conflitos ou, em outras palavras, como estas condições ambientais se tornaram politizadas (BILLON, 2015, p. 598).

Como ressaltam Peet e Watts (2004), a ecologia política se desenvolve a partir da realidade de novos movimentos sociais e apresenta em si um potencial emancipatório. Ou seja, os conflitos não são apresentados através de um viés negativo, mas sim a partir do potencial de produzir mudanças positivas nas estruturas de violência impostas a grupos marginalizados no acesso e distribuição aos recursos naturais (BILLON, 2015). O resultado disso é traduzido em uma grande sensibilidade para conflitos e resistências locais que são marginalizados por linhas teóricas de contornos mais tradicionais. No âmbito do entendimento da conflitualidade, a ecologia política adota uma concep-

ção de violência — e, conseqüentemente, de resistência — de largo escopo, que pretende englobar fenômenos que vão além de eventos brutais de violência física, incorporando outras dimensões como as esferas simbólicas e culturais de representação, circulação e codificação dos danos causados pela exploração de recursos naturais (PELUSO; WATTS, 2001).

Além deste olhar apurado para os conflitos socioambientais, a ecologia política se localiza criticamente na geopolítica global a partir da análise da difusão tecnológica desigual aos países do Sul Global e de como o desenvolvimento capitalista leva ao empobrecimento e, conseqüentemente, à degradação ambiental dessas regiões (BLAIKEI; BOOKFIELD, 1987). Neste sentido, a importância de uma leitura histórica, contextualizada, multidimensional e multiescalar consolida os diferenciais da ecologia política no entendimento das questões ambientais (LOFTUS, 2017). Tal leitura se constitui a partir das populações marginalizadas, oprimidas e violentadas pela expansão do modelo capitalista sobre seu modo de vida tradicional, mas que representam também uma dimensão de resistência, como apontado acima. Assim, a perspectiva de análise começa no local para o global, ou seja, observa, de forma empírica, as conseqüências da desigualdade produzida como parte do sistema capitalista na escala local e as relaciona então aos processos que se constituem nas escalas regionais, nacionais e globais. Ao mesmo tempo, a ecologia política se apoia na reflexão de como as escalas são socialmente construídas e na importância de reconhecer a multiescalaridade dos fenômenos estudados (HEYNEN *et al*, 2007; BRYANT, 2015).

Na América Latina, a ecologia política adota uma trajetória própria e dialoga com questões particulares do continente (MOREANO; MOLINA; BRYANT, 2017; ALIMONDA, 2017; LEFF, 2015). Aqui,

ela se fundamenta na teoria crítica latino-americana, alicerçada em figuras como Martí ou Mariátegui e seus questionamentos sobre a identidade local como um projeto a se realizar (ALIMONDA, 2017). Assim como as suas contrapartes no resto do globo, a ecologia política latino-americana (EPL) incorpora o marxismo e o pensamento crítico local, como a teologia da libertação (ALIMONDA, 2017) e o pensamento dependetista (LEFF, 2015). Da teoria da dependência, que aponta as desigualdades estruturais do sistema capitalista e a impossibilidade das periferias globais se desenvolverem à maneira dos países centrais, a EPL destaca como o desenvolvimento econômico capitalista leva à degradação ambiental de maneira desigual no globo (LEFF, 2015, p. 39-40).

Outro “marcador de identidade” da EPL que a diferencia das suas contrapartes no mundo é sua relação privilegiada com o pensamento decolonial da região (MOREANO; MOLINA; BRYANT, 2017). Ao identificar a colonialidade como constitutiva da modernidade, a crítica decolonial aponta a América Latina como primeiro espaço em que essa nova lógica de dominação foi aplicada, tornando-se também pioneiro território de resistência (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005; BALLESTRIN, 2013). Assim, até hoje marcam a região relações econômicas de longa duração, como o extrativismo e as economias de enclave — a chamada “origem” *potosina* (MACHADO ARÁOZ, 2019) — combinadas com movimentos sociais de resistência à lógica colonial modernizadora ocidental, conformados por indígenas, quilombolas, camponeses sem-terra, e todos aqueles que resistem à mercantilização de seus territórios seja no campo ou na cidade.

A reflexão sobre a transformação da Abya Yala em decorrência dos processos de colonização expõe a opressão e a violência sofrida pelas populações nativas e sua resposta à expansão da fronteira agrí-

cola e à recriação de tais fronteiras a partir das ondas de exploração capitalista. Essa leitura também é marcada por autores como Eduardo Galeano e Josué de Castro que, juntamente com Mariátegui, dão atenção às estratégias de resistência frente ao roubo e à economia de rapina que caracteriza esta região (ALIMONDA, 2017). Assim, a EPL é uma construção coletiva com ênfase no estudo das relações de poder, que são configuradas historicamente, como mediadoras das relações entre a sociedade e a natureza (MARTÍN; LARSIMONT, 2016).

Com sua contribuição marcante, a decolonialidade proporciona uma maneira crítica de entender o desenvolvimento como ideologia que condena as populações do Sul global à subalternidade (ESCOBAR, 1992; ESTEVA, 2010). Nesse sentido, a EPL contribui para a produção de conhecimento sobre a construção de uma alternativa ao atual modelo de desenvolvimento, como a “racionalidade ambiental” sustentável proposta por Leff (2015), ou os ideais de “viver bem” que emergem das cosmologias indígenas da região (ALBÓ, 2011; ACOSTA, 2016), que se contrapõem à racionalidade econômica moderna. Sua proposta é evidenciar as alternativas que podem se tornar referências para a construção de um novo sistema e modelo de desenvolvimento, fundado em bases epistêmicas descolonizadoras. A EPL se alinha a leituras do pós-desenvolvimento, por exemplo, que salientam e reconhecem a importância de práticas produtivas e de convivência com os não-humanos exercidos por populações tradicionais (ESCOBAR, 2008).

Na América Latina, a aproximação dos movimentos sociais típica da ecologia política se torna uma prática ativista, na medida em que pesquisadores e pesquisadoras não somente reconhecem o protagonismo dos sujeitos locais na defesa de seu meio e modo de vida, mas também se engajam ativamente nas lutas de resistência. Isso trans-

forma a ecologia política em um “amplo movimento social e político por justiça ambiental que é mais forte na América Latina que em outros continentes” (MARTINEZ-ALIER *apud* ALIMONDA, 2017, p. 40). Assim, a posicionalidade da EPL é outro traço que a diferencia da disciplina em outras partes do mundo, já que o continente conta com uma tradição em pensamento social e político engajado, feito a partir de realidades locais (MOREANO; MOLINA; BRYANT, 2017).

Do ponto de vista das suas temáticas contemporâneas, os estudos da EPL se concentram nos conflitos resultantes da expansão do desenvolvimento capitalista sobre populações marginais e tradicionais, principalmente nas áreas interioranas e rurais. Neste sentido, trabalhos com foco nos impactos de obras de infraestrutura, mineração, hidrelétricas, rodovias e expansão da fronteira agrícola se tornaram o contexto predominante de investigação (DE ALMEIDA *et al*, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2001; MARTINEZ-ALIER, 2007). Entretanto, as contribuições atuais da EPL têm trabalhado com a defesa da justiça ambiental de maneira mais ampla, abordando conflitos que envolvem grupos marginalizados para além das populações tradicionais, como posseiros, agricultores familiares ou associações de bairro das grandes periferias urbanas, ou seja, todos aqueles alijados dos benefícios produzidos pelo sistema capitalista em seu modelo de desenvolvimento assim como os processos e mecanismos que levam a esta situação (EMPINOTTI *et al*, 2019; BERNABEU; MARTÍN, 2019; QUINTSRL, 2018).

Nos últimos anos, estes estudos foram potencializados pela conjuntura política global, marcada pelo surgimento de uma poderosa e nova confluência de forças relacionada ao crescente fluxo de capital internacional e à desregulamentação destes investimentos fruto da hegemonia neoliberal. A América Latina foi alvo privilegiado das

mais diversas intervenções externas, promovidas por atores que vão de instituições financeiras internacionais a corporações multinacionais extrativistas. O chamado “consenso das *commodities*”, que imperou tanto em governos conservadores como em governos progressistas (SVAMPA, 2013), marcou as primeiras décadas do século XXI na região, expandindo o papel da América Latina na indústria extrativa global (DEONANDAN; DOUGHERTY, 2016). Tal expansão da transformação da natureza em *commodities* também trouxe a reflexão da ecologia política das áreas interioranas e rurais para as urbanas em decorrência do aumento das disputas pela água e da desigualdade em seu acesso (BRITO *et al*, 2016; HOMMES; BOELEN, 2017; SWYNGEDOUW, 2004). Paralelo a isso, esse processo fomentou uma ampliação dos conflitos envolvendo grupos ambientalistas e indígenas, resistindo a esta expansão extrativista (BEBBINGTON, 2009; DOUGHERTY, 2016).

Assim, há um reflexo importante dessas dinâmicas em termos de crescimento da produção da EPL, não só em quantidade de números de publicação e pesquisadores/as dedicados à área, mas sobretudo na relevância dos debates que, em muitos aspectos, dão um protagonismo crescente para a EPL no âmbito da construção de uma ecologia política global (MOREANO, 2019). Frente à voracidade da expansão da indústria extrativa na região, à virulência contra os povos indígenas praticada por governos (sejam eles autoritários ou progressistas), aos repetidos crimes ambientais resultantes de sistemas de governo ecocidas, assim como a inserção de novas práticas de governança e controle, a EPL se renova ao buscar ao mesmo tempo entender as contradições do novo tempo e forjar alianças de resistência. Nesse sentido, a realização nos últimos anos de três congressos latino-americanos sobre ecologia política e as articulações recentes promovidas pelo Grupo

de Trabalho de Ecologia Política do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso); são, ao mesmo tempo, indícios e impulsionadores desse movimento, funcionando como espaços de diálogos entre acadêmicos, ativistas e movimentos sociais. É importante ressaltarmos que a iniciativa de realização desse *Dossiê* surgiu a partir do *III Congresso Latino-Americano de Ecologia Política: Insurgências Decoloniais e Horizontes Emancipatórios* realizado na cidade de Salvador, em 2019, com o objetivo de dar continuidade, e também, contribuir para ampliar a visibilidade aos diálogos e reflexões ali realizados.

As contribuições deste dossiê: a ecologia política perante os desafios contemporâneos da América Latina

A ecologia política latino-americana continua se reinventando enquanto movimento político-intelectual de “vanguarda enraizada” (ALIMONDA, 2017) em uma coprodução contínua perante os enormes desafios da contemporaneidade no continente. Assim se localizam as contribuições do presente *Dossiê* que, sobretudo, se caracterizam por serem feitas a partir de um lugar de enunciação latino-americano e do questionamento de abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas dos discursos científicos dominantes. São textos e reflexões sobre alguns dos principais desafios do continente perante a profunda crise ecológica e o avanço do capital na América Latina que inevitavelmente geram inúmeras situações de conflitos socioambientais e desigualdade. A partir de visões críticas, os textos deste *Dossiê* posicionam de maneiras diversas a conflitualidade e o confronto de subjetividades e narrativas entre diversos atores como

movimentos sociais, populações indígenas e quilombolas perante o avanço das fronteiras extrativistas, mas também de tentativas de perpetuação da hegemonia e da colonialidade nas formas de produção de conhecimento e elaborações discursivas. As contribuições de autoras e autores latino-americanos aqui reunidas são uma expressão da riqueza das contribuições que a EPL tem desenvolvido, dentre as quais podemos mencionar também as abordagens do ecofeminismo latino-americano (SVAMPA, 2015) e iniciativas que visam pensar a dimensão racial da crise ecológica a partir da construção de pensamento e ação conjunta de articulações entre populações negras e indígenas (MILANEZ *et al*, 2019).

Em uma contribuição teórico-epistemológica, Adela Parra-Romero no artigo *Producción de conocimiento en conflictos socioambientales*, mostra como os conflitos socioambientais se configuram em distintos contextos da América Latina enquanto espaço de lutas políticas e de produção e mobilização de conhecimento. Os espaços de contradição criativa dos conflitos socioambientais possibilitam emergências de novas confluências e experiências de aprendizagem social que, por sua vez, resultam em formas distintas de produção e difusão de conhecimento que influenciam e coproduzem os próprios territórios e as políticas públicas ambientais.

A autora mostra, assim, o caráter situado e político da produção e difusão de conhecimentos no âmbito dos conflitos socioambientais. O artigo propõe uma revisão de três modos de produção de conhecimento (científico, ativista e local/comunitário). Não obstante, enquanto exercício reflexivo, destaca-se o caráter não mutuamente exclusivo de tais formas de produção de conhecimento, que podem, em diferentes ocasiões, se sobrepor e/ou estabelecer redes de colaboração entre si: o próprio artigo de Parra-Romero revela-se assim uma

forma de produção de conhecimento científico de caráter contra-hegemônico que dialoga com a produção de conhecimento ativista. Temos também cada vez mais exemplos de membros de populações indígenas e de territórios quilombolas, entre outros, produzindo conhecimento científico, ativista e contra-hegemônico. Dessa maneira, é importante atentarmos à complexidade inerente às formas de produção de conhecimento e ao esforço da autora de mostrar como os conflitos socioambientais se constituem enquanto espaços privilegiados de construção de conhecimento ativista. Estas formas de produção de conhecimento se caracterizam por fazer parte da luta por justiça ambiental e possibilitam a emergência de estratégias de pressão para melhorar a governança socioambiental, bem como para influenciar as redes hegemônicas de produção de conhecimento.

O artigo *Memoria intertextual y narrativa en la conformación de las ontologías de la naturaleza en las comunidades mazahuas de México* relaciona a literatura da EPL com os estudos de memória e da sua constituição na construção de uma ontologia latino-americana para a água e que se contrapõe à sua transformação em uma *commodity* a partir das práticas e valores neoliberais. Neste artigo, David Figueroa coloca em diálogo a construção decolonial do significado da água para os Mazahuas com uma literatura das Ciências Sociais que, por meio da narrativa e da memória coletiva, traz um novo ponto de partida para se pensar o mundo e as interações entre humanos e não-humanos na produção de uma natureza.

A perspectiva de comunidades tradicionais como os Mazahuas contribui para a construção de uma ontologia latino-americana, que se contrapõe ao discurso e às práticas de valoração da sociedade ocidental. Trata-se de uma narrativa a partir do Sul Global na construção de um novo modelo de mundo, como os fundamentos da EPL propõem.

Ao mesmo tempo, o impacto de obras que levaram ao secamento de lagoas e à diminuição do volume de água em corpos hídricos rompe com a leitura da natureza até então estabelecida em um contexto de fluxos de água com limitado impacto da ação humana. Neste momento, a explicação e a relação dos seres humanos com o não-humano aparecem como memória, uma vez que as relações anteriores não existem mais. Entretanto, a leitura das novas dinâmicas de disponibilização da água nestes locais continua a ser feita a partir da ontologia indígena e leva à atribuição de novas práticas e explicações de seus significados, se constituindo assim como resistência à nova visão imposta a partir do modelo ocidental de conhecimento e controle da natureza. Dessa forma, Figueroa chama a atenção para as narrativas e memórias a partir de uma ontologia latino-americana, que enlaça o ser humano com o não-humano e que assim resiste às pressões globais de resignificação e controle da água.

Em *Procesos de territorialidad y de subjetivación política en Cerro de San Pedro, San Luis Potosí: el Frente Amplio Opositor y Minera SAN Xavier*, Claudia Bucio explora como diferentes atores sociais de um conflito socioambiental produziram e expressaram territorialidades distintas. A autora relata a formação e a atuação de uma frente de resistência às atividades da mineradora canadense San Xavier no estado de San Luis de Potosí, no México. Presente na região desde a década de 1990, San Xavier abriu uma mina a céu aberto que, além de ter realocado uma comunidade, pôs abaixo a histórica montanha de San Pedro, que dá origem ao nome do estado ao remeter à montanha de Potosí, na Bolívia.

Ao analisar os conflitos sociais e legais que surgiram em resposta às atividades da mineradora, Bucio identifica três formas de territorialidades: uma territorialidade estrangeira, que concebe o territó-

rio como mera fonte de recursos naturais a serem transferidos a outro lugar e que, assim, modifica radicalmente a paisagem de acordo com seus interesses econômicos; uma territorialidade politizada, que emerge quando a população local — entendida de maneira ampla, como migrantes que retornaram ou descendentes que moram na região, mas não mais na comunidade diretamente afetada — se posiciona para resistir aos avanços da mineradora, denunciando danos ambientais e defendendo sua identidade local; e uma territorialidade negociada, também expressada pela população local, mas que carrega ambiguidades com relação às atividades de mineração, ponderando estratégias de sobrevivência de mais curto prazo. Com isso, a autora nos fornece ferramentas teóricas mais afinadas para entender e avaliar conflitos socioambientais marcados por contradições e ambivalências expressadas pelos atores sociais envolvidos.

Também sobre disputas de narrativas e da conflitualidade em torno de projetos econômicos e da expansão do capital, o artigo *O Povo Indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Ceará: desenvolvimento e resistências no contexto da barbárie por vir*, de Luciana Nogueira Nóbrega, apresenta um estudo de caso sobre a implementação de um megaprojeto de desenvolvimento pelo Estado brasileiro em um território indígena. O caso é representativo do fenômeno de injustiça socioambiental, na medida em que evidencia como os custos de implementação desses megaprojetos são distribuídos de maneira profundamente desigual na sociedade brasileira, contribuindo para acentuar a marginalização histórica dos povos indígenas.

O artigo apresenta o conflito entre as perspectivas indígenas e do Estado, aliado a agentes econômicos privados, através das narrativas produzidas em torno da construção do complexo do Pecém, parte do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal do Brasil. A autora mostra como, ao longo do período de implementação do complexo, o povo indígena Anacé produziu mobilizações que incluíram a associação com diversos atores estatais, como o Ministério Público Federal e a Funai, e não-estatais, como as universidades, além da construção de uma rede de ativismos em conexão com movimentos sociais e coletivos socioambientais, para que suas narrativas se tornassem públicas e assim entrassem na arena de disputa política. Nesse espaço criado através de um processo longo de luta, em contraposição ao discurso oficial e hegemônico do Estado brasileiro, que associa desenvolvimento com crescimento econômico, os Anacé evidenciam outras concepções de desenvolvimento, território e modos de vida, de modo a reivindicar que sejam tratados como sujeitos de seu próprio desenvolvimento.

Por fim, o artigo *Propiedad, infraestructura y conservación como mecanismos de exclusión en el proceso de desarrollo turístico en la costa de Oaxaca, México* analisa a estratégia do Estado mexicano na promoção do turismo nas praias de Oaxaca. Ignacio Rubio identifica três formas por meio das quais o Estado promove a exclusão da população local nos projetos turísticos. A primeira forma seria a mudança na estrutura de propriedade de terras, que, no caso de Oaxaca, era herdeira de formas comunitárias de posse e que, com a chegada do turismo, se modificou radicalmente para abrir espaços para empresários privados do setor. A segunda forma seriam as obras de infraestrutura, com a construção de caminhos que conectaram as regiões da costa, mas as separaram da serra e do restante do estado de Oaxaca, e com a construção de serviços urbanos que priorizaram o visitante e excluíram os habitantes locais, que acabaram ocupando as periferias urbanas. Por fim, o Estado também promoveu, como terceira

forma de exclusão, uma legislação ambiental ambígua, que penalizou de maneira desproporcional as pequenas atividades pesqueiras tradicionais da região, sem ter sido capaz de impedir ações devastadoras de atores econômicos mais poderosos. Assim como no caso do povo indígena Anacé, este trabalho contribui para entender como uma percepção exógena de desenvolvimento — frequentemente imposta pelo Estado nacional — é implementada à revelia dos interesses e das práticas sociais e econômicas das populações locais, trazendo “benefícios” questionáveis.

Dessa maneira, os artigos presentes neste *Dossiê* nos oferecem a oportunidade de aproximar a reflexão proposta por estudos a partir da ecologia política com o campo das Ciências Sociais brasileiras. Partindo destas contribuições, a publicação deste *Dossiê* na *Revista de Ciências Sociais* fortalece a presença de autores/as latino-americanos/as na consolidação de uma ecologia política global, na qual as contribuições de distintas vertentes possam ser consideradas de forma horizontal na constituição deste campo de conhecimento e ativismo. Tais perspectivas enfatizam a importância de se respeitar a multiplicidade para refletir e denunciar as tensões e injustiças presentes nas relações socioambientais que se consolidam tanto no Sul como no Norte Global.

Julho de 2020

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem-Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante; Editora Autonomia Literária, 2016.

ALBÓ, Xavier. Suma qamaña = convivir bien. ¿Cómo medirlo?, In: FARRAH, I.; VASAPOLLO, L. (Org.). *Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?*.

La Paz: Cides-Umsa; Sapienza Università di Roma; Oxfam, 2011. p. 133-144.

ALIMONDA, Héctor. En clave de sur: la Ecología Política Latinoamericana y el pensamiento crítico, *In: ALIMONDA, H.; TORO PÉREZ, C.; MARTÍN, F. (Org.). Ecología Política Latinoamericana: Pensamiento Crítico, Diferencia Latinoamericana y Rearticulación Epistémica*, vol. 1 y 2. Buenos Aires: CLACSO, 2017. P. 33-49.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, no. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

BEBBINGTON, A. The New Extraction. Rewriting the Political Ecology of the Andes? *NACLA Report on the Americas*, v. 42, no. 5, p. 12-20, set./out. 2009.

BERNABEU, María Marta; MARTÍN, Facundo. El periurbano recreado. Urbanizaciones cerradas com nuevos híbridos en el paisaje hídrico del Área Metropolitana de Mendoza, Argentina. *QUID 16*, n. 11, p. 55-85. 2019.

BILLON, Philippe Le. Environmental Conflict, *In: PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. (org.), The Routledge Handbook of Political Ecology*. Abingdon and New York: Routledge, 2015, p. 598-608.

BILLON, Philippe Le. *Wars of Plunder — Conflicts, Profits and the Politics of Resources*.* Londres: Hurst & Company, 2012.

BLAIKIE, Piers; BROOKFIELD, Harols. *Land Degradation and Society*. Londres: Methue, 1987.

BRITTO, Ana Lucia; FORMIGA, Rosa Maria Johnsson; FERREIRA, Paulo Roberto Carneiro. Abastecimento público e escassez hidrossocial na metrópole do Rio de Janeiro. *Ambiente e Sociedade*, v. 19, p. 185–207, 2016.

BRYANT, Raymond. Reflection on Political Ecology, *in: BRYANT, R. (ed.) The International Handbook of Political Ecology*. Cheltenham: Edward Elgar, 2015, p. 14–25.

DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno *et al.* *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

DEONANDAN, Kalowatie; DOUGHERTY, Michael L. (org.), *Mining in Latin America: Critical Approaches to the New Extraction*. New York, NY: Routledge, 2016.

DOUGHERTY, Michael L. From global peripheries to earth's core. The new extraction in Latin America, In: DEONANDAN, K.; DOUGHERTY, M. L. (org.), *Mining in Latin America: Critical Approaches to the New Extraction*. New York, NY: Routledge, 2016, p. 3–24.

EMPINOTTI, Vanessa, Lucena; BUDDS, Jessica; AVERSA, Marcelo. Governance and water security: The role of the water institutional framework in the 2013-2015 water crisis in São Paulo, Brazil. *Geoforum*, v. 98, p. 46-54. 2019.

ESCOBAR, Arturo. Imagining a post-development era? Critical thought, development and social movements. *Social Text*, v. 31/32, n. 31, p. 20-56, 1992.

_____. *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

ESTEVA, Gustavo. Development, In: SACHS, W. (org.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power**. 2. ed. London: Zed Books, 2010, p. 1-34.

GUHA, Ramachandra; MARTINEZ-ALIER, Juan. *Varieties of Environmentalism — Essays North and South*. Londres: Earthscan, 1997.

HEYNEN, Nik; MCCARTHY, James; PRUDHAM, Scott; ROBBINS, Paul. *Neoliberal Environments: False promises and unnatural consequences*. Londres: Routledge, 2007.

HOKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HOMMES, Lena; BOELEN, Rutgerd. Urbanizing rural waters: Rural-urban water transfers and the reconfiguration of hydrosocial territories in Lima. *Political Geography*, v. 57, p. 71-80. 2017.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos, In: LANDER, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005. P. 21-53.

LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, vol. 35, dez. 2015, p. 29-64.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. *Genealogia da mineração contemporânea*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

MARTÍN, Facundo; LARSIMONT, Robin. ¿Es posible una ecología cosmopolítica? Notas hacia la desregionalización de las ecologías políticas. *Polis, Revista Latinoamericana*, vol. 15, p. 273-290, 2016.

MARTINEZ-ALIER, Joan. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lúcia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotomaior; RAMOS, Elisa Urbano; JESUS, Genilson dos Santos. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, no. 3, p. 2161-2181, 2019.

MOREANO, Melissa. O Processo Continua — Carta do Equador: Uma Mirada a La Ecología Política Latinoamericana y el camino hacia Quito, In: MILANEZ, F.; LAMAS, I.; ARRAZOLA, I. (org.), *Anais do III Congresso Latino-Americano de Ecología Política: Insurgências decoloniais e horizontes emancipatórios*. Universidade Federal da Bahia, 2019.

MOREANO, Melissa; MOLINA, Francisco; BRYANT, Raymond. Hacia una ecología política global: aportes desde el sur, In: ALIMONDA, H.; TORO PÉREZ, C.; MARTÍN, F. (Org.). *Ecología Política Latinoamericana: Pensamiento Crítico, Diferencia Latinoamericana y Rearticulación Epistémica*, vol. 1 y 2. Buenos Aires: CLACSO, 2017. P. 197-211.

PEET, Richard; WATTS, Michael (eds.). *Liberation Ecologies - Environment, Development and Social Movements (Second Edition)*. Londres: Routledge, 2004.

PELUSO, Nancy; WATTS, Michael. Introduction, in: PELUSO, N. L.; WATTS, M. (org.). *Violent Environments*. Nova York: Cornell University Press, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Wagner. *Geo-Grafías: Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. * Mexico DF: Siglo Veintiuno, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, In: LANDER, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

QUINTSLR, Suyá. As “duas faces” da crise hídrica: escassez e despolitização do acesso à água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Sustentabilidade em Debate*, v. 9, p. 88-101. 2018.

ROBBINS, Paul. *Political Ecology: A Critical Introduction* (Second Edition). Manden and Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

SVAMPA, Maristela. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, v. 244, 2013, p. 30–46.

_____. Feminismos del Sur y ecofeminismo. *Nueva Sociedad*, v. 256, 2015, p. 127-131.

SWYNGEDOUW, Erik. *Social Power and the Urbanization of Water: Flows of power*. Oxford: Oxford University Press. 2004.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Resumo:

Neste artigo, que introduz o dossiê “Ecologia Política: contribuições da América Latina”, expomos de maneira ampla as definições desta agenda de pesquisa. Resgatamos a trajetória da ecologia política no mundo e seu desenvolvimento na América Latina, destacando suas particularidades na região, como a incorporação da perspectiva decolonial e um maior engajamento ativista. Identificamos também processos comuns contemporâneos – o avanço do extrativismo, a imposição de projetos desenvolvimentistas à revelia das populações locais, e a resistência de movimentos indígenas, rurais e urbanos à contínua degradação da natureza – que marcam a experiência dos países do nosso continente. Por fim, apresentamos as contribuições que compõem este dossiê, ressaltando seu potencial para a construção de uma ecologia política global diversa e horizontal.

Palavras-chave: Ecologia política; América Latina; conflito socioambiental.

Abstract:

In this introduction to the special issue “Political Ecology: Contributions from Latin America”, we outline the definitions of this research agenda. We describe the trajectory of political ecology in the world and its development in Latin America, highlighting its particularities in the region, such as the incorporation of the decolonial perspective and a greater activist engagement. We also identify common contemporary processes in the countries of our continent: the expansion of extractivism, the imposition of developmentalist projects in spite of local populations, and the resistance of indigenous, rural and urban movements against the continuous degradation of nature. Finally, we present the contributions that comprise this issue, emphasizing its potential to collaborate with a diverse and horizontal global political ecology.

Keywords: Political ecology; Latin America; socio-environmental conflict.

Recebido para publicação em 07/06/2020.

Aceito em 20/06/2020.

Producción de conocimiento en conflictos socioambientales

Adela Parra-Romero

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2939-9399>

adelaparraromero@gmail.com

Introducción

Los conflictos socioambientales se han configurado como espacios de luchas políticas contra políticas extractivistas en distintos países de Latinoamérica. Casos como Esquel y Famatina en Argentina, el caso Conga en Perú y el caso del páramo de Santurbán en Colombia, son ejemplos de resistencias sociales que han logrado frenar la minería a gran escala (MERLINSKY, 2013; PAREDES PEÑAFIEL; LI, 2019; PARRA-ROMERO; GITAHY, 2017). El escenario en el cual se presentan los conflictos socioambientales envuelve diversos agentes y, en palabras de Bebbington, involucra además *conflictos sobre qué tipo de relación entre sociedad y ambiente debería predominar en un territorio; sobre cómo estos territorios deberían ser gobernados y por quiénes*. (BEBBINGTON, 2007, p. 33).

Este trabajo parte de la idea de los conflictos socioambientales como fuerzas dinamizadoras del cambio social. Un espacio de contradicción creativa donde confluyen mundos en disputa. Son espacios de luchas políticas: por el reconocimiento de las formas de vida de las comunidades, por el derecho a habitar el territorio y por la distribución equitativa de los recursos y los impactos de las intervenciones. Incluso, en muchos casos, el conflicto no se da por la distribución de los recursos sino por la definición misma de *qué* es lo que está en disputa, por ejemplo, de un lado montañas y del otro, seres tierra. Al respecto, autores como Mario Blaser y Marisol de la Cadena muestran cómo en los conflictos socioambientales con poblaciones indígenas en Canadá o en el Perú, lo que se negocia son los términos mismos de lo que está en conflicto (BLASER, 2013, 2018; DE LA CADENA, 2010, 2015).¹

Argumento que el conflicto socioambiental configura un espacio donde diferentes experticias y actores se conjugan para producir, difundir y demandar conocimientos, que, junto a otros elementos simbólicos, materiales y estratégicos, constituyen narrativas que coproducen los territorios y las políticas públicas ambientales. En la disputa por la definición, los usos y las relaciones con el medio ambiente y los territorios, diferentes actores producen y demandan conocimientos como resultado, entre otros, del proceso de aprendizaje social que se da en el espacio del conflicto.

En estos espacios se enfrentan diversos actores. Cada uno con una

¹En esta medida la Ontología Política ayuda a superar los problemas que plantean ver este tipo de conflictos como conflictos culturales. Estos últimos distinguen aquellos que tienen creencias de quienes tienen conocimiento. Para Blaser, el problema de estos planteamientos es tratar un conflicto ontológico en términos de un conflicto epistemológico. En el último caso se diría que el conflicto se encuentra entre diferentes perspectivas sobre lo que ya se definió por adelantado que hay: generalmente desde el punto de vista dominante: recursos, animales, no-humanos. Y no, por ejemplo, seres tierra, hermanos ríos, tortugas sociables y con personalidad (BLASER, 2013).

postura sobre el conflicto y sobre la manera de abordarlo. De un lado, se encuentra el Estado quien es el principal ordenador del territorio y quien promulga las políticas públicas en materia de medio ambiente, economía y ordenamiento territorial. También le corresponde al Estado ejercer un control a través de instituciones especializadas sobre la degradación del medio ambiente, la inversión de recursos, la ejecución de obras y el cumplimiento de metas y objetivos tanto de orden nacional como internacional. Se espera, que por lo menos en lo referente a las políticas públicas y al ordenamiento territorial, se cuente con la participación de otros actores importantes como son las instituciones de orden regional, las organizaciones no estatales, las organizaciones civiles y los ciudadanos que directa o indirectamente son afectados por cada medida en particular.

También, se encuentran las empresas y los grupos empresariales que realizan inversiones en proyectos de carácter económico, entre ellos, los proyectos extractivistas. Este tipo de proyectos tienen un carácter sumamente invasivo en el territorio (GUDYNAS, 2014; SVAMPA, 2012, 2019). Al mismo tiempo, son los que realizan grandes inversiones que, de acuerdo con las políticas económicas estatales, producen beneficios al país como el aumento del empleo, la dinamización de la economía y la generación de regalías que permiten retornar estos beneficios a la sociedad. Es decir, parte del camino para alcanzar el crecimiento económico y modernizar diferentes aspectos de la vida nacional pasa por tener inversionistas, proyectos, políticas y una estabilidad jurídica que permita llevar a cabo la industria extractiva, entre otras.

De otro lado, estos proyectos se instalan, en general, en zonas habitadas por campesinos, población afrodescendiente y población indígena. Algunas características para esto son: las grandes extensiones

de tierra sin urbanizar, la calidad de la tierra, el acceso a fuentes hídricas y, en apariencia, poblaciones deprimidas o con bajos indicadores en términos de calidad de vida. Así, la idea de la modernización, del desarrollo y el aumento de la riqueza en la zona, se convierten en las justificativas para incorporar los proyectos. Por ejemplo, en su texto *Producir la naturaleza y hacer el Estado: el ordenamiento territorial en las tierras bajas del Pacífico colombiano* (2014), Asher y Ojeda muestran cómo a raíz del cambio en la Constitución Política Colombiana y una nueva biogeopolítica mundial, el Chocó² se convirtió en objeto de nuevas políticas estatales de intervención para conocer su biodiversidad y producir una naturaleza a explotar de una manera diferente a como se explotó por mucho tiempo desde la colonia. (ASHER; OJEDA, 2014).

Desde las comunidades también se ejerce resistencia puesto que se ven en la necesidad de organizarse para defender sus territorios, sus modos de vida y su derecho a tener formas alternativas de desarrollo. En un primer momento se intenta dialogar con las entidades estatales y, de acuerdo con el tipo de intervención, lograr debatir los principios y conceptos en juego. Como lo muestra Asher y Ojeda, respecto del Pacífico colombiano, en los espacios de trabajo se pueden compartir, por ejemplo, los lineamientos que plantean que el Pacífico es biodiverso y, por tanto, la necesidad de conservarlo y protegerlo. El conflicto aparece en quién define el *significado* de la biodiversidad y de lo que *implica* conservar. En este ejemplo específico, nos dicen:

²El Chocó es un departamento de Colombia que concentra una gran Biodiversidad. Es un territorio con población, en su mayoría, afrodescendiente. Tanto el Chocó como la Amazonía colombiana son espacios de conflictos socioambientales. Aspectos como su biodiversidad, la presencia de poblaciones vulnerables protegidas por legislación especial, negocios ilícitos y una ubicación estratégica tanto para minería, extracción y aprovechamiento de recursos naturales, como para políticas públicas de conservación.

El trabajo de observación participante de Asher en varios encuentros entre los activistas negros y las entidades del Estado mostró que había poco consenso en torno a quiénes iban a determinar lo que constituía la biodiversidad y la manera en que esta iba a ser preservada, especialmente en las tierras afrocolombianas. Mientras los activistas negros hacían énfasis en el valor local o cultural de la biodiversidad, el economista Fernando Casas, director del Proyecto BioPacífico, estaba más preocupado por los elementos científicos y económicos de la diversidad biológica. (ASHER; OJEDA, 2014, p. 160)

Se encuentra un enfrentamiento respecto de los principios y valores que subyacen a la elección de una serie de criterios para conservar, proteger y definir la biodiversidad (o la naturaleza). En el caso de los pueblos afrocolombianos un apelo por la ancestralidad, el conocimiento tradicional y la diversidad cultural se oponen a una visión del Estado basado en la clasificación, estandarización y la eficiencia, entre otros, para producir una naturaleza apta para explotar (ASHER; OJEDA, 2014).

Este ejemplo nos muestra algo que ocurre en otros conflictos: ¿Quién tiene la potestad para definir los criterios sobre los cuáles se toman las decisiones?, ¿Quién tiene el derecho epistémico, es decir, el lugar autorizado de enunciación? Pareciera en primera instancia un enfrentamiento entre diferentes formas de resolver o abordar un asunto específico. Y la *política razonable*³ nos dirá que se debe privilegiar la forma objetiva y neutral que aprehende la realidad como lo hacen

³Con política razonable me refiero al concepto acuñado por Mario Blaser sobre la forma en que la política moderna concede una primacía epistemológica a la ciencia basada en dos ideas: 1. Las diferencias en un conflicto serían diferencias entre perspectivas del mundo y la política sería la forma de encontrar la perspectiva que tenga más factibilidad de hablar de ese mundo real; 2. La ciencia (como sistema) tendría la primacía epistemológica para decidir sobre los criterios de factibilidad basada en la idea de que el conocimiento es una relación entre “un mundo real ahí afuera” y sus “representaciones”. (BLASER, 2013).

las técnicas y la ciencia. Debate saldado. Pero, como ha sucedido en diversos conflictos socioambientales, los movimientos sociales y los activistas han mostrado que: *a)* los conocimientos, valores y criterios venidos desde ellos han aportado conceptos y criterios a las políticas públicas y a la ciencia misma (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2014); *b)* que no siempre se tiene que elegir el sistema que revele la verdad de una situación, sino que la misma situación (qué es la biodiversidad o la conservación) pueden ser coproducidas por diferentes sistemas de conocimiento (JASANOFF, 2004).

Las prácticas de conocimiento o los conocimientos-otros desestabilizan los bordes o fronteras entre los activistas y la academia (conocimiento experto), realizando valiosos aportes a la institución científica (HOSSEINI, 2010; COX, 2014), al establecimiento de políticas públicas (CORBURN, 2005; PORTO; FINAMORE, 2012), a la solución contextualizada de problemas sociales/ambientales (CARROLL, 2015) y al establecimiento de nuevos ordenes sociales (JAMISON, 2006; APARICIO; BLASER, 2008; COY; WOEHRLE; MANEY, 2008). Sin embargo, el conocimiento y su construcción desde lo comunitario y desde el activismo no solo cumple un papel instrumental (qué investigo) sino también una función política, ontológica y ética.

En este sentido, este artículo tiene como objetivo presentar una discusión sobre diferentes modos de producción de conocimiento en conflictos socioambientales (científico, activista y local/comunitario). Me apoyo en la definición amplia de conocimiento propuesta por Polanyi, donde el conocimiento es una forma activa de comprensión de las cosas que se conocen y para lo cual se requiere de habilidades (POLANYI, 1983). En este sentido, el conocer es una acción que requiere de habilidad. En palabras de Morin, *el conocimiento es actividad (cognición) y producto de esta actividad* (MORIN, 2006, p. 220),

es creado para algún fin y por lo tanto puede ser específico y relacional (NONAKA; TAKEUCHI, 1999) y adquirido a partir de una reflexión que es hecha sobre la experiencia (HALL *et al.*, 2012). Bajo estas premisas los modos o prácticas de producción de conocimiento que se abordan en este texto enfatizan el carácter material, situado y la naturaleza política del conocer (CASAS-CORTÉS; OSTERWEIL; POWELL, 2008).

El artículo se estructura en una revisión teórica de los modos de producción mencionados, para luego, analizar cómo estos modos se expresan en las prácticas de distintos actores en el marco del conflicto socioambiental. Esta revisión no es una cuestión normativa y espera aportar elementos para la comprensión de cómo emergen en los conflictos distintas redes de producción de conocimiento y que, en este sentido, estos conocimientos también *son* con las redes que los producen, es decir, los conocimientos que se producen en el contexto de la disputa tienen un carácter situado y político.

Conocimientos y sus formas de producción

Este apartado presenta diferentes modos de producción de conocimiento, y por tanto diversos conocimientos, que son reportados por la literatura: producción de conocimiento científico, producción de conocimiento local y producción de conocimiento activista resumidos en el *Cuadro 1*. Estos modos de producción no se encuentran necesariamente aislados o puros, en especial en problemas y situaciones complejas como los temas ambientales. Los presentamos aquí de forma separada como un ejercicio conceptual que permite representar los puntos de partida en que diferentes actores constituyen redes para producir conocimientos. Tampoco se agotan en estos tres modos,

pues, por ejemplo, no se aborda aquí formas de producción de conocimiento artístico y audiovisual, periodístico, etc.

El modo de producción de conocimiento científico se refiere al tipo de conocimiento que es producido por la institución científica o por profesionales insertos en dichas instituciones como laboratorios, institutos de investigación o universidades (BOSWELL, 2009). El modo de producción local/comunitario se refiere al tipo de conocimiento que es producido por la experiencia y la práctica local de sujetos en interrelación con un ámbito específico como, por ejemplo, el campesino con la tierra, el paciente con su enfermedad, el pescador con el río, etc. (CORBURN, 2005). Finalmente, con la producción de conocimiento activista aludo al conocimiento que resulta de redes de acción colectiva; redes que componen organizaciones, activistas y sus prácticas que pueden incluir la investigación militante (CARROLL; 2015; CASAS-CORTÉS; OSTERWEIL; POWELL, 2008).

Cuadro 1. Modos de producción de conocimiento

<i>Dimensión</i>	<i>Modo</i>		
	Científico	Activista	Local/ comunitario
Definición	Conocimiento producido en una red de institución científica (profesiones, laboratorios, universidades, agencias de investigación estatales, etc.) y cuyo resultado es un conocimiento codificado, escolarizado y/o profesional (BOSWELL, 2009)	Creación, articulación, formulación de nuevos pensamientos y nuevo conocimiento que es definido por el movimiento social en sí mismo, pero en relación con la sociedad (CARROLL, 2015)	Forma en que grupos de personas detentan un conocimiento arraigado en un lugar geográfico determinado y en su relación con dicho lugar. Es un conocimiento que es constituido por la experiencia y la práctica, que tiene un gran componente tácito y que pasa por procesos de reflexión y codificación como resultado de procesos de contestación
Función en las políticas públicas	Instrumental Legitimación Sustantiva (BOSWELL, 2009)	Contrahegemonía Empoderamiento Prefiguración de futuros alternativos	Contrahegemonía Empoderamiento Definición/caracterización de sí mismo

Explícita	Se moviliza a partir de documentos, tecnologías, manuales, profesiones	Se moviliza a través de narrativas, producciones audiovisuales, informes, documentos, cartas	Se moviliza a través de la experiencia directa (visitas, recorridos, etc.). Se codifica mediante imágenes, etnografías y testimonios
Tácita	Imbuido en las habilidades del investigador y en las prácticas de los lugares de producción	Imbuido en las prácticas de organizaciones y grupos que componen el movimiento social. Imbuido en las prácticas del activista	Imbuido en las practicas del individuo con su entorno, lugar o situación

Fuente: Elaboración propia con base en las fuentes citadas al interior del cuadro.

Estos modos de producción pueden, en algunos contextos y momentos específicos, colaborar, complementarse y coproducirse. Incluso, la misma investigación militante es la muestra de una producción científica comprometida que puede ser contrahegemónica. O, por ejemplo, movimientos sociales y poblaciones locales pueden producir conocimiento científico como los movimientos en la lucha contra el VIH o el cáncer de mama y poblaciones locales constituyendo sus propios métodos de recolección y procesamiento de información para demostrar científicamente niveles de contaminación en sus territorios o en sus cuerpos.⁴ No hablo de la ciencia como un bloque aislado o de

⁴Este tipo de producción de conocimiento se incrementó a partir de la década de 1980 por el trabajo de las asociaciones de pacientes de enfermedades como el cán-

los movimientos sociales como grupos al margen. A lo que me refiero es que los modos constituyen redes que pueden usar elementos en común (formas científicas, conocimiento local etc.) pero que se diferencian en cómo cada modo constituye una red de productores, cierto tipo de actores principales liderando los procesos, formas específicas de validación de resultados, así como ciertas maneras de movilizar de forma explícita y tácita los conocimientos y con ciertos valores políticos y formas de ver/producir lo estudiado.

Si bien los estudios sociales de la ciencia y la tecnología muestran la estrecha relación entre ciencia y política, nos dirá Latour (1994) que la ciencia moderna nos muestra éstas como dos esferas independientes, muchas veces sustentada bajo los preceptos de objetividad y no-neutralidad de la ciencia. Sin embargo, el conocimiento producido y movilizado por los movimientos sociales es claramente enunciado como un conocimiento situado y no-neutral.⁵ Con unas implicaciones políticas, éticas y ontológicas que, si bien como dice Boaventura Santos (2010) no escapa de una pretensión de objetividad ni de una jerarquía de saberes y mucho menos de un diálogo con la ciencia, si tiene como objetivo subvertir las estructuras de poder/conocimiento hegemónicas para lograr cambios sociales de acuerdo con sus demandas.

cer y como respuesta de comunidades y movimientos sociales a problemas como la biopiratería, la contaminación y la injusticia ambiental. En el caso de las comunidades indígenas el paso hacia estados más interculturales llevó a que dichos sistemas de conocimiento fueran reconocidos e incorporados en la gestión de políticas y territorios en países como Canadá (LAVE, 2012, p. 26).

⁵Gran parte de los conocimientos producidos y movilizados en los movimientos sociales tienen una pretensión de ser objetivos, verificables y reproducibles. Es el caso de la epidemiología popular, aunque situados en el contexto en que son producidos los datos, permiten aportar evidencia empírica para el desarrollo de políticas y programas en el tema de la salud pública (CORBURN, 2002, 2003, 2005, 2007; PORTO; FINAMORE, 2012).

Modo científico de producción de conocimiento

El trabajo de Gibbons y colaboradores reconoció dentro de la producción de conocimiento científico, dos modos de producción al que denominaron modo 1 y modo 2 (GIBBONS *et al.*, 1994). En el modo 1 se ubica una forma de producir conocimiento de manera disciplinar, que impulsa a la ciencia basado en los intereses científicos de avance del conocimiento en una disciplina específica, como la física y la matemática (OSORIO, 2005). En este modo de conocimiento la ciencia es considerada como *un saber metódico que versa acerca de verdades generales; también es considerada como una operación intelectual acerca de leyes de la naturaleza, basada en datos observacionales y respaldada mediante el experimento* (OSORIO, 2005, p. 6). En el modelo tradicional de producción de conocimiento (modo 1), los beneficios de la ciencia pasan a la sociedad mediante la movilización y aplicación que se deriva de la tecnología (ciencia aplicada) y el público usa este conocimiento sin necesitar entenderlo.

En el modo 2 ya no es suficiente un interés científico y una revisión y validación de los pares, sino que debe incluirse *la generación de conocimiento dentro de un contexto de aplicación, una mayor responsabilidad social y un control de calidad que ya no está determinado solo por la calidad científica, sino que incluye criterios más amplios* (GIBBONS *et al.*, 1994, p. 99). Así, el modo 2 trabaja de manera interdisciplinar y con un enfoque en la resolución de problemas. Se caracteriza por una mayor flexibilidad en los equipos de trabajo que se organizan en redes, suelen ser heterogéneos, trabajan en contextos de problemas y amplían los lugares de la producción de conocimiento (OSORIO, 2005) a la vez que se somete a presiones de responsabilidad por parte de la opinión pública. Lo que se puede considerar como

un cambio en la forma de producción de conocimiento científico que nace del cambio en la sociedad, sus normativas y las demandas de conocimiento que plantean (PESTRE, 2003).⁶

Un modo no implica que reemplaza al otro, sino que ellos coexisten operando simultáneamente en diferentes contextos. Se podría decir que los modos de producción se corresponden con lo que la ciencia posnormal caracteriza como los dos tipos de sistemas u objetos-problemas: el sistema simple (lo que no implica que no incluya diversos tipos de dificultad) que es estudiado por las ciencias disciplinares –generalmente las ciencias exactas – y los sistemas complejos estudiados por ramas como la ecología y las ciencias humanas. En palabras de Porto, la diferencia entre ambos sistemas es la imposibilidad del segundo de poder ser estudiado desde una sola perspectiva (PORTO, 2012). Al respecto, plantea el autor que entre más complejo es el sistema sobre el cual se desea producir conocimiento, mayor será la importancia de la dimensión cualitativa. En relación con el campo ambiental, y después de trabajar en su libro sobre el modo 2, Gibbons y colaboradores muestran que el modo de producción científica se transforma en relación con el cambio social. Al respecto, el campo ambiental es un ejemplo de los cambios que experimentó el modo de producción científico: nuevas alianzas entre disciplinas como la economía y la ecología, la influencia de las ONG's que vincularon el conocimiento científico con el conocimiento local y la influencia de los movimientos sociales para redefinir la agenda ambiental (NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS, 2001).

Existiría un modo 3 que Callon llama coproducción y que se dife-

⁶Otras disciplinas como la economía del conocimiento y la economía de la innovación han trabajado modelos más complejos de la producción y transferencia del conocimiento para áreas del mercado y la gestión de la innovación. (ZUKERFELD, 2018).

rencia de los modos anteriores de la siguiente manera:

En el Modelo 1, la prioridad es la educación de un público científicamente analfabeto. En el Modelo 2, el derecho a la discusión es lo primero porque los legos tienen conocimientos y competencias que mejoran y completan los de los científicos y especialistas. Sin embargo, más allá de sus diferencias, estos dos modelos comparten una obsesión común: la de la demarcación. El Modelo 1, de manera contundente, y el Modelo 2, de una manera más suave y pragmática, niegan a los legos cualquier competencia para participar en la producción del único conocimiento que vale: el que garantiza el término “científico”. En el Modelo 1 la exclusión es total; en el Modelo 2 se negocia, pero en ambos casos, el temor es que los laboratorios sean asaltados por hordas de no especialistas. La coproducción del modelo de conocimiento, Modelo 3, tiende a superar estos límites al involucrar activamente a los legos en la creación de conocimiento que los concierne. (CALLON, 1999, p. 89).

En el Modo 3, propuesto por Callon, el conocimiento científico es el resultado de la tensión permanente entre especialistas y no especialistas. Es decir, la constante tensión entre *la producción de conocimiento estandarizado y universal, por un lado, y la producción de conocimiento que toma en cuenta la complejidad de las situaciones locales singulares* (CALLON, 1999, p. 89). Al respecto, Callon y Rabearisoa muestran los diferentes tipos de relaciones que se presentan entre pacientes con distrofia muscular y los médicos-investigadores. Estas relaciones entre científicos y no científicos plantean que no existe una división claramente definida entre lo que el autor denomina conocimiento experto y conocimiento lego. Sugiere una coproducción que emerge de la relación entre científicos y grupos de usuarios. Estas relaciones pueden ser de cooperación, de complementariedad o de conflicto. A su vez, cada relación tiene sus efectos no sólo en el conocimiento construido, sino en los mismos actores que permanentemente están redefiniéndose y posicionándose dentro de aquellas relaciones.

Sin embargo, el conocimiento resultante, al estar predominantemente constituido por los elementos de una red de instituciones, personas y redes científicas, es constituido como conocimiento científico (CALLON; RABEHARISOA, 2003).

En este sentido, el conocimiento científico se produce de forma disciplinar (modo 1) y de manera interdisciplinar (modo 2) y es resultado no solo de los principios científicos de sistematización, objetividad, reproducibilidad y validez, sino que su producción es también el resultado de las relaciones entre laboratorios de investigación, universidades, redes de financiación (ya sea estatal o privada), sistemas de construcción de autoridad científica,⁷ presiones de la sociedad, el Estado y las fuerzas del mercado (LAVE, 2012). Por otro lado, en términos de las políticas públicas y su relación con el conocimiento científico, Christina Boswell (2009) plantea que, aunque se delegue a agencias estatales de investigación para hacer investigación que alimente la política (*policy*), muchas veces este conocimiento, que es producido específicamente para la política, no es usado por los *policy-makers*, lo que no disminuye su continuo interés por la investigación. La tesis de la autora es que el conocimiento científico tiene un gran valor para los *policymakers* y juega un papel crucial en la política pública que se basa en sus funciones simbólicas.⁸

⁷Para Polanyi una de las cuestiones o los papeles que cumple el conocimiento tácito es la constitución de lo que denomina la autoridad científica. A partir de la creencia de que la ciencia es una colección de objetos o hechos verificables, plantea que realmente no es fácil para un lego o para un científico de otra área verificar cada hecho presentado por la ciencia. Y que, entonces, la credibilidad de la ciencia viene en gran parte de la autoridad que tiene un científico sobre sus hallazgos. Dicha autoridad proviene o es “impuesta” como resultado del control que ejercen los científicos (*boundary work*) de los canales sobre los cuales los científicos someten sus contribuciones a otros científicos. (POLANYI, 2010).

⁸*Función de legitimación* a través de la autoridad epistémica, *función sustantiva*, donde el conocimiento científico es usado, no para legitimar organizaciones o sus miembros y sí para proveer de autoridad a ciertas posiciones políticas, es un uso fre-

Modo activista de producción de conocimiento

La producción de conocimiento asociado a los movimientos sociales⁹ impacta diversas esferas sociales y políticas. En la Ecología Política, Martínez-Alier estudia la producción de conocimiento en los movimientos sociales de justicia ambiental desde las relaciones entre las teorías académicas, tales como la economía ecológica y la ecología política, y la práctica activista de las organizaciones sociales de justicia ambiental (MARTÍNEZ-ALIER *et al.*, 2011). Las organizaciones sociales y sus redes mejoran sus capacidades a través del uso y la incorporación de conceptos acuñados en el ámbito académico; pero también estas redes desarrollan nuevos conceptos que se vuelven objeto del escrutinio académico y en algunos casos llegan al discurso de las políticas públicas (JAMISON, 1998; HESS *et al.*, 2008; MARTÍNEZ-ALIER *et al.*, 2011). En un trabajo similar, Cox propone que la sociología puede inspirarse en las prácticas cognitivas de los

cuenta en arenas políticas altamente controversiales, puesto que ayuda a devaluar la posición de agencias u organizaciones rivales; y finalmente, la *función instrumental*, por la cual el conocimiento producido por la investigación científica ayuda a resolver problemas y por tanto mejora la calidad de los resultados en términos de la política pública (BOSWELL, 2009).

⁹Existen tantas definiciones como teorías para explicar los movimientos sociales, he elegido aquí traer los elementos de tres autores para resaltar los elementos heterogéneos que se ponen en juego para componer esta red de producción de conocimiento. En su análisis de las teóricas clásicas sobre los movimientos sociales Gohn (2006) resalta que los movimientos son manifestaciones de descontento en la cohesión social y que ese descontento puede ser caracterizado por el tipo de objetivos de cambio social al que aspiran. En esta vía, nos dice Mendiola (2002) que los movimientos sociales son entramados relacionales que se aglutinan alrededor de una identidad (objetivo y conjunto de valores y normas entorno a un fenómeno/problema) para incidir en el cambio social y que sus acciones no son esporádicas. Finalmente, Parra y Gitahy (2017) nos dicen que los movimientos sociales, como una red compleja, involucran diferentes materiales de la naturaleza, prácticas culturales, modos de relacionarse con el territorio y las prácticas nuevas o las estrategias que surgen de la asociación de diferentes actores para la atención de sus demandas.

movimientos sociales, quienes, desde su espacio organizativo, sus procesos de producción de conocimiento y de educación popular pueden ayudar a renovar el proceso teórico, de enseñanza y de investigación de la disciplina (COX, 2014).

Los movimientos sociales son sitios importantes en la producción de conocimientos, así como en su reformulación y difusión. La conceptualización de conocimiento va más allá de los modos tradicionales de conocimiento científico. Así, ciertos autores conceptualizan las *prácticas de conocimiento* no solo en las expresiones del conocimiento científico o experticia en política pública y en política, sino también en la micropolítica y las intervenciones culturales que se relacionan más con el *saber cómo* o con la *praxis cognitiva* que tiene toda actividad social (CASAS-CORTÉS; OSTERWEIL; POWELL, 2008; CASAS-CORTÉS, 2009; OSTERWEIL; ESCOBAR, 2010). Entender la producción de conocimiento desde los movimientos sociales ayuda a comprender los efectos políticos de la acción colectiva. Estos conocimientos toman forma en historias, ideas y narrativas; pero también en teorías, experticias, análisis político y conceptualizaciones críticas de contextos particulares (CASAS-CORTÉS, 2009). Visibilizan lo que otros intentan invisibilizar (racismo, abusos, contaminación) y en ese sentido los movimientos sociales producen nuevas formas de ver el mundo (más igualitario, ecológico, feminista), en este sentido, el conocimiento construido es sobre el mundo y desde abajo (COX; FOMINAYA, 2009).¹⁰

¹⁰Mientras que en el modo de producción académico la principal forma de validación del conocimiento son las redes de revistas indexadas, libros, congresos académicos y ciertos indicadores de producción científica, que en su conjunto proveen lo que Polanyi llamó autoridad científica; en el modo de producción activista, que incluye el conocimiento militante, interesa más la revisión y reflexión constante *en* y *con* las organizaciones comunitarias y activistas. El conocimiento se pone a prueba constantemente y se circula por canales de divulgación más amplios como redes

¿Cómo los movimientos sociales producen conocimiento? Al respecto, Cox y Fominaya plantean que se ha intentado responder a esta pregunta desde dos perspectivas. En la primera, se analiza *el conocimiento subalterno en contra del conocimiento oficial: lo que conoce el esclavo, la mujer, el colonizado, el trabajador, el oprimido, etc., que está oculto o negado por el maestro, el hombre, el colono, el empleador o el opresor* (COX; FOMINAYA, 2009, p. 4). Desde de esta perspectiva, los movimientos sociales están (1) comprometidos con coproducir, desafiar y transformar los discursos de experticia científica. (2) creando “temas críticos” cuyos discursos producen nuevas nociones de democracia. (3) crean teorías reflexivas, coyunturales, contra aproximaciones más dogmáticas y ortodoxas del cambio social y por tanto contribuyen a *formas más éticas del conocer* (CASAS-CORTÉS; OSTERWEIL; POWELL, 2008; CASAS-CORTÉS, 2009). La segunda perspectiva estudia los procesos específicos de producción de conocimiento que están ligados al desarrollo del movimiento social: cómo los movimientos generan análisis, estrategias y tácticas para producir y movilizar contenidos, reflexiones y entendimientos de la práctica interna, etc. (COX; FOMINAYA, 2009). Sin embargo, ambas perspectivas son inseparables de un análisis sobre la producción de conocimiento activista.

Por otro lado, Jamison estudia las olas de cambio tecnológico y las fases de los movimientos sociales para mostrar la relación e interacción entre ciencia, tecnología y los movimientos sociales (JAMISON, 2006). No es coincidencia que los períodos entre el final de una ola

de justicia ambiental, medios de comunicación, foros de divulgación y en estrados judiciales, entre otros. No significa que en algún momento este conocimiento no termine circulando por revistas y eventos académicos. Sino que el conocimiento que se produce en el modo activista tiene un cierto carácter político de urgencia, como por ejemplo proveer evidencia empírica en las altas cortes legislativas.

de cambio y otra (marcada por la recesión y el estancamiento económico) también se caracterizaron por una intensa actividad cultural y de protesta social. Al responder a una ola de industrialización, los movimientos sociales han ayudado a construir la siguiente. En cada ola hubo procesos característicos de apropiación cultural de la praxis cognitiva de los movimientos que gradualmente se fueron transformando en discursos científicos, instituciones y prácticas sociales. La *praxis cognitiva* haría referencia no solo al contenido de la producción del conocimiento sino también al carácter práctico, experiencial y situado que se obtiene en el hacer (JAMISON, 2001). Como se muestra en la *Figura 1*, la *praxis cognitiva* de los movimientos sociales se relaciona con procesos también de aprendizaje dentro del movimiento y puede surgir (no exclusivamente) de la integración de lo que Jamison denomina niveles de demandas de conocimiento (cosmológico, organizacional y tecnológico) (JAMISON, 2006) y con los momentos educacionales de O'Sullivan (crítica, resistencia y creación) (O'SULLIVAN, 1999 *apud* COX, 2014).

En el momento de crítica, se controvierde los lugares de producción de conocimiento, las instituciones sociales y las categorías sociales dominantes. En este momento las instituciones, ordenes sociales, estudios específicos e instrumentos de política se convierten en los sujetos de contestación. Esta crítica viene acompañada de una visión/idea de cómo deberían ser (o no ser) – cambiar los métodos, los contenidos de informes, las instituciones o los impactos políticos de la ciencia y políticas públicas – lo que denomina Jamison la dimensión cosmológica de los movimientos sociales. (JAMISON, 1998). En el proceso de resistencia es cuando los movimientos sociales despliegan sus tácticas y estrategias colaborativas para aumentar la participación en diferentes espacios políticos: tomar medidas disruptivas como la

protesta pública, desafío estatal, la producción de contra narrativas, entablar procesos jurídicos, producir contra-informes y/o hacer la movilización de conocimientos activistas. Para Cox (2014), desde la sociología este momento se convierte crucial para explorar áreas como la democracia, la participación y otras formas de organización y cultura popular. La dimensión tecnológica o momento de creación, se refiere a los principios sobre nuevas formas de coproducir los problemas sociales, aportando para ello principios tecnológicos otros, nuevos métodos, diálogos entre diversos sistemas de conocimiento, tecnologías alternativas o instituciones de orden ciudadano/popular (JAMISON, 2006; COX, 2014).

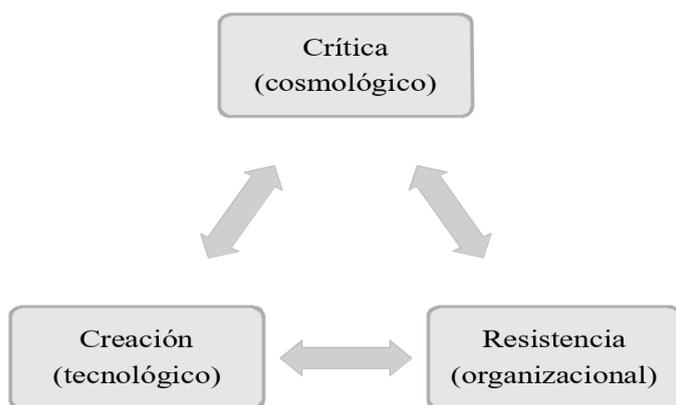


Figura 1. Proceso de producción y movilización de conocimiento en movimientos sociales

Fuente: elaboración propia, basada en Jamison (1998, 2006) y Cox (2014).

Como se muestra en el *Cuadro 2*, los movimientos sociales deben producir, discutir y movilizar conocimientos, a la vez que como movimiento social debe encontrar los canales, las alianzas y las redes para que dicho conocimiento logre desafiar las instituciones, leyes, políticas y lugares hegemónicos. Todas estas características apuntan

a que el movimiento produzca conocimiento (*qué conocer*) contrahegemónico. Pero su éxito (que logre desafiar, controvertir y cambiar la hegemonía) depende también de otros factores referentes a la constitución del movimiento y sus estrategias (métodos, redes, difusión) y a la respuesta de los actores e instituciones (reglas para la participación, control de las empresas) (MCCORMICK, 2009).

Cuadro 2. Características para la producción y movilización de conocimiento contrahegemónico en los movimientos sociales

Características	Funciones
Sujeto de contestación	Estudios específicos, institución científica, paradigmas o métodos científicos, conceptos y categorías movilizadas institucionalmente
Meta	Cambiar los métodos, contenidos, instituciones o los impactos políticos de la ciencia y políticas públicas. Discutir públicamente categorías sociales. Reconceptualización de categorías sociales
Tácticas	Participación, protesta pública, desafío estatal, organización, movilizaciones, contra narrativas, procesos jurídicos, producción de contra-informes, movilización de conocimientos activistas
Estructura Colaborativa	Activistas/científicos, otros movimientos sociales, medios de comunicación, activistas/abogados
Motivación para la producción de conocimiento	Control corporativo de la ciencia, falta de participación en la toma de decisiones políticas, injusticia epistémica, injusticia social y ambiental

Fuente: elaboración propia, basado en McCormick (2007, 2009), Choudry (2014) y Conde (2014).

Modo local/comunitario de producción de conocimiento

El conocimiento local se relaciona con la información perteneciente a contextos locales y sus características, así como el conocimiento

sobre circunstancias específicas, eventos y relaciones y la comprensión de los significados de dichos conocimientos (CORBURN, 2005). Para Corburn, los científicos y otros profesionales tienden a asumir que las personas tienen poco conocimiento y que poco pueden aportar en términos de análisis complejos excepto sus percepciones y valores.¹¹ En este mismo texto, nos habla Corburn sobre que el conocimiento local implica una práctica de cómo es producido el conocimiento. Esto es, que las personas adquieren dicho conocimiento a través de la experiencia más allá de ser un cuerpo estático de información esperando para ser adquirido en un lugar determinado. El autor selecciona el término “*conocimiento local*” para llamar la atención sobre el carácter basado en el lugar de este tipo de conocimiento. Son conocimientos específicos que las personas o comunidades tienen sobre su cotidiano y su lugar, tanto de las expresiones materiales (clima, suelo, ríos, sus características y ciclos) como de los aspectos socioculturales (normas sociales, formas de organización social etc.). (TADDEI, 2015).

Los conocimientos generados por los actores comunitarios y/o locales son importantes porque son “naturalezas” basadas en el lugar (ESCOBAR, 1998, 2000), geográficamente específicos y basados en la relación que los pueblos tienen con el mismo (BRIGGS, 2013). Existe en ellos, la necesidad de construir maneras autónomas de pensar, ser y hacer; y esto, más que un proceso de identidad corresponde

¹¹Esto no quiere decir que no haya excepciones. Las escuelas críticas de la poscolonialidad (BHAMBRA, 2014) y la Decolonialidad han hecho un esfuerzo por descolonizar la ciencia y reconocer los saberes otros (CASTRO-GÓMEZ; GROS-FOGUEL, 2007). Ciencias como la agroecología han tenido sus raíces en los saberes campesinos antes de su institucionalización. Pero como lo resalto, son excepciones. Incluso para quienes defienden la antropología como un campo de la ciencia que valoriza la *otredad* también ha sido criticada de contribuir a la colonialidad del poder sobre esos “*otros*”. (LATOURE, 1994).

a la necesidad de tener un pensamiento propio para defender los proyectos de vida de las comunidades, donde existe una estrecha relación de este proyecto de vida, con el proyecto político e intelectual de las mismas (ESCOBAR, 2010). De acuerdo con esto, para el modo de producción comunitario el énfasis en la producción de conocimiento es una de las primeras condiciones de la resistencia, que les permite diferenciarse y evitar reproducir el pensamiento dominante contra el cual están luchando. Otros trabajos muestran cómo las políticas públicas de salud han sido influenciadas por lo que han denominado *epidemiología popular* y que se refiere al proceso de las comunidades para recolectar, sistematizar, analizar y producir información sobre enfermedades respiratorias o enfermedades asociadas a tóxicos como el mercurio (CORBURN, 2005, 2007; HESS *et al.*, 2008; PORTO; FINAMORE, 2012; CONDE, 2014).

El conocimiento local se revela y es construido, según Corburn, cuando los locales sienten que los análisis de los científicos han retratado incorrectamente su experiencia o cuando se produce la confrontación para que los locales puedan obtener algo de control de la situación. Para aproximarse a una caracterización de lo que significa el conocimiento local Corburn lo hace al realizar cinco preguntas sobre el conocimiento y compararla entre lo que considera el conocimiento local y el profesional (*Cuadro 3*). Aclara que de todas formas no hace una separación radical de lo que es conocimiento local de conocimiento profesional, sino que este tipo de distinción son marcos adecuados para capturar diferentes aproximaciones de la producción de conocimiento. Por lo tanto, este autor prefiere no dar una definición acabada de “conocimiento local”, en su lugar, va a resaltar las diferencias entre éste y el conocimiento profesional. Estas diferencias se pueden indagar a partir de 5 preguntas que indagan por el sujeto que conoce, cómo

se adquiere ese conocimiento, qué tipo de evidencia construye, cómo se valida y cuál es su utilidad para la acción.

Cuadro 3. Conocimiento local vs. conocimiento profesional

Preguntas claves	Conocimiento local	Conocimiento profesional
¿Quién tiene el conocimiento?	Miembros de la comunidad, a menudo grupos identitarios de lugares específicos	Miembros de una profesión, universidades, industria, instituciones estatales y en ocasiones ONG's
¿Cómo es adquirido el conocimiento?	A través de la experiencia y de la tradición cultural	Estudios experimentales, métodos epidemiológicos
¿Qué hace a esa evidencia creíble?	Evidencia a simple vista, experiencia de vida, no es necesariamente dependiente de instrumentos.	Mediado por el uso de instrumentos, la estadística, estándares legales
¿Cómo se valida el conocimiento producido?	Narrativas públicas, historias comunitarias, tribunales, medios de comunicación.	Revisión por pares, cortes, medios de comunicación
¿Qué tipo de orientación toma para la acción?	Precaución/prevenición; el consenso sobre las causas no es necesario.	Consenso científico sobre factores causales

Fuente: Corburn, 2005.

Como se intuye del cuadro anterior, el conocimiento local, sus fuentes y sus productos están anclados a redes de producción muy diferentes de las redes de producción de conocimiento científico. Mientras que en este último nos movemos por instituciones, profesiones, sistema de pares para construir la autoridad científica y el uso de estándares; en el conocimiento local la red es el individuo, el sistema

de normas sociales, la experiencia, los métodos propios o apropiados de observación y medición. Se incluye en el conocimiento local las asociaciones para la movilización del conocimiento y el *cómo* son utilizadas historias y experiencias para crear narrativas locales, también las estrategias y métodos mediante los cuales las personas empiezan a entrenarse en técnicas científicas, en cómo recolectar, analizar e inferir información y, además, cómo el conocimiento local viaja a través de dominios tradicionales de experticia.

Aunque en realidad ningún conocimiento no esté situado o anclado a un lugar, con la forma de producción de conocimiento local/comunitario quiero destacar la forma en que grupos de personas detentan un conocimiento arraigado en un lugar geográfico determinado y en su relación con dicho lugar. Es un conocimiento que es constituido por la experiencia y la práctica, que tiene un gran componente tácito y que pasa por procesos de reflexión y codificación como resultado de procesos de contestación, pero que en cierta medida el conocimiento local depende de la existencia de lo comunitario (relación individuo, grupo, lugar, actividad) (KUSCH, 2002). Para el proceso de codificación, circulación y reflexión sobre el conocimiento, los actores comunitarios pueden establecer alianzas con profesionales y centros de producción de conocimiento científico, pueden desarrollar sus propios métodos de observación, recolección y análisis de la información; o pueden hacer una mezcla de ambas mediante metodologías de Investigación-Acción-Participación. (BONILLA *et al.*, 1972).

Producción y movilización de conocimiento en conflictos socioambientales

La literatura sobre conflictos socioambientales estudia los factores sociales, ambientales, económicos y culturales de los conflictos de distribución ecológica. Trabajos como los desarrollados por Martínez-Alier y su equipo de investigación, se han encargado de mapear¹² los conflictos socioambientales alrededor del mundo y estudiar su relación con el metabolismo social que los genera (TEMPER, 2014; MARTÍNEZ-ALIER, 2015; TEMPER; BENE; MARTINEZ-ALIER, 2015).¹³ De acuerdo con Joan Martínez-Alier, existe una relación dinámica y dialéctica entre académicos y activistas enfocada en los conflictos de distribución ecológica mediante un proceso interactivo entre la producción de conocimiento y el uso del conocimiento (MARTÍNEZ-ALIER *et al.*, 2011, 2014). En su trabajo, Martínez-Alier estudia la coproducción a partir de conceptos que son trasladados del campo académico al campo activista, y viceversa, a partir de una interrelación de trabajo y de confianza entre académicos y activistas. Estos trabajos nos muestran que los conflictos socioambientales son lugares importantes para la producción y movilización de conocimiento. Como se mostró en la sección anterior, el conocimiento no se refiere solamente al conocimiento científico, sino también, al conocimiento local y al conocimiento activista, entre otros.

La configuración del espacio de conflicto se establece mediante la oposición de múltiples actores, las alianzas que establecen entre sí

¹²Se puede consultar el Atlas mundial de conflictos. Disponible en: ejatlas.org.

¹³Este tipo de análisis muestra las características de los conflictos, su intensidad, la resistencia comunitaria, los tipos de acciones, los actores y los resultados en términos de la justicia ambiental. Algunos de ellos han mostrado la relación entre el activismo y la ciencia y su relación con procesos de participación pública en asuntos ambientales.

para constituir narrativas y las respuestas que dan a los demás actores. Es por tanto un proceso dinámico que permite, por ejemplo, la aparición, consolidación y modificación de actores en las arenas ambientales. En este sentido, Merlinsky reporta que es muy frecuente que el movimiento de resistencia no exista con anterioridad a la acción colectiva que se da dentro del conflicto socioambiental, lo que hay son *grupos de sociabilidad y proximidad que cumplen un rol importante en la difusión de la movilización y que, sin embargo, no la anteceden como colectivo, sino que se forman en el contexto particular del proceso contencioso mismo* (MERLINSKY, 2013, p. 61).¹⁴

El conflicto socioambiental permite la emergencia de redes de producción y movilización de conocimiento, más allá de las redes oficiales y sus políticas públicas. Hay un conocimiento oficial que, a través de políticas públicas estatales se ancla socialmente. Es un conocimiento alineado con ciertas instituciones y con determinadas narrativas. Un conocimiento-red que privilegia las decisiones centralizadas, la aplicación de teorías económicas complejas, como instrumentos estandarizados que gozan de reputación, se insertan en ciertas burocracias y parecen universales. Por ejemplo, Asher y Ojeda (2014) nos muestran cómo en el caso del Chocó se aplican las técnicas de ordenamiento territorial aunado a un discurso científico de la clasificación, aprovechamiento e incursión de la naturaleza en el mercado. En la misma vía, Del Cairo (2019) discute cómo las políticas públicas de conservación para la Amazonía colombiana, apoyadas en el conocimiento científico-experto, producen categorizaciones para definir qué es un sujeto ambiental deseable y productivo, y en ese proceso, crean las

¹⁴Muchas de las luchas territoriales que nacen como redes de producción comunitarias pueden articularse con movimientos y redes de justicia ambiental como *Movimientos Ríos Vivos* (Colombia), *Movimento dos Atingidos por Barragens* (Brasil), AIDA-Asociación Interamericana de Defensa del Medio Ambiente.

condiciones y criterios para definir quién puede o no pertenecer a un lugar, lo que justifica el despojo y la exclusión de comunidades que no se alineen con los dispositivos estatales (discursos, prácticas y burocracias), por ejemplo, de sostenibilidad y conservación.

Lo que muestran los conflictos socioambientales, es que la ciencia y sus conocimientos-red no son suficientes en situaciones complejas como la negociación sobre los territorios y las posibilidades de vivir vidas dignas en dichos territorios. En el caso del Chocó la comprensión de lo que significaba el derecho étnico de los pueblos afrocolombianos y la biodiversidad difería en gran medida entre las instituciones gubernamentales y las comunidades raizales¹⁵ (ASHER; OJEDA, 2014). En la discusión sobre la protección de ecosistemas estratégicos en Colombia, como son los páramos, y el aprovechamiento de los recursos mineros, Parra-Romero y Gitahy muestran cómo se conformó un movimiento social en torno a la protección del páramo de Santurbán y, a partir de este conflicto, se complejizó la negociación sobre la apuesta nacional para hacer o no minería a gran escala y la protección de las fuentes hídricas (PARRA-ROMERO; GITAHY, 2017).

El conocimiento no es algo que simplemente produzca una persona, es decir, que opere exclusivamente en el ámbito de lo personal o sólo una institución. El conocimiento científico requiere de redes que posibiliten su producción: instituciones de financiación, centros de cálculo, investigadores y prácticas específicas de producción de conocimiento (LATOURET, 1992). De la misma manera, otras formas de producir conocimiento, como el activista y el conocimiento local, no se producen solamente como el resultado de una experiencia personal, de una sola forma de ver y comprender el entorno o un problema. Sino

¹⁵Un movimiento social que se consolida en este período (años 90) es el Proceso de Comunidades Negras (PCN). Para ver: renacientes.net.

que está totalmente relacionado con las posibilidades para que se conecten personas, organizaciones y formas de aprender-hacer, al igual que diferentes estrategias para abordar los problemas que se representan para las comunidades, activistas o locales. Constituyendo, así, comunidades de práctica donde se pone en juego no sólo las formas explícitas y tácitas del conocimiento sino las condiciones materiales que posibilitan las redes donde emergen las relaciones para producir conocimiento.

La forma en que los distintos actores enmarcan el conflicto y sus actuaciones responden a un proceso, no necesariamente consciente y estratégico, en el que dan una importancia mayor a ciertos aspectos del conflicto sobre otros. Estos actores y los aspectos a los que dan mayor importancia, se constituyen en redes de conocimiento que producen y movilizan conocimiento para ganar posiciones en el conflicto. Como producto de la movilización de dichos enfoques (*frames*) se construyen narrativas. Por ejemplo, Parra-Romero y Gitahy analizan cómo el movimiento social en defensa del páramo de Santurbán adjudica como una victoria del movimiento el hecho de enmarcar el problema de la megaminería como un asunto de la defensa del agua y no como una cuestión de resistencia contra la minería (PARRA-ROMERO; GITAHY, 2017). Sin embargo, la producción de narrativas no es exclusiva de los movimientos sociales. Empresas, gobiernos y organizaciones también construyen narrativas como parte del conflicto. Por ejemplo, el neoliberalismo también crea narrativas que dan forma a diferentes demandas epistemológicas que son introducidas y adoptadas por los productores del conocimiento como las universidades y los centros de investigación asociados al Estado (LAVE, 2012). En este sentido, la modernidad, la globalización o el desarrollo son también narrativas de pretensión universal (JASANOFF, 2004). En las

controversias y debates del conflicto, no sólo cada narrativa provee un enfoque diferente (*frame*) del problema, sino que los actantes, conocimientos, y redes bajo las cuales se moviliza el conocimiento son diferentes.

El conflicto socioambiental es por tanto una posibilidad para disputar, pero también para producir. En este caso, producir conocimientos sobre distintos aspectos del conflicto por distintos actores. Lo que permite que se pongan en juego experticias que contribuyen al cambio social. Los diferentes modos de producción traen asociados las formas tácitas de conocimiento que podemos denominar como experticia. Una activista por el agua de Colombia hizo la siguiente pregunta en un evento: ¿han visto cuánto sabe un activista y cuánto sabe un científico sobre el mismo fenómeno? La respuesta a la primera parte es la experticia comunitaria y activista; la respuesta a la segunda es la experticia científica. Cuando los activistas estudian el EIA (Estudio de Impacto Ambiental), realizan interpretaciones de la información y discuten los escenarios ambientales ganan experticia científica. Cuando un científico camina el páramo, se interesa realmente por entender la explicación del minero, por acompañar, por dialogar más allá del mapa y sí comprendiendo/sintiendo la relación socavón/línea, oficio y dignidad, el científico gana experticia consuetudinaria.

La experticia científica contribuye a la estandarización del conocimiento y por tanto hacer más fuertes los vínculos de la red que los moviliza. La experticia jurídica, bastante movilizada por los movimientos sociales en temas ambientales, tiene una fuerte relación con anclar el conocimiento que surge en el contexto del conflicto; la experticia activista contribuye en la producción de contenidos nuevos y anclados en tiempos menores que con otras experticias; y la experticia local (relacionada con el conocimiento comunitario) avanza en la construc-

ción de capacidades políticas y de movilización de las comunidades. El conocimiento local (que puede ser comunitario o activista o ambos) incorpora otros elementos importantes como la identidad social y su anclaje al lugar. En este aspecto, trae consigo valores, experiencias, historias y narrativas, que al igual que el conocimiento científico, son renegociados cuando en los lugares donde se produce emergen nuevos riesgos, experiencias o contingencias. También este tipo de conocimiento ayuda a mostrar los límites – muchas veces desafiándolo – del conocimiento científico y especializado, lo que ayudaría a los profesionales a trabajar por una producción de conocimiento más contextualizada (CORBURN, 2005; PORTO, 2012).

En esta medida, las experticias y los modos de conocimiento, al igual que las redes que los producen en el contexto del conflicto socioambiental, ayudan a la creación de nuevas categorías sociales y políticas. Por ejemplo, Martínez-Alier *et al.* (2011) presenta cómo el concepto de deuda ecológica acuñado por activistas desde 1990, en protesta a la dificultad que tienen algunos países del sur para pagar su deuda externa; es explícitamente introducido en otros discursos académicos y de líderes políticos. A este caso le llama una ciencia liderada por el activismo. Para el caso contrario, el activismo liderado por la ciencia, presenta el caso del EROI (*Energy Return on Energy Input*), concepto de la economía ecológica que es introducido en el discurso y las demandas de los activistas de la *Vía Campesina*, sus organizaciones y sus redes para mejorar sus capacidades y fortalecer sus argumentos (MARTÍNEZ-ALIER *et al.*, 2011). Estos ejemplos nos muestran que las categorías nacen cuando son necesarias socialmente (FOUREZ, 2000) y, en esta medida, el conflicto y su dinámica promueven, mediante la producción y movilización de conocimiento, que conceptos como deuda ecológica (MARTÍNEZ-ALIER *et al.*,

2011), minería ancestral, páramos como fábricas de agua (PARRA-ROMERO; GITAHY, 2017; PARRA-ROMERO, 2019) o licencia social (PRNO; SCOTT SLOCOMBE, 2012; COSTANZA, 2016) emergen para disputar otros conceptos y categorías hegemónicas como licencia ambiental, reservas mineras y crecimiento económico, entre otros (ESLAVA *et al.*, 2014; ALZATE GÓMEZ, 2015; ANDRADE-SASTOQUE; JIMÉNEZ BECERRA, 2016).

Funciones del conocimiento local/comunitario/activista en los conflictos socioambientales

El conocimiento y su construcción desde lo comunitario y desde el activismo no solo cumple un papel instrumental (qué investigo) sino también una función política, ontológica y ética. En lo político, el conocimiento es producido/movilizado como una forma de subvertir y trascender el discurso de los detentores del poder (hegemonía) a través de la resignificación de los contenidos e implicaciones de los símbolos socialmente aceptados o rechazándolos y proponiendo otros (COY; WOEHRLE; MANEY, 2008). De esta forma, el conocimiento oposicional sería la manera en que los conocimientos-otros, como parte de un proceso dialógico, son producidos y movilizados para cambiar o modificar la hegemonía dominante (COY; WOEHRLE; MANEY, 2008).

En el campo ontológico del conocimiento los movimientos sociales o los grupos subalternos operarían produciendo discursos que les permitan formular otras interpretaciones sobre sus entidades, intereses y necesidades (CARROLL, 2015). Existe una apuesta por el ser y por la posibilidad de *ser de otra forma*. Lo ontológico se operacionaliza como una esfera de lo posible: *Lo ontológico viene primero*

como un imaginario político que se desarrolla epistemológicamente a través de experiencias de experimentación con formas contra normativas de expresión, relaciones o estilos de vida (CHESTERS, 2012, p. 147). Por ejemplo, una idea de vivir de otro modo en armonía con naturaleza puede llevar a desarrollar y experimentar prácticas de autonomía y soberanía alimentaria, constituir granjas autosostenibles o implementar nuevos métodos agroecológicos. En esta medida, el carácter ontológico del conocimiento producido y movilizado por fuera de la institución científica, se relaciona con ser explícito en los valores, formas de vida y lineamientos sobre cómo deberían o qué se espera de las relaciones sociales para las cuales dicho conocimiento es usado o apropiado socialmente.

Lo ético opera de dos formas, al reconocer las técnicas, los modos de conocer y generar conocimiento en los movimientos sociales. La mayoría de las posturas asumen que hay una persona que sabe y que ilumina al movimiento social, y que si bien estos no lo siguen se debe a apatía o falsa consciencia (CASAS-CORTÉS; OSTERWEIL; POWELL, 2008). Si no se quiere instrumentalizar los movimientos sociales al tratarlos como objetos y no como sujetos, la academia debe avanzar en el reconocimiento de que el activismo social produce “subjetividades críticas cuyo conocimiento contextual y situado es independiente de la academia y tiene valor por sí mismo” (CHESTERS, 2012). Así, debe asumir una postura ética al reconocer el carácter relacional y recíproco con otros sistemas de conocimiento diferentes a la ciencia. El segundo aspecto ético, es la apuesta de muchas comunidades y movimientos sociales por una producción de conocimiento que reconozca el lugar de enunciación y la importancia de conocimientos parciales, situados y contextuales. Es una lucha que intenta disminuir las brechas sociales, aumentar la participación de las comunidades y

contribuir a la disminución de las injusticias epistémicas (FRICKER, 2007; SANTOS, 2010)

La combinación de lo que Carroll denomina modos de praxis-cognitiva, integraría las funciones anteriormente descritas, a la vez que produce conocimiento transformador y transformaciones basadas en el conocimiento (CARROLL, 2015). Así, los grupos (ONG's, fundaciones,) en conjunto con comunidades subalternas y movimientos sociales construyen, a través de los modos de praxis-cognitiva, un conocimiento contrahegemónico basado en formas diferentes de integrar teoría, práctica y diálogo. Algunos de los tipos de conocimiento que integran las funciones políticas, éticas y ontológicas son presentados en el *Cuadro 4*.

Cuadro 4. Función y tipos de conocimientos locales/activistas/comunitarios

Función/tipo	Definición
Conocimiento contra informativo	Cuenta la historia no contada (la otra versión). Ayuda a mostrar, al mismo tiempo, a mostrar cómo la información disponible ha sido seleccionada de forma selectiva y conveniente; y resalta cómo otras informaciones deben ser consideradas.
Interpretación crítica	Evalúa la información que ha sido presentada como "precisa", pero cuestiona las bases morales y sociales de cómo la información es presentada, interpretada y usada. Muchas veces presenta una definición alternativa al discurso oficial.
Visionario radical	Visualización sobre los principios o asuntos principales para intentar el cambio social. El objetivo es plantear cuáles son las alternativas y cómo podría ser la sociedad si esos principios visualizados son establecidos. Este tipo de conocimiento incluye también el conocimiento contra informativo y la interpretación crítica.

Transformati- vo	Este tipo de conocimiento define caminos o vías alternativas para instaurar la visión alternativa visualizada por los movimientos sociales.
Desafiar el conocimiento hegemónico	Disrupción y cuestionamiento del sentido común hegemónico a través de la investigación académica crítica y otras prácticas.
Movilizar conocimiento alternativo	Aplicando estrategias para comprometer instituciones desde una postura opuesta a la oficial, aplicando algunas estrategias de diálogo y negociación al interior de estas instituciones. Se complementa con otros tipos de movilización política como las protestas, la estrategia de medios y con la influencia de personas claves en instituciones de "poder"
Empoderar or- ganizaciones de base	Incentivar las capacidades comunitarias y de activismo. Existencia de intelectuales orgánicos que producen su propio conocimiento como base de una agencia colectiva transformativa a través de la participación y la construcción de capacidades.
Construir solidaridades	Se realiza a través del diálogo con otros actores. Tiene como objetivo que haya una convergencia entre las estrategias, la organización y la visión. De lo contrario el conocimiento contrahegemónico quedaría escondido o sin uso; y la resistencia aparecería ante el <i>status quo</i> como episódica sin alternativas reales.
Integración de la teoría y la práctica	Parte de la idea de una dialéctica entre teoría y práctica. El conocimiento práctico y vivencial de los activistas trata de cambiar al mundo y el conocimiento teórico intenta mejorar la comprensión de cómo el mundo está estructurado y cómo puede ser transformado. Al mismo tiempo se requiere que los teóricos construyan su conocimiento con una fuerte base empírica como la de los activistas.

Creación de espacios de reflexión e invención	Es importante crear espacios para que nuevas ideas puedan surgir y donde se permita el encuentro de la teoría y la práctica. Estos espacios permiten que los movimientos y las personas reflexionen sobre "lo que conocen, lo que pueden hacer y cuáles son las bases sobre las que pueden actuar"
Sistematización y diseminación de conocimiento alternativo	La sistematización del conocimiento alternativo es una manera de darle fuerza, poderlo comparar y aplicar – de ser necesario – en otros contextos. Algunas de las formas para hacerlo son el libro, cartillas o portales virtuales.
Prefiguración de futuros alternativos desde las prácticas actuales.	Para producir conocimiento alternativo se debe ir más allá de criticar las prácticas existentes. Identificar en el presente las potencialidades para vivir de otro modo, cómo se pueden fortalecer esas potencialidades y movilizar el conocimiento alternativo hacia comunidades y públicos amplios que permitan crear un sentido común y vayan convirtiendo en una posibilidad esos futuros alternativos.

Fuente: basado en Coy, Woehrlé y Maney (2008) y Carroll (2015).

Consideraciones finales

Los conflictos socioambientales son espacios importantes que, como lo ha mostrado la ecología política, representan los problemas de carácter distributivo de los recursos naturales, las luchas de poder y las injusticias de carácter ambiental asociados a formas específicas de relaciones sociedad-naturaleza. En este trabajo, mostramos cómo los diferentes actores que se enfrentan en los conflictos pueden hacer uso de diferentes modos de producción y movilización de conocimiento para defender su postura.

Presentamos y discutimos el modo científico, el activista y el local/comunitario. Estos modos hablan de las formas, prácticas y articu-

laciones que distintos actores pueden realizar para conocer. Hablar de conocimiento implica ir más allá de lo que significa el conocimiento formal y su red de instituciones. El conocer no es una habilidad que sea exclusiva de una actividad humana como la ciencia. El conocer es una habilidad que denota acción y que se relaciona con todas las actividades humanas. Y es en los conflictos socioambientales que encontramos diversas formas, fuentes de conocer los territorios, la naturaleza y las relaciones de ésta con humanos y no humanos. Las formas de producción son complementarias y necesarias. Tanto el conocimiento activista como el conocimiento científico aportan elementos concretos y complementarios al momento de gestionar los territorios.

El espacio del conflicto permite, entonces, desarrollar, movilizar y potencializar no solo el conocimiento de diversos colectivos, sino también diferentes experticias que contribuyen al cambio social. No solo se lucha por la justicia ambiental, sino que estas luchas, representan un avance en dar voz a sectores y poblaciones que de lo contrario estarían excluidas de la toma de decisiones y de las redes de producción hegemónicas. Es en esta vía que los conflictos socioambientales no solo contribuyen a la justicia ambiental sino también a la justicia epistémica. Son fuerzas para la sustentabilidad, promueven la producción de conocimiento no hegemónico y ejercen presión para negociar y ampliar/ mejorar la gobernanza.

No se trata de quitar el valor del conocimiento científico. Incluso requerimos más ciencia y mejores modelos de divulgación en ciencias naturales y en ciencias sociales, para que a nivel de opinión pública quienes pretenden apelar a la autoridad científica para justificar, por ejemplo, el uso de agroquímicos para erradicación de cultivos ilícitos, o el uso de medidas autoritarias para legitimar la conservación, puedan realizar una crítica y ver los problemas de dicha ciencia y la

forma en que es usada por ciertas narrativas institucionales. Casos como el del Chocó, y muchos otros, nos hablan de cómo las decisiones siguen pasando por las redes de producción hegemónica y oficial: instituciones gubernamentales, universidades y centros de investigación con prestigio donde los actores comunitarios y activistas no son reconocidos; y cuando el conflicto escala, son incluidos en formas instrumentales de participación.

Lo que queremos resaltar es que se puede llevar una visión del conflicto en que reconozcamos diversos antagonistas y que las discusiones, decisiones y transformaciones que sufran dichos conflictos, sean el resultado de procesos de participación y negociación más justos. Donde se reconozca los diferentes niveles y tipos de experticias y conocimientos que resultan de diferentes narrativas. El conocimiento de los movimientos sociales y de las comunidades operarían en dos sentidos: el primero da cuenta de *lo que es* y el segundo de *lo que podría ser* (otro mundo posible), como epistemología alternativa, este conocimiento local puede contribuir a análisis técnicos complejos y en decisiones políticas. Es decir, no sólo podría operar en una esfera instrumental de participación ciudadana, sino que se requiere para co-producir una gestión de los territorios y de los ecosistemas y avanzar hacia cambios sociales importantes en esos aspectos.

Referencias

ALZATE GÓMEZ, L. F. Minería de oro en el marco de la inseguridad normativa, los grupos de interés y las zonas de exclusión. *Revista Opinión Jurídica*, v. 14, n. 28, p. 117-133, 2015.

ANDRADE-SASTOQUE, E.; JIMÉNEZ BECERRA, J. A. Trayectoria Socio-Técnica de las Relaciones entre Extractivismo y Desarrollo Sostenible: el Caso de la Colosa en Colombia. *Revista REDES*, v. 22, n. 43, p. 33-64,

2016.

APARICIO, J. R.; BLASER, M. The “Lettered City” and the Insurrection of Subjugated Knowledges in Latin America. *Anthropological Quarterly*, v. 81, n. 1, p. 59-94, 2008.

ASHER, K.; OJEDA, D. Producir la naturaleza y hacer el Estado: el ordenamiento territorial en las tierras bajas del Pacífico colombiano. In: ESPINOSA, M.; BETANCOUR, A. (Ed.). *El poder en plural: entre la antropología y la teoría política*. Bogotá, Colombia: Ediciones UniAndes, 2014. p. 149-175.

ATLAS mundial de conflictos. Disponible en: ejatlas.org.

BEBBINGTON, A. *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. Peru: IEP, Instituto de Estudios Peruanos, 2007. Serie: Minería y Sociedad 2.

BHAMBRA, G. Postcolonial and decolonial dialogues. *Postcolonial Studies*, v. 17 (2), 115-12, 2014.

BLASER, M. ¿Es otra cosmopolítica posible? *Anthropologica*, v. 36, n. 41, p. 115-144, 2018.

BLASER, M. Notes Towards a Political Ontology of “Environmental” Conflicts. In: GREEN, Lesley (Ed.). *Contested Ecologies: dialogues in the south on nature and knowledge*. Cape Town: HSRC Press, 2013. p. 13-27.

BONILLA, V.; CASTILLO, G.; FALS BORDA, O.; LIBREROS, A. *Causa popular, ciencia popular*. [s.l.]: Publicaciones de la Rosca, v. 1, 1972.

BOSWELL, Christina. *The Political Uses of Expert Knowledge: Immigration Policy and Social Research*. Cambridge, GB: Cambridge University Press, 2009

BRIGGS, J. Indigenous knowledge: a false dawn for development theory and practice? *Progress in Development Studies*, v. 13, n. 3, p. 231-243, 9 jul. 2013.

CALLON, M. The Role of lay people in the production and dissemination of scientific knowledge. *Science Technology & Society*, v. 4, n. 1, p. 81-94, 1999.

CALLON, M.; RABEHARISOA, V. Research “in the wild” and the shaping of new social identities. *Technology in Society*, v. 25, n. 2, p. 193-204, 2003.

CARROLL, William K. Modes of Cognitive Praxis in Transnational Alter-

native Policy Groups. *Globalizations*, v. 12, n. 5, p. 710-727, 2015.

CASAS-CORTÉS, María Isabel. *Social Movements as Sites of Knowledge Production: Precarious Work, the Fate of Care and Activist Research in a Globalizing Spain*. 2009. 519 f. University of North Carolina at Chapel Hill, 2009.

CASAS-CORTÉS, M. I.; OSTERWEIL, M.; POWELL, D. E. Blurring boundaries: recognizing knowledge-practices in the study of social movements. *Anthropological Quarterly*, v. 81, n. 1, p. 17-58, 2008.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHESTERS, G. Social movements and the ethics of knowledge production. *Social Movement Studies*, v. 11, n. 2, p. 145-160, abr. 2012.

CHOUdry, A. Activist research and organizing: blurring the boundaries, challenging the binaries. *International Journal of Lifelong Education*, v. 33, n. 4, p. 472-487, 2014.

CONDE, M. Activism mobilising science. *Ecological Economics*, v. 105, p. 67-77, 2014.

CORBURN, J. Environmental justice, local knowledge, and risk: the discourse of a community-based cumulative exposure assessment. *Environmental Management*, v. 29, n. 4, p. 451-466, 2002.

_____. Bringing local knowledge into environmental decision making. *Journal of Planning Education and Research*, v. 22, n. August, p. 420-433, 2003.

_____. *Street science: community knowledge and environmental health justice*. [s.l.]: The MIT Press, 2005.

_____. Community knowledge in environmental health science: co-producing policy expertise. *Environmental Science and Policy*, v. 10, n. 2, p. 150-161, 2007.

COSTANZA, J. N. Mining conflict and the politics of obtaining a social license: insight from Guatemala. *World Development*, v. 79, p. 97-113, 2016.

COX, L. Movements making knowledge: a new wave of inspiration for Sociology? *Sociology*, v. 48, n. 5, p. 954-971, 2014.

COX, L.; FOMINAYA, C. F. Movement knowledge: what do we know, how

do we create knowledge and what do we do with it? *Interface: A Journal for and About Social Movements*, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2009.

COY, P. G.; WOEHRLE, L. M.; MANEY, G. M. A typology of oppositional knowledge: Democracy and the U.S. peace movement. *Sociological Research Online*, v. 13, n. 4, 2008.

DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “Politics.” *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 2, p. 334–370, maio 2010.

_____. *Earth beings*. Ecologies of practice across andean worlds. Durham, US: Duke University Press, 2015.

DEL CAIRO, Carlos. Selvas y gentes (in)cultas: políticas de la cultura y poblaciones amazónicas en los diseños de intervención estatal. *Cultura: centralidad, artilugios, etnografía*. Colección. [s.l.]: Asociación Colombiana de Antropología, 2019. p. 107.

ESCOBAR, A. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation, and the political ecology of social movements. *Journal of Political Ecology*, v. 5, p. 53-82, 1998.

_____. El lugar de la naturaleza la naturaleza del lugar. In: LANDER, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

_____. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. [s.l.]: Envi3n Editores, 2010.

ESLAVA, A.; GIRLADO, J.; GONZÁLEZ, A. C.; HILLON, Y.; RIOS, A.; SILVA, S.; ZAPATA, O.; CORREA, L.; PRECIADO, A.; TRUJILLO, J. P. *Oro como fortuna*. Instituciones, capital social y gobernanza de minería aurífera colombiana. Medellín, Colombia: Centro de Análisis Político – Departamento de Gobierno y Ciencias Políticas – Universidad EAFIT, 2014.

FOUREZ, G. *La construcción del Conocimiento Científico*. Sociología y ética de la ciencia. [s.l.]: Segunda Ed ed. Narcea, S.A Ediciones, 2000.

FRICKER, M. *Epistemic injustice*. Power & the ethics of knowing. [s.l.]: Oxford University Press, 2007.

GIBBONS, M.; LIMOGES, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P.; TROW, M. *The new production of knowledge*. The dynamics

of science and research in contemporary societies. London, England: SAGE Publications, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 5ª. Edição, 2006.

GUDYNAS, E. Conflictos y extractivismos: conceptos, contenidos y dinámicas. *DECURSOS, Revista en Ciencias Sociales*, n. 27–28, p. 79–115, 2014.

HALL, B. L.; CLOVER, D. E.; CROWTHER, J.; SCANDRETT, E. *Learning and education for a better world: The role of social movements*. Sense Publishers, 2012

HESS, David *et al.* Science, technology, and social movements. In: HACKETT, Edward J. *et al.* (eds.). *The handbook of science and technology studies*. Third. 2008. p. 1025.

HOSSEINI, S A Hamed. Activist Knowledge: Interrogating the Ideational. *The International Journal of interdisciplinary Social Science*, v. 5, n. 5, p. 339–357, 2010.

JAMISON, Andrew. The shaping of global environmental agenda: the role of Non-Governmental Organizations. In: LASH, SCOTT; SZERSZYNSKI, BRONISLAW ; WYNNE, Brian (ed.). *Risk, environment & modernity*. Towards a new ecology. SAGE Publi. London, England: [s. n.], 1998. p. 287.

_____. *The making of green knowledge: environmental politics and cultural transformation*. Cambridge, GB: Cambridge University Press, 2001.

_____. Social movements and science: cultural appropriations of cognitive praxis. *Science as Culture*, v. 15, n. 1, p. 45–59, Mar. 2006.

JASANOFF, Sheila. *States of knowledge: the co-production of science and social order*. International Library of Sociology, 2004.

KUSCH, Martin. *Knowledge by Agreement: The Programme of Communitarian Epistemology*. [s.l.]: Oxford University Press, 2002.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 1st ed. Rio de Janeiro: Coleção TRANS, Editora 34, 1994.

_____. *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. Tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAVE, R. Neoliberalism and the Production of Environmental Knowledge.

Environment and Society, v. 3, n. 1, p. 19-38, 2012.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Ecología política del extractivismo y justicia socio-ambiental. *Interdisciplina*, v. 3, n. 7, p. 57-73, 2015.

MARTÍNEZ-ALIER, J.; HEALY, H.; TEMPER, L.; WALTER, M.; RODRIGUEZ-LABAJOS, B.; GERBER, J.-F.; CONDE, M. Between science and activism: learning and teaching ecological economics with environmental justice organisations. *Local Environment*, v. 16, n. 1, p. 17-36, ene. 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan et al. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. *Journal of Political Ecology*, v. 21, p. 19-60, 2014.

MCCORMICK, Sabrina. *Mobilizing science: movements, participation, and the remaking of knowledge*. Philadelphia, US: Temple University Press, 2009.

MENDIOLA Ignacio. *Movimientos sociales*. Definición y teoría. Barcelona Universitat Oberta de Catalunya. 2002.

MERLINSKY, G. *Cartografías del conflicto ambiental en Argentina*. CLAC-SO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2013.

MORIN, E. *El método 3*. El conocimiento del conocimiento. Quinta Edición. Madrid, España: Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S.A), 2006.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *La organización creadora de conocimiento: cómo las compañías japonesas*. Oxford University Press, p. 60-102, 1999.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M. *Re-thinking Science. Knowledge and the public in an age of uncertainty*. Polity press, 2001.

OSORIO, C. El modo 2 de investigación: la nueva forma de producción del conocimiento. *Heurística* 13, p. 3-14, 2005.

OSTERWEIL, M.; ESCOBAR, A. In search of movement [electronic resource]: Italy's movimento dei movimenti, theoretical-practice and re-making the political. 2010.

PAREDES PEÑAFIEL, Adriana Paola; LI, Fabiana. Nourishing Relations: Controversy over the Conga Mining Project in Northern Peru. *Ethnos*, v. 84, n. 2, p. 301-322, 15 Mar. 2019.

PARRA-ROMERO, A. "Agua sí, oro no". Producción de una narrativa por la defensa del agua y del páramo de Santurbán (Colombia). In: CASAS, R.;

PEREZ-BUSTOS, T. (Ed.). *Ciencia, tecnología y sociedad en América Latina: la mirada de las nuevas generaciones II*. Asociación Latinoamericana de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnologías-ESOCITE y CLACSO, 2019. p. 417.

PARRA-ROMERO, A.; GITAHY, L. Movimiento social como actor-red: Ensamblando el comité por la defensa del Agua y del Páramo de Santurbán. *Universitas humanística*, v. 84, 2017.

PESTRE, D. Regimes of knowledge production in society: Towards a more political and social reading. *Minerva*, v. 41, n. 3, p. 245-261, 2003.

POLANYI, M. *Personal knowledge*. Towards a post-critical philosophy. [s.l.] Routledge & Kegan Paul, 1983.

POLANYI, Michael. *A dimensão tácita*. Inovatec (Portugal), 2010.

PORTO, M. F. *Uma ecologia política dos riscos*. Princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

PORTO, M. F.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1493-1501, 2012.

PRNO, J.; SCOTT SLOCOMBE, D. Exploring the origins of «social license to operate» in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories. *Resources Policy*, v. 37, n. 3, p. 346-357, 2012.

EL PROCESO de Comunidades Negras (PCN). Disponible en: renacientes.net.

SANTOS, B. D. S. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Uruguay: Trilce, 2010.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Eds.). *Movimientos socioambientales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2012.

_____. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: CALAS, 2019.

TADDEI, R. O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres). *Riscos de*

Desastres Relacionados à Água, p. 311-323, 2015.

TEMPER, L. *Environmentalism of the dispossessed: mapping ecologies of resistance*. p. 1-278, 2014.

TEMPER, L.; BENE, D. DEL; MARTINEZ-ALIER, J. Mapping the frontiers and frontlines of global environmental justice: the EJAtlas. *Journal of Political Ecology*, v. 22, n. 266642, p. 255–278, 2015.

ZUKERFELD, M. Tipologías sobre el conocimiento: una revisión crítica y una propuesta materialista. *Revista CTS*, v. 13, n. 39, p. 11-31, 2018.

Resumen:

Este trabajo contribuye a la discusión sobre las potencialidades que ofrecen los conflictos socioambientales para transformar las relaciones sociedad-naturaleza. Partimos de la revisión de tres modos de producción de conocimiento (científico, activista y local/comunitario) para discutir la forma en que distintos actores y sus redes se posicionan en los conflictos. Argumento que los conflictos socioambientales permiten la emergencia de redes con estos modos de producción, que, en la dinámica del conflicto, entran en disputa, colaboran y se permean mutuamente, y que en ese proceso posibilitan no sólo la producción de nuevo conocimiento sino también la formación de nuevas categorías sociales con efectos materiales y simbólicos en la gestión de los territorios y el medio ambiente.

Palabras-clave: Conocimiento local; conocimiento activista; movimientos sociales; conflictos socioambientales.

Abstract:

This work contributes to the discussion on the potential offered by socio-environmental conflicts to transform society-nature relationships. We start from the review of three modes of knowledge production (scientific, activist and local / community) to discuss the way in which different actors and their networks position themselves in conflicts. I argue that socio-environmental conflicts allow the emergence of networks with these modes of production, which, in the dynamics of conflict, come into dispute, collaborate and mutually permeate each other, and in this process they enable not only the production of new knowledge but also the formation of new social categories with material and symbolic effects on the management of the territories and the environment.

Keywords: Local knowledge; activist knowledge; social movements; socioenvironmental conflicts.

Recebido para publicação em 10/12/2019.

Aceito em 12/05/2020.

Memoria intertextual y narrativa en la conformación de las ontologías de la naturaleza en las comunidades mazahuas de México: reflexiones desde la ecología política latinoamericana

David Figueroa-S

Universidad Autónoma del Estado de México, México

 <https://orcid.org/0000-0002-2092-381X>

davdatura@hotmail.com

Introducción

Las complejas relaciones entre naturaleza, cultura y sociedad adquieren formas distintas en función de las características del entorno natural y de las condiciones históricas. De ello resulta una amalgama de relaciones que, en sus significaciones culturales, construyen fundamentos epistémicos sobre el mundo, así como representaciones ontológicas y axiológicas sobre el ser humano y su naturaleza integral. Estos elementos se ven reflejados en saberes, maneras de observar, nombrar, explicar y concebir todo aquello que las rodea.

En los contextos de confrontación ontológica, epistémica y de la apropiación de espacios y recursos, la ecología política ha sido un enfoque crítico que ha analizado y denunciado estos procesos de dominación e imposición sobre la naturaleza. En Latinoamérica, ésta perspectiva ha estado en continua retroalimentación, sustentada por diversos académicos y activistas, algunos de ellos provenientes de las propias comunidades indígenas que han exaltado la relevancia de sus constructos ontológicos sobre la naturaleza. En ese sentido, consideramos relevante enfatizar los procesos que enmarcan la continuidad de la transmisión de la información que forja los imaginarios sociales en los contextos de inclusión de nuevos actores sociales a los escenarios comunitarios o actores con presencia histórica, pero con nuevas tendencias discursivas e imposiciones ideológicas que tienen un efecto en las dinámicas de articulación ser humano-sociedad-naturaleza.

En este texto, daremos algunos acercamientos a las tendencias de la ecología política latinoamericana como referente analítico. Nos interesa enfatizar la memoria social de las comunidades mazahuas desde la interacción de experiencias intertextuales que encausan una forma de interpretar y actuar en el entorno – entendido éste como un bio-territorio –, ante diferentes formas de control de la naturaleza por parte del Estado y empresas privadas.

El agua, además de ser un elemento vital para la subsistencia humana de los pueblos mazahuas, ha marcado diferentes procesos de representación simbólica, donde ésta no es percibida sólo como un recurso natural, sino como parte de una realidad integral y relacional (ESCOBAR, 2015) por estas poblaciones originarias. El agua como un referente de vida, es expresión de las condiciones de supervivencia biológica y, evidentemente, es un referente simbólico que atraviesa las cosmologías de los pueblos por su relevancia vital. Su trascendencia

se transmite en las narrativas que expresan relaciones socioambientales de gran arraigo. Éstas son construcciones que se tejen tanto en las formas de vinculación y apropiación del entorno, en los usos, prácticas, conocimientos y significaciones de la naturaleza, como de las posturas ejercidas por las normativas del Estado, sus instituciones y políticas que generan transformaciones en el ambiente y en los paisajes culturales.

Eckart Boege (2008) plantea que las comunidades indígenas en México, a partir de sus zonas culturales, han conservado la diversidad biológica como recurso para la supervivencia, además de ello, sus territorios son espacios de captación de agua muy significativos, el 23.3% del total nacional, en cuanto a captación vertical, se produce en el territorio de los pueblos indígenas, ya que la mayoría de éstos son cabeceras de las cuencas.

Metodológicamente, se realizó trabajo de campo en las comunidades mazahuas, en las regiones centro-noroccidente y occidente, cercanas a la cuenca del Lerma y Cutzamala. A partir de la etnografía y entrevistas a profundidad, se analizó la percepción del agua y la naturaleza como construcción narrativa de la memoria social en los procesos de transformación del entorno, derivados de proyectos de trasvase y la instalación de industrias privadas en los territorios indígenas.

La ecología política latinoamericana en la perspectiva de la comprensión de lo socioambiental

La naturaleza como entidad biológica, así como su aprehensión social a partir de las dinámicas de vida de los seres humanos, es también un referente que, eminentemente en el contexto capitalista, responde

a posibilidades de maximización económica, a partir de su aprovechamiento y la percepción que de ella se genera como “recurso”. Como un bien económico, la naturaleza es susceptible de asumirse como un elemento de control y disputa. La tierra constituyó la base de la riqueza de los individuos en los siglos que precedieron el mundo contemporáneo neoliberal (PIKETTY, 2014). A pesar de que la tierra, la biodiversidad y el subsuelo siguen siendo las principales fuentes de explotación de los sistemas extractivistas, en tiempos recientes, nuevas formas de colonización se hacen presentes a partir de la privatización de elementos de la naturaleza que históricamente fueron concebidos para el acceso libre, tal es el caso de los recursos hídricos y la atmósfera.

La persistente colonialidad que afecta a la naturaleza latinoamericana, la misma, tanto como realidad biofísica, como su configuración territorial, aparece ante el pensamiento hegemónico global y ante las elites dominantes de la región como un espacio subalterno, que puede ser explotado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes (ALIMONDA, 2011).

La lógica de interacción y de experiencia en la naturaleza ha dado un giro cada vez más drástico, a partir de las políticas neoliberales que han impuesto una ruptura sistémica y vivencial de los sujetos. La economía verde surgida en la década de 1970 replanteó las dinámicas de apropiación de los bienes públicos, a su vez, algunas de las políticas ambientales se han dirigido a las tendencias de privatización, a partir de la figura de “concesión” a empresas que supuestamente pueden dar continuidad y mantenimiento a éstas, mientras que el Estado se desprende de la obligatoriedad de la protección ambiental, de los bienes comunes y del derecho a la naturaleza (FIGUEROA, 2017).

Así, elementos que jurídicamente fueron legitimados como pro-

piedad de la nación y por tanto bienes públicos, en las políticas neoliberales se ha transformado su estatus de propiedad, tal es el caso de la privatización de la atmosfera bajo las políticas del mercado de carbono, así como la privatización del agua. En el caso de México, existen algunos antecedentes como la Ley General de Aguas, aprobada por la Cámara de Diputados el 04 de marzo de 2015. Estos desajustes normativos enmarcan lo que Noel Castree (2008) define como neoliberalización de la naturaleza.

Como lo plantean algunos autores (LEFF, 2004; ALIMONDA, 2011, 2017; ESCOBAR, 2015; SKOLIMOWSKI, 2017, entre otros), la modernidad ha trascendido occidente y se ha enraizado en las formas de pensar casi como un carácter global. Con ello, se ha “naturalizado” la racionalidad moderna como forma de interacción entre el ser humano y su entorno. Es precisamente que, en este escenario, la ecología política surge como una posibilidad reflexiva y activa ante los conflictos y depredación que se gesta en torno a la naturaleza, entendiendo que las dinámicas de su apropiación están eminentemente influenciadas y marcadas por relaciones de poder, conflictividades y desfases sociales de gran relevancia, incluso procesos de ecocidio, que al mismo tiempo se convierten en epistemicidios (SANTOS, 2003; 2009), en muchos casos ligados a los etnocidios. En ese sentido, la ecología política es una posibilidad y un campo de resignificación de las políticas y el ejercicio del poder, como crítica para repensar la naturaleza, la cultura y en general al ser humano como un ser integral.

A partir de la década de 1960, se empezaron a retomar como elementos de análisis las formas de resignificación de la naturaleza, así como los procesos sociales relacionados a lo ambiental (LEFF, 2003). Los temas ambientales tomaron una visión política a partir de la influencia de los movimientos sociales que denunciaron el ejercicio de

control imperialista de los territorios y recursos en diversas latitudes. El deterioro ambiental adquirió una perspectiva diferente desde las nociones críticas que asumen que éste no se concibe sólo a partir de la falta de prácticas ambientalistas, sino desde los factores estructurales que han fortalecido condiciones de desigualdad económica, marginación, procesos extractivistas y la acumulación por desposesión (DURAND *et al.*, 2011).

Si bien, el campo de la ecología política surgió del contexto anglosajón como una disciplina crítica sobre el acceso desigual de los recursos naturales y los conflictos resultantes (MOREANO *et al.*, 2017), así como de la vertiente francesa con perspectivas semejantes; la perspectiva latinoamericana, a pesar de retomar estas influencias, ha generado posiciones académicas y activistas muy significativas que están dando base a una corriente que ha retomado la situación histórica de la región. La subordinación latinoamericana como proveedor de materias a los intereses imperialistas de las potencias europeas y de Norteamérica ha marcado nuestro devenir histórico (GALEANO, 2004), lo cual se hace visible en una perspectiva regional compartida.

Como lo plantean Toro y Martín (2017), en Latinoamérica se ha conformado un pensamiento político ambiental complejo que, además de aportar a la comprensión de lo socioambiental en nuestra región, también contribuye a la comprensión global e histórica de estos problemas, así como a las experiencias de lucha por la “r-existencia” territorial ante los procesos de despojo y devastación socioambiental.

La ecología política latinoamericana deviene de la tradición del pensamiento crítico latinoamericano, el cual está en la disconformidad con el estado de cosas existente, así como en la búsqueda de alternativas, a partir de la comprensión de la situación actual (ALIMONDA, 2017). Esta corriente tomó desde sus orígenes una posición

“situacional”, en gran medida vinculada a las reflexiones de algunos precursores de la filosofía latinoamericana (ZEA, 1972; GAOS, 1943; VILLORO, 1950), que asumieron la relevancia de entender el papel de América Latina en la reflexión sobre el conocimiento fundado en las propias circunstancias históricas.

Alimonda (2017) plantea que la perspectiva de la ecología política latinoamericana implica una epistemología crítica, donde se genere el cuestionamiento de las categorías y procedimientos de los discursos científicos dominantes. Este autor asume que el pensamiento latinoamericano ha sido históricamente “antropofágico”, cuestionando las elaboraciones intelectuales y estéticas provenientes de los centros metropolitanos. Por ello, la ecología política latinoamericana es una continuidad del pensamiento crítico latinoamericano.

Para justificar dicha continuidad, Alimonda *plantea algunos supuestos: ambas tienen como punto de origen* la duda sobre nuestra identidad y la búsqueda sobre las claves de la misma; ésta búsqueda sólo puede reencontrarse en las claves del pasado y su reinterpretación, en el caso de la ecología política, a través de la historia ambiental. Ambas posturas plantean una realidad geo-histórica común latinoamericana, en la que se reconocen, aún cuando se enfocan a casos nacionales particulares. Tanto en el *pensamiento crítico* como en la *ecología política* que se hace en Latinoamérica, existe una común desconfianza hacia el instrumental teórico y metodológico de las ciencias sociales convencionales. En ese sentido, la *ecología política* latinoamericana se ha establecido en diferentes áreas disciplinarias a través de un *giro eco-político*, que ha vinculado diferentes campos de análisis, así como un proceso de recomposición intelectual para formular respuestas (ALIMONDA, 2017).

Moreano *et al.* (2017) consideran que hay “marcadores de identi-

dad” de la ecología política latinoamericana que tienen que ver con diferentes aspectos: la adhesión a la teoría decolonial, donde se problematizan los efectos de la modernidad en las naturalezas latinoamericanas, su población y sus culturas; el carácter reflexivo de la investigación empírica, bajo la lógica de que América Latina se estudia a sí misma; y la visión particular sobre el territorio, la cual está moldeada, en gran medida, por la territorialidad indígena y la pertenencia a un *lugar*.

La línea decolonial de la ecología política latinoamericana se ha orientado hacia el reconocimiento de la diversidad de naturalezas y sociedades. En tal caso, se vuelve significativo asumir la necesidad de una decolonialidad epistémica ante la dicotomía moderna entre cultura y naturaleza; la decolonialidad política que ponga a discusión la noción de progreso/desarrollo; así como la decolonialidad étnica y de género que reconozca las diferentes racionalidades y espiritualidades asociadas a las diversas naturalezas tanto en relación a la subordinación como a su conexión con la naturaleza (MOREANO *et al.* 2017).

El tiempo-espacio que constituye nuestra situación latinoamericana ha marcado un sentido histórico enraizado a los procesos económicos y políticos de la colonización española y de control capitalista en las centurias recientes. No obstante, un sentido significativo ha sido repensar el espacio, no sólo en relación a los proyectos nacionales, sino en los territorios de las comunidades indígenas que han sido negados por los propios proyectos nacionalistas latinoamericanos. En ese sentido, se desprenden dos elementos de relevancia: el territorio y la memoria social. El primero como el espacio cultural y de vida, afianzado históricamente. En el caso de la mayoría de los pueblos indígenas, se han formado estrategias de vinculación sustentable, además de un complejo mundo de valores e interacciones con las entidades

del entorno. Por otro lado, la memoria social e intertextual ha sido un proceso constante de recreación situacional que se hace presente en situaciones de confrontación epistémica y de extracción de recursos.

Los pueblos indígenas han enfatizado la relevancia de los territorios simbólicos, ante los constructos de territorios económicos por parte de los estados y las empresas transnacionales (ALIMONDA, 2011). En ese sentido, los movimientos en defensa del territorio están acompañados de una apología de las formas de vida que tienen un arraigo de gran aliento, esto implica no sólo la posesión del espacio – la territorialización – sino un conglomerado de sistemas de pensamientos y formas de definición del ser, de lo propio y del mundo en general.

Por ello la importancia de que la ecología política centre su análisis en las interacciones sociales que pueden enmarcar condiciones de conflictividad o diferencialidad en las formas de acceso, uso y control de los recursos naturales, así como en los procesos de agencia y dinámicas de apropiación del entorno, mediante improntas que determinan el sentido de la naturaleza socializada (FIGUEROA, 2017).

Narrativas y ontologías de la naturaleza

En años recientes, los movimientos sociales que tratan de hacer visibles los sistemas de colonización cultural y económica, han ponderado la importancia de las epistemologías indígenas como una forma de descolonización (DELGADO, 2003; SANTOS, 2009; GROSGOUGUEL, 2007; entre otros). En esa medida, se han generado movimientos de etnogénesis (BARTOLOMÉ, 2008) que resultan significativos para el proceso de revalorización de los conocimientos indígenas, algunos de ellos ligados a la defensa de los territorios ancestrales, simbólicos y cotidianos que han sido afectados por las políticas estatales

y la acción de grupos empresariales para monopolizar el espacio y los recursos naturales.

Los movimientos “etno-territoriales” no sólo son luchas políticas en defensa de los territorios o de los recursos, sino que enfatizan otras dimensiones: la dimensión de la vida o dimensión ontológica. Ésta adquiere un sentido “relacional” al concebir la existencia de un todo, “nada (ni los humanos ni los no humanos) preexiste a las relaciones que nos constituyen” (ESCOBAR, 2015, p. 29).

Gran parte de los movimientos indígenas contemporáneos no sólo son una defensa de los espacios comunitarios, son movimientos que defienden su entorno natural y sus cosmologías. A este tipo de movimientos los podemos definir desde la defensa bio-territorial, que ha trascendido las demandas agraristas de mediados del siglo XX, ahora enfocándose a la protección de los territorios culturales considerados como espacios de vida, ya sea porque el espacio mismo es asumido como una entidad viviente, un espacio donde habitan entidades naturales y supranaturales, así como un espacio que da vida al ser humano desde un sentido integral y relacional.

Muchas de estas sociedades comparten sistemas comunitarios que marcan dos elementos centrales en el debate sobre la percepción de la naturaleza: la confrontación con la perspectiva de la propiedad privada y lo que implica en términos de uso y aprovechamiento del entorno y sistemas de organización social; por otro lado, la percepción de la naturaleza como entidad sacralizada o por lo menos anímica en contra de la naturaleza como capital (FIGUEROA, 2017).

Un punto a resaltar en las epistemes indígenas es que éstas no se desarrollan en ámbitos estrictamente locales o cerrados, por el contrario, son reproducciones que abarcan tanto las dinámicas propias de las sociedades que las asumen como sistemas axiológicos, al tiempo en

que también son un elemento de disputa ante influencias sociales de diferentes escalas que implican las revaloraciones significativas del sistema de creencias y de las recreaciones sobre el entorno.

La narrativa y el constructo de la memoria intertextual como forma de resistencia en los conflictos socioambientales

La historia ambiental ha sido un referente importante para la comprensión de los procesos de acción en los entornos naturales (ALIMONDA, 2017). De igual trascendencia son las historias locales que formulan y resignifican narrativas sobre el pasado, ya sea mítico (o atemporal) o histórico (como una historia documental o físicamente verificable). La relevancia de la memoria social y su constructo narrativo en torno a lo ambiental, se enmarca en las formas de vivenciar, experimentar y comprender el tiempo-espacio.

Halbwachs ha expuesto la importancia de los marcos sociales de la memoria, los cuales se van constituyendo a partir de las vivencias de la infancia y el vínculo generacional. La parte social e histórica de nuestra memoria es más amplia de lo que pensamos, debido a que hemos adquirido diversos modos de recordar y de precisar los recuerdos, más allá de los puntos de vista individuales. *Es evidente que reconstruimos, pero esta reconstrucción opera según las líneas ya marcadas y dibujadas por nuestros recuerdos o los de los demás* (HALBWACHS, 2004, p. 78). La memoria social se arraiga a través de diversos ejercicios del recordar, que recrean constantemente el pasado a partir de rituales que establecen su continuidad y reactivación. Este proceso involucra la corporeidad como reflejo de lo individual en la práctica social (CONNERTON, 2006).

Si bien es cierto que los referentes sociales son fundamentales en la forma en que construimos las experiencias, así como el interés en algunos tópicos que socialmente se han considerado relevantes; otras posturas analíticas han puesto en duda la condición colectiva de la memoria. Pollak (2006) plantea que el abordaje durkheniano, del cual es parte Halbwachs, pone énfasis en la fuerza casi institucional de la memoria colectiva, como algo duradero continuo y estable, acentuando sus funciones positivas como refuerzo de la cohesión social; sin embargo, no identifica imposiciones, sistemas de dominación o violencia simbólica en la memoria colectiva.

El énfasis de Pollak está en los procesos y actores que intervienen en la constitución y formalización de las memorias. Este autor advierte que, en un nivel individual, la memoria es indisoluble de la organización social de la vida, no obstante, debe de haber un análisis que aborde cómo las memorias son construidas, deconstruidas y reconstruidas, lo cual implica un trabajo psicológico de los individuos que tienden a controlar las tensiones y contradicciones entre la perspectiva oficial del pasado y los propios recuerdos personales.

En una posición semejante, Olick (1999) ha cuestionado lo colectivo en la memoria social a partir de la tensión entre la agregación del marco social en las memorias individuales. Este autor acepta la relación entre el entendimiento individual y colectivo, sin embargo, considera que existe una tensión que deviene del hecho de que la memoria ocurre en lo público y en lo privado, por tanto, este proceso es en parte constituido por procesos psicológicos. Olick asume que la memoria está basada en principios individuales, por tanto, tendríamos que referirnos a una memoria individual presocial, siendo la memoria social la resultante de los discursos públicos acerca del pasado, narrativas e imágenes que hablan de la colectividad, al igual que la gran

variedad de procesos mnemotécnicos, prácticas y resultados, neurológicos, cognitivos, colectivos y personales.

En ese sentido, podemos asumir que la memoria social, si ésta llegara a existir, sólo sería el fruto de una mediación e integración de distintas memorias (MONTESPERELLI, 2005). El efecto de los referentes sociales se hace presente en las exégesis individuales que, al objetivarse y narrarse, se convierten en fuente de lo social, en una forma discursiva de lo comunitario (FIGUEROA, 2015). Esta condición se acerca a lo que Abercrombie (2006) refiere sobre la memoria social como un “hacer” el propio pasado, a partir de formas concretas por las cuales la gente se constituye tanto en un carácter personal como en sus formaciones sociales a través de sus acciones comunicativas.

La diversidad de posturas ejercidas en la construcción de las memorias sociales se enfrenta a lo que Pollak, retomando a Henry Rousso, identifica como el “encuadramiento” de la memoria, es decir, la cohesión a partir de marcos y puntos de referencia que implican ciertas exigencias de justificación. Este proceso involucra diversas interpretaciones y combinaciones del material provisto por la historia.

Las memorias subterráneas que, como parte de las culturas dominadas o minoritarias se oponen a la memoria oficial, llegan a mantener su continuidad en condiciones de silencio o silenciamiento, resurgiendo en momentos críticos a través de la exacerbación de la confrontación con los discursos que sustentan las memorias oficiales (POLLAK, 2006). Los procesos contingentes permiten el resurgimiento de recuerdos, por tanto, la memoria social, entendida como una serie convencional de narración y acción articulada a un tiempo y espacio, se moldea a partir de situaciones de dominación (ABERCROMBIE, 2006).

La interacción entre las diversas memorias subalternas y hegemó-

nicas, complejizan el problema de la comprensión de una memoria “social”, no obstante, partiendo de la coimplicación de dichas memorias, pueden ser entendidos los juegos de la significación. Un sustento hermenéutico nos acerca a la comprensión de esta situación, ya que la experiencia misma y su objetivación, necesariamente están inmiscuidas en la visión de la tradición (GADAMER, 2005). En ese sentido, la comprensión de la intertextualidad que teje los caminos y bifurcaciones de la memoria, a través de diversas fuentes discursivas, está caracterizada fundamentalmente por las formas de mediación, en las cuales se entrelazan la representatividad y las relaciones de poder.

Los diversos caminos de la memoria no implican concretamente la selección de recuerdos y el modelaje de éstos a partir del olvido, puesto que, los recuerdos pueden permanecer ocultos según los intereses de los grupos que sustentan una memoria hegemónica, o están transitando subterráneamente en otros imaginarios que han sido relegados pero que siguen estando presentes. En varias ocasiones, estas “visiones de la realidad” pueden posicionarse en el embalaje significativo, dependiendo de las circunstancias contextuales. El flujo de la memoria sustenta su fuerza a partir de la confrontación y la mediación de los canales creados en la interacción, esto permite que en la realidad emergente la voz de las diversas memorias subsista en los sistemas significativos sociales.

La intertextualidad expone diferentes narrativas entrecruzadas, las cuales cohabitan el espacio y la interpretación del pasado. Pero el problema no está únicamente en las negociaciones y treguas de las diversas memorias locales, sino que en sí mismas, las tramas narrativas despliegan visiones diversas sobre el tiempo y el espacio. La vida de la cual somos testigos cotidianamente se nos presenta como un intrincado tejido de historias, intrigas, acontecimientos de efecto tanto en

lo público como en lo privado, y de implicaciones en la forma en que nos narramos unos a otros (AUGÉ, 1998, p. 39).

El sentido ontológico que una sociedad construye culturalmente no es una condición inmutable o esencial, por el contrario, es un proceso donde interactúan narrativas generadas en dinámicas de arraigo cultural y de conexión con otras perspectivas diferenciadas, que no sólo comprometen puntos de vista sobre un determinado tópico, sino una visión más amplia de la realidad. En esas dimensiones, las posibilidades epistémicas y ontológicas son el resultado de las experiencias humanas con su mundo relacional.

Lo que se puede entender como una memoria social en términos de la asociación de los acontecimientos sociales, las exégesis personales sobre ese proceso y las dinámicas que socialmente se establecen para recordar, robustecen los vínculos de las experiencias comunes en una co-relación tiempo-espacio, tal como lo planteara Bajtin (1989) respecto a los cronotopos que, como indicadores espacio-temporales, se funden en un todo concreto, puesto que el espacio es sensible de los movimientos del tiempo de la acción y de la historia.

La memoria social pensada desde una lógica de diversidad interna implica asumir la presencia de “memorias sectoriales”, las cuales son efecto de las encrucijadas sociales, las diferencias generacionales, las motivaciones e intereses políticos, así como la interpretación histórica. La memoria, además de ser el resultado de la dualidad individuo/sociedad, es sobre todo la coimplicación de los diversos flujos significativos que contienen visiones particulares de la realidad, del ser y el entorno, sea este natural, sobrenatural o transnatural (FIGUEROA, 2015).

Es por ello que definimos a la memoria social desde sus diversos flujos intertextuales, referenciales y significativos, generados a partir

de la acción de diferentes actores y grupos sociales, los cuales puedan estar enmarcados en procesos locales, de interés político, económico, de clase u otros. La memoria intertextual sobre lo socioambiental implica características activas, dinámicas, propositivas y constructivas de la realidad emergente. El carácter dinámico de la memoria nos muestra un proceso en el cual la tradición, los acontecimientos, el recuerdo, el pasado y el entorno están en constante resignificación a partir de nuevas perspectivas y discursos que presentan las circunstancias contextuales y coyunturales.

La memoria social como proceso intertextual es una dinámica fundada en la *poiesis*, es poética que se articula con el espacio vivido. En ello se hace conveniente plantear la reflexión de que el tiempo y el espacio no sólo se piensan, sobre todo se “sienten”. Esto es lo que da origen a una ecoestética: la estética del mundo reconocido, vivido, habitado, enraizado en la experiencia humana.

Noguera y Giraldo asumen que el pensamiento estético ha dejado de ser un pensamiento dirigido a lo bello y se ha convertido en una forma de pensar *las maneras de hacer, crear, co-crear, transformar las texturas de la tierra-naturaleza-vida, por los cuerpos vivos, que son emergencias estéticas de la tierra* (NOGUERA; GIRALDO, 2017, p. 80). En esa idea, la transición de lo epistemológico a lo ético-estético no es un abandono de lo epistémico, sino el énfasis del habitar como un saber estar. Esto implica redirigir nuestra atención del cómo conocemos, al cómo habitamos, siendo esta última la pregunta fundante para entender el cómo conocemos, cómo sentí-pensamos (NOGUERA; GIRALDO, 2017).

El ser humano narra y escucha, habita su mundo, no sólo con palabras y con el pensamiento, sino con su experiencia corporal que se enfatiza en su exégesis narrativa. No sólo es el ser como lenguaje, es el

ser que delinea su mundo, su hábitat. Es en ese campo que la narrativa y su resultante memoria socializada son pensamiento poético.

Noguera y Giraldo se plantean la pregunta ¿para qué poetas en tiempos de extractivismo ambiental? Su respuesta es contundente: el pensamiento poético es una potencia para comprender la crisis ambiental y construir soluciones profundas. Retomando a Hölderlin, estos autores consideran que sólo los poetas *serán capaces de comprender los lenguajes, las expresiones de la tierra, para dejar a la naturaleza seguir su rumbo* (NOGUERA; GIRALDO, 2017, p. 79). En ese sentido, podemos asumir que las comunidades que mantienen la transmisión de sus narrativas de gran arraigo, sus ecomitologías, se enmarcan en una condición poética de creación y recreación de las narrativas del ser-mundo-naturaleza. Su constructo narrativo y de rememoración refuerzan su “identidad narrativa” (RICOEUR, 1996).

Estas definiciones del ser social-natural son racionalidades ambientales (LEFF, 2004) que enfatizan un sentido de vida de las sociedades humanas, enraizado con su entorno natural de forma inherente, diferente a los constructos de la naturaleza como recurso del capital económico. En ese sentido, la ecología política da cuenta del campo de confrontación de las racionalidades diferentes: la racionalidad de la modernidad que conduce al mundo a una dinámica de des-tradicionalización y de progreso hacia la entropización del planeta; a diferencia de la racionalidad del reconocimiento de los diversos mundos de vida (LEFF, 2017).

Las regiones mazahuas y las transformaciones en su paisaje

El Estado de México, localizado en la zona central del país, alberga parte de tres regiones hidrológicas: Lerma-Santiago, Balsas y Pánuco, siendo cabecera de las cuencas principales de los ríos que llevan el nombre de sus regiones hidrológicas: Lerma, Balsas y Pánuco. (INEGI, 2001). Las comunidades mazahuas están asentadas en zonas vinculadas a los afluentes del Balsas y del Lerma, de igual forma, estas regiones cuentan con una importante masa forestal, en la zona poniente se tiene el santuario de la Mariposa Monarca que se comparte entre el Estado de México y el de Michoacán, cubriendo una extensión de 56,259 hectáreas (CONANP, 2001). Según el Censo INEGI (2010), en el Estado de México hay 116,240 hablantes de la lengua mazahua, lo cual la hace la lengua originaria con mayor vitalidad en la entidad. Su población se concentra en 12 municipios de la zona central, noroccidental y occidental del estado.

La agricultura de autoconsumo y comercial fue la base económica de los pueblos mazahuas, apoyado por la ganadería y aprovechamiento de animales de traspatio y recolección de frutos, vegetales y hongos en las llanuras y bosques. Esta forma de vida tuvo una severa transición a partir de procesos migratorios laborales hacia diversas ciudades del país, principalmente la Ciudad de México para el trabajo en la construcción, comercio ambulante y servicio doméstico (GÓMEZ REYES, 2011a), así como la migración internacional para el trabajo en los campos agrícolas de países del norte del continente. La formación de zonas industriales cercanas a las comunidades mazahuas ha generado una transición de los esquemas laborales regionales, así como el uso y aprovechamiento del suelo, proceso que se agudizó de

manera drástica a partir de la década de 1960 con la incorporación de la zona industrial Pastejé en el municipio de Jocotitlán.

El estilo de vida basado en los sistemas lacustre y agrícola que caracterizó al Valle de Toluca y los valles aledaños, se vio trastocado por los procesos de industrialización y urbanización de mediados del siglo XX, siendo los proyectos de trasvase unos de los que generaron mayores efectos en la región, desecando lagunas y mantos acuíferos. De igual forma, la contaminación afectó las cuencas a partir de los residuos industriales que han sido vertidos a sus afluentes. El caso más drástico de contaminación lo presenta la cuenca del río Lerma, el diagnóstico de la calidad del agua lo considera como no apto, casi en su totalidad, para el abastecimiento de agua potable, mientras que un 60% tiene calidad regular para uso recreativo y para la conservación de flora y fauna, sólo el 40% es considerado como adecuado para su uso agrícola e industrial (INEGI, 2001, p. 64).

A diferencia de esta cuenca, el río Cutzamala, perteneciente al afluente del Balsas, se ha convertido desde hace 40 años en la fuente más importante para la distribución de agua hacia la Ciudad de México y municipios conurbados del Estado de México. La cuenca del Cutzamala atraviesa los municipios donde se encuentran las tierras comunales y ejidales de los pueblos mazahuas del occidente del estado. A partir de las acciones del Plan Cutzamala y sus efectos en la zona, se han generado conflictos socioambientales ligados a la violación de los derechos comunales y las afectaciones agrícolas provocadas por las inundaciones de tierras de las poblaciones indígenas.

En el 2003, los campesinos mazahuas de diferentes localidades exigieron una indemnización a la Comisión Nacional del Agua (Conagua), ya que el desbordamiento de la presa Villa Victoria, perteneciente al Plan Cutzamala, afectó las tierras de cultivo de las localidades

indígenas del municipio de Villa de Allende. A este problema se sumaron otros factores históricos como *la extracción del agua, a través de la planta potabilizadora de Los Berros, que es parte del Sistema Cutzamala... así como la desigual distribución del líquido entre las localidades Mazahuas* (GÓMEZ REYES, 2011b, p. 88).

Los afectados demandaron en un pliego petitorio la dotación de agua potable, la restitución de tierras expropiadas por la Conagua y que no fueron utilizadas para el Sistema Cutzamala, un plan de desarrollo sustentable para la zona, además de la indemnización por los daños ocasionados por la inundación (GÓMEZ-FUENTES, 2009). Con estas acciones se empezó a gestar la formación del “Frente para la defensa de usos y costumbres de los derechos humanos y recursos naturales del pueblo Mazahua” que es comúnmente conocido como el Frente Mazahua.

La organización fue fortaleciéndose y las demandas no se limitaron sólo a aspectos relacionados con los recursos hídricos y las tierras afectadas, sino también a la generación de oportunidades laborales para resarcir la marginalidad social y económica. Ante ello, se solicitaron proyectos principalmente ligados a la agricultura. A principios del 2014, se empieza a intensificar las acciones de los demandantes, realizando una manifestación de la comunidad de Cerro de Salitre a la planta potabilizadora de los Berros, perteneciente al Sistema Cutzamala. Efectuaron el cierre simbólico de las instalaciones, entregaron un oficio a la Conagua para negociar el caso y se instalaron a la entrada de la planta alrededor de una semana. Las negociaciones fueron lentas sin claros planteamientos resolutivos por parte de las instancias federales.

En ese proceso, surgió una vertiente del movimiento social que se hizo llamar Ejército Zapatista de Mujeres Mazahuas en defensa del

agua, en cierta medida, retomando la fuerza del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. En ese contexto, se expusieron los problemas de marginación y desigualdad en la distribución de los recursos hídricos, así como la discriminación étnica y de género que ha sido una constante histórica en México. En esa índole, se retomaron referentes simbólicos ligados a la milpa, la alimentación, la lengua y la vestimenta tradicional, para legitimar el movimiento social desde una perspectiva étnica.

Mas allá de los elementos simbólicos de carácter étnico y de representatividad social, hay un conjunto de referentes cosmológicos en el pensamiento mazahua que tienen como componente central el agua y la milpa,¹ de los cuales se desprende un calendario ritual y festivo, así como narrativas que muestran un sentido anímico de la naturaleza con referentes muy diversos, algunos de ellos posiblemente de la época mesoamericana.

Naturaleza, narrativa y ecoestética en las comunidades mazahuas

Las políticas de modernización y desarrollo del Estado, en las cuales se insertan los proyectos de trasvase de mantos acuíferos, así como las políticas contemporáneas de conservación ambiental y protección forestal, aunado a los procesos de transformación de la forma de propiedad y uso del suelo, han gestado imaginarios diversificados. No obstante, hay notorias referencias que muestran que en la actualidad las comunidades mazahuas, a pesar de estar vinculadas a los sistemas capitalistas globales, aún mantienen ciertas valoraciones anímicas de

¹La milpa es un sistema de producción agrícola que se caracteriza por el policultivo, siendo el maíz el cultivo central, acompañado de frijol y calabaza en la mayoría de los casos. Este sistema es común en los pueblos de origen mesoamericano.

la naturaleza. La tradición oral y las prácticas rituales son ejemplos del sistema cosmológico donde se expresan esas percepciones de sacralización de los elementos de la naturaleza y su orden supranatural.

Las comunidades indígenas mazahuas, en la mayoría de los casos, tienen un conglomerado de narraciones que marcan una relación significativa con el agua y la naturaleza en general. Sus narrativas no sólo tienen tintes lúdicos, sino que las historias suelen transmitir de forma directa un sentido ontológico y axiológico que, a su vez, se refuerza con aspectos anecdóticos y cotidianos de la relación de los pobladores con el agua y otros elementos del entorno natural. Estas interconexiones, además de responder a las condiciones pragmáticas, se ligan a los elementos simbólicos que dan forma al imaginario social y su reproducción cultural.

En la cosmovisión mesoamericana, se identifica la correlación entre el agua y los cerros, estos últimos como contenedores de agua y espacios de conexión con el Tlalocan (SAHAGÚN, 1997). El Xinantecatl (Nevado de Toluca), en conjunto con el Volcán de Jocotitlán (también conocido como cerro de Joco) tienen una simbología relevante para los pueblos mazahuas. Se considera que el Volcán de Jocotitlán tiene agua en su interior y tanto éste como el Xinantecatl son vistos como entidades vivas que platican entre ellos (GALINIER, 2006).

En el trabajo de campo, nos encontramos con varias historias semejantes. Un poblador mazahua nos contó esta historia:

El cerro de Jocotitlán y el cerro del Tita se iban a casar, ese cerro es mujer (el Tita) y este cerro (el Joco) es hombre. El Tita no quiso casarse con el Joco y éste, por molestia le quitó todos sus árboles, lo peló, y se casó con el Xinantecatl. El Xinantecatl sí aceptó, por eso cada que nieva, el Joco le pone su rebose blanco, queda todo nevado. (Entrevista a Ismael L. Ixtlahuaca, Estado de México, julio de 2018).

Algunos rituales propiciatorios de lluvia se siguen realizando en las comunidades mazahuas, tal es el caso de las peregrinaciones y ofrendas de pedimento en los cerros y cuerpos de agua. Además de ello, se considera que tanto los cerros como los ríos y manantiales son entidades vivas que se manifiestan a través de su capacidad generadora de agua, como en entidades que pueden llegar a convivir con los seres humanos en ciertas condiciones. De igual forma, hay una vinculación de la lluvia con los ancestros, ya que éstos son los protectores de los cerros (VÁZQUEZ, 2008).

Las fiestas religiosas y, en general, el calendario ritual está vinculado con la temporada de lluvias y de secas, las cuales constituyen el sistema ritual asociado a la siembra del maíz de temporal (aunque en la actualidad también se hace presente la producción de riego en las comunidades mazahuas). La fiesta del día de la cruz (el 3 de mayo), así como la festividad de San Isidro (15 de mayo), son fundamentales por su relación con el inicio del periodo de lluvias. En el occidente del Estado de México, las mayordomías realizan el “lavatorio” de las prendas de los santos en los manantiales y ríos de sus poblados en “domingo de ramos”, con ello, se da la conjunción de una festividad sagrada católica con el simbolismo purificante del agua fluvial. Este ritual es previo a los rituales propiciatorios de lluvia, como es el caso de la festividad de la Cruz y San Isidro. De igual forma, es de relevancia las festividades dedicadas a la Virgen de la Asunción (15 de agosto), para recibir el maíz y preparar simbólicamente los próximos terrenos para la siembra.

La configuración de la naturaleza en la cosmovisión mazahua es un proceso plural, es decir, no hay una sola cosmología, sino que son constructos cosmológicos que se han diversificado a lo largo de estos 500 años de contacto con tradiciones culturales europeas y de diversa

índole. Las poblaciones mazahuas han conformado imaginarios semejantes, aunque con sus propios matices sociohistoricos, los cuales se han visto reflejados en las formas de definir la ontología de la naturaleza ante diversas situaciones emergentes.

Los pueblos mazahuas del centro y noroccidente del Estado de México además de tener como referente significativo el volcán de Jicotitlán, y los cultos en este cerro y en el llamado “Cerrito”, también tienen una tradición oral muy añeja donde figuras como el *Menye* o “Chaparrito” siguen siendo vigentes como forma de representar la humanización del agua.

Algunas personas de los pueblos mazahuas consideran que el *Menye* o Chaparrito es el protector y dueño del agua. Principalmente se le llega a ver en lagunas, arroyos, zanjas, en el monte o incluso en la milpa. Lo nombran el Chaparrito porque dicen que es una persona pequeña “como un niño”. Aunque el *Menye* es identificado como una entidad protectora, también se le llega a percibir como un espíritu maligno, que puede causar el “mal aire” o el ahogamiento de personas. Esta última percepción es parte de un proceso sincrético en el cual las deidades o elementos espirituales de la tradición mazahua han sido concebidos como elementos negativos por parte de la iglesia católica y las iglesias cristianas y protestantes. Diversas historias se cuentan en las comunidades mazahuas cercanas a la cuenca del Lerma, en ellas se habla de personas que le ofrecieron su alma al Chaparrito a cambio de obtener un beneficio, principalmente la abundancia de peces.

Algunas personas comentan que la tarde y la noche son los momentos en que el “Dueño del agua” está en los manantiales y pozos. Estos lugares se vuelven sagrados, no se puede sustraer de ellos agua, al menos que se le pida permiso al *Menye*. También se creó que hay momentos en el día que afectan al ser humano, lo nombran como la

“hora mala”; la cual puede ser a las doce del día o a las siete de la noche. En ese “tiempo”, el espíritu del ser humano se vuelve vulnerable y puede agarrar un “mal aire”, provocando molestias como mareo, dolor o vómito. Esos malestares deben ser atendidos por un médico tradicional. Esas horas son relacionadas con el espíritu de la tierra, son los momentos en que ésta tiene hambre y necesita algo, por eso toma el espíritu de las personas para que le hagan una ofrenda.

Otras figuras anímicas que se relacionan en términos simbólicos con el *Menye* son el Tritón, la sirena y la serpiente. El Tritón es un “espíritu del agua”, que de acuerdo a diversas historias se presenta como humano y da abundancia. En algunas de las historias contadas por pobladores mazahuas, las mujeres desaparecían porque se las llevaba el tritón. Por su parte, la sirena como figura femenina, también era una entidad del agua que ofrecía abundancia, ésta puede tener la cola de pescado o de una serpiente, se le relaciona con el color blanco al igual que la llorona, quien también se hace presente en espacios de agua.

La imagen de la serpiente, ya sea vinculada a la sirena o como representación sobrenatural del agua, es muy antigua y común en las poblaciones de origen mesoamericano. En algunos pueblos mazahuas se habla de la existencia de serpientes que son dueñas del agua y regulan su abundancia, por tanto, es común encontrarlas cerca de los ríos y manantiales.

Los cerros y cuerpos de agua, principalmente manantiales, son referentes geoculturales que delimitan los espacios sagrados a partir de ciertas temporalidades, los cuales comúnmente son controlados por entidades supranaturales, a diferencia de los espacios del pueblo, vinculados a un orden social, aunque en éste también hay injerencia de entidades supraterráneas en ciertos momentos del día y durante la

noche.

En el caso de los pueblos mazahuas del occidente, las interpretaciones y valoraciones sobre el agua y la naturaleza mantienen cierta semejanza con la región noroccidente, sin embargo, se han gestado diversos procesos que marcan una forma distinta de relación con el entorno. En estos pueblos hay una tradición muy fuerte en torno a los rituales del agua, sobre todo el relacionado a la petición de lluvias el 3 de mayo. Algunos rituales se han vinculado a las prácticas católicas. Uno de los más significativos es el lavatorio de las prendas de los santos en los manantiales, durante la Semana Santa, como forma de purificación.

Suelen escucharse historias en las comunidades mazahuas de Villa de Allende sobre la existencia de sirenas, las cuales aún se veían, a pesar de que se hayan llevado el agua. Algunas personas entrevistadas mencionan que “todo se acabó” haciendo referencia de la desaparición de productos de los ríos y de los humedales que comúnmente eran aprovechados para la alimentación y comercialización local, a partir de la llegada del Sistema Cutzamala. La presencia de imágenes sobrenaturales como las sirenas y los duendes es anecdótica y cada vez menos frecuente, además de que en el caso de los duendes, hay una percepción negativa, vinculada al mal.

El Sistema Cutzamala en la captación del agua de esta cuenca ha enmarcado una percepción ambiental que se liga al desajuste ecológico. A diferencia de ello, en la región mazahua del centro y noroccidente, la percepción sobre la desaparición del agua ha sido encaminada a diferentes mitos e historias locales, ligadas al robo de la cruz de la iglesia construida en la zona de los manantiales termales, así como un castigo provocado por no respetar la propiedad del espíritu del agua.

Un caso semejante en que la interpretación de la comunidad reto-

mó referencias míticas fue el del proyecto de desecación de las lagunas del alto Lerma, en los pueblos de San Mateo Atenco y otros que compartían la Ciénega. Estos pueblos aún mantienen muy presente una memoria sobre su pasado lacustre, sin embargo, al igual que como sucedió con las lagunas de la región mazahua de los Baños, en Ixtlahuaca, se vio afectada por la desecación provocada por la obra hidráulica para beneficiar los servicios de distribución de agua para la Ciudad de México, proyecto que se inició en 1950. En estas poblaciones se identifican figuras míticas como la *Atlanchane* o sirena, la cual es vinculada con la abundancia de agua, su desaparición es relacionada con la escasez de este recurso (TREJO; ARRIAGA, 2009).

La disponibilidad del agua es un problema severo, ya que las empresas tanto del Valle de Toluca como las de la zona industrial Pastejé, en el corazón de la región mazahua noroccidente, requieren de este recurso y las estrategias en su control son más evidentes. A ello se suma el proyecto de trasvase del Sistema Cutzamala, que está generando la mengua e incluso la desaparición de arroyos en algunas comunidades mazahuas del occidente. El agua que aún llega a los arroyos y riachuelos de las comunidades indígenas es de menor calidad y en muchos casos en condiciones de polución.

De igual forma, otro problema que han estado viviendo las comunidades mazahuas del Valle de Ixtlahuaca y Jocotitlán es el “control climático” que se le atribuye a la empresa Bionatur, del grupo IUSA, ubicada en Pastejé, la cual ha utilizado avionetas para lanzar bombas antigranizo para proteger su producción de jitomate en la temporada de lluvias. Los campesinos manifiestan que desde el 2008 esta empresa ha causado sequías y el retraso y disminución de lluvias por esta práctica. A pesar de las manifestaciones de los campesinos ante las autoridades municipales y estatales, no han recibido una solución,

mientras, las siembras de temporal siguen viéndose afectadas. En algunos casos, los campesinos mazahuas han realizado rituales para “pedir disculpas” a las entidades de la naturaleza, o rezarle a los santos para que regresen las lluvias. Estas son formas de resistencia ideológica y ontológica, acompañadas de movilizaciones políticas en contra de los actores empresariales y gubernamentales.

De acuerdo con Carreón y Camacho (2011), el universo mazahua, conformado por los planos terrestre y acuático, tiene capacidad para actuar en beneficio o en detrimento de los seres humanos. El *xitá* es una figura central en el pensamiento mazahua, se vincula con los santos, los antepasados y los abuelos, marca la interacción entre seres numinosos y seres humanos.

La naturaleza viva se vincula a la representación de diferentes entes supraterráneos que, en su posibilidad liminal, generan una relación con entidades humanas, con ello, lógica de interacción involucra a entidades humanas y no humanas en un mismo nivel de conciencia. En diferentes momentos del día y la noche estas entidades no humanas pueden tener contacto con los sujetos en un nivel de humanidad semejante, pero en un grado distinto en cuanto a sus posibilidades de injerencia en el mundo humano.

Jacques Galinier (2006) ha analizado la contraposición de los sistemas del día y la noche en las comunidades mazahuas, donde la noche se vuelve el espacio de manifestación de diferentes seres y de transformación óptica de algunos animales (diferente a su nivel ontológico en el día), que genera riesgos y espacios de conexión de distintos niveles de la realidad.

Desde la visión cosmológica de las comunidades mazahuas se identifican dos elementos centrales: la representación del agua y la representación de la tierra, las cuales están arraigadas a partir de la

relevancia de la agricultura y el sistema de la milpa. En esa condición, hay una representación tiempo-espacio: los espacios domesticados o socializados del pueblo a diferencia de los espacios del monte, de los ríos y manantiales. La importancia de los cerros se identifica también en su humanización y vínculo mitológico, ya que se cree que éstos se originaron por la presencia de gigantes, quienes fueron los primeros humanos, pero que no lograron sobrevivir, estos antecedieron a los humanos actuales.

La lógica de la percepción de la naturaleza mantiene una base interpretativa que está básicamente relacionada a la historia agrícola de las comunidades mazahuas, narrativas de vinculación y asimilación de una historia compartida entre el ser humano y su naturaleza. La posibilidad de asumir esa proximidad es la humanización del entorno, como una forma en que se genera una comunicación activa entre el ser humano y diferentes planos de realidad (terrenal, supraterrrenal e infraterrenal).

Es significativo identificar las interacciones con el entorno en las comunidades indígenas donde *los recursos naturales se definen a través de cosmologías y valores culturales, por intereses sociales y poderes económicos* (LEFF, 2004, p. 82), con ello, los conflictos por la apropiación de la naturaleza ponen en tela de juicio otras epistemes que han sido subordinadas por los intereses estatales y corporativos. De ahí la trascendencia de la ecología política como enfoque analítico, ya que ésta se localiza en los linderos donde el ambiente puede ser recodificado e internalizado como campo económico, allí donde la naturaleza y la cultura resisten a la homologación de procesos simbólicos, ecológicos, epistémicos y políticos (LEFF, 2003).

La naturaleza, como lo hemos mostrado en este texto, es una entidad anímica, viva, en algunos casos es humanizada a partir de los

personajes que la representan en las diversas narraciones de arraigo tradicional. El agua es un elemento central del sistema cosmológico mazahua. El *Menye*, así como otras entidades que se le asocian, está en constante relación con los cerros, la milpa, los ancestros y los santos. Este sistema integral da sentido a una forma de vida que enlaza los ciclos humanos con los naturales, a través de vínculos comunicativos y emotivos con el entorno.

Reflexiones finales

Diversas comunidades indígenas han enfatizado la relevancia de los territorios simbólicos, concebidos como anímicos, ante la valoración de los territorios entendidos como espacios contenedores de recursos susceptibles para la explotación económica. En ese sentido, las prácticas narrativas que recrean la memoria social, se vuelven relevantes para la ecología política, puesto que da la posibilidad de entender las interacciones sociales que devienen en procesos de agencia, dinámicas de apropiación del entorno y de socialización de la naturaleza. Estas dimensiones de acción y discursividad que generan improntas sobre el espacio y el tiempo, son fundamentales en la lógica de la representación de los reajustes socioambientales y sus entramados de poder.

Asumiendo una correlación de lo social y lo individual desde condiciones de tensión, reajustes y flexibilidades construidas por las discursividades públicas y sociales, nos adentramos a diferentes dimensiones que envuelven la memoria desde su representación colectiva, en ello, no sólo se vuelve relevante los andamiajes que la constituyen, sino los actores, las técnicas y los entramados narrativos.

La memoria social como proceso intertextual es una dinámica emi-

nentemente articulada en una dimensión poética. La narrativa de la memoria sobre el entorno fundamenta una ecoestética del mundo reconocido, habitado y enraizado en la experiencia humana. En ese sentido, las comunidades que mantienen la transmisión de sus narrativas de arraigo tradicional constituidas como ecomitologías o como narraciones que refuerzan las ontologías anímicas, se enmarcan en una condición poética de creación y recreación del ser-mundo-naturaleza.

Este proceso se apoya de los causes intertextuales de la memoria, donde la vida comunitaria es recreada. Las experiencias personales y sus exégesis alimentan las posibilidades constitutivas de los discursos socializados. Por ello, la narrativa oral se convierte en un referente sensible y edificante del *ethos* de las sociedades, puesto que marca un referente de acción social que es amalgamado con la tradición que lo precede.

Las comunidades mazahuas del Estado de México tienen un conglomerado de narraciones que recrean las relaciones sociales con la naturaleza desde valoraciones anímicas, en las cuales, además de resaltarse la importancia del respecto y cuidado del entorno, también se le percibe como una entidad que ejerce una influencia sobre los seres humanos a partir de su implicación en la cotidianidad y sus diferentes influjos comunicativos. El agua, los cerros, los animales y diversas entidades naturales y sobrenaturales tienen estatus ontológicos indiferenciados, en algunos casos, a partir de su humanización.

Estos procesos narrativos han servido para fortalecer las luchas sociales, las etnogénesis de las comunidades indígenas en la defensa de sus territorios. Es por ello que, la memoria de estos procesos emana diferentes posibilidades no sólo del pasado, sino de las prospectivas que las propias comunidades recrean para enfatizar modos de vida distintos, otras formas del *ser en el mundo*, en la convivencia con el

entorno.

Referencias

ABERCROMBIE, Thomas. *Caminos de la memoria y el poder*. Etnografía e historia en una comunidad andina. La paz: Institut français d'études andines, 2006.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor. *La Naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO/ CICCUS, 2011.

_____. En clave de sur: la ecología política latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, Héctor; TORO, Catalina; MARTÍN, Facundo. *Ecología política latinoamericana*. Pensamiento Crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Vol. 1, Buenos Aires: CLACSO-UAM, 2017.

AUGÉ, Marc. *Las formas del olvido*. Barcelona: Gedisa, 1998.

BAJTÍN, Mijail. *Teoría y estética de la novela*. Madrid: Taurus, 1989.

BOEGE, Eckart. *El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México*. Hacia la conservación *in situ* de la biodiversidad y agrobiodiversidad en los territorios indígenas. México: INAH-CDI, 2008.

BARTOLOMÉ, Miguel. *Procesos interculturales*. Antropología política del pluralismo cultural en América Latina. México: Siglo XXI, 2008.

CASTREE, Noel. Neoliberalising Nature: the Logics of Deregulation and Reregulation, *Environment and Planning A*, Vol 40, 2008.

CONANP. *Programa de manejo de la Reserva de la Biósfera Mariposa Monarca*. México: SEMARNAP, 2001.

CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

DELGADO, Guillermo. El espacio de las epistemologías indígenas. In: ARCE, Jose Manuel Valenzuela (coord.). *Renacerá la palabra*. Identidades y diálogo intercultural. México: El Colegio de la Frontera Norte, 2003.

DURAND, L.; FIGUEROA, F.; GENET, M. La ecología política en México ¿Dónde estamos y para dónde vamos? *Estudios Sociales*, n. 19, v. 37, 2011.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 41, 2015.

FIGUEROA, David. *Litorales de la memoria*. Percepción del territorio y las relaciones interétnicas en Pómaro, Michoacán. Zamora: El Colegio de Michoacán, 2015.

_____. Ecología política y sustentabilidad: desfases en la incorporación de políticas ambientales y del desarrollo en la Costa Nahua de Michoacán, México. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. v. 6, n. 3, 2017.

GADAMER, Hans-Georg, *Verdad y Método*. Salamanca, España: Sígueme, 2005.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

GALINIER, Jacques. El panoptikon mazahua. Visiones, sustancias, relaciones. *Estudios de cultura Otopame*, n. 5, 2006. p. 53-69.

GAOS, José. *El pensamiento Latinoamericano*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios sociales, 1943.

GÓMEZ- FUENTES, Anahí. Un ejército de mujeres. Un ejército por el agua. Las mujeres indígenas mazahuas. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, v. 6, n. 3, 2009.

GÓMEZ REYES, Yudmila. *Vivir donde nace el agua*. El movimiento social mazahua en Villa de Allende, Estado de México. México: El Colegio Mexiquense, 2011a.

_____. El movimiento social mazahua visto desde el accionalismo. *Contribuciones desde Coatepec*, n. 21, 2011b.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco/Instituto Pensar/Siglo del Hombre, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. España: Prensas Universi-

tarias de Zaragoza, 2004.

INEGI. *Síntesis de información geográfica del Estado de México*, México, Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2001.

_____. *Censo de Población y Vivienda 2010*. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2010.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. *Sociedade e Estado*, Brasíla, 18 (1/2), 2003.

_____. *Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza*. México: Siglo XXI editores, 2004.

_____. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la Ecología Política: una mirada desde el sur. In: ALIMONDA, Héctor; TORO, Catalina; MARTÍN, Facundo. *Ecología política latinoamericana*. Pensamiento Crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Vol. 1, Buenos Aires: CLACSO-UAM, 2017.

MONTESPERELLI, Paolo, *Sociología de la memoria*, Argentina, Nueva visión, 2005.

MOREANO, Melissa; MOLINA, Francisco; BRYANT, Raymond. Hacia una Ecología Política Global: aportes desde el sur. In: ALIMONDA, Héctor; TORO, Catalina; MARTÍN, Facundo. *Ecología política latinoamericana*. Pensamiento Crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Vol. 1, Buenos Aires: CLACSO-UAM, 2017.

NOGUERA, Ana Patricia; GIRALDO, Omar Felipe. ¿Para qué poetas en tiempos de extractivismo ambiental? In: ALIMONDA, Héctor; TORO Catalina; MARTÍN, Facundo. *Ecología política latinoamericana*. Pensamiento Crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Vol. 1, Buenos Aires: CLACSO-UAM, 2017.

OLICK, Jeffrey. Collective Memory: the two Cultures. *Sociological Theory*, 17 (3), 1999, p. 333-348.

PIQUETTY, Thomas. *El capital en el siglo XXI*. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.

POLLAK, Michael. *Memoria, olvido y silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Ediciones al Margen, 2006.

RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración III*. El tiempo narrado. México: Siglo

XXI, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica de la razón indolente: Contra el desperdicio de la experiencia*, Volumen I. Desclée de Brouwer, Bilbao, 2003.

_____. *Hacia una sociología de las ausencias y las emergencias*. In: GANDARILLA, J. *Una epistemología del sur*. Siglo XXI: México, 2009.

SAHAGÚN, Bernardino. *Historia general de las cosas de la Nueva España*, México: Porrúa, 1997.

SKOLIMOWSKI, Henryk. *Filosofía viva*. La ecofilosofía como un árbol de la vida. Girona: Atalanta, 2017.

TORO, Catalina; MARTÍN, Facundo. Presentación. In: ALIMONDA, Héctor; TORO Catalina; MARTÍN, Facundo. *Ecología política latinoamericana*. Pensamiento Crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Vol. 1, Buenos Aires: CLACSO-UAM, 2017.

TREJO, José Antonio; ARRIAGA, Emilio. Memoria colectiva: vida lacustre y reserva simbólica en el Valle de Toluca, Estado de México. *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales*, 50, 2009.

VÁZQUEZ, Alejandro. Rituales en torno al cerro, el agua y la cruz, entre los chichimecas otomís del semidesierto queretano. *Estudios sociales Nueva Época*, n. 2, 2008. p. 77-102.

VILLORO, Luis. *Grandes momentos del indigenismo en México*. México: El Colegio de México, 1950.

ZEA, Leopoldo. *América como conciencia*. México: UNAM, 1972.

Resumen:

Este texto es una reflexión desde los aportes de la ecología política latinoamericana, de la cual se retoman algunos fundamentos, articulados al análisis de la memoria intertextual, para interpretar la ontología relacional y racionalidad ambiental que expresan las comunidades mazahuas del Estado de México. Nos hemos enfocado a estas comunidades, ya que sus constructos narrativos y diversas prácticas culturales conciben a la naturaleza como un todo integral, una entidad viva. Esta perspectiva ontológica es una forma del *ser en el mundo* y representa otros caminos de la convivencia con el entorno. Metodológicamente, se realizó trabajo de campo en las comunidades mazahuas cercanas a los ríos Lerma y Cutzamala. A partir de la etnografía y entrevistas a profundidad, se analizó la percepción del agua y la naturaleza como construcción narrativa de la memoria social en los procesos de transformación del entorno, derivados de proyectos de trasvase y la instalación de industrias privadas en los territorios indígenas.

Palabras-clave: Ecología Política Latinoamericana; Memoria Intertextual; Narrativa; Ontologías de la Naturaleza; Pueblos Indígenas.

Abstract:

This text is a reflection from the contributions of Latin American political ecology. We analyze intertextual memory to interpret the relational ontology and environmental rationality expressed by the Mazahua communities in the State of Mexico. We have focused on these communities, since their narrative constructs and diverse cultural practices conceive of nature as an integral whole, a living entity. This ontological perspective is a way of being in the world and represents other ways of co-existence with the environment. Methodologically, fieldwork in the Mazahuas communities near the Lerma and Cutzamala rivers was conducted. Based on ethnography and in-depth interviews, the perception of water and nature was analyzed as a narrative construction of social memory in the process of transformation of the environment in indigenous territories.

Keywords: Latin American Political Ecology; Intertextual Memory; Narrative; Ontologies of Nature; Indigenous Peoples.

Recebido para publicação em 25/01/2020.

Aceito em 16/05/2020.

Procesos de territorialidad y de subjetivación política en Cerro de San Pedro, San Luis Potosí: el Frente Amplio Opositor y Minera San Xavier

Claudia Bucio

Universidad Nacional Autónoma de México, México

 <https://orcid.org/0000-0001-8849-1219>

claudia.b.feregrino@gmail.com

Introducción

El artículo está conformado por tres apartados: primero, se presenta un breve recuento en donde, bajo una mirada diacrónica, son planteadas las aristas primordiales que han ido configurando al conflicto; segundo, se plantea una tipología a partir de la cual son inteligibles los actores y las dinámicas territoriales que emergen en el contexto del conflicto, lo que permite, a su vez, delimitar el proceso de subjetivación política; tercero, se retoma este proceso de subjetivación y se enfatiza la politización de los recursos naturales e histórico-culturales, para profundizar en aquellos aspectos en los que hay una relación orgánica entre los enfoques de la territorialidad y la subjetivación política.

La articulación de dos enfoques que, hasta ahora, han sido desarrollados de manera independiente, el de la subjetivación política y el de la territorialidad – el primero de menor trayectoria en comparación con el segundo, y cada uno con autores y corrientes de pensamiento no necesariamente afines –, surge con el propósito de explicar este tipo de conflictividad, debido a la multidimensionalidad que caracteriza a este fenómeno.

Del enfoque de la *subjetivación política* – otras veces llamada subjetividad – recupero la definición propuesta por Modonesi, la cual es entendida como un proceso en el que son evocadas “las formas y dinámicas de conformación de subjetividades políticas en torno a conjuntos o series de experiencias colectivas surgidas de *relaciones de dominación, conflicto y emancipación*” (MODONESI, 2010, p. 15, cursivas en el original). Del enfoque de la territorialidad, rescato los planteamientos de Giménez y Haesbaert para relevar el proceso de apropiación, valoración y potencial dominación que un individuo o un grupo social instituye en torno a un espacio, proceso que se da tanto en el nivel simbólico-cultural como material-instrumental (GIMÉNEZ, 2000; HAESBAERT, 2011; SACK, 1994).

En el conflicto socioambiental minero en torno a Cerro de San Pedro existe una reconfiguración de las formas de apropiación, valoración y dominación territorial que puede ser expuesta a partir de sus elementos constitutivos. Estas territorialidades son instituidas tanto por el conjunto de actores que rechazan la minería, así como por quienes la respaldan y realizan. Al poner de relieve el proceso de subjetivación política para dar cuenta de la presencia y proliferación de la politización de los sujetos a nivel colectivo, se muestra que una vez que la territorialidad instituida se politiza con el ánimo de rechazar las consecuencias que supone la minería extractivista, dichos elemen-

tos constitutivos son recuperados y potencializados, conformándose en herramientas de la lucha sociopolítica.

***Minera San Xavier* y el Frente Amplio Opositor: breve recuento del conflicto**

Cerro de San Pedro es un pueblo que se formó durante la época colonial, con el descubrimiento de las minas de oro y plata, en 1592. Uno de sus descubridores, Pedro de Anda, nombró al lugar “Cerro de Señor San Pedro del Potosí”, en alusión a la riqueza minera del Potosí, en el Alto Perú. El descubrimiento, a su vez, alentó el poblamiento de otros asentamientos y dio origen al estado de San Luis Potosí, México (SILVA, 2014).

La empresa minera norteamericana *American Smelting Company* (Asarco) explotó las minas de Cerro de San Pedro desde 1923. En 1948, Asarco terminó sus actividades en Cerro de San Pedro luego de un accidente en sus instalaciones, cierre que dejó un pueblo semi abandonado donde, aparentemente, la extracción minera ya no era rentable. Algunos trabajadores, junto con sus familias, fueron reubicados por la empresa en otros lugares, pero muchos otros decidieron permanecer, empleándose como pequeños gambusinos para vender lo extraído a los joyeros de la ciudad de San Luis. Otros habitantes migraron ante la falta de empleo o en busca de mejores condiciones de vida, pero esto no significó, siempre o forzosamente, que perdieran sus lazos territoriales pues Cerro representaba su lugar de origen.

En marzo de 1994 se formó la empresa Minera San Xavier S. A. de C.V (MSX), y para abril del año siguiente, inició actividades de exploración en las vetas de Cerro de San Pedro, excavó 44 socavones y localizó una veta de 400 metros de ancho y 200 metros de espesor,

que corre 900 metros de norte a sur, invirtiendo un millón de dólares.¹ En julio de 1996, Hugo Garmiño representante de MSX, anunció que en Cerro de San Pedro se encontraban áreas mineralizadas de baja ley, con un beneficio de 1.10 gramos de oro por tonelada de material removido (PEÑA; HERRERA, 2008, p. 174).

Minera San Xavier, subsidiaria de la empresa canadiense *Metallica Resources*, obtuvo ante la Secretaría de Economía (SE) la concesión para la exploración, explotación y beneficio de los minerales, de acuerdo con lo establecido en la Ley Minera. Sin embargo, debía obtener, además, los permisos para el uso del agua y el acceso a la superficie territorial con de las autoridades estatales, municipales y autoridades agrarias.²

En octubre de 1997 MSX presentó, ante la Secretaría de Medio Ambiente, Recursos Naturales y Pesca (Semarnap, hoy Semarnat), el estudio de Manifestación de Impacto Ambiental (MIA), así como “es-

¹No se trata de vetas como las que se trabajaron a partir de la época colonial. MSX explotó áreas mineralizadas mediante el método conocido como minería de tajo o “a cielo abierto”, llamado así por el enorme agujero que sustituye cerros completos, como en este caso. Si bien este método depende de las características del lugar, supone la remoción de grandes volúmenes de rocas que luego son reducidas en tamaño (molidos). Generalmente, para la separación de los metales preciosos se utiliza el proceso de limpieza llamado lixiviación que utiliza sustancias como el cianuro de sodio pues, al mezclarlo con el agua, permite obtener los metales; los materiales extraídos son transportados para su fundición mientras que los desechos son acumulados en presas de jales. Esta tecnología supone un alto consumo de agua y es altamente devastador.

²Los principales permisos y licencias con los que debía contar el proyecto fueron: concesión y autorización para el uso de agua subterránea; licencia estatal de uso de suelo y de cambio de uso de suelo; autorización de impacto ambiental; permisos de reubicación del poblado de La Zapatilla; licencia de construcción municipal; licencia de funcionamiento otorgada por el(los) municipio(s); licencia municipal de uso de suelo; autorización para el manejo y uso de explosivos otorgada por la Secretaría de la Defensa Nacional (SEDENA); autorización del Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH); autorización para la disposición de residuos sólidos no peligrosos. La forma en que MSX obtuvo cada una de estas licencias, autorizaciones o permisos es un aspecto relevante que se destacará a lo largo del texto.

tudios de riesgo, estudios geofísicos de resistividad, consideraciones de voladuras para edificios antiguos, análisis de efectos no deseables por el uso de explosivos y el reporte de estudio de tomografía sísmica” (PEÑA; HERRERA, 2008, p. 175). Sin embargo, desde 1996, la empresa ya había negociado la compra de derechos de aguas nacionales.

Además, a principios de 1997 MSX solicitó el cambio de uso de suelo sobre 360 hectáreas de área forestal para reubicar a la población de La Zapatilla, debido a que constituía el lugar idóneo para la construcción del patio de lixiviación dada su cercanía con el área de explotación (PEÑA; HERRERA, 2008 p. 174).³ La comunidad aceptó y en 2001 fueron reubicadas 20 familias a cambio de empleo y de la construcción de viviendas y de una nueva parroquia, asentamiento ahora llamado Nueva Zapatilla. Paralelamente, MSX promovió la aceptación de su proyecto con otras comunidades de Cerro de San Pedro: Monte Calera y Portezuelo, por ejemplo, fueron beneficiadas con apoyos para festividades, servicio médico o empleo (SILVA, 2014).

Por tratarse de tierras cuyo régimen de propiedad es de tipo ejidal, la corporación suscribió contratos de arrendamiento para el uso/usufructo de las tierras con el Ejido Cuesta de Campa, municipio de Cerro de San Pedro, y con el Ejido Palma de la Cruz, municipio de Soledad de Graciano Sánchez, en diciembre y noviembre de 1996, respectivamente.⁴ Si bien el artículo 79 de la Ley Agraria establece que un

³De acuerdo con la MIA, la empresa obtuvo la concesión para el uso de 1,519,074 m³ de agua por año mediante 14 títulos adquiridos en 1996 (MINERA SAN XAVIER, 2012, p. 13).

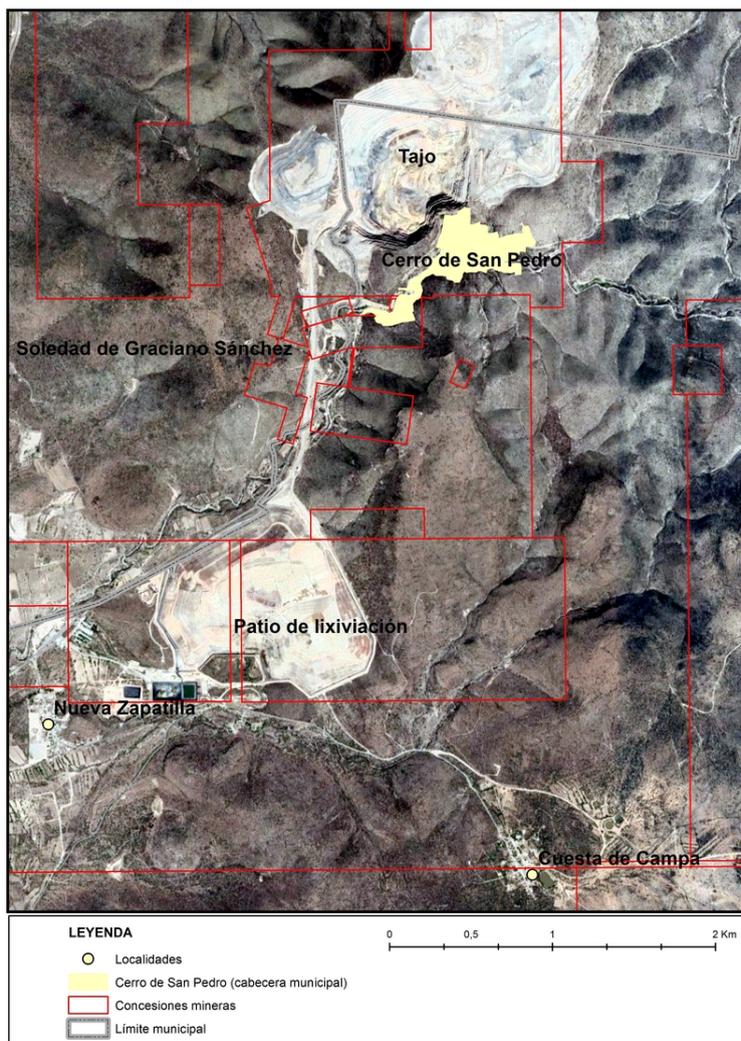
⁴En México existen tres tipos de propiedad de la tierra: social, pública y privada. Con la Revolución de 1910, el Estado restituyó y dotó de tierras a los pueblos indios y campesinos que había monopolizado los grandes latifundistas. El ejido representa la dotación de tierras y constituye uno de los regímenes en que se divide la propiedad social. La Ley Agraria de 1992, además de poner fin al reparto agrario, quitó el carácter de inalienable e imprescriptible a las tierras ejidales y permitió que los derechos sobre ellas pudieran ser transmitidos mediante venta, arrendamiento o

ejidatario puede arrendar su parcela a un tercero, en este caso, y debido a la existencia de “núcleos de población ejidal”, era requerido el reconocimiento y la aceptación del contrato de arrendamiento mediante la celebración de la asamblea, ratificada con la legítima identidad de sus ejidatarios.⁵

Las iglesias de San Pedro y de San Nicolas Tolentino, así como una finca conocida como Casa Guadalupe, construidos entre los siglos XVII y XVIII, eran los principales monumentos que constituyen el patrimonio histórico y cultural de Cerro de San Pedro. Si bien las iglesias todavía subsisten, todos fueron impactados por las actividades de MSX, la finca fue totalmente destruida porque se encontraba en terrenos adquiridos por la empresa (SILVA, 2014).

asociación. El órgano superior del ejido es la Asamblea en la que participan todos los ejidatarios (artículo 21, Sección Tercera de la Ley Agraria).

⁵Además de las tierras en arrendamiento, MSX compró algunas propiedades y predios particulares, en un momento en el que todavía no contaba con cada uno de los permisos y autorizaciones – legalmente no hay nada que prohíba estos actos por parte de una empresa extranjera.



Mapa 1. Unidad Minera Cerro de San Pedro, Minera San Xavier-New Gold. Minera San Xavier en su lucha por la legalidad
Fuente: Elaboración propia con base en Concesiones mineras Secretaria de Economía (2014). Imagen de Google Maps (2020).

Un primer momento de inflexión que marcó la trayectoria del conflicto se dio, en 1996, cuando MSX aprovechó una reunión del pueblo

para informar sobre los “beneficios” del proyecto y anunció que, entre otras cosas, implicaba la destrucción del pueblo, cabecera política y homónima de municipio. El rechazo de quienes allí estuvieron fue inminente:

La reacción de la comunidad fue de rechazo. Primero todo mundo estábamos contentos. Fue una reunión donde, por cierto, estaba el padre Margarito. Un sacerdote que estaba ahí en Cerro, duró mucho tiempo y por medio de él, a la hora de la misa, convocan al pueblo. Entonces va la gente. Yo no fui, pero fue mi esposo. Yo me acuerdo que esa vez él fue, y estaban en esa reunión, cuando llegan los directivos de la empresa. Exponen el proyecto con la gente del pueblo, en el templo de San Nicolás, y les empiezan a decir que el proyecto es de este tipo, que va a haber empleo, pero dice: “ustedes tienen que ser reubicados”. Esa era una de las condicionantes para empezar el proyecto. “Ustedes se van a tener que salir de aquí”. Por ahí alguna persona de las grandes, pregunta, “bueno, nos vamos a salir y los templos qué”. Los de la empresa les dicen: “no pues esos se van a caer”. Así con ese descaro se los dijeron. Entonces ahí la gente dice “¡no, están locos, ¡cómo creen!”. Su reacción inmediata fue de rechazo (Entrevista a *Berta*, San Luis Potosí, 24 de enero de 2013).

Algunos habitantes de Cerro de San Pedro que habían migrado regresaron, si bien no para quedarse, sí para reencontrarse con su origen y, a su vez, por la llegada de MSX.⁶ A principios de los años noventa del siglo pasado, Cerro era un lugar carente de muchas cosas, como servicios de agua y de luz, lo que no socavó su atractivo turístico y cultural.

⁶El descenso poblacional de Cerro de San Pedro, asociado al descenso de la minería y cierre de Asarco, se muestra en que, para 1952, la población de Cerro era de 258 habitantes. Situación que no cambió con la llegada de MSX, pues entre 1990 y 2010, la población se mantuvo en no más de 150 habitantes en la cabecera municipal. En el caso de Portezuelo, se observó un incremento, de 889 habitantes en 1990 pasó a 1,353 en 2010, lo que se debió, primero, a la fuerza laboral que desde allí se trasladaba a la ciudad de San Luis; segundo, por la relación laboral directa con MSX (SILVA, 2014).

La falta de servicios y la poca atención del gobierno para proveerlos, fueron el motor para que una parte de la población de Cerro de San Pedro se organizara y gestionara ante las instituciones públicas correspondientes, los recursos necesarios para mejorar las condiciones del pueblo. La conformación de un “Consejo ciudadano”, integrado por dos representantes de cada comunidad (son aproximadamente 15 localidades las que integran Cerro de San Pedro), “tenía como objetivo la mejora de los servicios y atender los problemas de la comunidad” (Entrevista a *Manuel*, San Luis Potosí, 5 de febrero de 2013).

Este esfuerzo, eclipsado con la llegada de la MSX, sirvió de caldo de cultivo para la organización y la lucha de resistencia contra la empresa. Al darle una nueva dirección al Consejo recién formado y, posteriormente, concertar la creación del Patronato Pro Defensa del Patrimonio Histórico Cultural de Cerro de San Pedro, sentaron las bases para la articulación de diversos grupos y organizaciones en el Frente Amplio Opositor a MSX (FAO).

En México, a principios de la década de 1990, las experiencias de lucha y organización social y política frente a empresas mineras extranjeras, eran muy escasas o casi nulas. Las primeras acciones de lucha en Cerro de San Pedro no contaron con el conocimiento de otras organizaciones en resistencia, y tampoco era claro a qué instancias se debía recurrir para denunciar esta problemática.⁷

Una de las primeras acciones de los habitantes organizados, junto con la participación del grupo ecologista Pro San Luis Ecológico, fue exigir la MIA con el objetivo de conocer a detalle en qué consistía el proyecto minero, poniendo especial atención en las consecuencias

⁷El FAO y su experiencia son considerados un referente nacional para las actuales organizaciones y movimientos que se han ido conformando ante la proliferación de iniciativas de exploración y explotación minera, sobre todo, en lugares a los que no había alcanzado la frontera extractiva.

al medio ambiente y a la salud de los potosinos. Además, solicitaron a la Semarnap una reunión pública en la que se diera a conocer el proyecto a la sociedad potosina (MSX únicamente había publicado, en dos diarios locales, un extracto de la MIA, según lo estipulado en la Ley) (PEÑA; HERRERA, 2008, p. 175).⁸

En 1998 convergen dos procesos importantes. Por un lado, Pro San Luis Ecológico y el Patronato Pro Defensa del Patrimonio Histórico Cultural de Cerro de San Pedro venían acumulando fuerza social.⁹ Sin embargo, el cambio de presidente municipal fue una coyuntura

⁸La presentación de la MIA ante las autoridades federales y la publicación de un extracto de ésta, junto con la consulta pública y la reunión pública de información, conforman el Procedimiento de Evaluación de Impacto Ambiental (PEIA), regulado por la Ley General de Equilibrio Ecológico y Protección al Ambiente. Este procedimiento es distinto a la consulta pública avalada en el Convenio Interamericano de la Organización Internacional del Trabajo y estipulada en la Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas (LÓPEZ; ESLAVA, 2011). En este caso, una parte de los grupos y organizaciones que rechazaban el proyecto minero, realizaron una consulta durante los días 22 y 23 de octubre de 2006. “Potosinos condicionan la instalación de la MSX a que no contamine”, *La Jornada San Luis*, 23 de octubre de 2006. Por su parte, la empresa minera realizó una encuesta en la que, según informaron directivos de la canadiense, de quinientos encuestados el 55 por ciento dijo que la empresa sí debía operar. “Opositores descalifican las encuestas realizadas por MSX”, *La Jornada San Luis*, 2 de abril de 2007. Estos son sólo dos ejemplos de las consultas y encuestas realizadas por ambos actores.

⁹Una vez que lograron el acceso a la MIA, el Patronato Pro Defensa y Pro San Luis Ecológico comenzaron una fuerte campaña con la población que se vería afectada: “con un lápiz leyendo y apuntando en papelitos nos dimos cuenta de que los impactos que iba a causar la empresa minera afectaba a todo el Valle de San Luis Potosí, al acuífero muy en especial, y que entonces la parte más afectada iba a ser las comunidades como Soledad y San Luis Potosí, entonces ya con esos conocimientos de lo que iba a pasar hicimos una campaña aquí en San Luis y en Soledad diciéndole a la gente que iba a ver un proyecto en Cerro de San Pedro pero que ‘te iba a afectar a ti y a ti ciudadano de SLP y ciudadano de Soledad’, y les explicábamos por qué, qué decía el estudio de impacto ambiental de la minera, y les insistíamos en que iba a contaminar al acuífero, que iba a contaminar las aguas superficiales, que iba a haber contaminación atmosférica, que las tierras iban a quedar incapacitadas de por vida, que iban a quedar contaminadas, etc., etc.” Entrevista a *Manuel*, San Luis Potosí, 1 de febrero de 2013.

política que la corporación aprovechó y de la que obtuvo un beneficio importante: los permisos del municipio para poder operar. *Minera San Xavier* tuvo injerencia en el proceso electoral al apoyar a ambos contendientes para presidente municipal pues, al final de cuentas, el presidente electo tendría que negociar con la empresa.¹⁰

Por otro lado, en marzo de 1998 se llevó a cabo la Reunión Pública de Información sobre el proyecto, a la que “asisten 319 personas, entre miembros de organizaciones sociales y académicas, empresarios, integrantes de grupos ecologistas e instituciones de gobierno y población civil” (PEÑA; HERRERA, 2008, p. 176). Ante la imposibilidad de llegar a un acuerdo entre los distintos actores, el gobernador Fernando Silva Nieto propuso que la Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP), elaborara una “Opinión técnico-científica sobre los componentes ambientales del proyecto minero-metalúrgico de MSX, a partir de la revisión de los documentos que la empresa presentó ante el Instituto Nacional de Ecología.” (PEÑA; HERRERA, 2008, p. 176).

Además del proceso electoral, la intervención de la UASLP y la aceptación para que ésta diera su opinión, les restó fuerza social a los grupos organizados:

El gobernador nos visita y nos dicen “ya paren su campaña, yo voy a pedir un estudio, le voy a decir al Instituto Politécnico Nacional (IPN) y a la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)”. Ellos iban a hacer un estudio, y si ellos dicen que sí va a contaminar,

¹⁰Baltasar Loredó buscó el apoyo de algunas personas que estaban organizadas contra MSX; sin embargo, al mismo tiempo, aceptó el apoyo y financiamiento de la empresa. Baltasar fue elegido para presidente municipal en 1997 pero no ejerció su cargo por mucho tiempo. “Una vez que gana, por venganza de la campaña que su prima hermana había hecho en contra de él, solicitó una auditoría por los predios y propiedades abandonadas que se le habían vendido a MSX”. Ver: Presidencia municipal, Oficio 69/97, Cerro de San Pedro, San Luis Potosí, 6 de noviembre de 1997. Baltasar es encontrado muerto el 21 de marzo de 1998. Entrevista a Manuel, San Luis Potosí, 3 de febrero de 2013.

no hay proyecto, “yo Estado no les doy el permiso”. Y aún no tenía permiso, ni siquiera el de Semarnat – estaba por venir. La empresa metió su MIA para pedir autorización ambiental pero no estaba dada. Y bueno, pues por ahí la gente accedió y paramos la campaña. En ese tiempo la empresa aprovechó para hacer su campaña, en fábricas, escuelas, en colonias aquí en San Luis Potosí, para revertir la campaña de nosotros, diciendo que el proyecto era un costal de bondades y ahí nosotros perdimos tiempo. Fue una estrategia del gobierno para detener nuestro avance que iba bastante fuerte (Entrevista a *Manuel*, San Luis Potosí, 5 de febrero de 2013).

En enero de 1999, la Secretaría de Ecología y Gestión Ambiental (SEGAM) remitió a la Semarnat la Opinión técnico-científica elaborada por la UASLP y, al mes siguiente, otorgó un permiso de operación condicionado, estableciendo 100 condicionantes que la empresa debía seguir y sin las que podría iniciar sus actividades. Y en marzo de ese mismo año, el gobernador concedió la licencia estatal de uso de suelo solicitada por MSX a la Secretaria de Desarrollo Urbano, Comunicaciones y Obras Públicas (posteriormente fue renombrada Secretaria de Desarrollo Urbano, Vivienda y Obras Públicas, Seduvop) (PEÑA; HERRERA, 2008, p. 177).

La conformación de un Comité Técnico Ciudadano que tuvo como objetivo vigilar las actividades de MSX (acto anunciado por el gobernador Silva Nieto en mayo de 2000), representó una posible solución al rechazo del proyecto minero. Momento clave del conflicto pues, una vez dada la autorización condicionada, la empresa contó con un sustento legal mínimo para sus operaciones lo que, al mismo tiempo, le sirvió para cimentar la aceptación de la sociedad potosina.

La autorización ambiental fue impugnada por el FAO y, en tres ocasiones distintas, dicha autorización fue juzgada como violatoria al Plan de Ordenación y su zona conurbada decretado en 1993.¹¹ En

¹¹Este fue uno aspecto relevante que sería retomado en la lucha de resistencia

junio de 2004, el Noveno Tribunal del Primer Circuito ordenó a la Sala Superior de Justicia Fiscal y Administrativa anular el permiso de operación. Sin embargo, dos meses después, la empresa recibió la licencia de construcción y funcionamiento por parte del Ayuntamiento de Cerro de San Pedro y, en agosto de 2005, la Dirección General de Minas le autorizó la ocupación temporal de 300 hectáreas ejidales.¹²

En octubre de 2005, el Tribunal ratificó el fallo emitido un año antes en el que se declaró nulo el permiso de autorización ambiental que la Semarnap concedió en 1999. A pesar de esto, la Semarnat concedió un nuevo permiso a la empresa, argumentando que el proyecto no es industrial sino minero y que no supondría un “grave daño ambiental”.¹³

De 2005 en adelante, el desarrollo del conflicto estuvo sujeto a los tiempos burocráticos. Por un lado, se buscó la nulidad del proyecto en tanto que contradecía el decreto de 1993 y, por otro lado, se intentó resolver el juicio agrario con el que se demandó la nulidad del contrato de arrendamiento suscrito con el núcleo ejidal “Cerro de San Pedro”, demanda interpuesta por habitantes de la comunidad que reclamaron sus derechos ejidales.

En 2008 el grupo New Gold compró el proyecto de la Unidad Minera Cerro de San Pedro a Metallica Resources y, en octubre de 2009, el Tribunal Federal de Justicia Fiscal y Administrativa (TFJFA) emi-

contra *Minera San Xavier*. El cambio de uso de suelo contraviene lo establecido en el Plan de Ordenación y su zona conurbada decretado en 1993. Con este decreto se establece que $\frac{3}{4}$ partes del municipio de Cerro de San Pedro están sujetas al resguardo de la vida silvestre. Documento en el que también fue señalado el problema de agua de los municipios que está dentro de este decreto, (GOBIERNO DEL ESTADO DE SAN LUIS POTOSÍ, 1993).

¹²*La Jornada San Luis*, “Autoriza la SE a *Minera San Xavier* ocupar tierras para la extracción de oro”, *La Jornada*, 11 de junio de 2005.

¹³“Semarnat anula el permiso a la MSX y emite otro que favorece a la minera”, *La Jornada San Luis*, 13 de mayo de 2006.

tió una resolución a un amparo promovido por el FAO y ordenó a la Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales anular el permiso que otorgó en mayo de 2006 a MSX; inmediatamente, la empresa solicitó un amparo contra dicha sentencia.

En diciembre de 2009, el Juzgado Primero de Distrito, con sede en San Luis Potosí concedió el amparo al FAO. En ese momento, MSX suspendió sus operaciones en Cerro de San Pedro de acuerdo la notificación impuesta por la Procuraduría Federal de Protección al Ambiental (Profepa), sin embargo, la empresa anunció en Canadá que continuaría con sus operaciones.

En marzo de 2011, el gobierno de San Luis Potosí publicó el decreto del Plan de Desarrollo Urbano y Centro de población de Cerro de San Pedro. Con este plan se cambió el uso de suelo y se estableció como de uso minero el 74% del municipio (área de operación de MSX).¹⁴ Para agosto del mismo año, la Dirección General de Impacto y Riesgo Ambiental (DGIRA) de la Semarnat nuevamente autorizó la MIA a *Minera San Xavier*.

El FAO y la lucha de resistencia

Con la defensa del pueblo ante su inminente destrucción, comenzó un proceso en el que, durante más de quince años, los grupos opositores interpelaron el control social, político, económico y territorial de MSX. Sin embargo, la lucha de resistencia no se ciñó a una demanda específica: la defensa y el pueblo de Cerro de San Pedro. En

¹⁴La juez Martha Leticia Muro Arellano determinó inconstitucional el Plan de Desarrollo Urbano y Centro de Población de Cerro de San Pedro, plan adecuado por las autoridades estatales para que la empresa pueda operar. Medrano, David, “MSX no pagó fianza ambiental”, *El exprés*, San Luis Potosí, 28 de julio de 2012; Enciso, Angélica, “Destacan ecologistas nuevo revés jurídico para *Minera San Xavier*”, *La Jornada*, 30 de julio de 2012.

el Frente Amplio Opositor convergieron organizaciones sociales que, a pesar de su distinta génesis territorial y conformación, enfrentaron una misma problemática.¹⁵

La confluencia de los diversos grupos que integran el frente implicó que los ejes de la lucha de resistencia fueran varios: a la defensa del pueblo, se sumó la resistencia contra la devastación y contaminación ambiental que repercutirá, a mediano y largo plazo, en daños a la salud. Grupos como Pro San Luis Ecológico y Educación y Defensa Ambiental, integrados por habitantes de San Luis Potosí, son organizaciones que no se conformaron por el conflicto minero de Cerro, pero al integrarse, lo hicieron porque fueron conscientes de que también serían afectados.¹⁶

En el año 2000, la lucha de resistencia del FAO buscó, por todos los medios, difundir los impactos sociales y ambientales del proyecto minero, con el ánimo de potenciar el descontento de la población. Además del enfrentamiento ideológico y mediático, la vía legal fue uno de los terrenos prioritarios de la disputa.

En el ámbito jurídico-legal, además de la anulación de los permisos y autorizaciones concedidos por las instituciones de gobierno, la oposición tuvo dos objetivos: la anulación del contrato que supuestos ejidatarios firmaron para el arrendamiento de tierras del “Ejido Cerro de San Pedro” y la recuperación de los derechos ejidales de aquellos

¹⁵Las organizaciones que se articularon como Frente Amplio Opositor son: Patronato Pro Defensa del Patrimonio histórico-cultural de Cerro de San Pedro, Pro San Luis Ecológico, la Asociación de vecinos de Cerro de San Pedro, Educación y Defensa Ambiental y el Colectivo Azul. Además de estas organizaciones de carácter regional, Green Peace México y Mining Watch Canada, son organizaciones que también coadyuvaron en la denuncia del conflicto minero contra *Minera San Xavier*.

¹⁶Pro San Luis Ecológico se constituyó poco antes de que emergiera el conflicto contra MSX, en el marco del descontento que generó el confinamiento que la empresa *Metalclad* instaló en el municipio de Guadalcázar.

habitantes que tenían algún parentesco con antiguos ejidatarios de Cerro de San Pedro; ambos aspectos fueron librados mediante juicios interpuestos ante las autoridades agrarias federales.

La incertidumbre sobre quiénes eran o no ejidatarios fue un aspecto que cobró mayor relevancia con la llegada de la empresa al municipio pues, en buena medida, de esto dependía quienes podían promover la nulidad del contrato de arrendamiento (Entrevista a *Darío*, San Luis Potosí, 11 de febrero de 2013).

A principios de la década de 1940, conforme al código agrario de 1942, se realizó una depuración censal en la que, de 125 personas, únicamente 42 obtuvieron el certificado que avala sus derechos agrarios (Entrevista a *Darío*, San Luis Potosí, 11 de febrero de 2013).¹⁷

En 1976, ante la Secretaría de la Reforma Agraria (SRA), un grupo de personas pertenecientes a la comunidad de la Zapatilla, del municipio de Cerro de San Pedro, solicitaron su conformación como nuevos sujetos agrarios; es decir, ellos mismos, sin ser ejidatarios reconocidos, organizaron asambleas ejidales para autonombrarse como ejidatarios. En 1988, la SRA promovió la desaparición de los derechos colectivos de Cerro de San Pedro, la cual tuvo efecto hasta 2009. Durante la celebración de las asambleas ejidales, asistieron las mismas personas de la Zapatilla que siempre quisieron ser ejidatarios, con la intención de avalar que no había ejidatarios de Cerro, ni sucesores que reclamaran sus derechos.

Aun con la recuperación de los derechos ejidales de unos y el reconocimiento de otros, importante herramienta de la lucha contra *MSX*,

¹⁷Con el reparto agrario, el 8 de enero de 1925 fueron beneficiadas 125 personas por resolución presidencial, constituyéndolas en sujetos agrarios – resolución ejecutada al año siguiente, el nueve de abril de 1926. Sin embargo, en 1928, la empresa American Smelting regresó a Cerro de San Pedro y continuó con la extracción minera, hecho que impidió una plena orientación hacia las actividades agrícolas en el municipio.

no se consiguió la cancelación definitiva del proyecto por esta vía: “en 2004 se obtiene la nulidad del contrato de arrendamiento, pero posteriormente por cuestiones extrañas, dan una resolución inverosímil, establecen que como los compañeros no eran ejidatarios cuando se firmó el contrato de arrendamiento ellos no podían pedir la nulidad. No obstante que se logra la nulidad nos la echan para abajo” (Entrevista a *Darío*, San Luis Potosí, 11 de febrero de 2013).

Frente a este escenario, MSX promovió y consiguió la ocupación temporal ante la Secretaría General de Minas. De acuerdo con la Ley Minera, el conceso de la asamblea de ejidatarios es un requisito para convenir la ocupación temporal; sin embargo, esta se obtuvo con el consentimiento de un habitante. Los ejidatarios reconocidos que rechazaban a MSX impugnaron dicha ocupación, siendo ellos quienes lograron detener, por un tiempo, las operaciones mineras: “en 2009 [cuando] se valida la privación de los derechos colectivos, como consecuencia, se tiene la adición de personas que eran ajenas a tener voz y voto en el ejido de Cerro de San Pedro, y es en ese momento cuando los compañeros ejidatarios tienen la capacidad de implementar amparos en materia agraria y los dejan en cierto estado de indefensión” (Entrevista a *Darío*, San Luis Potosí, 11 de febrero de 2013).

La lucha de resistencia también se libró frente al control político avalado por las redes de corrupción que MSX consolidó, no sólo en San Luis Potosí sino con las autoridades e instituciones de gobierno a nivel federal. Basta considerar los millones de dólares que esta, como muchas otras empresas, invierten para afianzar el “visto bueno” de país anfitrión (Entrevista a *Manuel*, San Luis Potosí, 1 de febrero de 2013).¹⁸ Con ello, MSX inclinó la correlación de fuerzas políticas a

¹⁸Ver también: “Más de cinco millones dona *Minera San Xavier* a la alcaldía de Cerro de San Pedro”, *La Jornada San Luis*, 17 de agosto de 2010.

su favor, dejando pocos espacios a la lucha de resistencia del FAO.

Cerro de San Pedro se constituyó en una trinchera de resistencia ante la que diversas organizaciones sociales y políticas mostraron interés y solidaridad. En algunos de los varios movimientos y organizaciones más significativos, el FAO encontró un abierto apoyo. Por un lado, en noviembre de 2006, el subcomandante Marcos del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) visitó las comunidades de La Zapatilla y la cabecera municipal. Durante un evento, al que acudieron unas 200 personas, el *sub* Marcos escuchó la problemática contra la minera, entre los asistentes se encontraba *Conchita* Calvillo –viuda de Salvador Nava, importante líder político que encabezó el gobierno estatal por un breve periodo de tiempo en 1991.¹⁹

Por otro lado, en junio de 2008, la caravana del Movimiento Pasta de Conchos visitó Cerro para sellar una alianza de Resistencia Civil con el FAO. Para formalizar la alianza, una comitiva del frente vistió la mina de Pasta de Conchos en Coahuila y apoyaron el plantón que sostuvieron las viudas de los 65 mineros que murieron ahí, en febrero de 2006.²⁰

A finales de 2008, integrantes del FAO le entregaron a Andrés Manuel López Obrador un informe en el que documentaron el conflicto contra la *MSX*, especialmente los actos de corrupción en los que incurrió y los vínculos que el ex presidente Vicente Fox había establecido con la empresa. En el encuentro, López Obrador se comprometió a dar apoyo legal y difundir la experiencia de Cerro de San Pedro.²¹

¹⁹“El delegado Zero visitó el nuevo poblado de la Zapatilla en Cerro de San Pedro”, *La Jornada San Luis*, 13 de noviembre de 2006.

²⁰GUTIÉRREZ, José, “Formalizan alianza de movimientos en Cerro de San Pedro”, *La Jornada San Luis*, 2 de junio de 2008.

²¹Andrés Manuel López Obrador, actualmente presidente de México, fue militante de centro izquierda en el Partido por la Revolución Democrática (PRD), partido con el que se postuló y perdió en las elecciones a la presidencia en 2006. “Entre-

Por último, el 7 de junio de 2011, en el marco de la Marcha por la Paz con Justicia y Dignidad que buscaba denunciar, por distintos puntos de México y Estados Unidos, la violencia que actualmente vive el país, Javier Sicilia – quien encabezaba la caravana – estuvo presente en Cerro de San Pedro y San Luis Potosí. En un acto simbólico realizado con integrantes del Frente, clausuró las actividades de MSX y “pidió a las autoridades detener la devastación que se está registrando en la región de San Pedro, y manifestó que lo que sucede en esta zona ‘es una muestra del pudrimiento de las instituciones, ya que dentro del Estado están también los criminales’ ”.²²

A pesar de tan disímiles experiencias de resistencia y apoyo con las que se vinculó el Frente Amplio Opositor, haciendo hincapié en las diferencias entre el EZLN, López Obrador y Sicilia, todas son indicativas, en términos generales, del tipo de disputas subalternas y de los procesos de subjetivación política que configuraron el escenario de luchas sociopolíticas en México. Los esfuerzos por converger evidencian que el puente entre ellas reside, en buena medida, en los posibles lazos de solidaridad que se tejan y que, al mismo tiempo, evidencian la necesidad de trascender el nivel más inmediato de la lucha, lo que es crucial en la maduración política de los actores y organizaciones.

Hasta aquí se ha puesto de relieve la manera en que, desde una mirada diacrónica, fueron desplegados una serie de aspectos que nutrieron y caracterizaron el conflicto socioambiental, indicando sus momentos álgidos. A continuación, será mostrado este mismo proceso, a

ga FAO a López Obrador información sobre actos de corrupción”, *La Jornada San Luis*, 1 de diciembre de 2008.

²²Javier Sicilia es un poeta y activista que, desde 2011 ya a raíz del asesinato de su hijo, ha luchado contra generalización de la violencia asociada a la llamada “Guerra contra el narcotráfico”, estrategia del gobierno federal que encabezó el ex presidente Felipe Calderón. “Cancela Sicilia la *Minera San Xavier*”, *La Jornada San Luis*, 7 de junio de 2011.

partir de su articulación sincrónica, para plantear algunos elementos explicativos.

Territorialidades en disputa

Desde el enfoque de la territorialidad, el ejercicio de dominación y control sobre un espacio tiene, como correlato, la dominación y el control de los sujetos que se relacionan con ese espacio, al cual territorializan. El territorio no sólo constituye un entramado de proceso de apropiación y conformación de territorialidades, su politización puede constituirse en uno de la conflictividad; el territorio no es el contenedor del conflicto, son las distintas valoraciones de sus elementos lo que se ponen en tensión.

A continuación, se presentan de manera esquemática las territorialidades y la conformación subjetiva de una de esas territorialidades. Así mostradas, constituyen una tipología que permite bosquejar tanto a los actores como los procesos que convergieron en el conflicto socioambiental minero:

Esquema 1. Territorialidad y Subjetivación política

Una territorialidad extranjera

La manera en que *MSX* impuso su presencia en Cerro de San Pedro no fue, únicamente, resultado de la concesión que, mediante una serie de permisos, le permitió formalizar su proyecto de explotación durante un tiempo y espacio determinados. Esta empresa canadiense, como muchas, entabló una relación particular con el territorio.

Los pequeños gambusinos que había continuado con la extracción de pequeñas rocas mineralizadas, tuvieron que dejar de hacerlo, a partir del año 2000, debido al cierre de los accesos a las antiguas minas

que *MSX* había adquirido. Además de cancelar cualquier otra forma de explotación minera, tradicional o en pequeña escala, el paisaje de Cerro de San Pedro se transformó en poco tiempo y casi por completo.²³ A diferencia de la minería tradicional que desarrolló la empresa Asarco hasta los años cuarenta del siglo pasado por un periodo de veinte años, *MSX* modificó de manera irreversible el paisaje de Cerro en tan sólo 6 años.

La relación de *MSX* con el territorio también se deriva de los contratos de arrendamiento en los que destaca el carácter irrestricto que se le dio al desarrollo de las actividades mineras. Del conjunto de cláusulas de los contratos destacan varios aspectos: a) la empresa *MSX* tiene la facultad de “extender la superficie de su proyecto hasta un máximo de 10000 o 15000 has en cualquier dirección”; b) la vigencia de dichos contratos fue de quince años con posibilidad de prórroga hasta por otro periodo igual, “con el sólo aviso que la empresa haga” al ejido; c) puede modificar la estructura de la comunidad (cerrar caminos y reabrir otros nuevos, como lo hizo en Cuesta de Campa).²⁴

En lugar del simbólico cerro de San Pedro, ubicado a espaldas del templo de San Pedro, quedó un tajo de, aproximadamente, un kilómetro de diámetro y 150 metros de profundidad. Año con año, se observó cómo el tajo amenazaba con devorar al pueblo. En especial, los patios de lixiviación instalados a escasos metros del sitio donde

²³*Minera San Xavier* inició sus detonaciones a finales de octubre de 2006, a pesar de que los permisos de uso de suelo habían sido suspendidos. “La Minera San Xavier realiza hasta 14 explosiones diarias: FAO”, *La Jornada San Luis*, 12 de noviembre de 2006.

²⁴Municipio de Soledad de Graciano Sánchez, “Contrato de arrendamiento”, Comisariado Ejidal Palma de la Cruz, San Luis Potosí, 3 de noviembre de 1997; Municipio de Cerro de San Pedro “Contrato de arrendamiento”, San Luis Potosí, 6 de febrero de 1997, Libro de Inscripción de Contratos, No. 0072, Contrato de arrendamiento, 18 de diciembre de 1996, Registro Agrario Nacional; Municipio de Cerro de San Pedro, “Comisariado Ejidal Cuesta de Campa”, San Luis Potosí.

fue reubicada la comunidad de La Zapatilla, son un lugar que no pasa desapercibido. El tajo y los patios forman parte del “nuevo” paisaje histórico y cultural de Cerro de San Pedro.



Figura 1. Cerro de San Pedro, San Luis Potosí.
Fuente: Foto de autor (2012).

La territorialidad extranjera que *Minera San Xavier* ejerció sobre el territorio no se ciñe al control de un área geográfica determinada, implicó también una transformación de aquello que controló y dominó.²⁵ Al interior del municipio de Cerro de San Pedro, la delimitación de fronteras mediante el levantamiento de mallas, implicó el trazo de límites territoriales que diferenciaron las áreas de libre tránsito de aquellos espacios a los que ya no era permitido acceder:

Para muchos compañeros ya de repente andar en el pueblo era difícil, que esa es la otra parte, se ha adueñado de los territorios. O sea, *Minera San Xavier* es como un enclave, tiene la figura de enclave dentro de territorio. Aquí se maneja bajo los preceptos de los canadienses. El pueblo y sus alrededores quien manda y quien gobierna son ellos, ya no es territorio mexicano, es territorio de ellos y así lo consideran, ahí tienen sus camionetas con sus guardias y el cercar todo pues es una manera de decir: “esto no es de ustedes, nosotros aquí mandamos” (Entrevista a *Ernesto*, San Luis Potosí, 28 de enero de 2013).

Si bien esta delimitación es una práctica que justamente tiene el objetivo diferenciar el adentro y el afuera en distintas escalas, desde la casa o la escuela hasta el conjunto de países a nivel global, esta demarcación adquiere un sentido característico cuando se realiza en el marco de un conflicto cuyo eje es, precisamente, la defensa del territorio.

Las camionetas de la empresa y algunas cámaras de seguridad muestran la forma en que MSX ejerció su apropiación simbólica y material sobre la cabecera municipal. Esto no ocurrió de la misma

²⁵La definición de esta territorialidad, a partir de su carácter extranjero, refiere al concepto de territorialidad planteado por Robert Sack en el que se enfatiza la capacidad de influencia, de afectación y de control sobre la gente, sobre ciertos elementos y las relaciones entre éstos, a partir de la delimitación y del control de un área geográfica (SACK, 1991).

manera en todas las comunidades, donde los trabajadores y las camionetas de la empresa también se exhibían cotidianamente.²⁶

Por ejemplo, en La Zapatilla, *MSX* no era un actor que suscitara tensión. Si bien no se habla abiertamente de ella, el hecho de que esta comunidad aceptara, desde el inicio, su reubicación, significó que la empresa aseguró su control aun cuando no fuera coercitivo, como en la cabecera municipal; la aceptación de reubicación es muestra del consenso que la empresa logró con esta comunidad. Debe señalarse, además, que la accidentada geografía del municipio de Cerro de San Pedro hace que el control territorial de la empresa fuera diferenciado; en algunas comunidades, como Cuesta de Campa o Monte Caldera, lugares desde donde se pierden de vista el tajo y los patios de lixiviación, coadyuva a que, en apariencia, el conflicto mismo desaparezca.

Las modificaciones al paisaje, la delimitación y control de áreas y fronteras, muestran cómo este actor concibe al territorio: fuente de recursos naturales, tanto de la superficie como del subsuelo, que pueden ser extraídos de un lugar para ser utilizados, transformados y valorizados en otro. *La efectividad de la territorialidad ejercida por la corporación residió, además, en los vínculos y la relación de cooptación que estableció con ciertos grupos de poder local o regional, así como mediante la conformación de un “grupo de choque”; todo ello le permitió controlar social y políticamente al municipio.*

Esta territorialidad extranjera – que puede aplicarse a otras empresas transnacionales extractivas – se caracteriza también por la discontinuidad en el acceso y la regulación en la extracción de los recursos contenidos en los territorios. Una misma empresa, especialmente las

²⁶Además de las mallas que cercaron el área de *MSX*, la demarcación física y simbólica de lo que ésta es propietaria se manifestó en la presencia de un destacamento militar que se construyó a la entrada del Cerro, con motivo de la guerra contra el narcotráfico iniciada por el presidente Felipe Calderón en 2006.

que están sólidamente establecidas en los mercados internacionales, se apropian y controlan áreas geográficas no colindantes al mismo tiempo. Se trata, de una apropiación del territorio sin un proceso ni construcción de identidad.

Territorialidades politizadas y territorialidades negociadas

Frente a esta *territorialidad extranjera* es posible identificar otras territorialidades que surgen en el marco del conflicto socioambiental minero. En la institución de estas otras territorialidades son recuperadas tanto la migración como la permanencia, dando lugar a dos grandes conjuntos: una territorialidad en la que se politizan algunos de sus elementos constitutivos y otras que negocian su existencia y permanencia en el territorio al relacionarse con la politizada y la extranjera.

La migración permanente, temporal o cotidiana, en tanto que búsqueda de fuentes de empleo y opciones de educación, incluido el frecuente desplazamiento a la ciudad de San Luis Potosí para satisfacer ciertas necesidades (alimentación, esparcimiento, etcétera), puede desdoblarse en tres dimensiones: lo que significa irse del lugar de origen o de pertenencia, regresar a éste, y las implicaciones de permanecer.

La *territorialidad politizada* es detonada, en buena medida, por el regreso al lugar de origen. La amenaza de destrucción del pueblo y la imposibilidad de mejorar las condiciones de vida que, entre otras cosas, permitirían llevar a cabo un proyecto turístico en el que serían desarrollados los servicios y las fuentes de empleo (como restaurantes, hoteles, etcétera), son los factores que nutren a esta territorialidad.

El retorno a Cerro de San Pedro se explica, como en otros contex-

tos, por la añoranza del lugar de origen o donde se ha crecido. Este factor constituye, sin duda alguna, un eslabón de gran envergadura en la apropiación y valoración del territorio en la medida en que, con el regreso, es resignificado este proceso de apropiación y valoración.

Al considerar que no todos son oriundos de este municipio, sino que en el conflicto – especialmente en el momento en que diversos grupos se articularon en el Frente Amplio Opositor – confluyen actores de municipios aledaños, Soledad de Graciano Sánchez y de San Luis Potosí, lo que hizo factible que Cerro fuera resignificando no sólo porque se le apropia y valora en tanto que lugar de nacimiento, sino que esta apropiación es reforzada y reconstruida permanentemente.

Yo nací acá en San Luis Potosí, pero Laura siempre me decía “tú di que eres de Cerro de San Pedro”, pero no podía. Yo soy de acá de San Luis. Después me tocó, desde el 2005, salir y hablar de Cerro y hacer denuncia en el extranjero y entonces tuve que reforzar mi identidad y decir que yo vengo de Cerro de San Pedro. Y hasta la fecha, yo sigo saliendo y no puedo decir otra cosa, yo vengo de Cerro de San Pedro y está pasando esto. Yo a lo que voy es a hablar de lo que está pasando aquí, no voy a otra cosa. A donde quiera que vaya hablo de lo que está pasando y vengo de ahí, y soy ejidataria. Entonces sí se reforzó mucho porque ni idea teníamos del valor histórico cultural, de toda la riqueza arquitectónica que tenemos, nosotros íbamos porque era nuestro terruño, el terruño de los abuelos, ahí está la casita. Pero ahora sentimos que, más que nada, lo que ha salido de ahí es el movimiento nacional y ahora se está ligando con Centroamérica, y estamos ligados hasta Chile, Perú. Yo represento, a donde vaya, a Cerro de San Pedro (Entrevista a *Antonia*, San Luis Potosí, 24 de enero de 2013).²⁷

La territorialidad politizada buscó la confluencia de todos los mu-

²⁷ Además de que se refuerzan y construyen los lazos con el territorio, resignificándolo, en la medida en que se contrasta esta apropiación hacia el exterior, también tiene lugar una reapropiación que resulta del reconocimiento del valor histórico y cultural que otros le han otorgado a Cerro de San Pedro.

nicipios afectados, reivindicado a Cerro de San Pedro como el lugar que dio origen al estado de San Luis Potosí y enfatizando su valor histórico y cultural. La posible destrucción del simbólico cerro de San Pedro, epicentro de esta *territorialidad*, puso de relieve los procesos de resignificación que tuvieron lugar. La defensa frente a su destrucción puede ser entendida, entonces, como el núcleo de las formas de apropiación y valoración que emergen del amor al pueblo, pero que lo resignifican con el ánimo de robustecer su importancia histórica.

Además de la *territorialidad extranjera* y la *territorialidad politizada*, asoman otras territorialidades que se diferencian frente a estas. Con el ánimo de caracterizarlas, el resto de territorialidades son delimitadas a partir de su dinámica negociadora. Es decir, entre la relación de imposición ejercida por la *territorialidad extranjera* y la lucha de resistencia desplegada por la *territorialidad politizada*, emergieron territorialidades que negociaron su presencia mediante formas de apropiación y valoración distintas y con las que hicieron frente al conflicto.

Dentro de las *territorialidades negociadas* se ubican, por lo menos, tres. Igual que en las territorialidades politizada y extranjera, Cerro de San Pedro es el fundamento para entender cómo se consolidan estas territorialidades. Sin embargo, el significado del pueblo y su posible destrucción son factores que cruzan en modos diversos el proceso de territorialidad. Esta forma diferenciada de apropiación y valoración se observa, especialmente, cuando se contraponen con el conflicto y los intereses que allí se juegan.

Por un lado, estas territorialidades en negociación comprenden a algunos de los ejidatarios que arrendaron sus tierras. Cuando se evidenció que los beneficios prometidos por la minera eran escasos o nulos, esta territorialidad se apejó a la búsqueda de mejores pagos por

sus tierras arrendadas. Esto significa que la apropiación y valoración, sin dejar de lado los lazos culturales y simbólicos, estuvo mediada por la significación material y funcional del territorio, pues las tierras ejidales en Cerro de San Pedro representaban su único medio de subsistencia; de ahí que las repercusiones al medio ambiente y a la salud fueran postergadas.

Fue un caso en el que la gente estaba necesitada y sin dinero. Yo he platicado con mi papá y con los demás ejidatarios y ellos decían que preferían comer, que la contaminación después [...] En la comunidad, la mayoría de la gente que tuvo en sus manos la decisión de arrendar o no las tierras, a veces no sabían ni leer, menos iba a entender qué es un tajo a cielo abierto o un proceso de lixiviación. Realmente lo que ellos querían era el dinero. Yo no los culpo. O sea, me da tristeza que haya sucedido, pero pues el gobierno del estado nunca se ha preocupado por acercar empleo. La gente está en la miseria. Si te dan de comer pues adelante. Mi papá me decía “es que a la mejor yo tengo qué comer, pero los demás no tienen trabajo”, eso era lo primero. Por eso es que el ejido arrendó las tierras en una cantidad ridícula porque ahí es donde están las piletas de lixiviación, en las tierras que rentó el ejido”. Yo ahora les llevo información para que ya no le sigan arrendando por tan poco dinero, o sea, que les paguen lo justo (Entrevista a *Berta*, San Luis Potosí, 24 de enero de 2013).

Por otro lado, existe una territorialidad en la que la destrucción del pueblo era considerada un “mal que trae un bien”; es decir, la única posibilidad para que los habitantes pudieran tener un empleo consistía en el desplazamiento y la destrucción de Cerro de San Pedro, pues –decían– “aunque esté feo así se le quiere”.

Dentro de esta territorialidad se ubica aquella en la que, si bien se fue resignificado el territorio en función de la migración (irse y regresar al terruño) o de la permanencia, las acciones de Minera San Xavier, sobre todo, sus alcances y consecuencias, son asumidas. Si

bien, igual que en la anterior apropiación, permeó lo material y funcional, a diferencia de ésta, no fueron problematizados los impactos naturales y a la salud que suponía el proyecto.

Ahora que estábamos en la presidencia me decían “por qué la destrucción al Cerro”. Yo les decía que no había de otra. O sea, tienes que apostarle o querer hacer algo, pero tienes que sacrificar algo. Y sí es feo. Yo cuando veía que tronaban pensaba que ya le iban a poner en la torre al pueblo. Pero no, se logró que se trabajara de aquel lado. Lo que sí se ve es que hay más movimiento. Las familias de los pueblitos que no imaginaban que algún día tuvieran un vehículo o negocios; las casas han mejorado. Hay apoyos de la empresa, pero todo tiene un precio si así lo queremos ver. El movimiento es bueno, pero con sus pros y sus contras (Entrevista a José, San Luis Potosí, 18 de marzo de 2013).

Además, emergió otra territorialidad en negociación que buscó beneficiarse, aprovechando tanto la politizada como la extranjera, y frente a las cuales no aparece en confrontación ni en aceptación. Es decir, estas territorialidades en negociación tienen como común denominador la apelación a las otras territorialidades, utilizándolas, con el ánimo de mantenerse y sin comprometer los beneficios obtenidos; por lo general, estos beneficios se traducen en empleos o bonificaciones que la empresa ofreció y, cuando ésta no las cumplía, las territorialidades en negociación recurrían a los grupos en resistencia para presionarla.

Este conjunto diverso de territorialidades que, de una u otra manera, negociaron y aceptaron a la territorialidad extranjera, constituyen formas de apropiación en donde el valor de cambio se sobrepone al valor de uso de la tierra y del territorio (aspecto material-funcional de la territorialización). Lo que no significa que no tenga lugar una apropiación simbólica del territorio en la medida en que el valor de cambio no cancela el apego y el lazo territorial que se entabla con el lugar de origen o de pertenencia.

Este conjunto de formas diferenciadas de apropiación, valoración y dominación están, a su vez, entrelazadas por las visibles transformaciones que en tan poco tiempo cambiaron este paisaje minero. La relevancia de esta variación al paisaje reside, además, en que la tipología que aquí se plantea tuvo el reto de explicar cómo se superponen estas territorialidades, esto es, hacer inteligible la manera en que están engarzadas y no exponerlas única y exclusivamente a partir de sus discrepancias. Tanto para quienes nunca salieron de su pueblo como para quienes regresaron, el cambio definitivo al paisaje es un factor que cruzó tanto a las territorialidades en negociación como a las politizadas. El recuerdo que tenían de Cerro de San Pedro como un lugar tranquilo, con flora y fauna que ya ha desaparecido, disienta con lo que ahora observan.

En síntesis, puede afirmarse que el factor que detonó las territorialidades, extranjera, politizadas y en negociación es la significación y resignificación del territorio por parte de los grupos y actores que ahí concurren; lo que, evidentemente, no implicó un proceso unilateral sino diferenciado en la medida en que está cruzado por los procesos de permanencia o migración.

Además de la resignificación, el reconocimiento de los rasgos irreversibles que sobre el territorio imprimió la actividad minera de la canadiense (desde la devastación y contaminación ambiental hasta la destrucción al paisaje y, por tanto, a sus valores histórico-culturales), puso en evidencia el grado y la forma en que fueron instituidas este conjunto de territorialidades.

Los contornos entre las *territorialidades politizadas* y en *negociación* frente a la *extranjera* se presentan de manera mucho más clara. En buena medida, esto es producto de que su carácter extranjero, puesto que el actor que la detenta no se ha apropiado de Cerro de San Pedro

en tanto que oriundo del lugar, sino que viene de fuera; esta apropiación no implicó la conformación de identidad con el lugar o un sentido de pertenencia, sino de propiedad privada y control. Igual importancia tiene, para definirla como foránea, es el saqueo de los recursos minerales.

La frontera entre las territorialidades politizada y en negociación es menos nítida. Aun cuando estas tengan su fundamento en la apropiación y valoración en torno a Cerro de San Pedro, no hay una relación lineal entre la apropiación y valoración territorial y la politización, esto es, no toda apropiación del territorio deviene, siempre, en una apropiación politizada. A su vez, considero arriesgado determinar que las territorialidades en negociación no están, en alguna medida, politizadas, puesto que esta cualidad está, al menos, en potencia.

Al proponer esta tipología se apeló a la manera en que divergen, lo que es de otro orden, el de la politicidad. Tanto la resignificación como las transformaciones del territorio que los actores rechazaron o asumieron – vehículos para poner de manifiesto la divergencia de formas de apropiación y valoración –, son aspectos que aluden, al mismo tiempo, a sus implicaciones políticas. Esta tipología resulta de la ponderación de la dimensión política de los procesos de territorialidad y, evidentemente, de subjetivación política.

El proceso de conformación subjetiva y la politización de los recursos naturales e histórico-culturales

El proceso de subjetivación política refiere fundamentalmente a la *territorialidad politizada* por tratarse de un conjunto de grupos organizados que buscaron, colectivamente, rechazar y poner de relieve

las consecuencias que a mediano y largo plazo supuso el proyecto minero. Esta acotación implica que la conformación política subjetiva planteada es la del Frente Amplio Opositor, sin dejar de reconocer la pluralidad al interior de este sujeto político. Esto no implicó la segregación de las otras territorialidades, sino que fueron recuperadas en la medida en que coadyuven en la explicación de la politización de estas organizaciones.

Lejos de ser un proceso instituido por un grupo homogéneo, las organizaciones articuladas en torno al FAO tuvieron que enfrentarse a las contradicciones intrínsecas que resultan, frecuentemente, de intereses particulares. El proceso de politización colectiva muestra cómo se constituyó esta organización opositora y enfatiza los factores que hicieron factible que, en este proceso, convergieran una diversidad de grupos.

El proceso de subjetivación política del grupo opositor se teje en el marco de la dominación de grupos de poder que, como se planteó, ejercieron un control sobre el territorio y, por añadidura, sobre las personas que se apropiación y valoraron Cerro de San Pedro. Esta particular forma de dominación tiene su génesis en el conflicto minero aun cuando la historicidad de los actores indique que, como en el caso del Estado y de sus instituciones, su configuración e intereses fueran más complejos.

Minera San Xavier y el Frente Amplio Opositor se enfrentaron en un escenario que estuvo cifrado por una correlación de fuerzas en la que el FAO fue un sujeto subalterno. Esta subalternidad estriba en dos aspectos. Primero, la empresa y los grupos de poder político afines a ella (presidentes municipales, estatales y federales, así como funcionarios públicos de Semarnat y Profepa), socavaron durante ese tiempo y de forma sistemática el avance del frente hacia un antagonismo social

y político más amplio (MODONESI, 2010).

A pesar de la ilegalidad e inviabilidad, la continuidad del proyecto minero fue resultado, en buena parte, de la reacción de los grupos dominantes que no permitieron que sus intereses económicos y los beneficios que de ahí derivaron fueran menoscabados; además, la implementación de estrategias de desmovilización y represión selectiva hacia las organizaciones opositoras coadyuvó a la no cancelación de las operaciones de la mina.

Segundo, la condición de *subalternidad de los opositores reside en que, a pesar de* impugnar las iniciativas de los grupos dominantes, en esta relación, ellos se asumieron como un grupo subordinado en la medida en que no contaron con los mismos recursos políticos, económicos y mediáticos, apelando a otras estrategias de convencimiento en el despliegue de sus demandas; esto implicó la aceptación de las iniciativas del grupo dominante (GRAMSCI, 1997; MODONESI, 2010).

Dentro de las iniciativas del grupo dominante deben advertirse las constantes acciones que *Minera San Xavier* ejerció en aras de desarticular la lucha de resistencia del FAO: la cooptación social y política mediante bonificaciones de los grupos políticos; así como el hostigamiento y la vigilancia de los integrantes de este grupo opositor.

En el *modus operandi* de la empresa, estas iniciativas fueron desplegadas mediante mecanismos de coerción y de consenso, es decir, un uso selectivo de los recursos con el fin de pasar desapercibida a pesar de promover actos de intimidación y división social entre la comunidad local. Estas iniciativas requirieron, en un nivel más general, la modificación de las estructuras de poder local y regional, misma que se dio con la adecuación de los marcos legales que regulan la actividad minera.

Al analizar el proceso de subjetivación política del grupo subalterno fue necesario dar cuenta, en primera instancia, de los aspectos que explican su conformación. En este sentido, las demandas que han sido colectivizadas, y en torno a las cuales se articuló la lucha de resistencia son: la defensa contra la destrucción del pueblo de Cerro de San Pedro, la lucha contra devastación del medio ambiente y, en consecuencia, ante las posibles enfermedades y daños a la salud que suponía el proyecto minero.

La colectivización – o si se prefiere, socialización – de estas demandas se puso de relieve, por un lado, a partir de fortalecer el incipiente descontento frente a la destrucción del pueblo, transformándolo en un propulsor de la dinámica y la disputa política. Por otro lado, en la medida en que el Frente buscó la inclusión del resto de los municipios conurbados, población que también se vería afectada por el daño al acuífero del Valle de San Luis y por la imposibilidad de contener la contaminación al aire; con ello se logró establecer vínculos a partir de la denuncia de estos impactos. De esta manera, el Frente hizo de una demanda local un problema regional, dándole un alcance político mucho mayor.

El proceso de subjetivación política subalterna tiene, entre sus puntos clave, la identificación de frente a qué o quién se es subalterno, al reparar en que el “enemigo” frente al que se lucha no es sólo la empresa minera canadiense sino el conjunto de estructuras de poder que amparan sus actividades. El proceso de politización subalterna no se ciñó, aun cuando fuera un paso ineludible, a la identificación del “enemigo”. Antes bien, este escalón sirve para tomar consciencia del grado en que MSX consolidó su dominación y, es en torno a esto, que los grupos opositores reconocieron algunos límites y posibilidades de su experiencia de lucha política y resistencia.

La MSX perdió aquí con nosotros. Porque perdió y a la brava se metió, esa es otra cosa, eso ya es ponerte contra un sistema de gobierno, con el ejército que nos lo meten allí. Esa ya es una lucha diferente. Ya no es sólo una lucha contra una minera, eso tenemos que entenderlo. [...] El gobierno de ahorita es un gobierno que reprime a los movimientos a como dé lugar. Nada de llegar a acuerdos. Por la fuerza te reprimen. Eso es lo que nos va a pasar aquí. Si a la empresa y al gobierno los tenemos en jaque, luchando, senadores encima y diputados [...] Te matan o te encarcelan, o te tienes que chispar si bien te va. Entonces uno tiene que ver todo eso. Por eso las diferencias. Hay gente que nunca ha entrado a una mina, gente que no sabe de minería, gente que nunca ha estado en la lucha y quiere decidir sobre cosas que nunca ha probado (Entrevista a *Manuel*, San Luis Potosí, 5 de febrero de 2013).

Las formas de organización y la multiplicidad de acciones de resistencia desplegadas por el FAO oscilaron entre los canales formales-institucionales y las acciones colectivas, bloqueos, marchas y movilizaciones, incluido el aprendizaje sobre lo que es la minería a cielo abierto. Todo esto, constituyó el puente entre el simple rechazo espontáneo y la oposición organizada – o, en términos gramscianos, dirección consciente (GRAMSCI, 1997).

Aun sin una estructura completamente horizontal, pero que tampoco se levantó jerárquicamente, las organizaciones que emergieron y la pluralidad de grupos que fueron adhiriéndose, evidencian el carácter de su politización. Es decir, la expansión de la lucha de resistencia cualitativa y cuantitativamente, la afinación de las estrategias de lucha, son elementos que manifiestan la organización y consolidación de un movimiento político que, aun desde su condición de subalternidad, fue madurando sus herramientas políticas de lucha, particularmente en lo jurídico.

Sin dejar de reivindicar tenaz y permanentemente sus demandas, los opositores repararon en que el “enemigo” no es sólo *Minera San*

Xavier, sino que su lucha política frente a la corporación está forzosamente mediada por la hegemonía de los grupos de poder. Aspecto de vital importancia pues, como se apuntó arriba, es a partir de allí que los sujetos rechazan y negocian la aceptación de la iniciativa y el ejercicio de dominación de dichos grupos, lo que destaca, a su vez, su condición de subalternos.

El proceso de conformación subjetiva del Frente constituye una experiencia política que se sustentó y desbordó las formas de apropiación, dominación y valoración de territorio en torno a Cerro de San Pedro. Esto es, la politización de determinadas territorialidades requirió de otros elementos que trascendían el proceso de institución de territorialidades en la medida en que, si bien retoma mucho de lo que en éstas se despliega, la necesidad de abrir la lucha de resistencia y la organización política estuvo en función de los objetivos y demandas de los sujetos politizados.

El FAO no sólo libró su lucha en la trinchera local, Cerro de San Pedro. La experiencia compartida con movimientos y organizaciones sociales y políticas de otras regiones de México y América Latina de los últimos años del conflicto permitió que su politización se afianzara.

Sin embargo, la subjetivación política subalterna se fue disgregando por el propio desgaste de una lucha de resistencia de tan largo plazo. A esto, contribuyeron, paradójicamente, los momentos de triunfo del FAO. Por ejemplo, cuando las sentencias jurídicas favorecieron a la lucha de resistencia, su fuerza de movilización entraba en repliegue. Es decir, las victorias en que parecía inminente que MSX no podría sostener más su proyecto, de alguna manera, repercutía en el itinerario de la lucha del Frente puesto que, sin dejar de lado el activismo social y político, el objetivo primordial de la lucha en la región parecía

consumarse.²⁸

Conclusiones

La articulación de los enfoques de la territorialidad y la subjetivación política ponen de manifiesto los niveles de tensión que caracterizaron al conflicto socioambiental en torno a Cerro de San Pedro. Un nivel refiere a la divergencia en las formas de apropiación, valoración y dominación del territorio, donde la significación o resignificación tuvieron una función importante al delimitar los contornos entre los actores enfrentados: empresa, instituciones del gobierno y población afectada. Otro nivel es el de las formas de apropiación e institución del territorio que se enfrentan y oscilan entre la aceptación, la negociación y el rechazo de las transformaciones al paisaje impuestas por una territorialidad extranjera. El proceso de subjetivación política muestra aquellos elementos que, ya estando presentes en la conformación de territorialidades, se politizan y adquiere su especificidad.

La lucha de resistencia de los opositores se dio tanto en el ámbito jurídico como social y político. Las movilizaciones, marchas, mítines y otras acciones colectivas se combinaron con la larga lista de juicios y amparos jurídico-legales. Ambas cualidades de la resistencia, en la que se disputó el proyecto minero junto con las estructuras de poder en las cuales se sustentó, estuvieron encaminadas hacia distintos frentes: lo ambiental y lo histórico-cultural.

Sin duda alguna estos ámbitos están entrelazados, pero al privile-

²⁸ Siguiendo una intuición gramsciana, las “apariencias de victoria” son uno de los factores que más claramente inciden en la imposibilidad de las clases subalternas para lograr su unificación; de ahí que diga que su historia es “episódica y disgregada”. Sin embargo, todavía recurriendo a Gramsci, la persistencia y capacidad articularia del Frente Amplio Opositor es indicativa de que éste ha logrado reponerse a los embates – iniciativas, dice Gramsci – de los grupos dominantes.

giar lo ambiental desde el inicio del conflicto y hasta la actualidad, lo histórico y lo ejidal tuvieron otra función, más presente en el proceso de subjetivación política. Los aspectos histórico-culturales que animaron la institución de territorialidades en negociación y politizadas, y lo ejidal, importante herramienta de lucha con la que se logró detener el proyecto por cortos periodos de tiempo, no alcanzaron a materializarse con la misma intensidad y en el mismo grado que lo ambiental durante la trayectoria del conflicto.

En términos del proceso de subjetivación política, lo ambiental, ejidal y simbólico-cultural, son piezas claves del conflicto porque constituyen pautas y ritmos que abrieron y cerraron la lucha de resistencia. Es allí donde se evidencia que, más allá de la consolidación de sus demandas, la recuperación de esta experiencia por otras luchas, nutrirá el horizonte de resistencias frente al extractivismo

A pesar del repliegue de la conflictividad en torno a Cerro de San Pedro, la experiencia sociopolítica de resistencia contra la minera también permitió, al grupo opositor, coadyuvar en otras experiencias de lucha con la misma problemática. Las redes que se han ido construyendo en torno a la defensa de la tierra, el agua y los pueblos han sido compartidas en foros y encuentros realizados en países como Panamá, Uruguay, Argentina, Salvador, Guatemala, Colombia y Chile, entre otros.

A veinte años de lucha, Minera San Xavier anunció, en 2014, el plan de cierre paulatino de sus operaciones, que incluyen un cierre tanto biofísico como social, según lo comunicado por la empresa y la Cámara Minera de México. Frente a este escenario, los opositores se mostraron escépticos, recordando la duración de más de cincuenta años de las concesiones.

En noviembre de ese mismo año, MSX junto con el gobernador

de San Luis Potosí, la presidenta municipal de Cerro de San Pedro y personal del Instituto Nacional de Antropología e Historia, impulsaron una iniciativa para declarar al pueblo como Zona de Monumentos Históricos, declaratoria de carácter federal con la que se busca difundir el patrimonio cultural de Cerro de San Pedro. Este esfuerzo fue criticado, no sólo por el Patronato Pro Defensa, sino por la sociedad civil en general. Sin embargo, el INAH continuó con el proceso y, hasta mediados de 2019, aún requería la ratificación del presidente López Obrador.

Para 2018, MSX informó sobre el “avance, las acciones y buenas prácticas de cierre” alcanzados, entre los que destaca: 1) la autorización otorgada por la Semarnat para el manejo y disposición de los desechos mineros, considerados residuos peligrosos, incluidos los que aún persistía por las actividades de empresa mineras antecesoras; 2) reforestación de 400 hectáreas en Monte Calera; y 3) aportaciones económicas para el mantenimiento de la infraestructura del municipio que consta, básicamente de la rehabilitación de caminos; y el desarrollo de actividades en el sector de servicios, hoteles o restaurantes. Finalmente, la corporación refiere que el cierre y restauración se prolongará hasta 2021 (MINERA SAN XAVIER, 2018).

Referencias

Gimenez, Gilberto. Territorio, cultura e identidades. La región sociocultural. In: ROSALES, Rocío (coord.). *Globalización y regiones en México*. México: Miguel Ángel Porrúa/UNAM, 2000. p. 19-51.

GOBIERNO DEL ESTADO DE SAN LUIS POTOSÍ. *Decreto Plan de Ordenación de San Luis Potosí y su zona Conurbada*. Periódico Oficial del Estado, año LXXVI, núm. 77, segunda sección. México: Gobierno del Estado de San Luis Potosí, 1993.

Gramsci, Antonio. *Antología*, Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 3^{ra} Edición, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *El mito de la desterritorialización. Del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad*. México: Siglo XXI, 2011.

López Bárcenas, Francisco; ESLAVA Galicia, Mayra. *El mineral o la vida. La legislación minera en México*. México: Centro de Orientación y Asesoría a Pueblos Indígenas/Paz en el árbol/ Red Interdisciplinaria de Investigadores de los Pueblos Indios de México A.C. (Red-IINPIM) Editores, 2011.

MINERA SAN XAVIER S.A. DE C.V-NEW GOLD. *Cerro de San Pedro. Manifestación de Impacto Ambiental Modalidad particular*. México: Nova-Consultores Ambientales, 2012.

_____. *Reporte de Sustentabilidad*. México: New Gold, 2018.

Modonesi, Massimo. *Subalternidad, antagonismo y autonomía*. Marxismo y subjetivación política. Buenos Aires: Prometeo/ Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2010.

Peña, Francisco; HERRERA, Edna. El litigio de Minera San Xavier: una cronología. In: COSTERO, María Cecilia (coord.). *Internacionalización económica, historia y conflicto ambiental en la minería*. El caso de Minera San Xavier. México: El Colegio de San Luis, 2008.

Sack, Robert. El significado de la territorialidad. In: PÉREZ HERRERO, Pedro (comp.). *Región e historia en México (1700-1850)*. Antologías universitarias. México: Instituto Mora/Universidad Autónoma Metropolitana, 1991.

SILVA, Letizia. *Transformaciones del paisaje desde la explotación minera en la región central de San Luis Potosí*. Tesis de doctorado en Geografía, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

Fuentes hemerográficas

La Jornada, México

La Jornada San Luis, San Luis Potosí, México

Resumo:

El presente artículo aborda el conflicto socioambiental que surgió en 1995 con la llegada de la empresa canadiense *Minera San Xavier* (MSX) al municipio de Cerro de San Pedro, San Luis Potosí, México, con el objetivo de presentar los resultados más relevantes del proyecto de investigación realizado entre 2011 y 2013. A partir de la articulación de dos enfoques, el de la territorialidad y el de la subjetivación política, se buscó explicar la reconfiguración de los procesos de apropiación del territorio y el proceso de subjetivación política que ocurren en el marco del conflicto.

Palavras-chave: Territorialidad; Subjetivación Política; Conflicto Socioambiental.

Abstract:

This article addresses the socio-environmental conflict that arose in 1995 with the arrival of the Canadian company *Minera San Xavier* (MSX) in the municipality of Cerro de San Pedro, San Luis Potosí, with the aim of presenting the most relevant results of the research project carried out between 2011 and 2013. From the articulation of two approaches, that of territoriality and that of political subjectivation, attempts were made to explain the reconfiguration of the processes of appropriation of territory and the process of political subjectivation occurring in the context of the conflict.

Keywords: Territoriality; Political Subjectivation; Socio-Environmental Conflict.

Recebido para publicação em 10/12/2019.

Aceito em 16/05/2020.

O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará: desenvolvimento e resistências no contexto da barbárie por vir

Luciana Nogueira Nóbrega

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4766-2418>

lunobrega.adv@gmail.com

Introdução¹

Nos últimos trinta anos, diversas comunidades que vivem em São Gonçalo do Amarante e Caucaia, municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará, vem sendo impactadas pela construção de uma série de empreendimentos na área de infraestrutura e indústrias de base, como siderúrgicas, termelétricas e refinaria, integrantes do projeto denominado Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).²

¹“Barbárie por vir” faz referência à obra “No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima”, de Isabelle Stengers (2015).

²Atualmente, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que antes se denominava Companhia de Integração Portuária do Ceará — Cearáportos, é uma empresa de economia mista criada pela Lei estadual nº 12.536, de 22 de dezem-

Dentre as comunidades afetadas, um grupo em especial tem resistido ao processo de implantação do CIPP, reivindicando a identidade étnica Anacé e relações diferenciadas com o território, o que pressupõe outros modelos de uso e gestão dos recursos naturais. Ao se contrapor às desapropriações e expulsões de famílias do território, o povo Anacé se vale de estratégias diversas e engloba outros sujeitos na luta pela demarcação do seu território, no resgate e na reelaboração de sua memória, e na proposição de um saber próprio.

A presente pesquisa se insere nesse contexto, visando apresentar as diversas narrativas existentes em torno da construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, visibilizando os conflitos entre: a perspectiva indígena acerca do território por eles vivido e reivindicado; e a perspectiva do Estado que, aliada ao capital nacional e internacional, pretende garantir a implantação de inúmeras indústrias de base na região. Objetivamos, assim, dialogar com os múltiplos sentidos de desenvolvimento, utilizados, no caso, como armas discursivas que refletem modelos socioambientalmente distintos.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa em andamento que triangula diversos métodos: a) levantamento bibliográfico junto à produção indígena acerca do CIPP e dos impactos perante os Anacé, pri-

bro de 1995. O CIPP é composto por um porto, uma zona de processamento de exportação (ZPE) e por uma área industrial. Dentre as principais indústrias que integram o Complexo, citamos Companhia Siderúrgica do Pecém, Vale, ENEL, Votorantim, Cimento Apodi, White Martins, Companhia Sulamericana de Cerâmica, TermoCeará, Siderúrgica Latino Americana, dentre outras. Sobre o CIPP, ver: www.complexodopecem.com.br. Em 30 de setembro de 2015, foi fundada a Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AECIPP), uma entidade empresarial, sem fins lucrativos, com atuação específica no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). A AECIPP define como seu principal objetivo “fortalecer e desenvolver a atividade empresarial nessa região, por meio do atendimento permanente dos legítimos interesses das suas empresas associadas”. Disponível em www.aecipp.com.br. Acesso em 24 de abr. 2020.

vilegiando tanto o material produzido pelas lideranças tradicionais³ quanto aquele produzido pelas lideranças políticas⁴ do movimento indígena Anacé;⁵ b) documental, a partir de análise da legislação e de processos que tramitaram no Ministério Público Federal e na Justiça Federal no Ceará sobre os Anacé e o CIPP; c) um exercício etnográfico, fundamentado na observação participante junto ao povo Anacé, através do acompanhamento de reuniões, assembleias e mobilizações indígenas, durante os anos de 2015 a 2018.

Interessou-me, particularmente, identificar os conflitos vivenciados por esse povo indígena, ao tempo em que busquei refletir sobre a agência e as mobilizações engendradas pelos Anacé para que suas narrativas, que conflitavam diretamente com as propostas do Estado do Ceará, fossem tornadas públicas, disputando, assim, outros sentidos de desenvolvimento.

³Cito aqui a Carta Histórica do Povo Anacé, escrita em 1999 pelas lideranças indígenas e utilizada até os dias atuais como material didático na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, além da obra “Resgate Histórico do Povo Anacé”, sem data, escrita por um dos caciques do povo Anacé, Seu Antônio Ferreira Anacé.

⁴O termo “intelectuais indígenas”, que costuma designar o conjunto de indígenas que ingressaram no ensino superior (BERGAMASCHI, 2014; LUCIANO, 2013), é um termo exógeno aos Anacé, sendo utilizada, para tanto, a designação lideranças políticas, para se contrapor ao conceito de lideranças tradicionais (LIMA, 2017).

⁵Utilizei três trabalhos acadêmicos produzidos por indígenas Anacé, sendo dois de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado. São eles: “A desterritorialização da nação Anacé de Matões sob o olhar dos mais velhos”, de Ângela Maria Morais de Souza, José Cleber da Silva Nogueira e Lucilane Paulino Nogueira, trabalho de conclusão de curso apresentado, em 2016, ao Programa de Apoio à Formação Superior de professores indígenas – PROLIND, da Universidade Federal do Ceará (UFC); “O conhecimento na escola indígena no Ceará: práticas de ensino diferenciado na escola indígena Direito de Aprender do Povo Anacé”, dissertação defendida em 2017 por Thiago Halley Santos de Lima (2017), no contexto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará; e “Tabas, roças e lugares de encanto: construção e reconstrução Anacé em Matões, Caucaia, Ceará”, de Rute Morais Souza (2019), trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Ciências Sociais, defendido em 2019, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Desse modo, o artigo está dividido nas seguintes partes: na primeira, apresentarei uma contextualização histórica dos processos de territorialização Anacé e do conflito entre o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e esse povo indígena, com enfoque na agência Anacé para manter-se no território de ocupação tradicional. Na segunda parte, realizarei um cotejamento sobre os discursos de desenvolvimento em conflito no caso Anacé *versus* CIPP. Na terceira parte, buscarei discorrer sobre o modo como as resistências Anacé se conectam com outros processos de resistência centrados no território, em face a projetos de infraestrutura de grande escala ou projetos de desenvolvimento,⁶ demonstrando que essas resistências se projetam também para uma perspectiva epistemológica, por problematizarem o que pode ou não ser considerado desenvolvimento.

Uma história a ser contada: os Anacé e o Complexo Industrial e Portuário Do Pecém

A criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) remonta ao ano de 1985, quando a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)⁷

⁶De acordo com Gustavo Lins Ribeiro, projetos de infraestrutura de grande escala (PGEs), como canais, ferrovias, represas e outras grandes obras que formam a quintessência dos projetos de desenvolvimento. “Os PGEs têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como”expressões extremas” do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, dos territórios e a quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente causam; e a complexidade das redes que eles engendram” (RIBEIRO, 2012, p. 200-201). No caso do CIPP, interligam-se tanto os projetos de infraestrutura de grande escala com as inúmeras indústrias de base, incluindo siderúrgicas e termelétricas a carvão mineral.

⁷No site oficial da Petrobras, a empresa apresenta, no contexto do seu plano estratégico, a visão de ser “a melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás e com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente”. (Disponível em www.petrobras.com.br. Acesso em 25 de out. 2019).

anunciou o intuito de construir uma nova refinaria no Nordeste brasileiro, região que já contava com um complexo petroquímico em Camaçari, na Bahia, iniciando uma disputa entre os estados nordestino pelo empreendimento. De acordo com Aquino, “em 1987, estudos conduzidos pela Petrobras indicavam o Ceará, seguido pelo Maranhão, como os estados mais adequados para instalação da refinaria” (AQUINO, 2000, p. 102).

No entanto, tendo em vista razões econômico-financeiras, o projeto de construção de outra refinaria no Nordeste foi adiado para a segunda metade da década de 1990. Nesse momento, o Estado do Ceará, visando criar condições para obter vantagens comparativas significativas com relação aos demais estados do Nordeste, investiu pesadamente na construção de um complexo no Pecém. Sobre o tema, Aquino escreve:

Apesar de não ser mais o Estado quem construiria a refinaria, ele ainda tinha um papel a desempenhar no estabelecimento da infraestrutura que torna uma unidade da federação mais atraente do que as demais para o capital privado. A disputa política deixou de ser por uma refinaria e pela infraestrutura necessária à sua implantação e concentrou-se na oferta de incentivos fiscais e na busca de financiamento estatal para a melhoria da infra-estrutura (no caso do Ceará, construção de um complexo industrial e portuário). (AQUINO, 2000, p. 106).

Paralelo à refinaria, o CIPP já ganhava forma com o projeto de construção de um porto e a instalação de uma siderúrgica, atrativos, conforme as expectativas do governo estadual, para acomodar um polo metalmeccânico e um petroquímico (AQUINO, 2000). A área destinada à implantação do Porto do Pecém e de outros empreendimentos que compunham o CIPP, no entanto, era ocupada por inúmeras famílias, as quais começaram a ser desapropriadas no final da dé-

cada de 1990.

A primeira onda das desapropriações, entre os anos de 1995 a 1999, teve como saldo centenas de famílias expulsas da terra, sendo algumas alojadas nos assentamentos de Novo Torém, Forquilha e Monguba, no município de São Gonçalo do Amarante. Nesse período, diversas organizações civis e religiosas de Fortaleza, dentre elas a Pastoral do Migrante, atuavam na região prestando apoio às famílias atingidas.

Nesse contexto, a partir de um trabalho proposto pela Pastoral do Migrante a uma escola da região, as histórias indígenas começaram a sair da invisibilidade. De acordo com Lima,

[...] inicialmente, pelas ações do Serviço Pastoral do Migrante, que, por conta dos processos de desapropriação ocasionados pelo CIPP, desenvolvia ações na região e incentivou a realização de gincana numa escola tradicional da região, que consistiu na busca pela história de nossos antepassados e na constituição/ocupação dos territórios pertencentes às comunidades de Bolso – São Gonçalo do Amarante – e Matões – Caucaia, por meio da consulta aos idosos da comunidade.

[...]

O objetivo inicial desta gincana era provocar um despertar para a possibilidade de resistência ao processo de desapropriação por meio da valorização da história do lugar. Quando os professores (muitos deles não indígenas) perceberam que o resultado foi além do esperado, muitos passaram a incentivar que os alunos e outras lideranças comunitárias aprofundassem a proposta e pesquisassem sobre as origens destas comunidades. (LIMA, 2017, p. 42).

A gincana possibilitou, portanto, a reconstrução da historiografia dos primeiros habitantes da região; o registro da oralidade dos moradores mais velhos da região; construção de cartilha, panfletos, passeata para chamar a atenção do Governo do Estado do Ceará, na tentativa de abrir um canal de diálogo. Foi nesse período em que os indí-

genas passaram a se autodenominar pelo etnônimo *Anacé* (MORAIS DE SOUZA; NOGUEIRA; PAULINO NOGUEIRA, 2016).

O movimento de resistência diante das desapropriações e remoções de famílias possibilitou que, no processo de luta, muitas delas começassem a recontar algumas histórias. Histórias que os pais e avós haviam lhes contado, mas que, pelo medo, foram sendo enterradas na memória. Histórias dos encantados, das danças, dos rituais, das curas, dos massacres, das resistências foram sendo percebidas como comuns ao grupo: o pai de um havia contado a mesma história que a avó de outro.

Assim, o silêncio, outrora estratégia de resistência, passou a ser rompido e memórias que estavam submersas (POLLAK, 1989) precisaram ser trazidas à superfície de modo a fortalecer e a conduzir uma luta coletiva para permanecer no território reivindicado. Moraes de Souza, Nogueira e Paulino Nogueira destacam, entretanto, que:

“Reconhecer-se indígena” pode parecer, para quem está fora, como algo simples, mas diante de nossa história de negação e tentativa de anulação de nossos saberes, valores e tradições, torna-se uma posição difícil que muitos dos nossos parentes não conseguiram e ainda não conseguem fazê-lo. Nossa história é uma sequência de fatos que revelam a violência física e simbólica que vivemos ao longo do tempo e aquilo que o medo não abafou, a chibatada o fez com muito sucesso (MORAIS DE SOUZA; NOGUEIRA; PAULINO NOGUEIRA 2016, p. 23).

Resistindo às remoções, os *Anacé* passaram a se afirmar publicamente enquanto grupo diferenciado ao tempo em que se articulavam com o movimento indígena no Estado do Ceará. A consciência de que constituíam e de que constituem um povo indígena parte das relações peculiares que tecem com o território que habitam; de uma memória coletiva que os interliga a uma população ancestral; das danças, ritos e

tradições reconhecidas por eles como indígenas, como o toré e a dança do São Gonçalo;⁸ e de uma matriz simbólica peculiar: a corrente dos encantados.

A corrente de índios ou corrente dos encantados é um dos elementos reiteradamente presentes nas narrativas entre os Anacé. Segundo Antonio Freire de Andrade, Anacé de Matões, em entrevista ao jornal *Porantim*, os índios que morreram na luta se encantaram e assim “surgiu a corrente dos encantados que vai do Gregório ao Morro do Sirica. Passa por cima do Jirau, Baixa das Carnaúbas, Baixa da Almeida e aí ‘brenha’ na mata. Quem tiver força e poder de receber, é só passar por baixo. Eles dão força, ajuda” (FREIRE DE ANDRADE *apud* PIKANÇO, 2006, p. 6).

O Cacique Antônio Ferreira Anacé, em obra escrita por ele, sem data, intitulada “Resgate Histórico do Povo Anacé”, descreve a corrente dos encantados do seguinte modo:

[...] Temos mais novidades dos nossos antepassados que choram, nossos espíritos sentindo falta das matas que foram desativadas pelos invasores estranhos de sangue diferente que nos contaminaram de doenças malignas e o choro dos nossos espíritos sai do São Carro passando acima da Mangabeira abaixo da Araticuba passando no Pau Branco, sai abaixo do Garrote acima das Pindobas, entrando na Salgada ficando na mata da aldeia até a mata do Tapacaú, a noite sempre ouve o clamor de muitas vozes não podemos entender, mas

⁸A dança do São Gonçalo performatizada pelos Anacé atravessa a ação política, aglutinando pessoas, narrativas e memórias, dando sentido simbólico, emocional e ritualístico aos argumentos que publicamente – para os não índios – justificam a luta em torno da terra. A importância ritualística e performática da retomada da dança do São Gonçalo para a luta dos Anacé está sendo objeto de reflexão nossa junto aos indígenas, sendo parte de um estudo em curso. De acordo com Souza, “a dança teve um forte papel na afirmação étnica, pois é constituída pela espiritualidade e a ligação territorial, envolvendo a força ancestral, fé e proteção. Para nós é uma herança passada de geração a geração” (2019, p. 42). Em 09 de novembro de 2019, os Anacé realizaram a festa comemorativa dos 14 anos de retomada da dança do São Gonçalo.

sabemos que eram nossos antepassados clamando a manifestação dos Anacé que estava próximo o renascer dos Anacé. Toda essa história vinha sendo contada pelo Manuel Inácio da Silva pai de João Batista da Silva que seu avô dizia para seu filho João Batista e ele contava para o seu neto Antônio Ferreira da Silva que ele toda noite tinha que contar esta história, enquanto fumava seu cachimbo, ele dizia, eu não alcanço mais talvez você e seus filhos e talvez até seus netos alcance que os índios ainda vão voltar novamente a receber suas terras tradicionais, mas os Anacé ainda vão lutar para ganhar porque no pacto que fizeram com o pai Tupã os Anacé renasceram. Foi como um estrondo no mar (FERREIRA, s/d).

O clamor das muitas vozes ouvidas pelos Anacé lembra-os do pacto que fizeram com o pai Tupã (figura demiúrgica principal) de que os indígenas renasceriam na luta. É a corrente dos encantados que representa os antepassados dos atuais Anacé que, ao morrer, se encantaram, passando a povoar as matas de seu território tradicional (BRISSAC; NÓBREGA, 2010).

Souza descreve a relação da corrente dos encantados com a área de Matões, uma das aldeias que integram o território Anacé, do seguinte modo:

Para nós Anacé de Matões todos os lugares do território são sagrados, porém a mata do Cai a Canga se sobressai por seus encantos e espiritualidade, uma área muito importante para nossos antepassados e para todos da aldeia Matões. Nossos antepassados se faziam presentes em rituais e em oferendas aos nossos encantos. O morro ou mata dos encantados, como é chamado por nós Anacé, é um lugar de renovação espiritual, um lugar de encantos e muita força ancestral. Contam os mais idosos que em cima do morro existe um grupo de encantados, que ao entrarem no mar, em noites escuras sem lua, esses encantos norteiam os pescadores na volta à terra firme. Esse é um dos encantos de nossa Aldeia, que remete a nossa espiritualidade e nossas práticas de sobrevivência (SOUZA, 2019, p. 33)

Como se constata, a relação dos Anacé com os seus ancestrais é

entretida com a relação que mantêm com o território que ocupam: embora os encantados também circulem, *estão* fisicamente identificados nos locais reivindicados pelos Anacé como indígenas. Portanto, mais do que mera representação ou simbolismo, a corrente dos encantados constrói os mundos Anacé e lhes atribui práticas de sentido (GOMES DE LIMA, 2018).

Para esse povo indígena, há um complexo emaranhado que articula os corpos dos Anacé atuais e dos seus antepassados com o território por eles reivindicado e um universo de choro e lamento. A corrente dos encantados é a chave epistêmica para compreender a relação simbiótica entre corpos-território-emoções que relembra e ativa os processos de luta, ou o “renascer dos Anacé”. Afirmar-se Anacé só faria sentido dentro dessa relação simbiótica entre corpos-território-emoções, uma vez que a corrente dos encantados gera um fluxo incessante: os atuais Anacé também comporão, quando falecerem na luta ou se encantarem, essa mesma corrente, ampliando suas vozes e seu clamor. Destaco, ainda, que na dimensão da encantaria Anacé outras formas de vida não humanas (GOMES DE LIMA, 2018) também se encontram na simbiose corpos-territórios-emoções.

Durante o período de articulação e mobilização dos moradores de São Gonçalo do Amarante e Caucaia que passaram a se reconhecer como povo indígena Anacé, houve uma suspensão na onda de desapropriações nessa região. Logo após a instalação dos primeiros empreendimentos, impasses políticos e pressões de outros estados para receber as indústrias acabaram “atrasando” a conclusão do CIPP (AQUINO, 2000).

Em janeiro de 2007, entretanto, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), possibilitando a retomada do

projeto do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em razão dos amplos incentivos federais. Em 19 de setembro de 2007, o governador do Estado do Ceará publicou, no Diário Oficial, o Decreto nº 28.883/2007, declarando de utilidade pública para fins de desapropriação e implantação das obras e serviços do Parque Industrial do Pecém uma poligonal equivalente a 335 km², entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, área superior ao projeto inicial do CIPP.

O Programa de Aceleração do Crescimento retomou a proposta de instalação de uma refinaria de petróleo na região do Pecém. Aliado à refinaria, outros empreendimentos vieram a se somar no contexto do CIPP, tais como: retroporto (edificações situadas em terra firme), ferrovia Transnordestina, gasoduto, ampliação de vias rodoviárias, em especial BRs, termelétricas a carvão mineral e transposição do rio São Francisco (eixo norte).

Diante disso, iniciou-se uma nova fase de desapropriações na região de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Embora essa fase tenha sido realizada pelos órgãos estaduais de forma semelhante à ocorrida nos anos de 1996 a 1999, ou seja, sem garantir o direito à informação às populações impactadas (ARAÚJO, 2008), diferenciou-se pela resistência dos moradores, principalmente daqueles que já se identificavam como povo indígena Anacé.

A ação coletiva dos Anacé orbitou em torno de estratégias que disputaram, com o Estado, narrativas e posições, especialmente no que se refere aos sentidos de desenvolvimento. Assim, os indígenas precisaram aprender a traduzir suas experiências (ALEXANDER, 1998) do particular para o geral, do pessoal para o institucional, mobilizando atores e instituições, o que os possibilitou entrar, de vez, na cena pública. Dentre essas estratégias, citamos:

- a) articulação com o movimento indígena estadual e nacional. Em 22 de setembro de 2007 ocorreu a I Assembleia do Povo Indígena Anacé, a qual reuniu os povos Tapeba, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tremembé, Xucuru Kariri e Anacé para discutir o tema “Terra e impacto ambiental”, resultando em um fortalecimento das alianças entre diferentes povos indígenas;
- b) pedidos de realização de audiência pública perante a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Cita-se, nesse sentido, a audiência pública realizada, por solicitação dos Anacé à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, em 9 de março de 2009, que contou com a presença dos índios Anacé, do chefe do Núcleo de Apoio Local da FUNAI, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e de Procuradores da República no Ceará;
- c) articulações com grupos de pesquisa e extensão das Universidades Estadual e Federal do Ceará (Grupo Grãos – UECE; Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – TRAMAS e o Projeto de Extensão Centro de Assessoria Jurídica Universitária – CAJU – ambos da UFC);
- d) formulação de denúncias, requerimentos e representações junto ao Ministério Público Federal (MPF) no Ceará, que passou a acompanhar, por meio do analista pericial em Antropologia, os conflitos e as demandas do povo Anacé, com mais proximidade. Ilustrando a afirmação, em pesquisa realizada no sítio eletrônico do Ministério Público Federal no Ceará, a partir do termo “Anacé” e considerando o período de 2003-2009, listamos 13 representações, denúncias e solicitações apresentadas pelos indígenas perante o Ministério Público Federal no Ceará, as quais

deram origem a 13 processos administrativos que tramitaram perante o MPF no período.

- e) formalização, em 2009, do Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia (CIPASAC), com respectivo registro em cartório, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, e eleição da diretoria, que passou a centralizar o diálogo entre os indígenas e o Estado.⁹ Destacamos que o CIPASAC e os demais espaços políticos institucionais Anacé são constituídos majoritariamente por mulheres (SOUZA, 2019).

A agência promovida pelos Anacé, que pode ser compreendida a partir dos exemplos acima descritos, foi essencial para que o discurso fechado e hermético do Estado e dos agentes econômicos em torno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém passasse a ser questionado. O CIPP era resultado de um projeto de desenvolvimento que desconsiderava os impactos sobre os corpos e sobre o território Anacé ou tratava esses impactos como meras externalidades aos empreendimentos.

De oprimidos e estigmatizados, os indígenas se viram, em diversos momentos, sentando-se na mesma mesa que autoridades estatais, incluindo Secretários de Estado e com o próprio Governador (MORAIS

⁹De acordo com Lima, “embora tenhamos a Comissão de Lideranças Anacé, o Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia (CIPASAC) e o Conselho Local de Saúde Indígena (CONLOSI), como” entidades formais indígenas“, propositivas, consultivas e deliberativas, que atuam na organização e mobilização social da comunidade, as decisões são previamente discutidas em momentos informais de encontro dos agrupamentos familiares. São pequenas reuniões familiares, geralmente nos momentos de conversas onde os parentes se encontram, nas quais, entre outros assuntos, debatem sobre as questões e problemas da comunidade. Assim, dificilmente uma situação é levada para a discussão nas” entidades formais indígenas“, sem antes ter sido discutida nos grupos familiares” (LIMA, 2017, p. 38 e 39).

DE SOUZA; NOGUEIRA; PAULINO NOGUEIRA, 2016). Embora isso não significasse uma equivalência de poder e da representação política, a igualdade momentânea que simbolicamente representava estar sentado em uma cadeira igual, dividir uma mesma mesa ou ter o mesmo tempo de fala que uma autoridade do Estado desafiava as hierarquias e possibilitava aos indígenas empreender um processo inverso de estigmatização (ALEXANDER, 1998), em que a imagem dos Anacé era exaltada e a dos agentes estatais diminuída.

Ao movimentarem inúmeros atores sociais para além deles mesmos, os Anacé transformaram os seus conflitos em torno do CIPP em um problema público, ou seja, uma situação sensível e perceptível para diferentes setores da sociedade (GUSFIELD, 1981), disputando, assim, representações em torno da categoria desenvolvimento. Os Anacé eram corpos que não deveriam estar ali, no mesmo lugar a ser instalado o principal projeto econômico do Estado do Ceará. No entanto, eles estavam e não poderiam mais ser ignorados.

E o problema se torna público: a disputa de narrativas em torno de projetos de desenvolvimento

Como mencionado acima, uma das estratégias de que se valeram os Anacé para questionar a autoridade do problema (GUSFIELD, 1981) em torno da construção do CIPP, foi a apresentação de requerimentos, denúncias ou representações junto ao Ministério Público Federal no Ceará. Dentre essas, uma merece destaque pelos seus desdobramentos.

Trata-se da denúncia, proposta em julho de 2008, sobre desapropriação das terras da comunidade indígena Anacé de São Gonçalo

do Amarante e Caucaia para a ampliação do Complexo Industrial e Portuário, na qual se solicitava a criação de Grupo de Trabalho, pela Fundação Nacional do Índio, para identificação e delimitação da Terra Indígena Anacé.

Essa denúncia teve como consequência a elaboração, em 2009, do Parecer Técnico nº 01/09, assinado pelo Prof. Dr. Jeovah Meireles, da UFC, pelo analista pericial do MPF no Ceará, Sérgio Brissac e pelo analista pericial da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Marco Paulo Schettino. Esse parecer incorporou a discussão socioambiental, buscando compreender as relações estabelecidas entre o clima, os elementos ambientais disponíveis na área ocupada tradicionalmente pelos Anacé e os modos de ser, fazer e produzir desse povo indígena, em contraponto às ações já realizadas pelo CIPP e aos empreendimentos que pretendiam se instalar no local:

A implantação dos equipamentos relacionados com o CIPP promoveu danos socioambientais ao geossistema ambiental caracterizado pelo Tabuleiro Pré-litorâneo. Estas intervenções foram realizadas na área tradicionalmente ocupada pelos Anacé que, em grande parte, não levaram em conta a permanência da comunidade indígena e a qualidade ambiental dos sistemas de usufruto ancestral. As ações relacionadas com a implantação e operação das indústrias promoveram a degradação da mata de tabuleiro (utilizada para a caça e coleta de sementes) e das lagoas e riachos e de áreas antes utilizadas para atividades de subsistência (vazantes utilizando as “levadas” e as lagoas). Foram implantadas sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs). Para a terraplanagem e soterramento das lagoas e riachos, várias famílias foram retiradas e extintos os sistemas ambientais de usufruto indígena.

[...]

Pela complexidade dos ecossistemas ambientais definida no Tabuleiro Pré-litorâneo e a diversidade dos usos tradicionais evidenciada durante as atividades de campo e relatada pelos Anacé, a área destinada ao CIPP não é compatível com a fragilidade e vulnerabilidade

dos ecossistemas e com o modo de vida tradicional das populações. [...] Observou-se que, durante a instalação das primeiras indústrias, as comunidades foram tratadas pelos empreendedores como passivo ambiental, evidente pela necessidade de realocação de suas áreas tradicionais, para a continuidade do processo de industrialização (MEIRELES; BRISSAC; SCHETTINO, 2009, p. 51-52, grifos nossos).

Assim, considerando os danos socioambientais de elevada magnitude com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o parecer indicou possibilidades de alternativas locacionais não distantes do Porto do Pecém, mas fora do território de ocupação tradicional dos índios Anacé. Essas alternativas locacionais, entretanto, nunca foram consideradas pelo Estado do Ceará, nem mesmo no contexto do licenciamento ambiental dos empreendimentos do CIPP.

Diante da pressão para a continuidade das obras do complexo e da iminência de novas desapropriações, o Ministério Público Federal no Ceará ajuizou, em dezembro de 2009, a Ação Civil Pública nº 0016918-38.2009.4.05.8100, perante a 10ª Vara Federal no Ceará, questionando as irregularidades na implantação do CIPP e requerendo o cancelamento de qualquer ato desapropriatório na área reivindicada pelos Anacé e de remoção de indivíduos, além da imediata continuidade dos trabalhos de identificação, delimitação e demarcação da Terra Indígena Anacé.

Em janeiro de 2010, o Juiz Federal proferiu decisão no sentido de indeferir o pedido liminar formulado pelo Ministério Público Federal, entendendo que, no caso, a paralisação das obras do CIPP é que geraria prejuízos à coletividade:

[...] pois a suspensão da implantação dos empreendimentos já licenciados implicará no retardamento da alavancagem do desenvolvimento do Estado, traduzido no adiamento/impedimento da elevação da produção industrial (6 Mta toneladas/ano de placas de aço semiacabadas, segundo informação de fls. 1368), das receitas pú-

blicas e de criação de empregos (6.000, diretos e 15.000, indiretos, segundo informação de fls. 1368), com inegável prejuízo para população do estado. A suspensão de licenças validamente concedidas poderá, ainda, ensejar ações regressivas em face do poder público estadual na ordem dos investimentos previstos, penalizando de forma indireta, mais uma vez, a população cearense (prejuízos estimados por desmobilização e remobilização de obra em 50 milhões de reais; por paralisação de 1 milhão e 100 mil reais diários, segundo informações de fls. 893). (BRASIL, 2010, p. 1036).

A decisão parte de uma operação narrativa que coloca a demanda dos Anacé como uma questão menor diante do volume de recursos envolvidos no CIPP e dos benefícios, advindos da aplicação desses investimentos, que seriam revertidos “para a população do estado”. Na tese sustentada pela decisão, reduz-se a complexidade do caso a meras relações causais: “se CIPP, logo mais empregos”; “se CIPP, logo alavancagem do desenvolvimento do Estado”, sem considerar os impactos disso para as populações que vivem na região do Complexo e sem considerar, ainda, que a maior parte das empresas integrantes do CIPP detinham isenções e incentivos fiscais concedidos pelo próprio Estado, em uma perspectiva de renúncia de receitas.

Recorrendo a números e dados estatísticos, tais como “6 Mta toneladas/ano de placas de aço semiacabadas”, 6.000 empregos diretos e 15.000, indiretos, “prejuízos estimados... em 50 milhões de reais; por paralisação de 1 milhão e 100 mil reais diários”, todos apresentados pelo Estado do Ceará e pelas empresas integrantes do CIPP, o juiz federal toma esses dados como naturais e indiscutíveis, sem questionar de que modo eles foram construídos e sem justificar porque estava priorizando esses dados em detrimento de outras narrativas apresentadas judicialmente, como as produzidas pelo Ministério Público Federal e pelos próprios Anacé.

Ao “resolver o conflito” posto em debate na Ação Judicial, reali-

zou-se uma escolha entre as narrativas em disputa, uma escolha que, entretanto, não foi problematizada nem justificada pelo juiz do caso. A decisão reflete, ainda, uma compreensão de desenvolvimento limitada à geração de empregos e ao crescimento econômico, não fundamentando os motivos dessa escolha em detrimento de múltiplas possibilidades discursivas. Essa construção decorreu de operações linguísticas e performáticas que, embora possam aparentar o *status* de neutralidade, estão muito longe de serem desprovidas de uma intencionalidade (GUSFIELD, 1981).

O argumento conciliador do Ministério Público Federal, por exemplo, de que haveria alternativas locacionais ao empreendimento, próximas ao Porto, mas fora do polígono indicado como Terra Indígena, foi simplesmente desconsiderado na decisão.

Acerca das múltiplas possibilidades argumentativas, lembramos, ainda, que o Decreto nº 28.883/2007, que ampliou a área declarada de utilidade pública para fins de desapropriação e implantação das obras e serviços do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, previa como razões dessa ampliação:

Considerando que a instalação do Complexo Industrial-Portuário do Pecém, em fase de implantação, tem por finalidade criar novas perspectivas de desenvolvimento para o Estado, independentemente das suas condições climáticas; Considerando que a implantação de um parque industrial, baseado em novas e modernas instalações portuárias, dotará o Estado de um importante pólo irradiador de desenvolvimento sustentável; Considerando ainda que o empreendimento gera a necessidade de áreas de terra disponíveis para aquela finalidade, com repercussão significativa no meio sócio-econômico do Estado do Ceará [...] (CEARÁ, 2007, p. 01).

Como se verifica nos “considerandos” do Decreto, a palavra “desenvolvimento” é repetida diversas vezes, tendo sempre uma conotação econômica: desenvolvimento como sinônimo de modernização,

de geração de emprego e renda, de superação de condições climáticas adversas, havendo menção expressa ao termo “desenvolvimento sustentável”, sem que haja uma definição do conceito. A associação entre essas palavras não ocorreu de forma neutra, havendo um interesse de construir uma narrativa que tornasse socialmente palatável a eventual retirada de pessoas desse território declarado de utilidade pública, uma vez que o que se estava em jogo era um interesse maior: garantir o desenvolvimento do Estado do Ceará, superando uma imagem de miséria e de escassez.

Essa mesma compreensão de desenvolvimento, limitada ao aspecto econômico, mas contraditória em seus termos por citar a sustentabilidade sem conceituá-la, é partilhada na missão da empresa de economia mista que gere o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, criada pela Lei estadual nº 12.536, de 22 de dezembro de 1995. De acordo com o disposto no sítio eletrônico da empresa, sua missão é “administrar e desenvolver o Complexo do Pecém, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado do Ceará e para a geração de valor aos acionistas”.

Por sua vez, no sítio eletrônico da Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AECIPP), criada em 2015 e que reúne as principais indústrias instaladas no CIPP, o histórico do Complexo é narrado sem mencionar os conflitos com os Anacé, revelando, ainda, uma compreensão de desenvolvimento limitada à noção de crescimento econômico e de geração de renda:

Inserir o Ceará na rota internacional do comércio, tendo destaque para atividades industriais, numa área que agregue desenvolvimento, sustentabilidade e logística aprimorada. Assim nasceu o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). [...] O CIPP cresce com o intuito de desenvolver a economia local, regional e nacional movimentando materiais siderúrgicos, fertilizantes, granel e contêineres.

O plano diretor divide a região em quatro setores. O primeiro é destinado às termelétricas e à Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP); o segundo, à refinaria e pólo petroquímico; o terceiro, à área industrial e o quarto, é da área institucional, serviços e ZPE. Grandes e estratégicos empreendimentos para o Ceará estão instalados na região. Atualmente, o Complexo congrega 30 empresas. Em operação já são 22 e as demais em fase de implantação. Juntas totalizam investimentos na ordem de R\$ 28,5 bilhões, gerando 50,8 mil empregos diretos e indiretos.¹⁰

Em contraponto a essas compreensões, os Anacé vêm questionado qual o sentido de desenvolvimento que o CIPP traz. Na *Carta-Histórico do Povo Anacé*, escrita em outubro de 1999, por Júnior Anacé em conjunto com outras lideranças e professoras indígenas, há referências temporais a diversos massacres pelos quais os indígenas teriam passado, identificando a chegada do CIPP e as primeiras desapropriações como o “massacre dos três noves”:

O povo Anacé sofre vários massacres em seu território a exemplo o de 1777 (era dos três setes) onde muitos passaram fome tendo que comer carne de cavalo e outros não resistiram e chegaram a morrer. Em 1888 (era dos três oitos) aldeamentos próximo a Lagoa do Banana e a Lagoa do Tapuio foram bombardeados e tanto na era dos três setes como na era dos três oitos, lagoas próximos aos aldeamentos viraram mar de sangue por que nossos ancestrais eram mortos e jogados dentro das lagoas. (HISTÓRICO DO POVO ANACÉ, 1999).

Na análise de Moraes de Souza, Nogueira e Paulino Nogueira:

as empresas continuam a se instalar nos entornos [do nosso território] trazendo consigo o tão sonhado “PROGRESSO”. Este que é considerado “desenvolvimento” significa para as populações tradicionais, não só as Comunidades Indígenas Anacé, o grande vilão. Mais uma vez “somos invadidos” (MORAIS DE SOUZA; NOGUEIRA; PAULINO NOGUEIRA 2016, p. 22).

¹⁰Disponível em www.aecipp.com.br. Acesso em 24 de ab. 2020.

Após os primeiros levantamentos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.566/2010 da Fundação Nacional do Índio para identificação e delimitação da Terra Indígena Anacé, o órgão indigenista oficial concluiu pela não existência da tradicionalidade na ocupação indígena nas áreas de Matões e Bolso, justamente as mais impactadas pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Embora tenha reconhecido a existência de comunidades indígenas Anacé nessas localidades, entendeu a Funai que, diante do conjunto de indústrias instaladas na área do CIPP e da presença considerável de não índios, não se poderia mais caracterizar o território como indígena, já que os Anacé haviam perdido a hegemonia no controle do seu espaço de vivência. Interessante ressaltar que as áreas em que não se reconheceu a tradicionalidade na ocupação indígena eram justamente os locais de maior interesse político-econômico, inclusive, onde se pretendia instalar a Refinaria da Petrobras.

O fundamento para essa manifestação da Funai é analisado por Tófoli, que ressalta o contexto político-eleitoral, com eleições presidenciais e estaduais agendadas. Tanto a candidatura de Cid Gomes para Governo do Estado quanto a de Dilma Rousseff para Presidência evidenciavam a promessa de construção da refinaria do Pécem, obras essas articuladas ao PAC (TÓFOLI, 2012).

Para os indígenas, a manifestação da Funai foi um golpe, abrindo espaço para novas remoções:

[...] desta vez a aldeia Matões seria impactada e removida por completo. Diante de todo esse cenário, começamos a travar uma batalha contra o governo do Estado do Ceará, entendendo que nossos direitos estavam sendo violados mais uma vez. [...] quando criança acompanhei algumas visitas do GT às famílias na Aldeia, não negamos todo o sofrimento e modificações sofridas por conta do CIPP, levando isso a esse não “reconhecimento” da terra tradicional, que

nos negou a demarcação de terra. Lembro-me que a aldeia ficou em uma tristeza com a conclusão do laudo produzido, não nos dando a autorização do acesso do trabalho completo. Foi anulado o pedido de demarcação da TI Anacé de Matões, “uma batalha foi vencida, mas não a guerra toda”. Assim as possibilidades para a ampliação do complexo aumentaram, já que estava “livre” do processo de demarcação da área indígena (SOUZA, 2019, p. 47).

Em razão desse entendimento da Funai, foi proposto um Programa Emergencial de realocação de 163 famílias Anacé das aldeias de Matões e Bolso impactadas pelo CIPP, para uma área a ser adquirida pelo Estado do Ceará e pela Petrobras. Após inúmeras reuniões, em 22 de novembro de 2013, foi assinado o Termo de Compromisso celebrado entre o Estado do Ceará, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, a Fundação Nacional do Índio – Funai, as comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso, o Ministério Público Federal e a União, com o objetivo de, de um lado, assegurar a liberação do terreno onde seria implantada a Refinaria Premium II e os demais empreendimentos que compunham o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e, de outro, a constituição da Reserva Indígena Taba dos Anacé, local onde seriam realocadas as famílias indígenas. Souza destaca que:

Em 2014 tem início a concretização da construção da Reserva Indígena Taba dos Anacé. Todo o processo de desterritorialização, tristeza, e angústia se inicia novamente. Até então, a expectativa girava em torno das condições de vida e adaptação à nova vida na reserva, sem se saber se a nova terra seria boa para plantação de árvores que dão frutos como na antiga morada. Afinal, como saber se não se tem vivência com o novo ambiente de morada? A terra tradicional continua sendo, pelo menos por agora, aquela que vivemos a vida toda, pois para se adaptar ao novo lugar levará tempo até que se possa “replantar” e “refazer” as referências que acionam costumes e tradições (SOUZA, 2019, p. 48).

Nesse interregno, o aumento do nível de poluição do ar, com con-

sequente aumento de doenças respiratórias, conforme denunciado pelos Anacé; as alterações sociais trazidas pela dinâmica dos trabalhadores contratados para as obras e que agora não estão mais empregados em nenhuma empresa do CIPP; o aumento da violência e do tráfico de drogas na região; a poluição de mananciais e o secamento de lagoas e riachos que abasteciam as comunidades indígenas; a pressão trazida pela especulação imobiliária e a situação de confinamento sentida pelos indígenas ilhados no seu próprio território, são exemplos dos impactos socioambientais narrados por eles e também identificados em estudos de Bezerra (2010) e Gomes (2014).

O CIPP trouxe, portanto, um tipo de desenvolvimento que os Anacé não conheciam, um desenvolvimento que empobrece e que desterritorializa: “Por isso para nós o termo desterritorializar, define melhor a ação do Governo sobre a População Indígena Anacé de Matões. [...] ao nos referirmos ao termo”desterritorializar“, queremos dizer,”descaracterizar” a Nação Indígena Anacé” (MORAIS DE SOUZA; NOGUEIRA; PAULINO NOGUEIRA, 2016, p. 43).

Em uma passagem de Souza:

As famílias indígenas a qual entrevistei/conversei relataram de forma expressivamente negativa, as modificações ocasionadas na comunidade com a chegada das indústrias no território. Um dos principais cenários apresentados posteriormente ao “desenvolvimento” foi um aumento significativo da violência e a destruição ambiental na comunidade de Matões. Antes se vivia de forma tranquila, a sobrevivência se dava a partir do caçar, plantar e pescar. Quando a excussão do CIPP iniciou-se acabou toda riqueza do povo, e isso foi bastante evidente durante as entrevistas, assim também como foi destacada a saudade de como se vivia antes da chegada das indústrias, como diz seu Antônio Adelino: “Foi aparecendo essas indústrias os ricos entrando invadindo, sabido dos outros estados entrando no lugar e foi acabando com aquela riqueza que nós tinha, aquele lugar rico foram tomando e até como hoje em dia ainda tão tomando”

(Adelino, 74 anos.). (SOUZA, 2019, p. 52).

O empobrecimento trazido pelo CIPP é contraposto à ideia de riqueza presente nos Anacé. Longe do conceito de acumulação, ser rico para eles é experimentar o sentimento de “satisfação de vida”, ou seja, é ter suas necessidades fundamentais, não apenas materiais, satisfeitas a partir de uma fartura relacionada umbilicalmente com a terra. Nesse sentido, Moraes de Souza, Nogueira e Nogueira Paulino escrevem, mencionando entrevistas realizadas com os troncos-velhos do povo Anacé, em um contexto ainda anterior à remoção para a Reserva:

É notório o sentimento de perda e medo para adaptar-se a uma nova área, já que sabem onde encontrar erva dentro do território, sabem onde então enraizados. É nos idosos que encontramos a força da tradição e cultura, são nossas raízes. Neste caso específico, o sentimento de perda é maior ainda, pois não representa somente o sentimento de prejuízo material, envolve também a perda ancestral (2016, p. 44).

Quando, em seus discursos, fazem referência ao passado, sempre demonstram o sentimento de gratidão com a terra, relatando referência de muita fartura:

[...] aqui eu olho quando é safra das manga eu tenho, se for na safra de coqueiro, tenho coco pra valer, se eu olho pro outro lada eu tenho a onde plantar, eu no inverno eu planto, eu tenho, de tudo eu tenho, só aqui dentro desse cercado são cinco pé de mangueira diferente uma da outra, e tudo na safra dar com abundância, [...] (MANJIRI-OBA, 61 anos).

A satisfação com a vida associada às boas condições de sobrevivência que a terra sempre proporcionou reflete nas referências que as pessoas trazem ao abordar a questão da saída de suas terras. As tradições também são muito relevantes para estas pessoas, o que mais

uma vez pode estar relacionado com sentimento de satisfação de vida (MORAIS DE SOUZA; NOGUEIRA; PAULINO NOGUEIRA 2016, p. 45).

O empobrecimento e a desterritorialização sentida pelos Anacé não foram os únicos efeitos da chegada do CIPP. Souza destaca que “para além de todas as mazelas causadas, sucedeu-se também as manifestações espirituais, causada por toda destruição nas matas” (2019, p. 52), a indicar uma quebra na corrente dos encantados e na dimensão da encantaria Anacé.

Em fevereiro de 2018, foi inaugurada a Reserva Indígena Taba dos Anacé, iniciando-se um novo ciclo no processo de territorialização desse povo indígena, em especial, no que se refere às 163 famílias que foram realocadas.

É inegável que os Anacé foram profundamente afetados nesse processo de desterritorialização e recomeço em um novo território antes desconhecido por eles. Nesse contexto, Souza destaca como os Anacé que foram removidos para a Reserva referem-se a eles mesmos como mudas; “e toda muda murcha”:

Tínhamos nossos costumes, práticas culturais produzidas pelas comunidades que, em nossa nova moradia ainda estamos nos familiarizando com ambiente. Os rituais ainda não acontecem com a mesma intensidade que tínhamos, mas se entende que estamos inseridos em uma nova realidade. A socialização entre as famílias contribui para o desempenho conjunto de todos, a desterritorialização é vista entendendo que a mudança possibilitou permanecermos juntos em um ambiente a qual ganharemos vínculos conjuntamente.

[...]

Nos depoimentos, a expressão de sermos *mudas murchas* remete a mudança de Matões para a Reserva, estando relacionado a difícil situação que nos encontramos, mas que vai passar rápido, pois estamos plantados na nova terra, e iremos alcançar novamente nossos

laços simbólicos. Todos os participantes evidenciaram que todas as reestruturações só estão sendo possíveis com a união dos moradores, sendo essa a sustentação da resistência para reconstruirmos. (SOUZA, 2019, p. 55).

Longe de significar uma sentença de morte, a remoção para a Reserva Indígena tem levado os Anacé a reconstruir suas relações consigo mesmos, com as matas e com os encantados. Não obstante a Reserva seja vista como terra desconhecida, os indígenas reafirmam a sua “capacidade de transformar a Reserva em território tradicional tendo como base a união” (SOUZA, 2019, p. 58), porque tradicional para os Anacé é onde se tem história e essa história ainda não encerrou.

Pensando resistência e desenvolvimento a partir dos territórios

A exemplo de outros povos e grupos afetados por projetos de grande escala ou projetos de desenvolvimento (RIBEIRO, 2012), os Anacé promoveram um tipo de ação coletiva conectando e construindo redes de ativismo a partir da mobilização de inúmeros atores, incluindo os estatais. A combinação de sujeitos, organizações, campanhas, observatórios, coletivos, movimentos sociais, entre outros, que conecta os afetados em si nos territórios com outros atores, é um dos elementos inovadores da política dos afetados por empreendimentos, conforme enunciado por Losekann (2016).

Ao mobilizarem o Ministério Público Federal, a Funai e as Universidades, os indígenas foram estabelecendo fissuras dentro da lógica estatal, permitindo que houvesse uma disputa no conceito, até então unívoco, de desenvolvimento, orientado por perspectivas estritamente

econômicas. Desse modo, promoveram o que Losekann (2016) nomina de processo de mobilização do direito ou mobilização legal, em que, muito além do uso de instrumentos legais, os indígenas acionam, por meio de performances variadas, a lei e o campo do direito.

No entanto, além do repertório identificado por Losekann de ações que caracterizam o que a autora nomina de política dos afetados,¹¹ os Anacé, ao afirmarem suas existências no mesmo espaço pretendido pelo Estado e por diferentes grupos empresariais nacionais e internacionais para a construção de um Complexo Industrial e Portuário, fazem-nos refletir sobre o centro simbólico da sociedade moderna capitalista: o debate em torno do desenvolvimento (CASTORIADIS, 1976; RIST, 1997; RIGOTTO, 2004).

As acepções de desenvolvimento são múltiplas (AMARO, 2003; RIBEIRO, 2012), e, conforme defendem Ferreira e Raposo, essa “polissemia radica na variedade de perspectivas e ideologias que lhe subjazem, o que, por um lado, demonstra a sua capacidade mobilizadora e, por outro, a sua flexibilidade ontológica e ideológica” (2017, p. 115).

Assim, enquanto um discurso/ideologia, percebemos que as expressões desenvolvimento e desenvolvimento sustentável foram utilizadas em diversos momentos pelos agentes empresariais e do Estado para destacar o aspecto positivo de suas ações, caracterizando-o a partir do incremento na geração de emprego e renda, do aumento do PIB estadual, da diversificação do parque industrial, etc.

Tal discurso não está descolado da concepção de desenvolvimento

¹¹Losekann (2016) identifica esses repertórios a partir de cinco grandes eixos nos quais relaciona performances específicas. São eles os repertórios de visibilização, de produção de conhecimento e informação, de mobilização, as intervenções institucionais e os repertórios de resistência extrema de sobrevivência, caracterizando, aqui, as performances de ação direta e ocupações.

que dominou o cenário mundial nos primeiros 30 anos após a Segunda Guerra, que, de acordo com Amaro (2003), assentou em diversos mitos, dentre eles: *a)* o economicismo, considerando o crescimento econômico como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento, sendo com ele confundido; *b)* o antropocentrismo, colocando o ser humano como centro do processo de bem-estar, ainda que de forma parcial, mas esquecendo-se da natureza; *c)* o etnocentrismo que assume uma perspectiva eurocêntrica globalizante, ao estabelecer o modelo europeu e norte-americano como medida para se avaliar o grau de desenvolvimento dos demais países; *d)* o uniformismo, porque, em nome da eficiência, se definiram modelos únicos de produção e de consumo, os modos de vida, os modelos culturais, etc., reduzindo a diversidade existente no mundo.

Essa compreensão dominante de desenvolvimento foi alvo de inúmeras críticas. Dentre essas, destacamos o pensamento de Celso Furtado, um dos principais expoentes brasileiros da teoria da dependência, para quem compreender desenvolvimento apenas como desenvolvimento econômico, à luz de economias como a norte-americana e as europeias, permitiu “desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento” (FURTADO, 1996, p. 89).

Furtado pensava no subdesenvolvimento, o oposto do desenvolvimento evolucionista apregoado pelas teorias norte-americanas e europeias, como uma forma de capitalismo perpetuadora da extrema pobreza e exclusão de direitos básicos como à terra e à moradia, sendo uma forma de organização social e política (FURTADO, 1996; SHISHITO; REZENDE, 2020). Subdesenvolvimento não seria uma etapa

ou fase, mas uma forma de capitalismo e “por essa razão, a luta deveria ser no sentido de reorientar, por meio de planejamentos e técnicas sociais, as ações e os procedimentos do Estado em favor de um projeto coletivo e democrático de nação” (SHISHITO; REZENDE, 2020, p. 36).

Não estava, entretanto, no horizonte das preocupações de Furtado o lugar dos povos indígenas nesse processo. Como pensar em “necessidades fundamentais da coletividade” (FURTADO, 1996) quando, só no Brasil, há quase 300 povos diferentes, falantes de mais de 180 línguas diferentes (IBGE, 2010)?

A compreensão de que programas e projetos de desenvolvimento tinham como pressupostos as preocupações e direcionamentos políticos, econômicos e culturais dos países ocidentais, sendo uma forma de neocolonização dos povos, integrantes de países ditos subdesenvolvidos (FERREIRA; RAPOSO, 2017) fez surgir novas críticas ao conceito dominante de desenvolvimento por negar a diversidade cultural existente, estabelecendo o modelo moderno-ocidental como o destino final que deveria guiar o caminho dos diferentes países.

No contexto dessas críticas, foram surgindo novos conceitos de desenvolvimento, acoplando-se ao termo principal, um adjetivo que determinaria a vertente do desenvolvimento destacada. Dentre esses conceitos novos, podemos citar o desenvolvimento comunitário e local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social,¹² sendo a plasticidade do discurso sobre desenvolvimento central para assegurar sua viabilidade continuada (RIBEIRO, 2012, p. 213).

O que há de comum em todas essas críticas é a compreensão redu-

¹²Sobre um detalhamento desses conceitos, ver Amaro (2003) e Ferreira e Raposo (2017).

tora do desenvolvimento como um processo primordialmente econômico, sem que fosse algo orientado pelas e para as pessoas, pensando-se nas atuais e nas futuras gerações. No processo apenas unidimensional, é o crescimento econômico o principal elemento de mensuração do desenvolvimento de um país, o que levou a certa confusão, não apenas terminológica, de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Embora sejam múltiplos os conceitos e vasta as teorias econômicas e sociológicas sobre o tema, para fins do presente artigo, interessa-nos particularmente focar no conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que ele foi usado literalmente e repetidas vezes seja no Decreto que designou a área de utilidade pública para fins de desapropriação para instalação do CIPP, seja na missão da empresa de economia mista criada em 1995 por lei estadual e denominada Complexo Industrial e Portuário do Pecém, seja no histórico apresentado pela Associação de Empresas do Complexo Industrial e Portuário (AECIPP).¹³

Acerca do desenvolvimento sustentável, há certo consenso que vem sendo sedimentado internacionalmente desde a década de 1980, de que desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Nessa linha, tanto na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), na Conferência de Joanesburgo (Rio+10), como em outras Conferências que deram ori-

¹³Sem desconsiderar a vastíssima literatura em diferentes campos acadêmicos sobre desenvolvimento, em especial nas Ciências Sociais e na Economia, ressalto não ter nenhuma pretensão de esgotar essa discussão, razão pela qual focarei no conceito de “desenvolvimento sustentável” que aparece tanto nos documentos quanto nas práticas discursivas de representantes do Governo do Estado e das empresas integrantes do Complexo Industrial e Portuário do Pecém para a defesa do projeto de desenvolvimento implementado.

gem a tratados, convenções e instrumentos diversos de direitos humanos,¹⁴ observa-se uma adoção generalizada de um conceito resultante do compromisso internacional histórico entre grupos interessados em proteção ambiental e grupos preocupados em promover uma agenda de desenvolvimento social. Isso, por outro lado, não implicou em nenhum grande abalo à ideia central do desenvolvimento lido a partir do campo restrito da economia (HERCULANO, 1992).

Nesse sentido, não é temerário afirmar que a lógica do desenvolvimento sustentável foi apropriada pelo mercado, muito mais para criar novos campos para o comércio e consumo do que para induzir mudanças de comportamento, inclusive empresariais, e nas políticas econômicas. Sobre isso, Zhouri e Laschefski (2010) denunciam que o discurso do desenvolvimento sustentável foi apropriado em um sentido diferente daquele pretendido pela luta dos “povos da floresta” e de seus apoiadores:

[...] os modos de vida dos grupos locais – incluindo apropriação material e simbólica da natureza – representavam um contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial que, a partir desse ponto de vista, não poderia ter continuidade na trilha do desenvolvimento, tendo em vista a sua insustentabilidade. Ao contrário dessa visão no entanto, a perspectiva política que se consolidou fez emergir o paradigma da participação na gestão ambiental e social com o objetivo de conciliar os interesses econômicos, ambientais e sociais e, assim, “moldar” o modelo clássico de desenvolvimento. [...] na esteira desse esquema conciliador, menos crítico, de “adequação ambiental e social” foram perdendo terreno as concepções que preconizavam uma reestruturação profunda da sociedade urbano-industrial-capitalista, assim como as reivindicações societárias que resistiam (e ainda resistem) a esse modelo de desenvolvimento e clamavam (e ainda clamam) o direito de autonomia para decisão sobre o seu próprio destino, configurando propostas de modernidades alternativas.

¹⁴Citamos, exemplificativamente, a Agenda 21, a Convenção sobre Clima e a Convenção sobre Biodiversidade.

(ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 13).

Subjacente à tese conciliadora de um desenvolvimento que é sustentável, está a compreensão de uma escala única de desenvolvimento, uma história político-econômica que coloca a Europa e os Estados Unidos como medida do desenvolvimento para os demais países no mundo. Eles são o futuro, o norte, o sentido e a direção para onde todos devem trabalhar para chegar. Pasteurizam-se as diferentes formas de vida no mundo para que todos caminhem numa mesma direção. Discorrendo sobre essa forma única de desenvolvimento para qual nos empurram, Ailton Krenak aponta que:

[...] [os donos da grana do planeta] Espalham quase que o mesmo modelo de progresso que somos incentivados a entender como bem-estar no mundo todo. [...] Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente que não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra”. Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua

para todo mundo (KRENAK, 2019, p. 21-23).

Na esteira do pensamento de Krenak, uma importante voz indígena crítica desse modelo, percebemos o quanto os conceitos de desenvolvimento, mesmo o de desenvolvimento sustentável, são construídos e implementados a partir de uma abstração de vida e de humanidade, sendo mais um exemplo de um discurso globalizante (RIBEIRO, 2012, p. 217). Em contraponto, no conflito entre os Anacé e o CIPP, os indígenas estão a todo momento reivindicando o seu direito de nominar seus próprios processos de desenvolvimento e de orientar, assim, a direção e o rumo de suas mudanças. Não pensam, portanto, desenvolvimento de forma descolada da experiência vivida no território, o que reflete, assim como ocorre com outros grupos impactados por projetos de desenvolvimento ou projetos de grande escala (RIBEIRO, 2012), “não apenas as desigualdades sociais, mas também as diferenças entre as percepções e as concepções de mundo dos sujeitos envolvidos” (ZHOURI; OLIVEIRA; LASCHEFSKI, 2012, p. 157).

Assim, sob o argumento da geração de emprego e renda, busca-se implementar um projeto pautado na construção de indústrias de grande impacto socioambiental, como siderúrgicas, refinarias e termelétricas a carvão mineral, viabilizadas pela construção de uma infraestrutura que inclui porto, rodovias e água em abundância para matar a sede das indústrias, vinda da transposição do Rio São Francisco. As escolhas governamentais, portanto, parecem continuar se pautando em um reducionismo que entende desenvolvimento apenas na lógica do crescimento econômico a qualquer custo e sem considerar as perspectivas de vida das coletividades e povos afetados. Mesmo a defesa do desenvolvimento sustentável, conforme apregoado pelas indústrias que compõem o CIPP e pelo Estado, sequer tangencia as lógicas indígenas de desenvolvimento como “satisfação de vida” ou como rea-

lização da corrente dos encantados. Refletindo sobre o conflito entre lógicas distintas de desenvolvimento, Ribeiro apresenta que

Desenvolvimento depende de uma concepção que concebe tempo como uma sequência linear de estágios avançando interminavelmente para momentos melhores. Uma implicação deste construto ocidental é que crescimento, transformação e acumulação se tornam princípios guias de políticas. Mas, em muitas sociedades não ocidentais, o tempo é entendido como ciclos de eternos recomeços, o que favorece o florescimento e a consolidação da contemplação, adaptação e da homeostase como pilares de suas cosmologias (RIBEIRO, 2012, p. 218).

A área da construção do CIPP representa a mesma área em que vive um grupo que se auto-identifica como Anacé, que tem relações diferenciadas com esse território. Essas relações são pautadas no manejo sustentável dos recursos, no conhecimento profundo dos ciclos naturais, na compreensão do lugar como morada dos antepassados, na produção de hortaliças, nas farinhadas, nas danças e outras atividades. Isso que os Anacé fazem de seu cotidiano, ressignificando suas tradições, criando e recriando projetos coletivos de futuro, sem perder a referência do/no território, é o que eles chamam de desenvolvimento. Para esse povo indígena, a comunidade e o território, com suas características físicas, representam uma unidade que garante a produção, a reprodução e a ressignificação do seu modo de vida, algo que resulta numa forte identidade com o espaço onde se vive. O território por eles habitado não é uma abstração fora da experiência vivida, mas é o lugar da casa, é a fonte de sustento, é a morada dos encantados, é o lugar onde eles/elas (re)produzem sua existência diferenciada.

Esses distintos modos de perceber o território implicam em uma incompatibilidade em se sobrepor, sobre o mesmo lugar, o projeto do CIPP e a área reivindicada pelos Anacé. E nessa disputa por quem,

onde e como fica, os Anacé vêm travando um duro embate. O deslocamento ou a remoção do grupo, como pretendido para a implantação do CIPP, não implicaria em uma simples troca de terra por terra, mas em uma perda da base material e simbólica sobre a qual se erigem os modos de socialização do povo Anacé, ou como eles mesmos afirmam, uma “perca ancestral” (MORAIS DE SOUZA; NOGUEIRA; PAULINO NOGUEIRA, 2016).

À semelhança do que tem ocorrido com os Anacé, Andréa Zhouri e Raquel Oliveira mencionam que:

Muitos processos de territorialização hoje em curso são processo de luta pelo significado e pela apropriação do meio ambiente (quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros etc.) contra a apropriação global pelo capital, que transforma territórios sociais em espaços abstratos, ou seja, lugares em espaços que contém recursos naturais para a exploração capitalista. Entretanto, os grupos sociais sujeitos à desterritorialização não são vítimas passivas e expressam outras formas de existência nos lugares. Reivindicam direito à memória e a sua reprodução social. E são eles que dizem que nem tudo é fadado a virar espaço de apropriação abstrata pelo capital [...].

A defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por auto-determinação, a fuga da sujeição dos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino. A direção desses movimentos [...] insiste em nomear os lugares, em definir-lhes seus usos legítimos, vinculando a sua existência à trajetória desses grupos. Não é uma luta pela fixidez dos lugares, mas sim pelo poder de definir a direção da sua mudança. (ZHOURI; OLIVEIRA 2010, p. 445).

As diferentes compreensões sobre o território e o modo como os custos da implantação de um projeto econômico de larga escala estão recaindo de forma desigual e desproporcional sobre uma população já discriminada pela sociedade por sua origem étnica é o que nos faz crer que o caso Anacé se trata de um exemplo de um conflito socioam-

biental, que, além da disputa sobre o uso dos recursos existentes em um determinado ambiente, se caracteriza também por uma disputa no campo epistemológico, do que pode ou não ser considerado desenvolvimento.

De acordo com Losekann, o estudo sobre as experiências de mobilização e resistência dos afetados pelo extrativismo na América Latina conclui que

[...] o que está em jogo nas demandas dos afetados [por empreendimentos] extrapola conflitos territoriais físicos, e implica uma reelaboração da territorialidade. [...] Isso permite o surgimento de uma visão da contestação enquanto algo maior do que o conflito específico entre uma comunidade e uma empresa. Trata-se de um mundo inteiro (um modo de viver) que está ameaçado (LOSEKANN, 2014, p. 135-136).

O povo Anacé tem reiterado sua compreensão de que não é desenvolvimento a destruição de biomas, a poluição de mananciais e do ar, nem o território por eles reivindicado é uma “zona de sacrifício” (ACSERALD, 2010). Hoje, os Anacé precisam comprar água para beber e cozinhar porque a água de suas cacimbas tem um gosto metálico e uma cor amarelada. Isso tem trazido impactos no corpo, na saúde e na alegria dos Anacé. “Vida boa era o que a gente tinha antes”, dizia-me Dona Valdelice Anacé.¹⁵ Mas isso, infelizmente, não ocorre especificamente com os Anacé nem está deslocado das práticas rotineiras do capital.¹⁶

O conflito tem ocorrido também pelo fato de os indígenas demons-

¹⁵Valdelice Anacé é uma liderança indígena de Matões, tronco-velho do povo indígena e profunda conhecedora dos rituais de cura indígenas, a *mezinha* Anacé. Sobre a *mezinha* Anacé ver Brissac e Nóbrega (2010).

¹⁶Sobre a disputa entre diferentes compreensões em torno da água como recurso hídrico e uma espécie de dádiva, pertencente à esfera do divino e, portanto, impossível de ser negada ou privatizada, ver Galizoni e Ribeiro (2003).

trarem outras formas de se relacionar com o território, pautadas em diferentes modos de viver, de organizar e de produzir. Esses diferentes olhares e compreensões dos territórios são desconsiderados nos projetos de grande escala ou projetos de desenvolvimento que, a pretexto de gerar emprego e renda, são acompanhados por alterações na forma de ocupação e uso do território, desestruturando atividades tradicionais, promovendo a expulsão de agricultores familiares, desmatamento e exploração da mão de obra. Diante disso, afirma Juliana Malerba (2010, p. 16): “são ignoradas e invisibilizadas as alternativas sustentáveis de gestão dos recursos que são feitas por esses grupos e que poderiam representar, inclusive, respostas reais à crise ambiental constantemente expressa pela mídia e tão presente no discurso hegemônico”.

Assim, ao reafirmarem o seu modelo de desenvolvimento e questionarem o desenvolvimento trazido pelo CIPP, os Anacé propõem que seus projetos de futuro sejam considerados e que os indígenas, de objetos ou passivos socioambientais, sejam tratados como sujeitos de seu próprio desenvolvimento, nos termos, inclusive, do que dispõe a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, incorporada à legislação brasileira por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Superando o discurso hegemônico de desenvolvimento que subjaz a implantação de projetos como CIPP, os Anacé trazem a compreensão de que eles já tinham desenvolvimento, já tinham vida boa: “tudo o que a gente precisa estava aqui”, diz Dona Valdelice Anacé.

Considerações Finais

A realidade apontada no presente artigo e vivenciada pelo povo Anacé, em São Gonçalo do Amarante e Caucaia, impactado pela instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, faz-nos refletir sobre o modo como os chamados projetos de grande escala ou projetos de desenvolvimento tem sido implementados no Brasil. O caso Anacé não é o único exemplo nesse sentido, mas ele é emblemático para demonstrar que esses projetos chegam de maneira estranha à dinâmica que orienta os desejos, as expectativas e os interesses dos grupos locais, desconsideram outras formas de desenvolvimento e de alternativas gestadas nos territórios, negligenciam impactos e transformam as comunidades apenas em receptáculos dos passivos ambientais, assim como ocorreu com grupos estudados por Rigotto (2004), Zhouri e Oliveira (2010), dentre tantos.

Nesse sentido, a grande contribuição que os Anacé podem nos dar é fazer-nos refletir sobre a diversidade de modos de pensar o mundo e nele projetar o futuro. A discussão que se apresenta está no campo da própria definição do que seja direito ao desenvolvimento. É preciso pensá-lo não tomando como base reflexões coloniais de um só desenvolvimento possível (ESCOBAR, 1998), o ocidental capitalista, acumulador de lucros e fazedor de desertos. É preciso pensar desenvolvimento, pensar meio ambiente, pensar propriedade e territorialidades a partir do local, e, nesse contexto, considerá-lo como uma expressão da auto-determinação. Para os Anacé, é essa vida, recheada de sentidos e preenchida de histórias, o que eles denominam de desenvolvimento, um desenvolvimento centrado no fluxo contínuo e incessante do devir Anacé (nascer, morrer, encantar-se, ressurgir): a realização da corrente dos encantados.

Compreender o conflito que envolve os Anacé exige-nos, portanto, um esforço no sentido de descolonizar os conceitos hegemônicos de meio ambiente como recurso natural a ser explorado, de território como cenário da intervenção a ser promovida pelos projetos econômicos e de um desenvolvimento como caminho único na direção capitalista de acumulação e pilhagem de recursos. A resistência Anacé, centrada no território, é também uma proposição por novas epistemes. Para Ailton Krenak:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim do mundo. (KRENAK, 2019, p. 26-27).

Quando defendo a necessidade de aprender com os Anacé e suas resistências a uma ordem de desenvolvimento que pretende destituí-los do território em que repousam seus encantados, suas águas e a força vital que respiram, penso que esse povo, assim como outros povos indígenas no Brasil, são especialistas sobre o momento histórico em que vivemos, no qual a Terra cobra a conta do modelo econômico que nos trouxe até a beira da barbárie.

Os Anacé estão lidando com acontecimentos fractais há, pelo menos, três séculos, resistindo aos massacres a partir de suas re-existências, podendo, desse modo, nos dar pistas para ultrapassarmos nossos próprios acontecimentos fractais, desde que tenhamos raízes e disposi-

ção para reconstruir nossas relações com os territórios, com o planeta e com os outros, incluindo não humanos, redefinindo nossos projetos de futuro. Ao pensar desenvolvimento como auto-determinação, os Anacé não estão nos oferecendo uma receita única, como a sociedade ocidental o fez, mas propondo que tomemos as rédeas das nossas próprias vidas para, assim, podermos contar mais uma história, adiando o fim do nosso mundo.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

ALEXANDER, Jeffrey. *Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 1998, vol. 13, n. 37, p. 5-31.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], n. 4/2003. Disponível em journals.openedition.org. Acesso em 02 abr. 2020.

ANACÉ. *Carta-Histórico do Povo Anacé*. Caucaia, 1999.

AQUINO, Jakson Alves de. *Processo decisório no Governo do Estado do Ceará (1995-1998): o porto e a refinaria*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000, 131 f.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. 2008. *Urbanização litorânea nordestina: os casos de Pecém e do Arpoador – Ceará*. Disponível em www.abep.nepo-unicamp.br. Último acesso em 12 de mar. 2020.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Intelectuais Indígenas, interculturalidade e educação. *Tellus*, Campo Grande-MS, Ano 14, n. 26, p. 11-29, jan./jul. 2014.

BRISSAC, Sérgio Góes Telles; NÓBREGA, Luciana Nogueira. *Benedeiras Anacé: a relevância dos ritos de cura na emergência étnica de um povo indígena do Ceará*. Reunião Brasileira de Antropologia, 27, 1-4 ago. 2010, Belém, Pará. Anais... Belém: ABA/UFPA, 2010.

BEZERRA, Maria das Graças Viana. *Do canto das nambus ao barulho do trem: transformações no modo de vida e na saúde na comunidade de Bolso no Complexo Industrial e Portuário do Pecém-CE*. Dissertação de Mestrado Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o “desenvolvimento” e a “racionalidade”. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto II – os domínios do homem*. 1976, p. 155-158

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: Construcción e desconstrucción del desarrollo*. [S.I]: Grupo Editorial Norma, 1998.

FERREIRA, Antônio. *Resgate Histórico do Povo Anacé*. Mimeo. s/d.

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], n. 34/2017. Disponível em journals.openedition.org. Acesso em 02 abr. 2020.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. Água, População Rural e Políticas de Gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 129-146, 2003.

GOMES, Maria Cecília Feitoza. *Neodesenvolvimentismo x modos de vida Anacé: Impactos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém sobre povos indígenas no Ceará*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

GOMES DE LIMA, Hércules. *Vestindo corpos: regimes do visível nas pinturas Anacé*. Monografia. Curso de Design e Moda. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

GUSFIELD, Joseph. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago and London: The University of Chicago Press,

1981.

HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (coord.). *Ecologia, Ciência e Política*. São Paulo: Revan, 1992, p. 9-47.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Thiago Halley Santos. *O conhecimento na escola indígena no Ceará: práticas de ensino diferenciado na escola indígena Direito de Aprender do Povo Anacé*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2017, 113f.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 20. Brasília, mai./ago. de 2016, p. 121-164.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; LACED, 2013.

MALERBA, Juliana. A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Orgs.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade Meireles; BRISSAC, Sérgio; SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. 2009. *O povo indígena Anacé e sua terra tradicionalmente ocupada*. Parecer Técnico nº 01/09. Ministério Público Federal, Fortaleza, 2009.

MORAIS DE SOUZA, Ângela Maria; NOGUEIRA, José Cleber da Silva; PAULINO NOGUEIRA, Lucilane. *A “desterritorialização” da nação Anacé de Matões sob o olhar dos mais velhos*. Monografia. Programa de Apoio à Formação Superior de professores indígenas – PROLIND. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016, 98 f.

PICANÇO, Marcy. *A luta do povo Anacé em meio ao complexo industrial do CE*. Jornal Porantim, dezembro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvi-

mento. In: ZHOURI, Andrea (Org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012, p. 195-234.

RIGOTTO, Raquel. *O “progresso” chegou. E agora? As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004, 590f.

RIST, Gilbert. *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Londres: Zed Books, 1997.

SHISHITO, Fábio Akira; REZENDE, Maria José. Centenário Celso Furtado (1920-2020): o legado teórico sob múltiplos enfoques. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza. v. 51, n. 1, mar./jun., 2020, p. 31-43.

SOUZA, Rute Morais. *Tabas, roças e lugares de encanto: construção e reconstrução Anacé em Matões, Caucaia, Ceará*. Monografia. Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2019, 71f.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. *Disputas Territoriais entre o Complexo Industrial e Portuário do Pécem e as populações tradicionais*. Reunião Brasileira de Antropologia, 28, 2012, São Paul-SP. Anais... São Paulo: ABA, 2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais; um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel; LASCHEFSKI, Klemens. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha-MG. In: ZHOURI, Andrea (Org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012, p. 147-195.

Referências de Legislação, Documentos e Decisões Judiciais

BRASIL. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 22 de janeiro de 2007, Edição Extra, Seção 1, p. 01-03.

BRASIL. 10ª Vara Federal do Ceará (Fortaleza). Ação Civil Pública — Processo nº 0016918-38.2009.4.05.8100. Decisão Interlocutória sobre o pedido liminar. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Estado do Ceará e outros. Fortaleza, 25 de janeiro de 2010.

BRASIL. Portaria nº 1.566, de 20 de outubro de 2010, da Presidência da Fundação Nacional do Índio. Constitui Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos necessários à identificação e delimitação da área de ocupação tradicional do povo Anacé. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 21 de outubro de 2010, Seção 2, p. 33.

BRASIL. Termo de Compromisso que entre si estabelecem o Estado do Ceará, a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, a Fundação Nacional do Índio — Funai, as comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso, o Ministério Público Federal e a União, de 22 de novembro de 2013. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Série 3, ano VI, nº 008, 13 de janeiro de 2014, p. 01-11.

BRASIL. Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 20 de abril de 2004, Seção 1, p. 01-03.

CEARÁ. Lei estadual nº 12.536, de 22 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a constituição da Companhia de Integração Portuária do Ceará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, 27 de dezembro de 1995. Disponível em www.al.ce.gov.br. Acesso 21 de jun. 2020.

CEARÁ. Decreto nº 28.883, de 18 de setembro de 2007. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área que indica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Série 2, ano X, nº 178, 19 de setembro de 2007, p. 01-03.

Sites Consultados

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM. Disponível em www.aecipp.com.br. Acesso em 24 de abr. 2020.

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM. Disponível em www.complexodopecem.com.br. Acesso em 20 de fev. 2020.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em indigenas.ibge.gov.br. Acesso em 12 de nov. 2019.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Plano estratégico. Disponível em www.petrobras.com.br. Acesso em 25 de out. 2019.

Resumo:

O artigo pretende explorar as narrativas em torno da construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, em contraponto às demandas dos indígenas Anacé pela demarcação do seu território, descrevendo os múltiplos sentidos de desenvolvimento, utilizados, no caso, como armas discursivas que refletem modelos socioambientalmente distintos. Resultado de um estudo qualitativo que triangula diversos métodos – levantamento bibliográfico que privilegiou a produção Anacé sobre o tema, levantamento documental acerca dos processos que tramitaram no Ministério Público Federal e na Justiça Federal do Ceará e observação participante -, busquei refletir sobre a agência e as mobilizações engendradas pelos Anacé. Com um saber próprio, os Anacé tem re-existido à barbárie por vir, dando-nos pistas importantes para compreender, refletir e agir no contexto da crise socioambiental na qual todos estamos inseridos.

Palavras-chave: Conflito socioambiental; desenvolvimento; resistências; povo indígena Anacé.

Abstract:

This article explores the narratives on the construction of the *Complexo Industrial e Portuário do Pecém* (Pecem Industrial and Port Complex), in the Brazilian state of Ceará, in counterpoint to the demands of the Anacé indigenous people, regarding the process for official acknowledgment of their land rights, highlighting the multiples meanings of development, that, in this case, were used as discursive weapons reflecting different socio-environmental models. Resulting from a qualitative study triangulating several methods — bibliographic research focusing on the Anacé views on the subject; review of the official proceedings held before both the Brazilian Federal Prosecutor's Office and the Brazilian Federal Justice in the state of Ceará; and participant observation -, it is presented a reflection on the agency and the mobilizations carried out by the Anacé. The Anacé, with their own and local knowledge, have re-existed the barbarism to come, providing important indications on how to understand, reflect and act in the context of the socio-environmental crisis in which we all are involved.

Keywords: Socioenvironmental conflict; development; resistances; indigenous people Anacé.

Recebido para publicação em 07/12/2019.

Aceito em 01/06/2020.

Propiedad, infraestructura y conservación como mecanismos de exclusión en el proceso de desarrollo turístico en la costa de Oaxaca, México

Ignacio Rubio

Universidad Nacional Autónoma de México, México

 <https://orcid.org/0000-0002-3562-6359>

irubio@politicass.unam.mx

Introducción

Para poder realizarse, el turismo de playa requiere la producción de espacios de consumo del paisaje biocultural. La organización de los servicios y actividades que conforman el consumo turístico no aparece de manera espontánea, no es la respuesta mecánica a una demanda imparcial del mercado, al menos no en el caso que aquí se discutirá brevemente. El turismo depende de procesos de exclusión y segregación territorial que construyen el entorno de forma tal que la oferta turística se despliegue sin obstáculos y el consumo del paisaje se organice sin fricciones sociales. En lo que sigue, se revisarán tres formas

en que se da tal proceso de producción del paisaje turístico: el establecimiento de un marco legal de propiedad que permite privatizar áreas y establecer zonas de exclusión y acumulación centradas en el turismo; la creación de infraestructura que da acceso y servicio a esas áreas exclusivas y atiende mayoritariamente sus necesidades y, por último, el establecimiento de regulaciones ambientales orientadas a preservar el paisaje solo en favor del turismo, sin una clara articulación con las necesidades y expectativas de desarrollo de las comunidades locales.

El turismo es un proyecto de Estado

La incertidumbre es un aspecto importante del turismo cuando se lo ve desde la perspectiva de las comunidades que, por su localización, por cambios en las demandas del mercado o por su riqueza biocultural, se incorporan a alguno de los circuitos en los que se organiza la economía turística global (MCKERCHER; LEW, 2004). Desde el punto de vista local el turismo es incierto, ya que depende de factores difícilmente regulables como el valor o calidad del paisaje y el ritmo de las corrientes de sargazo, la pureza del ambiente y la abundancia de recursos. Más aun, el turismo depende también de estrategias de apertura y promoción controladas por agencias y redes que operan con independencia de las poblaciones locales (BIANCHI, 2002). Una parte importante de la incertidumbre que caracteriza a la economía turística deriva también de la especial tensión entre formas de consumo potencialmente depredatorio, su carácter excluyente y su dependencia del paisaje biocultural sobre el que inevitablemente impacta. En este sentido, el desarrollo turístico instaura una dinámica que destruye aquello que lo sostiene (GOSSLING; HALL, 2016). Se trata de un proceso que, desde principios de la década de 1980, ha sido naturalizado por los

teóricos y promotores turísticos quienes eufemísticamente se refieren a un cierto “ciclo de vida” de los destinos turísticos (BUTLER, 1980). Cuando un destino turístico ha “madurado” pierde atractivo a los ojos de promotores, agencias y los propios turistas; entonces las construcciones envejecen y se desmoronan, las infraestructuras decaen y ya no resultan atractivas para los inversionistas. Pareciera más bien un *ciclo de muerte*.

Un destino turístico es un espacio en constante transformación. Lo constituyen relaciones de acceso, proximidad, transitabilidad, propiedad, trabajo y consumo, que organizan con mayor o menor dificultad redes de servicios de alojamiento temporal, comida y esparcimiento incrustadas o enganchadas en entornos biofísicos dinámicos que, junto con la cultura local, sostienen la economía turística (STONICH, 1998; WILLIAMS, 2004). Por “economía” aquí se entiende el sistema que organiza y regula la explotación de los paisajes bioculturales. Teóricamente se puede pensar que la economía del turismo podría ser más o menos rica o depredatoria, equilibrada o desigual y expoliativa, sin embargo una extensa bibliografía basada en estudios empíricos muestra que, a pesar de los ingentes volúmenes de recursos financieros y humanos que organiza el turismo, se trata de un sector cuyos impactos negativos son relevantes (WONG, 2004). El caso de México, donde el turismo se convirtió en estrategia de desarrollo hace poco más de cincuenta años, se implantaron enclaves (destinos estratégicos, llamados Centros Integralmente Planeados) en diversos puntos del extenso y rico litoral del país.¹ No es el objetivo de este trabajo sostener

¹Centros turísticos que, como su nombre lo indica, fueron totalmente planificados por la Secretaría de Turismo y gestionados por el Fondo Nacional de Fomento al Turismo. Desarrollados alrededor de grandes hoteles de corporaciones internacionales, estos complejos incluyeron la planeación de los asentamientos urbanos tanto para los trabajadores como para el desarrollo inmobiliario de residencias vacacionales.

que el turismo genera invariablemente marginación, sino explorar los procesos o mecanismos – que nada tienen de “natural” – que hacen que esto sea así.

El turismo es un fenómeno moderno (URRY, 1990), aunque no fue sino hasta mediados del siglo pasado que comenzó a adoptar las proporciones de un sistema que organiza las trayectorias de millones de personas a lo largo y ancho del planeta (SMITH, 2004). La experiencia casual de la que gozan un número cada vez más grande de turistas por todo el planeta depende de un gigantesco andamiaje de leyes y acuerdos, de tecnologías e infraestructuras, de escuelas y trabajadores, de agencias de publicidad, aviones y carreteras. En México, como en muchos otros países del sur global, todo esto ha sido posible gracias al continuo apalancamiento político y financiero de agencias internacionales como el Banco Interamericano de Desarrollo, el Banco Mundial o la Organización Internacional del Turismo, y al esfuerzo sostenido de gobiernos regionales y nacionales convencidos de que el turismo no solo es una gran oportunidad de negocio, sino también una estrategia de desarrollo. Desde una perspectiva crítica, esta idea ha sido cuestionada y el turismo se vincula con la creación de relaciones de dependencia entre centros metropolitanos dominantes y destinos periféricos más débiles y subordinados (BIANCHI, 2002).

Hoy en día, en aquellos contextos en los que se han implantado ya las condiciones de conectividad para el acceso continuo de cientos de miles de personas a regiones otrora remotas, el problema es cómo se distribuyen los beneficios y los costos sociales y ambientales. En el contexto mexicano, abordar este problema requiere poner atención en la acción del Estado y sus formas de planeación e intervención en el territorio.

Desde hace al menos una década, en México, el turismo se ubi-

ca entre los tres sectores más importantes de la economía (ALTES, 2008). Esto es así debido a que, desde finales de los años 1960 del siglo pasado en adelante, los sucesivos gobiernos han invertido enormes cantidades de dinero y otros recursos públicos para abrir y organizar el territorio para su expansión bajo el principio de que se trata de una estrategia fundamental de desarrollo. Sin embargo, las estrategias de desarrollo del estado mexicano son cuestionables. Algunos puntos clave al respecto son: la preponderancia de una definición estrecha de desarrollo y de bienestar alineados a los principios y valores cosmopolitas y occidentales; la promoción de múltiples tipos de dependencia entre regiones centrales y periféricas; la ausencia de atención a la historia local y regional; la promoción de burocracias especializadas y de relaciones clientelares; la conceptualización del espacio en términos de extensiones abstractas e intercambiables y, por supuesto, la mercantilización de los paisajes bioculturales (MOSTAFANEZAH *et al.*, 2016). Dadas estas tendencias generales, no debería resultar sorprendente que, de acuerdo con las propias agencias y organizaciones que promueven la expansión del turismo, entre los retos fundamentales están la participación de las comunidades locales en sus beneficios y la sostenibilidad ambiental de los destinos (OECD, 2006; MADRID; CASAR, 2018).

Visto desde la perspectiva del modelo mexicano, los problemas de captación de los beneficios y mejora de la calidad de vida de las poblaciones locales están íntimamente ligados a la intervención del Estado. Desde el inicio y a pesar de su envoltura social, la inversión de sucesivos gobiernos en favor del turismo ha privilegiado los intereses y negocios entre élites regionales, nacionales e internacionales a costa de la explotación de los territorios y el trabajo de la población local. La ideación, construcción y promoción de los cinco grandes enclaves,

“Centros Integralmente Planeados”, insertados en puntos de gran valor natural y paisajístico del extenso litoral mexicano (Los Cabos y Loreto en Baja California, Can Cun en Quintana Roo, Ixtapa en Guerrero y Bahías de Huatulco en Oaxaca) es el epítome de un proyecto de estado que como modelo de negocios y promoción turística ha tenido éxito indiscutible, pero que excluye y desplaza a la mayoría de la población local de los beneficios. En las regiones periféricas, ahí donde el turismo ha pasado a convertirse y se presenta como la única alternativa de desarrollo, un primer paso para la creación de enclaves fue la preparación del terreno mediante reformas a la propiedad de la tierra; siguió la implantación de una infraestructura orientada exclusivamente a la actividad turística y, más recientemente, se integró el mecanismo de la regulación ambiental. Son estos los tres ejes que se discutirán más adelante dado que, aunque no abarcan por completo las dimensiones o procesos mediante los cuales se producen los destinos turísticos, permiten vislumbrar cómo el turismo se convierte, efectivamente, en un arreglo económico y político que excluye a ciertos grupos de los beneficios al tiempo que promueve los intereses de otros, más bien minoritarios y en su mayor parte externos a los territorios que afecta.²

En las tres últimas décadas, la costa sur de Oaxaca se ha convertido en un destino turístico nacional e internacional que atrae decenas de miles de visitantes al año. Los poco más de 160 kilómetros de la carretera costera que conectan los dos principales polos de atracción del corredor turístico, Puerto Escondido y Bahías de Huatulco, atraviesan algunas pocas planicies y cortan el agreste paisaje compuesto de una secuencia más o menos continua de bahías y playas, densa vegetación

²Son referencias relevantes sobre estos ejes Wolf (1972), Ferguson (1998), Escobar (1998) y Dominguez (2001).

y poblados poco pintorescos y en algunos casos definitivamente pobres. Una carretera que corre paralela a la costa conecta una multitud de pequeñas localidades y rancherías con los pueblos situados en el pie de monte donde se organiza el mercado y la administración. Sobre esta vía corren taxis a toda velocidad y transitan camionetas que ofrecen servicio de transporte colectivo a una población bastante diversa de comerciantes, estudiantes, empleados de hoteles, restaurantes y casas de descanso, campesinos, artesanos, mochileros e inmigrantes de diverso tipo y nacionalidad. Esa vía es punto de acceso y motor de una economía turística bastante diversificada que crece y se expande con fuerza reconfigurando las relaciones territoriales, políticas y económicas en toda la región.

Este trabajo se centra en un grupo de poblados de la costa de Oaxaca, al sur de México. Se trata de sitios que han pasado a formar parte del corredor turístico que va desde Puerto Escondido, al noroeste en la frontera con el estado de Guerrero, hasta el “Centro Integralmente Planeado” Bahías de Huatulco y su aeropuerto internacional, 160 km al sureste por la autopista costera 200. La discusión que sigue deriva de un proyecto de investigación sobre turismo y cambios ambientales realizado entre 2012 y 2018. La mayor parte de la información se obtuvo en campo mediante talleres, mapeos colectivos y entrevistas con residentes de las localidades (RUBIO, 2014; 2017; 2018). Entre los poblados que aquí interesan, se destaca Puerto Ángel, una localidad de 2576 habitantes,³ que es uno de los centros pesqueros importantes de la zona con 250 embarcaciones y 13 cooperativas que agrupan alrededor de 700 pescadores. Con su hermosa bahía y su pequeño muelle del siglo XIX, hasta aquí llegó desde aquel entonces y aún antes uno

³México en cifras, Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Web: <https://www.inegi.org.mx/app/areasgeograficas/?ag=20>

de los caminos que unían, atravesando la Sierra Madre del Sur, la costa y la capital del estado. Este camino, por donde salía el café cuya producción alguna vez dominó la cercana región montañosa, fue una de las puertas de entrada del turismo. Anexo a Puerto Ángel, separados por un risco, se encuentra Playa Zipolite, una localidad de 1079 habitantes dedicada por completo al turismo, como los dos siguientes poblados, San Agustín y Mazunte, aunque en éstas dos, la actividad pesquera es todavía visible y relevante. Si bien muchos de los solares aledaños a la playa son o fueron propiedad de familias dedicadas a la pesca, la mayor parte de los dueños de la franja de tierra que poco a poco se va incorporando al circuito turístico tienen un origen campesino. Dado que la Sierra Madre del Sur se sitúa muy cerca de océano Pacífico, la planicie costera es muy angosta y en algunos tramos desaparece, por lo que la expansión del turismo rápidamente ha presionado sobre todo a la agricultura de temporal centrada en el maíz que con dificultad y poco apoyo institucional aún se practica en la región. Finalmente es preciso reparar que el corredor turístico colinda con los territorios de los pueblos indígenas Zapotecos del sur y Chontales de Oaxaca (BOEGE, 2008, p. 218-9) y San Pedro Pochutla agrupa población náhuatl, lo que es indicativo de la complejidad socio cultural de la costa oaxaqueña.

De acuerdo con la memoria local, desde Puerto Ángel llegaron las primeras 4 familias que se asentaron en la Playa Zipolite. Junto con Puerto Escondido, Puerto Ángel y Zipolite fueron localidades pioneras en recibir visitantes desde la década de 1970 aunque han mantenido un perfil de turismo alternativo y, hasta mediados de la década de 1990, con muy bajo nivel de capitalización (RUBIO, 2017, p. 105-6). Al poner atención en la experiencia de estas localidades resulta evidente, como se mostrará más adelante, que la implantación del pro-

yecto de desarrollo turístico se hizo en el marco de un conflicto por el territorio y las playas, a veces soterrado y a veces abierto, que ha adoptado diversas formas y que aún hoy está vigente. Esta lucha se refiere al deslinde entre lo público, lo colectivo, lo comunal y lo privado; a la extensión y control de los servicios públicos; a la regulación y la política ambiental; al valor y titularidad de los recursos; a la definición de riesgos y la distribución de daños. Se trata, por lo tanto, de una lucha que involucra centralmente al Estado en sus múltiples y contradictorios papeles: promotor del desarrollo social; desarrollador inmobiliario; constructor y policía ambiental entre otros.

Primera exclusión: la propiedad

Para exponer el aspecto territorial de la economía política del turismo, me centraré en el caso específico de una localidad pionera en recibir turistas en la costa de Oaxaca: Zipolite. La memoria local indica que las primeras familias se asentaron en esta breve planicie costera en los años cincuenta del siglo pasado provenientes del vecino poblado de Puerto Ángel. La formación del asentamiento fue parte del más amplio proceso de colonización que se produjo entre mediados de la década de 1930 y 1960 en toda la región sur. Lo impulsaban campesinos de subsistencia en el marco de una lucha agraria que, en la costa de Oaxaca, se extendió hasta los años ochenta (BOTEY *et al.*, 1989; REINA *et al.*, 1988).

La colonización fue un proceso socio ambientalmente arduo. Muchos de estos colonizadores no eran pescadores sino campesinos sin tierra o trabajadores de ranchos con cuyos dueños mantenían relaciones clientelares que, comúnmente, se expresan en términos de lazos familiares. La familia extensa constituyó la forma de organización de

los primeros residentes y un vínculo relevante entre Zipolite, Puerto Ángel y la cabecera del municipio San Pedro Pochutla. Hasta la década de 1980, la distribución y circulación de terrenos fue medida por redes personalistas y de parentesco que aún hoy juegan un papel importante en las decisiones sobre la gestión pública en la localidad.

En lo que se refiere a los mecanismos de exclusión que operan en la conformación del espacio del turismo, resulta importante el hecho de que la formación de Zipolite y la distribución original de derechos sobre el terreno estuvieron marcados por un complejo proceso agrario que inició el 18 de marzo de 1953 cuando el Estado reconoció los bienes territoriales de la comunidad de San Pedro Pochutla.⁴ En junio de aquel año se hizo pública oficialmente la posesión de 73,978 hectáreas de terreno a la comunidad indígena cuya autoridad es una asamblea actualmente formada por alrededor de dos mil quinientos comuneros. La delimitación de ese territorio se realizó a finales de 1970, casi dos décadas después. El retraso tuvo varias causas entre las que se cuentan el tortuguismo característico de la Reforma Agraria; la ausencia de información clara sobre las características del terreno y la falta de

⁴El reparto de tierra en México inició oficialmente con la Ley Agraria del 15 de enero de 1915, al calor de la Revolución y concluyó en 1992 con la Reforma al artículo 27 constitucional. En ese período, sobre todo después de 1932 cuando apareció el Código Agrario, se repartieron más de 100 millones de hectáreas y se establecieron alrededor de 30 mil *ejidos* y *comunidades* agrarias que fueron las unidades territoriales en las que se organizó la distribución de la tierra. En el caso de las *comunidades* el Estado reconocía derechos territoriales previos de los pueblos o comunidades indígenas, mientras en el caso de los *ejidos* se formaba una nueva unidad de población campesina. En ambos casos, la entidad a la que se otorgaba la tierra era a la *comunidad* o al *ejido*, formados por familias cuya cabeza detentaba el derecho de cultivar una parcela o de acceder a las tierras comunes. Hasta el fin del reparto, comuneros y ejidatarios tenían derecho de ocupar y explotar terrenos, pero no de rentarlos o venderlos, y sólo uno de sus descendientes podía heredar el reconocimiento como ejidatario o comunero. A pesar de las restricciones al “dominio pleno” de la tierra, en la práctica el fraccionamiento fue muy común, y dio lugar al extendido minifundismo muy presente en campo mexicano.

recursos técnicos para producir dicha información; también tuvieron que ver los sucesivos conflictos de linderos entre diversas comunidades que reclamaban tierra.⁵

El año 1970 fue clave en la historia de Zipolite por tres motivos. El primero es que, como se mencionó ya, en noviembre de ese año se delimitó el territorio de la comunidad de Pochutla. El segundo es que en marzo un gran eclipse solar fue la ocasión para que esa parte aislada de la costa de Oaxaca recibiera atención nacional e internacional haciendo que Puerto Ángel y Zipolite fueran visitadas por gente muy diversa, desde misiones universitarias de investigación e ingenieros civiles, hasta jóvenes trotamundos y místicos. El tercer motivo es que, paralelamente a la delimitación, el gobierno del estado de Oaxaca expropió la franja costera de los bienes comunales (1,560 hectáreas, incluyendo Zipolite) para formar el *Fundo de Desarrollo Turístico e Industrial de Puerto Ángel y Anexos*.

Cuando el gobierno estatal expropió la costa a San Pedro Pochutla, la idea de crear enclaves turísticos en puntos estratégicos y aislados del territorio, entre los que se divisaba la costa oaxaqueña, ya se había puesto en marcha a nivel federal. Comenzó entonces la historia oficial del turismo en la zona mediante un acto expropiatorio que sacaba de en medio a la población local. Con rapidéz, el *Fundo* puso en venta la franja de tierra que hace la breve planicie costera a empresarios, rancheros y políticos a quienes los residentes de Zipolite y poco después

⁵Este tipo de problemas fueron comunes a lo largo de toda la Reforma Agraria en todo el país. No detuvieron el proceso de colonización, pero lo volvieron turbulento y problemático. En las distintas regiones del país, el éxito del reparto agrario dependió en gran medida de la relación de fuerzas entre poblados, caciques, comunidades y terratenientes; con todo, la Reforma Agraria en México distribuyó poco más de la mitad del territorio. La gran cantidad de tierra distribuida es testigo del enorme capital social de las comunidades campesinas que gestionaron el reparto (MANZANILLA-SCHAFFER, 2004).

el resto de los comuneros de Pochutla no tardaron en disputar la playa.

A mediados de 1976, la negativa de uno de los nuevos propietarios privados del *Fundo* para ceder un terreno para una escuela, dio pie a un conflicto que fue escalando hasta involucrar la movilización del ejército para “resguardar la seguridad en la zona”. Para ese entonces las irregularidades técnicas y legales en una expropiación que violaba el principio de inafectabilidad de la propiedad comunal asentado en la Constitución, ponían en cuestionamiento la legalidad del *Fundo*. De acuerdo con un participante en el conflicto, la gente de Zipolite logró obtener el apoyo de diversas organizaciones campesinas estatales y nacionales, así como de productores y comerciantes de la región quienes financiaron tanto las gestiones legales como una campaña de denuncia que, hacia julio de 1979, llegó a los periódicos nacionales. Esos eran años de mucha conflictividad social sobre todo en zonas rurales, aunque la política y el discurso agrarista aún resonaban en el repertorio nacionalista del estado mexicano. La escalada mediática que llegó a involucrar a un secretario de estado y exgobernador de Oaxaca en una expropiación ilegal y al ejército en la represión de campesinos buscando educación, propició la intervención del gobierno federal que anuló la expropiación, extinguió el *Fundo* y ordenó la devolución de las tierras a la comunidad de Pochutla. El desmantelamiento del *Fundo* dio lugar a un reparto de los terrenos de Zipolite entre viejos y nuevos comuneros, además de la consolidación, a partir de los grandes lotes recuperados, de las colonias que colindan con la playa (Roca Blanca, Palmas, Playa del amor y Centro), que son las que concentran la oferta turística y cuentan hoy con los mejores servicios. Por otra parte, algunos kilómetros más al este sobre la costa, la federación estableció el proyecto integralmente planeado Bahías de Huatulco que hoy es uno de los destinos estratégicos del país y uno de

los puntos desde el que la economía turística se va expandiendo con rapidez sobre la costa oaxaqueña.

En 1991 se reformó la Constitución, se terminó el reparto de tierra, se modificó el régimen de propiedad social, se modernizó el catastro y se promovió la regularización y titulación de los terrenos (PEREZ, 2002). Aunque paulatino, este cambio tuvo un impacto importante, y abrió la posibilidad de transparentar y facilitar las transacciones de compraventa aún dentro de las comunidades agrarias. Con los años, en Zipolite las familias crecieron y el proceso de lotificación y expansión de la mancha urbana se aceleró. La enmienda dinamizó los intercambios e incrementó el atractivo y seguridad de tal forma que cada vez más foráneos han podido establecer una residencia temporal o un negocio en el área urbana ahora definida con mayor claridad.

El conflicto por la propiedad de la tierra y las playas en Zipolite revela cómo la maquinaria técnico-administrativa, la planeación y el ejercicio de la fuerza, dieron forma autoritaria al proyecto turístico oficial. Es importante subrayar que el conflicto entre la comunidad de San Pedro Pochutla y el *Fundo* para el desarrollo turístico mostró con excepcional claridad un asunto esencial: que las comunidades locales lucharon desde un inicio contra su exclusión del programa turístico.

Segunda exclusión: la infraestructura

De los cinco complejos “integralmente planeados” que constituyen la plataforma estratégica del desarrollo turístico en México, Huatulco fue el que más tardó en consolidarse. Esto puede relacionarse con varias cosas, como las particulares dificultades geográficas que representó su construcción o la resistencia social que enfrentó el proyecto por parte de las comunidades locales como fue el caso de Co-

yula (TALLEDOS, 2012) o el ya mencionado conflicto con el *Fundo* promovido por el gobierno estatal. El desarrollo de turístico de la costa oaxaqueña requirió además una gran inversión pública para abrir y organizar el territorio. Hasta 1960 las comunicaciones en la costa oaxaqueña estaban centradas en el trasiego de materias primas (principalmente café) acaparadas sobre todo en los pequeños puertos de Puerto Ángel y en menor medida Huatulco y Puerto Escondido. Estos puntos organizaban el flujo, principalmente de salida, de mercancías y personas entre la sierra, donde se asientan los pueblos más densamente poblados que concentraban la administración y el comercio, y la costa. La comunicación por tierra entre las rancherías del litoral se componía de sendas, veredas y algunos caminos de terracería. A principios de los 1980 en esa región aislada del centro aunque integrada regionalmente y para nada deshabitada, irrumpieron dos aeropuertos y se construyó un tramo de la carretera costera conectando Puerto Escondido con Huatulco (1983). A medio camino entre esos polos de desarrollo turístico, se encuentra San Pedro Pochutla, y cruza además el camino que llega hasta Puerto Ángel e inmediatamente después a Zipolite, Mazunte y otras localidades que hoy se sostienen de los turistas. A partir de 1993, año en que se asfaltó este último camino, el flujo de turistas se ha incrementado y diversificado visiblemente en casi toda la franja de la costa.

La implantación de dos grandes accesos produjo los esperables cambios en la organización general del territorio. La larga relación sierra-costa, en la que la primera concentra el control político y administrativo, está sujeta ahora a tensiones que antes no existían. Aun hoy, tres de las cinco cabeceras municipales del corredor (Mixtepec, Colotepec y Tonameca) están pobremente conectadas con la línea de costa donde proliferan hoteles, casas y ranchos de descanso. Es limitado el

control que son capaces de ejercer los municipios sobre sus territorios, lo que tiene consecuencias negativas en cuanto a la distribución de beneficios, los servicios públicos, la planeación y la regulación. Emerge entonces una dinámica centrífuga que tiende a separar la franja costera del resto del territorio.

Sin lugar a dudas no es esta la historia de un área territorialmente integrada que de pronto se vio fracturada por el turismo. Tratándose de una región multicultural en la cual prosperó durante al menos un siglo la economía cafetalera, en la cual los centros urbanos concentraban a la población blanca y mestiza que dominaba a las comunidades indígenas dispersas en la sierra, las inequidades espaciales han sido una constante. La Reforma Agraria matizó las desigualdades y otorgó mayor capacidad de control a las comunidades, aunque no eliminó la marginalidad de la mayoría de la población. Sin embargo, las grandes inversiones que abrieron el territorio con la promesa de un nuevo desarrollo basado en el turismo, tampoco hicieron justicia a los desposeídos, sino que sumaron a las antiguas inequidades espaciales otras nuevas al tiempo que permitieron la llegada de nuevos grupos de interés escasamente vinculados con los poblados de larga data. Por una parte las grandes infraestructuras reformularon las diferencias intrarregionales, desplazando hacia la periferia a las poblaciones serranas y reordenando las relaciones de interdependencia entre localidades. Por la otra, la inversión en servicios (saneamiento, electricidad, salud, educación, etc.) concentrada en unos cuantos puntos estratégicos, ha generado un intenso proceso de segregación. Aunque suene paradójico tratándose de poblaciones más bien pequeñas, aparecen barriadas marginales en las localidades turísticas y surgen rancherías y precarios asentamientos en los linderos de las autopistas, mientras los pequeños centros urbanos gozan de constantes renovaciones e inversiones para

mejorar la imagen urbana y la dotación de servicios para una población turística flotante, cuyos patrones de consumo presionan constantemente a las agencias municipales para atender sus demandas o hacen inversiones sólo en su propio beneficio.

Además de las grandes infraestructuras, desde que el turismo se instauró la mayoría de las inversiones en servicios (agua potable y saneamiento, mejoras en el equipamiento urbano, electricidad y telecomunicaciones) han quedado sistemáticamente supeditadas a mejorar la oferta. Así también sucedió con la creación de la Universidad del Mar, que si bien responde a una demanda social de acceso a la educación, está orientada fundamentalmente a capacitar la fuerza de trabajo, mejorar la administración y, secundariamente, a formar capacidades para un mejor manejo de los recursos marinos.

Tercera exclusión: la política ambiental

Quienes conocieron la región a principios de la década de 1980 pueden recordar la costa de Oaxaca como un jardín donde el mar y los manglares ofrecían un delicioso alivio de la dureza del bosque seco. Muchas de las playas, todavía hermosas, no son más el hogar de cangrejos, langostas y pulpos, incluso los peces se han retirado. Esta es una apreciación intuitiva de primera mano y algo que surgió en numerosas conversaciones y entrevistas con informantes muy diversos. Y aunque no hay duda de que el desgaste de la costa tiene que ver con la llegada del turismo, se trata de un problema que tiene antecedentes.

En la década de 1950, los primeros esfuerzos de desarrollo ideados por el Estado para la región se centraron en la explotación de los recursos marinos. El gobierno federal construyó una planta de procesamiento de pescado en Puerto Ángel (1970), a la que vendían sus

capturas cooperativas pesqueras de diversos puntos de la costa. En las cercanías del pequeño poblado de San Agustínillo – hoy totalmente reconvertido para el turismo –, se instaló un matadero de tortugas. Se trataba de un negocio privado que en 1979 empleaba a 200 personas para la producción de aceite para exportación. La voracidad de esta industria llevó a la casi completa desaparición de las tortugas en la zona.

Tradicionalmente, las tortugas golfinas forman parte de la dieta local. Los pueblos indígenas de la zona (chantinos, zapotecas, nahuas) han coexistido con las tortugas durante siglos. De hecho, las tortugas son parte de la memoria paradisíaca de Zipolite y de toda la costa de Oaxaca. Sin embargo, los colonizadores que se establecieron en la playa desde mediados de la década de 1950 no pudieron regular o al menos mitigar el frenesí extractivo alimentado y monopolizado por la industria del aceite de tortuga durante los casi veinte años que duró la explotación irrestricta. Nada de la riqueza que esta industria produjo se invirtió en la región. No hay carreteras, ni servicios, ni siquiera el edificio donde operaba el matadero permanece en pie. Cuando las tortugas estaban al borde de la extinción, el estado adquirió el matadero y lo transfirió a la cooperativa local de pescadores. Finalmente, el edificio cerró en 1994.

La incapacidad para regular la captura de tortugas y la sustracción de huevos tenía que ver con el carácter público de la playa donde las tortugas llegan a anidar. La ley mexicana considera los primeros 20 metros de playa como terreno nacional que no puede ser ocupado ni privatizado, y cuya vigilancia y cuidado dependen del gobierno federal. Dada la muy limitada capacidad de la federación de hacerse cargo de esa franja a lo largo y ancho del país, las playas en México siempre corren el riesgo de caer en una tragedia de los comunes. Tal fue el

caso de las tortugas en la costa de Oaxaca. El arreglo institucional (OSTROM, 1990) en su conjunto propiciaba un uso irracional del recurso: las autoridades comunales locales eran de tipo agrario y no podían reclamar derechos de explotación ni controlar a quienes recorrían las playas cazando de tortugas y saqueando nidos; las cooperativas pesqueras tenían muy pocos recursos institucionales y materiales para, siquiera, llevar un registro del volumen de explotación; la ausencia de regulación y vigilancia federal generaba un vacío de autoridad, mientras que, finalmente, había un actor poderoso – el negocio privado del matadero – capaz de apropiarse del recurso y de acelerar su extracción hasta el agotamiento ofreciendo salarios de hambre. La masacre de las tortugas golfinas ofrece un ejemplo dramático de lo que sucede cuando, con el apoyo tácito o explícito del Estado, se permite que un solo agente se apodere y explote sin freno los recursos comunes de toda una región (CLEAVER, 2000).

La situación cambió a principios de la década de 1990, cuando se creó la Secretaría de Medio Ambiente y Pesca. En 1994, esa institución emitió una prohibición sobre la captura de tortugas y se puso al frente de la campaña por protegerlas. Se instalaron campamentos de reproducción en toda la región costera y se construyó un Museo de Tortugas con fondos públicos en Mazunte, una localidad a solo 10 minutos de Zipolite. La casi extinción de las tortugas fue una crisis ambiental que dio cierto carácter al turismo en Oaxaca. Ayudar a las tortugas a llegar al mar se convirtió en un motivo central de toda una eco imaginaria. La prohibición de su captura y comercio y otras políticas de protección, como la creación del Parque Nacional Bahías de Huatulco, introdujeron la sustentabilidad en la política turística general. La protección ambiental se convirtió en un atractivo más de la zona, sin embargo sus efectos en las alternativas de vida de los habi-

tantes locales no fueron homogéneos. Las vedas y el establecimiento de parques nacionales, junto con la privatización de los recursos que pueden ser legalmente explotados, afectan desproporcionadamente a las cooperativas pesqueras y a los agricultores sin que las acciones gubernamentales contemplen algún tipo de reparación o asistencia. Además de desplazar a los márgenes actividades productivas alternativas al turismo, una perspectiva excluyente de la conservación impone el rol de guardián a la población local sin que necesariamente sea ésta misma población la que recibe la mayor parte de los beneficios (RUBIO, 2018).

A manera de conclusión: Un proyecto de desarrollo desigual

A los tres ejes de transformación anteriores se pueden sumar otros para ahondar la caracterización de la recomposición social, ambiental y espacial de la costa de Oaxaca asociada con la implantación del turismo como motor de la economía regional. El desplazamiento de la frágil agricultura de temporal, el narcotráfico y el tráfico de personas, los pequeños y grandes desastres que año con año afectan una u otra localidad incrementando la fragilidad socio ambiental en general; la conflictiva recomposición de las relaciones inter e intraétnicas; el cambio demográfico o la especulación inmobiliaria desenfrenada, son otros temas que valdría la pena explorar con detenimiento. Sin embargo, la regulación de la propiedad, la inversión en infraestructura y la política ambiental, permiten corroborar que:

- 1) La dinámica extractivista y depredatoria que adopta el turismo en los espacios periféricos que van siendo incorporados vertiginosamente al sistema global, ha requerido y requiere aún del apalan-

camiento gubernamental y, por ello, es en parte el resultado de una política de Estado.

2) En su carácter desarrollista, esa política ha pasado por excluir a los actores locales de los beneficios del propio proyecto de “desarrollo” y pugna por transformarlos en servidores de intereses extra-regionales y en clientes de las agencias gubernamentales.

3) El turismo ha descompuesto las viejas relaciones de dominio e interdependencia entre grupos y lugares, instaurando otras nuevas en las que el elemento “ambiental” ha sido convertido decididamente en mercancía y alimenta la narrativa excluyente.

4) Se ha dividido la región y se ha erosionado la red de relaciones socio-productivas (también políticas y culturales) que, sin dejar de ser conflictivas, unificaban el paisaje de la costa con el de la sierra. La playa es un espacio de inversión privada al que la comunidad ha quedado subordinada.

El modelo de desarrollo turístico crea resistencias al orden general que se va estableciendo. Éstas pueden adoptar la forma de lucha abierta por recuperar el espacio, por gestionar servicios o demandar acceso a la infraestructura y a los beneficios que atienden la demanda turística. Experiencias de organización como las cooperativas, o los ordenamientos territoriales comunitarios o las campañas de saneamiento, dan cuenta de que las poblaciones locales – a veces con la ayuda de los propios turistas – buscan capturar, contener y orientar la fuerza potencialmente devastadora del turismo. En general, la lucha se da por la apropiación del turismo y de los recursos que produce y, es preciso tal vez aclararlo, no en contra de la llegada de visitantes o extraños.

Frente a las muchas preguntas que plantea el turismo, en este trabajo se ha buscado hacer un aporte a la respuesta sobre cómo se construyen y sostienen las condiciones para que una actividad que depende en gran medida del entorno biocultural común y compartido, produzca ganancias y cómo se distribuyen los costos. La respuesta ha sido

que la implantación y el crecimiento del turismo se produce mediante la exclusión de gran parte de la población local de los beneficios, y la reorientación violenta de su fuerza de trabajo y sus recursos culturales hacia la atención de visitantes y la producción de un paisaje-mercancía susceptible de ser consumido y al que se le puede extraer ganancia.

Referencias

ALTES, Carmen. *Turismo y desarrollo en México*. Nota sectorial. [s.l.]: Banco Interamericano de Desarrollo, 2008. Disponible en: publications.iadb.org Acceso el 10 dic. 2019.

BIANCHI, Raoul. Towards a new political economy of global tourism. In: SHARPLEY Richard; TELFER David (eds.). *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Channel View Publications, 2002. p. 265-299.

BOEGE, Eckart. *El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia – Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, 2008.

BOTEY, Carlota *et al.* *Historia de la cuestión agraria mexicana*. México, Siglo XXI-CEHAM, 1989.

BUTLER, Richard. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24 (1), 1980, p. 5-12.

CLEAVER, Frances. Moral ecological rationality, institutions and the management of common property resources. *Development and Change*, n. 31, 2000, p. 361-83.

DOMINGUEZ, Juan Carlos. Megaproyectos, infraestructura y los límites de la democracia participativa. *Revista Legislativa de Estudios Sociales y Opinión Pública*, v. 4, n. 7, 2001, p. 33-62.

FERGUSON, James. The anti-politics machine. “Development” and bureaucratic power in Lesotho. *The Ecologist*, 24 (5), 1998, p. 176-81.

GOSSLING, Stephan; HALL, Michael. *Tourism and global environmental*

change: ecological, economic, social and political interrelationships. Londres: Routledge, 2016.

INEGI. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *México en cifras*, Web: www.inegi.org.mx, fecha de acceso 25 mayo 2020.

MADRID, Francisco; CASAR José Ignacio. *Turismo y desarrollo social: nuevas razones de Estado para una política turística*. México, 2018. Disponible en: www.anahuac.mx Acceso: 10 dic. 2019.

MANZANILLA-SCHAFFER, Víctor. *El drama de la tierra en México*. Del siglo XVI al siglo XXI. México: SRA-UNAM-Miguel Angel Porrúa, 2004.

MCKERCHER, Bob; LEW, Alan. Tourist flows and the spatial distribution of tourists. In: LEW, Alan; HALL, Michael; WILLIAMS, Allan (eds.). *A companion to tourism*. Londres: Blackwell Publishing, 2004, p. 36-48.

MOSTAFANEZHAD, Mary *et al.* Introduction. In: MOSTAFANEZHAD, Mary *et al.* (eds.). *Political ecology of tourism. Community, power and environment*. Nueva York: Routledge, 2016. p. 1-21.

OECD. *Estudio de política turística en México*. Resumen ejecutivo, evaluación y recomendaciones. 2006. Disponible en: www.datatur.sectur.gob.mx Acceso: 10 dic. 2019.

OSTROM, Eleanor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PEREZ, Juan. *El nuevo sistema de propiedad agraria en México*. México: Textos y Contextos, 2002.

REINA, Leticia *et al.* *Historia de la cuestión agraria mexicana Estado de Oaxaca*. México: Juan Pablos Editores, Gobierno del estado de Oaxaca, UABJ, Centro de Estudios Históricos del Agrarismo en México, 1998.

RUBIO, Ignacio. *Industrias turísticas y escenarios de desastre asociados al cambio climático en el litoral oaxaqueño*. México: Programa de Investigación en Cambio Climático, UNAM, 2014.

_____. Un destino incierto. Expansión del turismo, daños y riesgos ambientales en la costa de Oaxaca. *Acta Sociológica*, n. 73, 2017, p. 83-122.

_____. Tourism, environmental damage, and climate policy at the coast of Oaxaca, México. In: KLEPP, Silja; CHAVEZ-RODRÍGUEZ, Libertad (eds.). *A critical approach to climate change adaptation*. Discourses, policies and

practices. Londres: Routledge, 2018. p. 97-111.

SMITH, Stephen. The measurement of global tourism: old debates, new consensus, and continuing challenges. In: LEW, Alan; HALL, Michael; WILLIAMS, Allan (eds.). *A companion to tourism*. Londres: Blackwell, 2004. p. 23-35

STONICH, Susan. Political ecology of tourism. *Annals of Tourism Research*, 25, 1998, p. 25-54.

TALLEDOS, Edgar. La imposición de un espacio: de La Cruccecita a Bahías de Huatulco. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 57 (216), 2012, p. 119-42.

URRY, John. *The tourist gaze*. Londres: Sage, 1990.

WILLIAMS, Allan. Toward a political economy of tourism. In: LEW, Alan; HALL, Michael; WILLIAMS, Allan (eds.). *A companion to tourism*. Londres: Blackwell, 2004. p. 61-73.

WOLF, Eric. Ownership and Political Ecology. *Anthropological Quarterly*, 45 (3), 1972, p. 201-5.

WONG, P. P. Environmental impacts of tourism. In: LEW, Alan; HALL, Michael; WILLIAMS, Allan (eds.). *A companion to tourism*. Londres: Blackwell, 2004. p. 450-61.

Resumen:

El turismo destaca como estrategia de desarrollo en el sur global aunque, de acuerdo con sus propios promotores, entre los problemas que plantea están la participación local en sus beneficios y la destrucción ambiental. El objetivo de este trabajo es mostrar que esos problemas no son fortuitos, sino que son resultado, al menos en parte, del carácter excluyente del proyecto de desarrollo turístico impulsado por el Estado. Tomando el caso de la costa del estado de Oaxaca en suroeste de México, se analizan tres mecanismos de exclusión: la intervención en el régimen de propiedad, la creación de infraestructura y la regulación ambiental. Además de confirmar la naturaleza excluyente del modelo turístico, el análisis permite entender la lógica de resistencia/aceptación de las comunidades y sugiere que solo la apropiación local logrará hacer del turismo una verdadera alternativa de desarrollo.

Palabras-clave: Ecología Política del Turismo; Desarrollo; Exclusión Socio Ambiental.

Abstract:

Tourism stands out as a development strategy in the global south. Yet, according to its own promoters, two of its central problems are lack of local participation in its benefits, and environmental destruction. The objective of this piece is to show that those problems are not fortuitous, and that despite its developmentalist overtones, they can be attributed to the touristic project envisaged by the state. Taking the case of a tourist-dominated region of the south of Mexico, three mechanisms of exclusion are analyzed: intervention in the property regime; creation of infrastructure and environmental regulation. In addition to confirming the exclusionary nature of the tourist enclave model, the analysis allows to understand the logic of resistance / acceptance of the communities and suggests that only local appropriation will make tourism a true development alternative.

Keywords: Political Ecology of Tourism; Development; Socio Environmental Exclusion.

Recebido para publicação em 24/01/2020.

Aceito em 28/05/2020.

// Artigos

Ecologia humana e sociabilidade urbana: aproximações sociológicas

Cassio Brancaleone

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7821-3450>

cassiobrancaleone@gmail.com

Ecologia humana e sociabilidade urbana

A cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam.

Robert Park

A tradição teórica e de pesquisa que veio a ser denominada como Ecologia Humana teve seu período crucial de sistematização especialmente entre os anos de 1921 e 1940, tarefa realizada no bojo daquilo que viria a ser conhecido como “Escola Sociológica de Chicago”, através do empenho pioneiro de investigadores sociais como Robert Park, Ernest Burgess e Roderick Mckenzie, entre outros (GRAFMEYER; JOSEPH, 1979; URBAN LIFE, 1983; BECKER, 1996; EUFRASIO,

1999; VALLADARES, 2005).¹

O conjunto de suas contribuições teórico-metodológicas, pelo menos até o fim da segunda Grande Guerra, assumiu caráter referencial na sociologia estadunidense, em particular, e na sociologia urbana em geral, figurando como uma posição verdadeiramente paradigmática. O surto vertiginoso de urbanização pelo qual passou a cidade de Chicago no início do século XX, desencadeado por um processo de crescimento físico e demográfico de proporções inesperadas, expôs à superfície as fragilidades de um tecido social abalado pelas dificuldades de manutenção de um suposto “equilíbrio orgânico”. Os sintomas desse desequilíbrio se justificavam bem em fenômenos que despontavam seguindo o processo de expansão urbana, tais como a criminalidade, a delinquência juvenil, a formação de regiões de vício e prostituição, entre outras ocorrências consideradas “patológicas” (DURKHEIM, 1982). A principal causa dessas manifestações de anomia parecia repousar nos fluxos de imigração que a cidade funcionalmente canalizava. O que contribuía para a justificação de uma posição de Park (1976, p. 50) ao considerar que “o efeito do meio urbano é intensificar todos os efeitos de crises”.

Tal contexto, despertando a atenção de círculos intelectuais, filantrópicos, de opinião pública e de imprensa estadunidenses, dispostos a cerrar fileira para reformar uma sociedade em iminente processo de desorganização social, auxiliou na destinação de esforços e recursos consideráveis para as mãos do departamento de sociolo-

¹Apesar do uso disseminado na Sociologia Urbana de várias categorias ou problemáticas derivadas da Ecologia Humana conformada no interior da Escola Sociológica de Chicago, me interessa nesse artigo recuperar reflexões inauguradas *em partes selecionadas da bibliografia primária* de seus pioneiros autores, bem como comentadores compatíveis com tal tipo de recorte ou perspectiva. Isso justifica a mobilização de uma literatura que, em uma leitura mais “superficial” ou “linear”, possa parecer fatalmente limitada e datada, ou “desatualizada”.

gia da Universidade de Chicago. Os problemas e as “patologias sociais”, enquanto impasses urbanos, legitimaram, por fim, a emergência da cidade como extraordinário laboratório de pesquisas e tornaram-se o substrato a partir do qual a ecologia humana originou-se como campo (sub)disciplinar (SHORT, 1971; BULMER, 1984; SMITH, 1988; KURTZ, 1984; PIERSON, 1970; COULON, 1993).

Embora tendo a Sociologia como abordagem privilegiada, a ecologia humana surgiu a partir da convergência de variados campos do conhecimento, entre eles a geografia, a economia, a antropologia, a psicologia social e a biologia. A inserção da biologia nesta matriz, aliás, é digna de nota não somente pelo seu papel na constituição do núcleo de elementos articulados para justificar certa noção de natureza humana,² mas também pela inspiração que ofereceu através da incorporação de aspectos de modelos morfológicos de explicação, elaborados para a nascente ecologia de plantas e animais (McKENZIE, 1968a; PARK; BURGESS, 1970). O que explica a mobilização de uma importante imagem darwinista por tal perspectiva, a de *trama da vida*, onde a ordem e equilíbrio se realizariam através da competição entre espécies e organismos individuais na luta pela existência.

A releitura da ecologia humana no horizonte deste artigo atende a um interesse particular na medida em que ela disponibiliza uma série rica de *argumentos e hipóteses no esforço de correlacionar disposições comportamentais a certos padrões socioespaciais*, partindo da elaboração de uma dada concepção do ser humano, da interação e da cidade, e os desdobramentos de sua singular interconexão no mundo moderno, tendo como eixo a realização de uma síntese muito fecunda entre alguns dos princípios explicativos encontrados em Tönnies e

²Park levanta curiosos indícios a partir da leitura de J. Arthur Thomson sobre o inverso: como a biologia incorporou premissas oriundas da ciência social e econômica em algumas de suas formulações iniciais (PARK, 1952, p. 146).

Simmel,³ em meio à indubitável influência das ideias de Darwin, Durkheim, Cooley, Thomas e Sumner.

Uma das premissas mais elementares da ecologia humana foi a de considerar a cidade como uma entidade formada por várias partes inter-relacionadas e dotada de dinâmica própria de desenvolvimento e formação, cuja determinação permitiria a abordagem do comportamento de indivíduos e grupos de indivíduos. Curiosamente, a ecologia humana tentou estabelecer algum tipo de intersecção muito particular entre holismo e individualismo metodológico, ainda que tomando, por vezes, posição em favor deste último. Isso porque se ela considerava, por um lado, o comportamento dos indivíduos como a fonte legítima e base para o conhecimento sobre a sociedade, por outro lado buscava a compreensão desse comportamento mediante o diagnóstico e mapeamento da atuação de “forças ambientais”, produto, sem dúvida, do processo de interação entre esses mesmos indivíduos (GOTTDIENER, 1997).

Dessa maneira, as relações espaço-temporais dos seres humanos seriam afetadas pela ação de forças seletivas, distributivas e acomodativas do ambiente (McKENZIE, 1968a, p. 04), em última instância, manifestadas como desenvolvimento de alguma propriedade inscrita na própria condição biopsíquica do homem. Fatores tecnológicos, como o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, também teriam papel importante na composição dessas forças, na medida em que potencializariam os processos de mobilidade e concentração espacial.

³Podemos considerar que a ecologia humana clássica, pelo menos em seu núcleo sociológico constitutivo mais interno, se desenvolveu mediante uma convergência das noções de Tönnies acerca da díade *comunidade* e *sociedade* e do arquétipo de Simmel sobre o homem urbano, certamente aclimatados e reelaborados no interior da ciência social estadunidense.

Pode-se dizer que a ecologia humana perseguia, dessa maneira, estabelecer algum tipo de *marco infraestrutural* para a compreensão e explicação do comportamento humano. No presente artigo tentarei apresentar uma visão geral do *corpus* teórico constitutivo da ecologia humana clássica, desenvolvida no período mencionado no início desta seção, especialmente pelo esforço conjunto e colaborativo de Park, Burgess e McKenzie, pontuando os elementos mais fundamentais que poderiam de alguma forma evidenciar o conjunto de disposições comportamentais que busco assinalar como *sociabilidade urbana* (FRUGOLI JR., 2007).

As formas elementares das relações sociais: natureza humana, interação e grupos sociais

A ecologia humana clássica operava com um entendimento do homem e da natureza humana baseado em premissas extraídas do campo da psicanálise e do darwinismo (PARK, 1976, p. 65), qual seja: o homem tido como animalidade em seu estado primário, contido e domesticado pela sociedade/civilização; o indivíduo como um complexo psicossomático de impulsos e instintos rearticulados e sublimados pela experiência coletiva da vida social (PARK; BURGESS, 1970, p. 60). Dizia Park:

A verdade parece ser que os homens são trazidos ao mundo com todas as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados. A civilização, no interesse do bem-estar comum, requer algumas vezes a repressão, e sempre o controle, dessas disposições naturais. No processo de impor sua disciplina ao indivíduo, ao refazer o indivíduo de acordo com o modelo comunitário aceito, grande parte é completamente reprimida, e uma parte maior encontra uma expressão substituta nas formas socialmente valorizadas ou, pelo menos, inócuas (PARK, 1976, p. 65).

O comportamento humano “bruto”, portanto, se caracterizaria por ser mais impulsivo, simples e direto do que reflexivo, refinado e peregrino. E o motor fundamental do agir humano estaria condicionado às formas socialmente sublimadas e assumidas por um princípio biótico imanente:⁴ *a luta pela existência*.

A diferença primordial dos homens para os demais animais seria que os primeiros viveriam um mundo de ideias para além da realidade física imediata. Participariam, portanto, de uma ordem moral soerguida a uma ordem ecológica, estando a vida humana, pelo menos, muito além da mera existência biológica. Seguindo Cooley (1964), Park demonstrava ter uma posição ambígua, na qual toda a natureza humana seria produto da vida social, ao tempo que se consumiria enquanto tal através da realização de quatro “desejos humanos” fundamentais: o desejo de segurança, de reconhecimento, de afeição e de novas experiências (PARK 1952, p. 69).

Nessa perspectiva, a vida social se desenvolveria a partir da interação de unidades interdependentes – os indivíduos, e a comunicação seria o meio pelo qual a sociedade se constituiria enquanto forma. Aliás, *competição* e *comunicação* aparecem muitas vezes para a ecologia humana como dimensões bióticas dos processos de *luta/segregação* e de *cooperação/consenso*, respectivamente. No interior das hipóteses ecológicas de mudança social, existe um movimento mais ou menos linear de desenvolvimento das transformações ocorridas no interior de um ordenamento social, com passagem por fases de desorganização, funcionalmente necessárias, para fases de reajustes e integração. Na

⁴Apesar de essa perspectiva estar nitidamente baseada numa concepção antropológica embebida em uma leitura do darwinismo, esse pressuposto também chega a ser em grande medida, por sua vez, solidário à visão de homem imanente à economia neoclássica (GRAFMEYER; JOSEPH, 1979, p. 27; GOTTDIENER, 1997, p. 39).

esteira de Spencer e Durkheim, o entendimento predominante na ecologia é de que o processo de competição acentuado com o crescimento populacional (ou com a densidade populacional) desencadearia a divisão do trabalho e a acentuação da especialização, que por sua vez induziria a novas formas de cooperação, culminando em outras formas de equilíbrio social, consolidando novos arranjos de solidariedade e a eficácia integradora da ordem moral.

A ecologia humana clássica considerava a possibilidade de quatro grandes tipos de interação humana: a *competição*, o *conflito*, a *acomodação* e a *assimilação*. A competição figuraria como o mais fundamental, elementar e universal dos modos de interação, e nela parece residir a chave mestra para o entendimento da empreitada teórica da ecologia humana.

A competição teria origem direta no princípio vital de luta pela existência. Ela, desse modo, organizaria a distribuição e a ecologia da vida social. À organização competitiva se impõe uma ordem moral e política, produto do conflito (tido como oposição e antagonismo consciente e organizado), da acomodação (com a aceitação de papéis e posições na estrutura social) e da assimilação (operando mudanças radicais na dimensão da personalidade). Com a restrição da competição por uma ordem moral, denominada por Park como cooperação competitiva para enfatizar a consolidação de arranjos de solidariedade social, a luta pela existência se converteria em luta por sustento e *status*.

De acordo com a leitura de Eufrásio, a competição seria quase sempre luta sem contato e inconsciente, assumindo essencialmente uma conotação *sub-social*, configurada no embate por posição numa ordem econômica. Assim:

os aspectos das relações humanas que não envolvem estímulo e res-

posta mentais ou conscientes diretos, e em especial a comunicação simbólica entre os agentes, são tidos como aspectos sub-sociais [...] os homens e as instituições de uma área se integram num organismo comunal sub-social como resultado de processos competitivos individuais, pelos quais cada unidade individual encontra uma ocupação ou nicho funcional e uma posição espacial que a habilita a desempenhar um papel no interior da área funcional e espacialmente organizada (EUFRASIO, 1999, p. 100-101).

Segundo a ecologia humana, os processos interativos originam organização social, apesar da impossibilidade empírica de pensá-los em separado e em uma relação unilateral e causal. Isso porque, se o gênero humano pode ser considerado por excelência como gregário, só faz sentido falar de interação no interior de arranjos socioculturais (GEERTZ, 1978). Mas Park e Burgess pensavam sincrônica e analiticamente a organização de grupos a partir da resposta que os seres humanos precisariam dar a certas necessidades ou resolução de problemas segundo três ordens: administrativa/organizacional, legislativa/normativa e a relação ser humano-natureza. Estes três eixos cruzados seriam a base motivacional e funcional da edificação dos agregados humanos em grupos sociais. Tais grupos foram por eles classificados nos seguintes termos: "a) família; b) grupos linguísticos ou raciais; c) comunidades locais e territoriais (vizinhanças); d) grupos de conflitos (nacionalidades, partidos, seitas, gangues); e) e grupos de acomodação (classes, castas, grupos vocacionais)" (PARK; BURGESS, 1970, p. 50).

Comunidade e sociedade segundo a ecologia humana

As categorias de *comunidade* e *sociedade* desempenham um papel fundamental no esteio teórico da ecologia humana. O conceito de co-

munidade, em grande medida revestido de um aspecto biológico, se relaciona de modo imbricado, e por vezes contraditório, com o constructo dicotômico clássico estabelecido pela sociologia de Tönnies (1942; 1947). Isso porque, se por um lado as categorias de comunidade e sociedade podem ser utilizadas como elaborações conceituais ideais para o mapeamento do comportamento humano em seu nível morfológico e espacial, unidas ou separadas temporalmente, elas igualmente traduzem, em alguma medida, certos móveis bióticos que orientam a constituição dos padrões interativos que animam as formações sociais.

Logo, em uma primeira perspectiva ecológica, de registro mais biologizado, poderíamos dizer que a *competição* está para a comunidade assim como o *conflito* está para sociedade. A comunidade seria a manifestação da vida grupal numa *dimensão profundamente orgânica*, primária, e basicamente territorializada, dos grupos sociais considerados do ponto de vista geográfico. Comunidade aqui é entendida como *habitat*. A ideia de *habitat* carrega uma hipótese capital: a convivência de formas de vida em um mesmo espaço desencadearia processos de inter-relação e interdependência. Enquanto população territorialmente organizada, enraizada em um solo ocupado e composta por unidades individuais vivendo em relação de mútua interdependência (diriam os ecologistas: simbiose), tal qual um complexo organismo social, a comunidade utiliza o mecanismo da competição para regular o número de seus membros e preservar seu equilíbrio, situando os indivíduos na coletividade, compondo desse modo a estrutura de posição e localização socioespacial (PARK, 1952, p. 148).

Já a sociedade, segundo esse mesmo ponto de vista, só seria possível com o declínio da competição enquanto móvel biótico predominante e com a assunção de formas *sublimadas da luta pela existência*.

Assim ela se organizaria a partir de duas dimensões: a biótica e a cultural (ou moral) (PARK, 1952, p. 157). A sociedade, portanto, se aproximaria de uma noção sociológica e psicanalítica de civilização: a *organização de formas de (auto) controle* (ELIAS, 1993). Sua função seria integrar, regular e dirigir as energias dos indivíduos que a compõem, erigindo uma superestrutura cultural sobre uma infraestrutura biótica. A competição na sociedade assume o caráter de conflito, forma velada e autoconsciente de luta regulada em uma estrutura social por posição de *status*, superioridade e subordinação. A cooperação (ou cooperação competitiva, como preferia Park), seria um móbil atuante sob um ordenamento moral erigido com a emergência de indivíduos socialmente heterogêneos e o correlato desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Sob uma segunda perspectiva ecológica, nesse caso em um registro mais afinado com o esquema de Tönnies, a comunidade incorporaria, com menos intensidade, suas nuances bióticas e se manifestaria principalmente como *vida social local*, como *sociedade no espaço*, onde seria possível o cultivo de vida íntima e comum, o desenvolvimento pleno da simpatia e da identificação mútua, mediados por aquilo que Cooley (1956) chamava de contatos primários, baseados na relação direta, não instrumental, face a face, imediata, e animados pela ordenação de um sentimento do todo.

A sociedade, como termo *mais abstrato e inclusivo*, seria formada por uma diversidade de grupos sociais que dela conteriam certos elementos, calcados em relações secundárias em que a distância e a mobilidade, os papéis múltiplos representados pelos agentes, a impessoalidade, a racionalidade e o dinheiro criariam uma série interminável de mediações, liberando os sujeitos de qualquer envolvimento direto, afetivo, exclusivista ou necessário para a realização do processo inte-

rativo.

A comunidade seria regida por um caráter vital cíclico, passível de reprodução essencialmente através de sua ordem moral. Nesse sentido, toda comunidade seria uma sociedade, mas nem toda sociedade uma comunidade. As duas perspectivas, no entanto, aparecem quase sempre interconectadas nos textos de Park, Burgess e McKenzie.

E a cidade, apesar de ser referida de modo genérico como comunidade urbana, na maioria das vezes, assume o signo de sociedade presente nestas duas perspectivas, ou seja, a) de uma *constelação ecológica* onde diversas comunidades se organizam no seu interior; e b) de *ordem/dinâmica civilizatória*.

A formação do meio ambiente urbano: mobilidade, áreas naturais e região moral

Park gostava de expor que a cidade não era só uma soma da estrutura física e das instituições que nela se encontravam, mas essencialmente “um estado de espírito, um corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes” (PARK, 1976, p. 26). Como obra da natureza humana, a cidade se realizava ao mesmo tempo como artefato psicofísico e complexo cultural. Embora a forma material da cidade fosse produto da concretização, em alguma medida, das necessidades dos habitantes colocadas em movimento pelo motor biótico da competição, por sua vez, o próprio ambiente ecológico construído pela relação entre os indivíduos possuiria o poder de exercer condicionamentos sobre todas as atividades humanas, na medida em que atuaria como força atrativa ou repulsiva através de suas regiões internas diferenciadas.

A cidade moderna seria produto fundamentalmente do comércio e do mercado, advogavam os primeiros ecologistas, aprofundando uma

linha de raciocínio presente em Tönnies, Simmel, e consolidada pela análise weberiana. No entanto, a cidade moderna seria também o instrumento condutor que difundiria as potências civilizatórias⁵ do Ocidente, levando o racionalismo e os conteúdos do modo de vida moderno às suas máximas consequências e aos mais distantes pontos do globo. Como manifestação mais expressiva do artifício, reteria a cidade o cerne do projeto humano de *controlar as condições de produção e reprodução da natureza externa* (o mundo) e *interna* (o próprio ser humano) (PARK, 1952, p. 75).

A cidade moderna, ao abrigar, proteger e estimular o livre mercado concorrencial e a divisão social do trabalho teria jogado papel imprescindível no processo de individuação (POLANYI, 2000). Mas as grandes cidades, em geral, incapazes de promover a reprodução de seu agregado populacional para atender sua dinâmica interna, atuam como força gravitacional, atraindo e concentrando contingentes de imigrantes. Desse modo, a cidade propiciaria condições que inviabilizariam a existência de um contingente étnico-racial e cultural puro (PARK 1952, p. 140) e teria impulsionado a modificação da antiga organização social e econômica da sociedade, fundamentada em laços familiares, tradições e castas para outra estrutura baseada nos interesses ocupacionais e vocacionais (PARK, 1976, p. 37).

As grandes contribuições civilizatórias da cidade, asseverava Park (1952, p. 140-141), teriam sido: *a*) reunir e concentrar indivíduos de diferentes origens, estimulando uma visão de mundo cosmopolita; *b*) corroer a rigidez de castas, diferenças raciais, costumes e tradições, subordinando tudo ao exercício das capacidades individuais, pelo princí-

⁵Civilização entendida aqui como imperativo universalizante, potência de irradiação e difusão de estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, minando ou ultrapassando tudo o que seria particularidade e singularidade autorreferenciadas (ELIAS, 1993).

pio da eficiência econômica; c) promover as condições mais propícias para a divisão do trabalho e a especialização, nivelando os indivíduos; d) possibilitar a criação de traços culturais comuns como parte de uma cultura internacionalizada.⁶

Para a cidade moderna estariam abertas duas possibilidades de crescimento e desenvolvimento: a natalidade e a migração. Em geral se explica o crescimento urbano pela conjugação dos dois fatores. Mas as grandes cidades tiveram, em quase todos os casos, sua forma de recrutamento demográfico pela imigração do campo e das pequenas cidades, e muitas vezes cruzando fronteiras nacionais. Uma característica indubitável de processos de crescimento populacional urbano via imigração é a ocorrência de mudanças em um nível acelerado e profundo. Mudanças entendidas, não totalmente sem razão, como desorganização social. O crescimento, ou expansão urbana, induziria a diferenciação interna, tanto ambiental quanto populacional, produzindo variadas formas de segregação. Os movimentos internos de segregação urbana levaram à formação daquilo que Park denominava por *áreas e grupos naturais*.

Cada área típica da cidade conteria uma seleção característica da população de uma comunidade como um todo. Em grandes cidades as divergências de maneiras, estilos e modos de vida tenderiam a se organizar e agrupar em ambientes específicos:

As diferenças em grupos etários e de sexo, talvez os índices mais significativos da vida social, são notavelmente divergentes para diferentes áreas naturais. Existem regiões da cidade em que quase não há crianças, áreas ocupadas por hotéis residenciais, por exem-

⁶Tal tipo de caracterização da cidade, presente na ecologia humana, fomenta as justificativas de posições como as de Castells na defesa da inexistência de uma cultura propriamente urbana, cujo teor não ultrapassa uma recomposição discursiva e ideológica de elementos inerentes ao modo de produção capitalista (CASTELLS, 2000, p. 127).

plo. Há regiões onde o número de crianças é relativamente alto: nas favelas, nos subúrbios residenciais de classe média, nos quais os recém-casados costumam inaugurar seus primeiros apartamentos após a lua de mel. Há outras áreas ocupadas quase inteiramente por jovens solteiros, rapazes e moças estudantes. Há regiões onde as pessoas quase nunca votam, exceto nas eleições nacionais; regiões onde a taxa de divórcio é maior do que para qualquer estado da União; e outras regiões na mesma cidade onde quase não há divórcios. Existem áreas infestadas por gangues juvenis e clubes atléticos e políticos nos quais os membros dessas gangues ou gangues se formam. Existem regiões em que a taxa de suicídio é excessiva; regiões em que há, como registrado pelas estatísticas, uma quantidade excessiva de delinquência juvenil; e outras regiões em que não há quase nenhuma. (PARK, 1952, p. 172).

A adjetivação de “natural” foi adicionada a essas regiões por Park pelo fato de elas tomarem existência sem qualquer intenção planejada dos agentes (seja os que nela habitam ou não), e serem fruto predominante da atuação das forças de segregação e concentração que sustentam a dinâmica interna da cidade, assumindo uma função e uma morfologia típica, tendo um papel específico na estrutura urbana como um todo. A cidade se constitui assim, em um universo de áreas naturais, onde cada indivíduo e grupo encontrariam nela o lugar onde podem, ou o lugar onde devem viver.

Para a ecologia humana, pois, a distribuição da população determinaria a natureza do lugar, do grupo que ocupa o lugar e da relação entre ambos. Toda área natural assumiria também um caráter cultural típico, ainda que não necessariamente com populações homogêneas: outro atributo característico da vida urbana é que a proximidade física seria acompanhada de verdadeiros abismos sociais, devido à relação de simbiose que interligaria determinadas pessoas unicamente pelas funções que exercem na disposição e organização mais ampla da cidade.

A organização do ambiente urbano se assentaria também na constituição de um circuito socioespacial que permitiria extremas possibilidades de mobilidade aos indivíduos. Mobilidade entendida mais como mudança do que movimento, ou seja, como reação a novas experiências, estímulos e situações, podendo ser tanto “horizontal” (no espaço) quanto “vertical” (na estrutura ocupacional). Burgess considerava a mobilidade como o “pulso” de uma comunidade, estabelecendo dois critérios para medir o estado de mutabilidade dos indivíduos na cidade: o número e a espécie de contatos/estímulos provenientes do meio (BURGESS, 1925: p. 58-59).

Muito interessante é a relação que Park estabelecia entre mobilidade e desenvolvimento intelectual, estimulado pelos resultados da pesquisa de Nels Anderson sobre os “vagabundos”, andarilhos, sem tetos e outros indivíduos sem lar (ANDERSON, 1998). Sustentando a tese de que a mente é um incidente da locomoção (PARK, 1952, p. 92), apresentou instigantes considerações sobre o intelectualismo tipicamente atribuído aos judeus, correlacionando-as com sua condição de povo em diáspora. Suas conclusões parecem caminhar no sentido de uma brilhante síntese das reflexões de Simmel sobre o estrangeiro (SIMMEL, 1983) e o aventureiro (SIMMEL, 1971) como tipos sociais modernos.

Inspirados em Simmel, para os pioneiros da Escola de Chicago, o ritmo da vida urbana e moderna teria estimulado em muitos indivíduos um forte sentimento de insatisfação e frustração, particularmente frente ao tipo de domínio que as frações de tempo e o dinheiro passam a exercer no campo da sociabilidade. Por outro lado, alguns espíritos inquietos encontrariam nas potencialidades de liberação individual desse mesmo modo de vida assim regulado, através das possibilidades de mobilidade social e espacial, elementos para vivenciar

experiências alternativas e marginais (SIMMEL, 1983). Park acreditava que indivíduos em busca de excitação encontrariam na cidade moderna condições favoráveis para o desenvolvimento de formas de temperamento baseadas no que denominava por “impulso romântico”, de modo a encontrar ou mesmo produzir brechas para escapar da realidade:

É o impulso romântico, o desejo de escapar da rotina monótona da vida em casa e na comunidade local, que nos leva ao exterior em busca de aventura. Essa busca romântica, que encontra uma expressão afrontosa nas pistas de dança e nos salões de jazz, é característica de quase todas as outras expressões da vida moderna. Revolução política e reforma social são muitas vezes, também, expressões desse mesmo impulso romântico. Milenarismos religiosos e buscas missionárias, especialmente quando ensejam as “fronteiras intocadas”, seriam manifestações desse mesmo desejo de escapar da realidade (PARK, 1952, p. 68).

Fica claro que o vagabundo a que Park se refere aqui, ainda que possa partilhar de uma condição de marginalidade derivada da privação material e da pobreza, não necessariamente, ou mesmo raramente, seria um produto destas condições de vida adversas. Esse vagabundo, mais uma vez em chave simmeliana, seria o individualista, o hedonista, o artista, o boêmio, ou mesmo o revolucionário de grupos radicais que não quer se enquadrar no ritmo de vida convencional, e encontraria em formas de trabalho sazonal, na herança, ou mesmo na solidariedade de amigos e companheiros de causa as chances concretas de levar uma vida nômade e itinerante. O vagabundo poderia *ser vazio de vocação, mas nunca de experiências*. Como um desenraizado, seria um homem de fronteira, um *flâuner*, que não tem destino e nunca chega (SIMMEL, 2005). Pode muitas vezes ser produto dos vícios ou de uma vida desregrada, mas o seria, em determinados casos, por algum grau de opção.

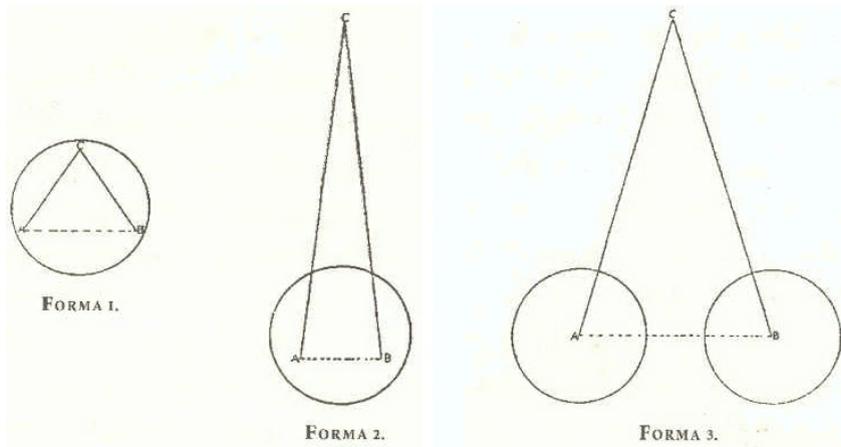
Essa emergência do *temperamento romântico* seria um fenômeno típico das cidades modernas. Um exemplo de vagabundo com grande visibilidade social, citado por Park, foi o poeta Walt Whitman. Pensando na geração *beatnik*, quase três décadas depois da publicação do livro de Anderson, o clima efervescente das grandes cidades estadunidenses demonstra o quanto a magistral obra de Jack Kerouac, *On the road*, não parece nem um pouco gratuita.

Outro ponto revelador da sociabilidade nas grandes cidades seria que nelas a vida se passaria, sobretudo, como num grande hotel: as pessoas são tidas como estranhas a despeito de muitas vezes residirem lado a lado. A relação entre estranhos se equilibraria em uma linha tênue que ora conduz à hostilidade e ao medo, ora ao conflito e à violência.

A intensa mobilidade produziria nas grandes cidades um equilíbrio instável, uma condição de crise anômica permanente (BURGESS, 1925, p. 58). As investigações acerca do que os ecologistas consideravam comportamento desviante, do criminoso ao viciado, como já destacado, levam fundamentalmente ao poder desorganizador que a mobilidade, particularmente aquela instaurada em processos de intensa imigração, exerceria nas cidades. Isso também alteraria profundamente a estrutura familiar: se no campo as crianças são tidas como vantagem, na cidade pesam como responsabilidade.

Burgess apresentou um exemplo muito significativo sobre estas condições que possibilitam o comportamento desviante na cidade, baseado na ideia de diluição do poder de controle dos grupos primários, através da teoria do *triângulo da promiscuidade*.⁷

⁷Este exemplo de “desvio moral” pode soar ridículo aos nossos olhos, mas assinala de modo patente o espírito moral dos EUA da década de 1920. O esquema foi baseado em pesquisa sobre “delinquência” entre moças, realizado por Evelyn Buchan, aluna de Burgess (BURGESS, 1925, p. 152-153).



Esquema 1: O triângulo da promiscuidade.

Fonte: Eufrásio (1999).

Nesse caso, parte da ideia de que se dois jovens, que se conhecessem num contexto em que ambos pertencessem ao mesmo círculo primário (provavelmente camponeses ou moradores de vilas), portanto já submetidos a esquemas de controle e vigilância permanente, realizassem intercurso sexual fora do matrimônio (um exemplo de “ato social desviante”), seriam eventualmente alvo de intensa repressão física e moral. Os vértices da primeira figura acima (*forma 1*), o *triângulo da vizinhança*, representariam a casa do rapaz (a), a casa da moça (b) e o lugar da realização do ato moral desviante (c), todos eles inseridos dentro do mesmo círculo de convivência.

Numa outra suposta situação ligeiramente modificada, ainda existiria o controle social exercido pelos grupos primários (vértices [a] e [b] dentro do círculo), mas considerando que os jovens se encontrariam em meio de fácil acesso a territórios de grupos sociais distintos dos seus de origem, poderiam escapar momentaneamente das formas de controle, o que estaria representado no *triângulo da mobilidade*, segunda figura acima (*forma 2*), através de um de seus vértices que

escaparia do círculo (c).

Aumentariam, ainda mais, as chances de se esquivar do controle e realizar o “ato desviante” quando os jovens fossem oriundos de grupos primários distintos, o que estaria representado acima pela diferente posição ocupada pelos vértices do triângulo (a), (b) e (c), circunstância que possibilitaria algo como o desenvolvimento de formas de intimidade em um primeiro encontro casual: na terceira figura acima (*forma 3*), o que ficou conhecido propriamente como *triângulo da promiscuidade*.

Novamente, é visível o paralelismo com a teoria dos círculos sociais de Simmel (BRANCALEONE, 2007), como configurações interativas que, em determinadas escalas e condições, ampliam o poder de alcance dos processos de individuação em sua tensão com as forças das tradições e das regras morais predominantes.

Ainda pontuando os efeitos da mobilidade no meio ambiente urbano, teríamos mais uma premissa importante: a cidade grande “tende” a premiar a excentricidade. Ela oferece condições para o florescimento de um clima moral favorável ao desenvolvimento das mais diferentes peculiaridades e temperamentos individuais. O espaço metropolitano também disponibilizaria um repertório com fragmentos de diferentes esferas culturais que colocaria em contato e em relação, em algumas circunstâncias alçando o sujeito a condição valorativa de demiurgo de si, ou seja, de artífice do seu processo sociopsíquico de configuração identitária. De modo que faz sentido pensar que:

[...] os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outra forma amplamente se-

parados. Tudo isso tende a dar à vida citadina um caráter superficial e adventício; tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes. Introduce, ao mesmo tempo, um elemento de acaso e aventura que se acrescenta ao estímulo da vida citadina e lhe confere uma atração especial para nervos jovens e frescos (PARK; BURGESS, 1925, p. 62).

A cidade tende a “disponibilizar” determinadas áreas onde certos tipos de comportamento, incluindo o de tipo não convencional, seja de “vício”, “desvio” ou simplesmente aquele que opera em códigos morais minoritários ou divergentes, podem se expressar sem vigilância ou sob menor risco de punição. Park se referia a estes lugares através do conceito de *região moral*. Ele partia da ideia de que indivíduos que realizam determinados tipos de práticas convergentes (por exemplo, que buscam a mesma forma de diversão) se encontrariam nos mesmos lugares. A “segregação espontânea” ocorreria não somente segundo interesses ocupacionais e econômicos, mas também segundo a afinidade de gostos e temperamentos.

Alguns territórios poderiam assumir caráter de região moral, como zonas de solidariedade, vício, prazer, diversão etc., porém, esses espaços raramente se organizariam como local de domicílios. Mais propriamente como espaço de encontro e reunião, uma região moral seria basicamente um ambiente relativamente isolado ou sobrepósito (no tempo ou no espaço) onde os impulsos, paixões ou ideais vagos e reprimidos se emancipariam da ordem moral dominante (PARK, 1976, p. 64). A existência de uma região moral estaria intrinsecamente ligada às restrições da vida social, agrupando esforços de indivíduos e grupos que procurariam contornar as formas de sublimação instintiva ou vivências morais socialmente aceitas. Podem ser entendidos, também, como territórios destinados às experiências modernas de *catarse*. Em geral se materializam como territórios de

vida boêmia, sejam submundos ou zonas proibidas, ainda que não necessariamente de caráter anormal e criminoso.⁸

A vizinhança como unidade de análise e instrumento de correção moral

A vizinhança foi considerada pelos ecologistas a forma mais simples e elementar de associação da vida citadina, e uma das mais antigas instituições sociais (McKENZIE, 1968a, p. 73). McKenzie, por exemplo, defendia que o hábito de formação de grupos carregava qualquer coisa de herança biológica. Entre os povos nômades, sua concretização mais imediata foi a formação do grupo de parentesco. Foram os sedentários que fundaram a vizinhança, constituindo as primeiras comunidades de vila. A cidade por sua vez, enquanto modo de assentamento humano, também tenderia a produzir vizinhanças, com suas próprias peculiaridades (McKENZIE, 1968b, p. 63).

Como já dito anteriormente, uma premissa importante de Tönnies incorporada pela ecologia humana seria a de que, em determinadas circunstâncias, a proximidade física produziria ou potencializaria a inter-relação e a interdependência, a intimidade de associação e a comunidade de sentimentos. Em sociedades de pouca mobilidade, tal hipótese é fortemente verossímil. Haveria uma conexão “virtuosa” entre lugar, história e sentimentos.

Do ponto de vista da sociabilidade, a vizinhança, como comunidade local, representaria os círculos de referência e interação primá-

⁸Como Durkheim, Park sustentava a compreensão de que criminosos, gênios e excêntricos são igualmente objeto de repressão pela ordem moral dominante, e a emergência destes tipos sociais é extremamente sensível ao enfraquecimento dos mecanismos de controle social. O criminoso e o visionário, enfim, podem ser facetas de uma mesma moeda (DURKHEIM, 1982).

rios, e a constituição e desenvolvimento da personalidade dos agentes, seus valores e temperamento estariam visceralmente presos a esse círculo. Em outras palavras, a vizinhança seria uma poderosa instituição de controle social. Por outro lado, manifestações de solidariedade espontânea e irrefletida, lealdade, bondade e autossacrifício seriam tipicamente relacionadas a essas comunidades. Aliás, parece haver um confronto entre dois tipos de julgamentos antagônicos na descrição e explicação das vizinhanças e comunidades locais: por um lado o extremo grau de controle sobre a personalidade; de outro as mais interessantes possibilidades de envolvimento afetivo de tipo altruístico. McKenzie, como também os demais membros da primeira geração da Escola de Chicago, parece tomar partido dessa última visão, certamente mais idealizada da comunidade, prescrevendo inclusive o papel revitalizador que poderia a vizinhança em um centro urbano exercer contra a ação desorganizadora do individualismo.⁹

McKenzie, através do estudo de algumas comunidades locais na cidade estadunidense de Columbus, formulou uma tipologia da vizinhança para as cidades modernas, a partir dos seguintes elementos: *a)* o sentimento de vizinhança é mais facilmente engendrado quando a base da convivência física é suficientemente unitária, contrastando em relação ao resto da sociedade (como uma estrutura polarizada *nós x eles*); *b)* o sentimento de vizinhança é mais forte onde existe homogeneidade e estabilidade da população acompanhado de alto índice de moradores com casa própria; *c)* as dificuldades de manutenção do interesse comunitário em projetos locais variam diretamente com a extensão do território e o número de famílias incluídas; *d)* as experiências de organização de vizinhanças demonstram que o interesse

⁹Segundo Park, os *sentimentos* e a afetividade alimentam, sobretudo, posições conservadoras sobre a vida social e moral, enquanto o *interesse* teria muito maior afinidade com os processos de mudança (PARK, 1976, p. 40).

local tem sido mais ou menos artificialmente sustentado pelo trabalho árduo de poucos moradores enérgicos (McKENZIE, 1968b, p. 92).

Preocupado com os processos de desorganização social promovidos pelo vertiginoso movimento de urbanização, McKenzie justificava a necessidade de entender a dinâmica vital de formação e dissolução das vizinhanças como método de “terapia social”, e estimular as ações do poder público e das associações cívicas e filantrópicas no sentido de incrementar sua vitalidade. O grande problema seria que as grandes cidades não ofereceriam condições muito favoráveis para a vivência comunitária de vizinhança. A mobilidade, nesse caso, expressa também no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, permitiria que os indivíduos cultivassem círculos de sociabilidade para muito além da proximidade residencial, estruturados ainda em outras fontes de convergência que não a “comunidade de lugar”, como diria Tönnies. McKenzie avaliava que tal fenômeno seria igualmente problemático para a institucionalidade política, dado que baseada na qualificação residencial, prevendo as crescentes dificuldades de manutenção de formas eficazes de controle eleitoral sobre os agentes governamentais.

O modelo clássico da estrutura urbana e a cidade radial

É notável a contribuição de Burgess ao unificar, em 1922, as reflexões de Park sobre a ecologia da cidade e a teoria da estrutura urbana de McKenzie em um modelo espacializado, culminando em uma representação radial da cidade que sintetizasse essas proposições. Basta assinalar o curioso fato de que o menos ecologista dos três sociólogos conseguiu alçar esse modelo teórico à posição de marco da ecologia

humana clássica.

Tal concepção traduziu o desenvolvimento urbano como alavancado por movimentos de expansão realizados através de zonas radiais que orbitavam ao redor de um núcleo central, sob o impulso de forças de centralização, de descentralização, de atração e de segregação. A ação dessas forças configuraria padrões físicos que orientariam os processos de mudança, na perspectiva ecológica, resultado do movimento de populações e objetos no território e do movimento dos indivíduos na localização ocupacional (PARK, 1952, p. 158). Os fatores da mudança social, como destacado anteriormente, repousariam no processo de crescimento populacional, da divisão do trabalho e do desenvolvimento de tecnologias. No entanto, a concepção da expansão urbana é funcionalista na medida em que encara a mudança como necessariamente solidária aos mecanismos de ajuste social.

Park caminhou na direção de uma teoria geral da mudança social privilegiando a comunidade urbana como unidade de investigação, e a mobilidade como índice de mudança social (basicamente entendendo a migração e o comércio como fatores de mobilidade). Nesse aspecto descobriu haver uma intensa relação entre o valor da terra e a circulação de pessoas, configurando tal conexão em um dos mais sensíveis índices de mobilidade (BURGESS, 1925, p. 61). A forma física da cidade seria essencialmente produzida pela ação dos empreendimentos privados, e as mudanças na dinâmica econômica mudariam a organização do espaço, que por sua vez atuaria nos movimentos de distribuição da população, acompanhado pela mudança nos hábitos, sentimentos e caráter. Assim, poder-se-ia estabelecer uma espécie de “lei geral”: o aumento da população de uma parte qualquer da cidade afetaria todo o conjunto urbano de modo possível de ser apreendido e mensurado.

Os ecologistas se esforçaram para reunir informações suficientes sobre a dinâmica urbana visando apontar as características morfológicas que seriam típicas das metrópoles. A grande cidade, nessa perspectiva organicista, animada pela existência de forças econômicas e culturais latentes, se configuraria internamente por um conjunto de regiões diferenciadas e integradas funcionalmente ao conjunto de um espaço contíguo. Desse modo, tomou corpo a *teoria das zonas* e a noção de *cidade radial*, ou *concêntrica* (McKENZIE, 1968a, p. 55-56).

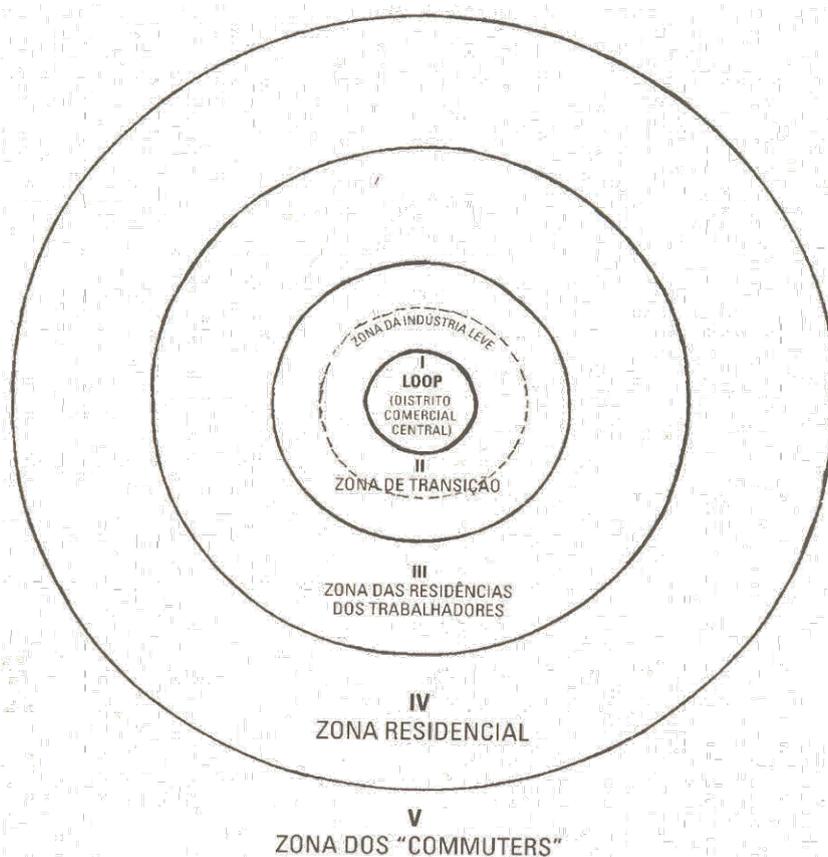
O movimento de expansão da área metropolitana se realizaria através da formação de áreas mais ou menos moduladas em círculos concêntricos, cujas formas seriam resultado de movimentos de extensão, sucessão, concentração e desconcentração (BURGESS, 1925, p. 52). E o processo de expansão poderia ser estudado não apenas do ponto de vista físico, mas também pelos seus desdobramentos em modificações na organização social e nos tipos de personalidade e temperamento promovidos.

Burgess foi o grande responsável pela sistematização da teoria das zonas tal qual a conhecemos hoje, com sua versão “cartográfica”. Certamente seu modelo foi erigido à luz da experiência acerca das manifestações morfológicas da vida moderna urbana estadunidense. Ele mesmo advertia seus leitores do seu objetivo maior: a elaboração de um tipo ideal para tornar inteligíveis os processos intrínsecos da dinâmica e da vida urbana.

A cidade cresceria pelo processo de subdivisão, e subdivisão que instauraria arranjos mais complexos e especializados. Este crescimento, como o processo anabólico e catabólico de um metabolismo, explicaria a luta entre forças de organização e desorganização. Aliás, a concepção da desorganização como funcional ao processo de desenvolvimento e expansão da cidade na maioria das vezes se justificou em

termos biológicos. Assim, a desorganização seria sadia até um certo limite, pois a irrefreável mobilidade que a cidade tende a estimular produziria áreas de deterioração, promiscuidade e vício, quebrando o poder de controle dos grupos primários.

O modelo da cidade radial constituía-se de uma série de círculos ou de faixas concêntricas, na seguinte disposição (como na figura logo abaixo): uma *zona I*, a mais interna, situando o distrito comercial central e o lugar de gravitação da vida econômica, política e cultural do assentamento urbano. Uma região seguida ao centro, a *zona II*, área considerada como de transição, organizada em torno do comércio atacadista e de formas de indústria leve, se configurando como área de deterioração e de *slum* (*favela/cortiços*), pois dinamizada normalmente pela “invasão” de imigrantes em busca de moradias baratas. Ulteriormente situaria outra área, a *zona III*, esta área residencial habitada por assalariados que desejariam viver mais próximo ao acesso dos locais de trabalho. Logo depois outra região, a *zona IV*, área residencial de prédios de classe alta e média. E por fim uma última região, a *zona V*, denominadas dos *commuters*, constituindo-se nos subúrbios ou cidades satélites de casas inspiradas em motivos campestres, onde residiriam as famílias mais estáveis economicamente e que possuísem automóvel (áreas normalmente distando de 30 a 60 minutos do centro).



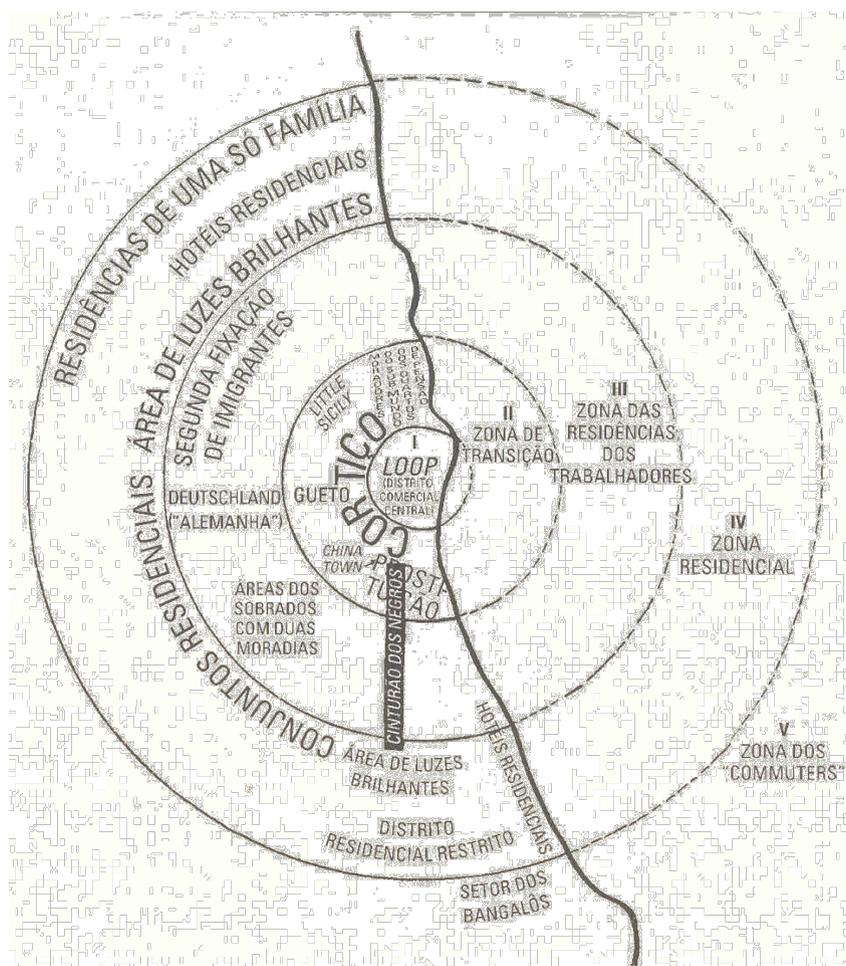
Esquema 2: O modelo da cidade radial

Fonte: Eufrásio (1999).

Dentro de cada zona poderiam se constituir comunidades de vizinhança. As zonas seriam propriamente as áreas naturais a que se referia Park, e algumas áreas poderiam se organizar enquanto região moral, como, por exemplo, as áreas de tipo de transição (como a *zona II*), ocupada nesse caso preferencialmente por jovens solteiros, imigrantes recém-chegados, grupos étnicos, radicais e boêmios.

O modelo da cidade radial e concêntrica ficou famoso e se transformou em referência importante da ecologia humana mediante a sua

aplicação à cidade de Chicago. Abaixo segue a ilustração das zonas concêntricas no estudo dessa cidade:



Esquema 3: A representação de Chicago a partir da cidade radial

Fonte: Eufrásio (1999).

Burgess em 1929, mediante as críticas mobilizadas contra seu esquema, propôs alguns acréscimos, sofisticando sua proposta, aumentando o número de zonas delimitadas (tendo em vista assim a ideia de região metropolitana) e revendo atuação de algumas das forças de

mobilidade em uma perspectiva menos ecológica.

No entanto, provavelmente o aspecto mais importante do esforço de Burgess, a despeito de todas as críticas que se avolumaram ao modelo da cidade radial e concêntrica, principalmente aquelas que focavam a natureza dos móveis interativos e das forças de segregação presentes no processo de organização da estrutura urbana, sem dúvida, parece ter sido a realização de uma construção teórico-metodológica, operatória das premissas mais substantivas da perspectiva ecológica, materializada em uma cartografia das disposições comportamentais.

Considerações finais

Os indivíduos e grupos sociais, como agentes de práticas e representações sociais, são também produtores de território. Espacializando práticas e representações, eles interferem em suas próprias condições de produtores de relações sociais, ou seja, nos chamados processos “civilizatórios”, como entendido por Elias (1993). Há duas consequências: os indivíduos e grupos sociais em relação criam o seu *habitat*; e o *habitat* humano, que vai muito além do simples espaço físico, por sua vez também (re)modula os indivíduos e grupos sociais. A cidade, como o *habitat* do “ser humano civilizado”, expressão cara a Park, parece atuar como uma segunda ou terceira “natureza humana”, seja pela sua materialidade constituída na forma de espaço funcional e de controle ambiental, e assim, forma objetivada de intervenção no mundo, seja pelo seu papel de código mental, moral e cultural assentado em padrões típicos de conduta – a *civilidade*, e sociabilidade – a *urbanidade*. Ainda que tal diferenciação denuncie pouca precisão, vale a pena tornar visível essa distinção delicada e complementar: se com o primeiro termo podemos destacar os valores citadinos típicos do autocontrole,

da pacificação e da interação baseada no respeito pela preservação física e moral do outro, com o segundo podemos afirmar os valores da singularização, da individuação e da autorregulação que permitem a cada indivíduo encontrar em termos pessoais e identitários as referências que lhe são caras.

Se o conceito de sociabilidade, originalmente incorporado no vocabulário sociológico moderno por Simmel, remete a um tipo particular de relação social (o denominado comportamento “lúdico de salão”), hoje está fortemente disseminado em nossa gramática e se associa genericamente a determinados arranjos interativos. Sociabilidade como equivalente a interação, no entanto, não necessita expressar exclusivamente a agência humana em seu vetor individual, como premissa usual de algumas teorias da ação social desenvolvidas sob a égide do individualismo metodológico. As sociabilidades podem ser entendidas em chave “estruturacionista”, ou seja, simultaneamente como arranjos ou disposições interativas e representações de ordem moral ou social (BRANCALEONE, 2015). Isso permite adjetivá-las segundo determinadas condições nas quais se manifestam e atores, os quais a tornam possíveis, sem necessariamente reduzir um elemento a outro: sociabilidade mercantil, patriarcal, camponesa, *new age*, etc., podem, e certamente estão atravessadas em um mesmo sujeito em diversas configurações ou gradientes que cabe à análise sociológica interdisciplinar interpretar e compreender.

Considerando os elementos que poderiam constituir as bases do repertório teórico que deram origem à ecologia humana em sua versão clássica, podemos cotejar em particular a noção de *sociabilidade urbana* como uma das ferramentas conceituais mais relevantes legadas por esta tradição aos chamados estudos urbanos modernos e contemporâneos. A sociabilidade parece ter obtido um *status* de fenômeno

especializável, ou melhor, passível de se inferir a partir de suas disposições segundo as características e propriedades de certas formas de organizações socioespaciais, e vice-versa. Através do que representa a teoria da estrutura urbana, das zonas morais, da cidade radial, etc., foram dados os primeiros passos para a consolidação da perspectiva de que, em determinadas condições, a organização sociocultural poderia atuar como força ambiental, ou se manifestar como sintoma da predominância de determinadas práticas e representações sociais. Dessa maneira, se tornaria inteligível e justificável a elaboração de cartografias que pudessem identificar o sentido e a organização dessas forças, bem como a direção e a tendência de seu desenvolvimento. Certamente, o problema maior teria sido o fato de a ecologia humana ter se limitado a conceber a cidade como entidade orgânica, sujeita à atuação de forças de organização e desorganização imersas em um arranjo de ajuste e adaptação com fins a um tipo de equilíbrio sistêmico.

De todo modo e para além da história de um campo do conhecimento, parece-me alvissareiro revisitar alguns dos elementos constitutivos do que pretendemos denominar por *conceito de sociabilidade urbana-tributária* dessa tradição (DELLE DONNE, 1980; FRUGOLI JR., 2007), *entendido como um conjunto de disposições comportamentais típicas e representações imaginárias sociais, engendradas, animadas, estimuladas ou potencializadas pela vida nas grandes cidades, considerando as influências da sua projeção via expansão do tecido urbano para outros territórios*. Tal noção não precisa responder necessariamente a uma visão da cidade como *fonte* de processos sociais circunscritos *exclusivamente* à sua organização interna, nem o inverso, à cidade e seu ordenamento material e simbólico como produto *exclusivo* de processos sociais mais amplos (SILVA, 2001). Aliás, sua atualidade consistiria exatamente na virtualidade *transdu-*

tiva, para usar um termo de Lefebvre (1999), ao combinar as duas perspectivas como tendências que se retroalimentam e, paradoxalmente, são capazes de delinear alguns traços *sui generis* do que ainda poderíamos insistir em denominar como fenômeno urbano.

Referências

ANDERSON, Nels. *On hobos and homelessness*. Chicago: University of Chicago, 1998.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. *Mana*, v. 2, n. 2, Museu Nacional, Rio de Janeiro, outubro de 1996.

BRANCALEONE, Cassio. Considerações sobre a sociabilidade do homem urbano. Uma (re)leitura de George Simmel. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 15, Belo Horizonte, 2007.

_____. *Teoria social, democracia e autonomia*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

BULMER, Martin. *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity and the Rise of Sociological Theory*. Chicago: University Chicago Press, 1984.

BURGESS, Ernest. The growth of city: an introduction to a research project. In: PARK & BURGESS. *The city*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1925.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COOLEY, Charles. *Social organization*. Glencoe: Free Press, 1956.

_____. *Human nature and the social order*. New York: Schocken Books, 1964.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1993.

DELLE DONNE, Marcella. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70, 1980.

DURKHEIM, Emile. *As Regras do método sociológico*. 10ªed. São Paulo. Nacional, 1982.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- EUFRASIO, Mário. *Estrutura urbana e ecologia humana*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- FRUGOLI Jr., Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- GRAFMEYER, Yves; JOSEPH, Issac (orgs). *L'École de Chicago: Naisance de l'Écologie Urbain*. Paris: Champ Urbain-Aubier, 1979.
- JOSEPH, Issac. Entrevista sobre a escola de Chicago. *BIB*, n. 49. ANPOCS. Rio de Janeiro, 1º semestre de 2000.
- KURTZ, Lester R. *Evaluating Chicago Sociology: A Guide to the Literature with an Annotated Bibliography*. Chicago: University Chicago Press, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- McKENZIE, Roderick. The ecological approach to the study of the human ecology. In: *On human ecology*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1968a.
- _____. The neighborhood: a study of local life in the city of Columbus, Ohio. In: *On human ecology*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1968b.
- PARK, Robert. *Human Communities: the city and human ecology*. v. II, New York/London: The Free Press/Collier Macmillan, 1952.
- _____. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano. In: VELHO, Otávio (org). *O fenômeno urbano*. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PARK, Robert; BURGESS, Ernest. *Introduction to the science of sociology*. 2ªed. Chicago. University of Chicago Press, 1970.
- PIERSON, Donald (org.). *Estudos de ecologia humana: leituras de Sociologia e Antropologia Social*. 2a. edição. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1970.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus,

2000.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SHORT, James. *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*. Chicago: University Chicago Press, 1971.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo, Perspectiva, 2001.

SIMMEL, Georg. *The web of group-affiliations*. New York: The Free Press, 1969.

_____. On individuality and social forms. In: LEVINE, Donald (ed). *Selected writings*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

_____. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*. Museu Nacional, v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2005.

SMITH, Dennis. *The Chicago School: A liberal Critic of Capitalism*. New York: St. Martin's Press, 1988.

TÖNNIES, Ferdinand. *Principios de Sociologia*. México: Fondo de Cultura Economica, 1942.

_____. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires, Losada, 1947.

URBAN LIFE. Special issue on the Chicago School. *Urban Life*, 11 (4), 1983.

VALLADARES, Licia (org). A escola de chicago. Impactos de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2005.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Resumo:

Considerada uma das fundadoras da pedra angular da sociologia urbana a assim chamada Escola Sociológica de Chicago foi responsável por um dos mais ousados esforços de elaboração de síntese teórica no moderno campo sociológico, encontrando relevantes pontos de contato entre as teorias de Georg Simmel e Ferdinand Tönnies, para mencionar dois “cânones” ainda pouco referenciados nos dias de hoje. Tomando a cidade (ou o “fenômeno urbano”) como sua unidade de análise por excelência promoveu, lado a lado a uma perspectiva teórica original, uma vigorosa agenda de pesquisa e refinada abordagem empírica dos fenômenos sociais urbanos, inclusive, abrindo passagem para o desenvolvimento ulterior de outras linhagens sociológicas. O objetivo desse artigo, ancorado em pesquisa de revisão bibliográfica, é realizar um breve e modesto balanço do repertório e da gramática conceitual, elaborados no período formativo da Escola de Chicago, especialmente através da contribuição de figuras pioneiras de Robert Park, Roderick McKenzie e Ernest Burgess. Considero que o movimento teórico/programa de pesquisa conhecido como Ecologia Humana foi o primeiro a buscar uma solução, fortemente ancorado em uma abordagem empírica, para compreender as correlações possíveis entre certas configurações socioespaciais e disposições comportamentais dos indivíduos em sociedades urbanas modernas, contribuindo para a emergência e consolidação da noção de sociabilidade urbana.

Palavras-chave: Escola de Chicago; ecologia humana; sociabilidade urbana; teoria sociológica.

Abstract:

Considered one of the founders of urban sociology, the so-called Sociological School of Chicago was responsible for an important elaboration of theoretical synthesis in the modern sociological field, finding relevant points of contact between the theories of Georg Simmel and Ferdinand Tönnies, to mention two “canons” not much referenced these days. Taking the city (or the “urban phenomenon”) as its unit of analysis par excellence, it promoted, side by side an original theoretical perspective, a vigorous research agenda and refined empirical approach to urban social phenomena, including opening the way to development of other sociological perspectives. The purpose of this article is to give a brief account of the repertoire and conceptual grammar elaborated in his formative period, especially through the pioneering figures of Robert Park, Roderick McKenzie and Ernest Burgess. I believe that the theoretical movement / research program known as Human Ecology was the first to seek a solution, strongly anchored in an empirical approach, to understand the possible correlations between certain socio-spatial configurations and behavioral dispositions of individuals in modern urban societies, contributing to the emergence and the consolidation of the notion of urban sociability.

Keywords: Chicago School; human ecology; urban sociability; sociological theory

Recebido para publicação em 19/10/2018.

Aceito em 07/08/2019.

As interações entre os produtos estéticos para cabelos crespos e as mulheres negras

Aline Tusset De Rocco

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3647-9204>

atussetderocco@gmail.com

Introdução

A população negra na diáspora tem tido seus direitos e cidadania negados há muito tempo, isso inclui também a inclusão social e econômica, ou seja, também compreende o consumo. Autores como Sansone (2000) e Canclini (1996) defendem a relação entre consumo e direitos sociais, assim como apresentam o consumo como uma voz da população que busca não só por status, mas também por cidadania. Consumir vai além do senso comum que liga o ato a uma ideia de esgotamento, é também transformar uma mercadoria em algo seu, dando-lhe um novo significado e podendo utilizar-se dele para comunicar-se com o mundo.

Assim, neste artigo será abordado o conceito de consumo a partir da visão antropológica de Douglas e Isherwood (2006), assim como as

relações e ressignificações do consumo cotidiano trazido por Certeau (1994). Ainda, aborda-se a visão antropológica do consumo buscando um maior entendimento dos processos de consumo da população negra. Ao final, trazem-se visões e dados que articulam o consumo com as especificidades da população negra, e principalmente ao consumo estético e as mulheres negras.

Uma visão antropológica a cerca do consumo da mulher negra

O consumo é uma categoria central na definição e estudo da sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo em que é um processo social que diz respeito à provisão de bens, é também um mecanismo social percebido como um produtor de sentidos e identidades. São diversas as questões que se deve levar em consideração ao falar de consumo como experiência cultural de nosso tempo: pode-se pensar sobre a significação dos produtos, seu simbolismo, a relação com práticas sociais, seu sentido classificatório, seu poder de exclusão, entre tantas outras. Em síntese, mostra-se pertinente conhecer a lógica e o significado cultural dos objetos para entender o consumo como eixo marcante da singularidade de nosso tempo. O olhar proposto neste artigo se interessa pelos impactos socioculturais do consumo e sobre como este pode revelar identidades estéticas e políticas.

As práticas de consumo interferem no modo como vemos os outros e nos reconhecemos a nós mesmos. Apesar disso, é preciso que não sejamos ingênuos a ponto de acreditar que o consumo pode sanar todas as bases sociais da exclusão. Ademais, faz-se necessário lembrar que o consumo e a produção são parte de um mesmo processo circular, então, é indispensável que olhemos para além dos processos

de trabalho, mas também para os usos e significados dos bens materiais (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006).

Para começar, é preciso compreender os bens como necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias culturais, sendo importantes comunicadores para uma análise cultural. Os bens que servem às necessidades físicas, como comida e bebida, não são menos portadores de significados do que uma dança. Portanto, o significado está nas relações entre os bens.

Para tratarmos dos usos singulares concedidos às mercadorias, buscamos, através do pensamento de Michel de Certeau, apresentar algumas concepções acerca do consumo, de modo a agregar ao pensamento do consumo em seu viés antropológico. Para Certeau (1994), a presença e circulação de uma mercadoria não representam o que esta significa para seu usuário; para o autor, a relação de manipulação dos produtos é essencial para o entendimento do consumo. Ainda, a sociedade seria composta de instituições organizadoras e nela as práticas do consumo devem ser relacionadas à ideia de poder majoritário e minoritário. Desse modo, o sistema, “em vez de esmagar os grupos para marcá-los com o ferro único de um só poder, atomiza-os inicialmente e depois multiplica as redes estreitas dos intercâmbios que conformam unidades individuais e culturais” (CERTEAU, 1994, p. 241). Em contraponto, para Certeau (1994), as práticas de consumo possibilitam uma espécie de agência em que se propõem a romper com a ideia de massificação, possibilitando práticas das quais o indivíduo possui o poder de ressignificação.

Assim, Michel de Certeau (1994) nos possibilita compreender o consumo enquanto espaço de produção de sentidos, apresentando os indivíduos como apropriadores de produtos culturais através de uma espécie de estratégia. Certeau (1994), ao tratar das “maneiras de fa-

zer”, acredita que, através da ressignificação do consumo dada pelo indivíduo, inverte-se a relação de dominação. Para o autor, estas “‘maneiras do fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1994, p. 41). As “maneiras de fazer” são, então, as microrresistências que proporcionam agência aos indivíduos através da ressignificação do consumo.

Logo, faz-se necessário diferenciar as “ações” e distinguir os manuseios feitos pelos usuários e pelo sistema do produto. Dessa maneira, Certeau (1994) defende que as táticas do consumo se desenvolvem em meio a tensões e são modos de politizar a prática cotidiana através das “engenhosidades” dos supostamente mais fracos, ou seja, dos usuários. Assim, táticas seriam desvios da racionalidade imposta capazes de gerar efeitos imprevisíveis. É através desta linha de raciocínio que Certeau defende que o consumo vai além da produção e distribuição das mercadorias, e se faz essencial sua compreensão de uso e de manipulação simbólica dada pelos indivíduos.

Depois dos trabalhos, muitos deles notáveis, que analisaram os “bens culturais”, o sistema de sua produção, o mapa de sua distribuição e a distribuição dos consumidores nesse mapa, parece possível considerar esses bens não apenas como dados a partir dos quais se pode estabelecer os quadros estatísticos de sua circulação ou constatar os funcionamentos econômicos de sua difusão, mas também como o repertório com o qual os usuários procedem a operações próprias. Sendo assim, esses fatos não são mais os dados de nossos cálculos, mas o léxico de suas práticas. Assim, uma vez analisadas as imagens distribuídas pela TV e os tempos que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor fabrica com essas imagens e durante essas horas. Os 500 mil franceses que compram Information-santé, os fregueses do supermercado, os praticantes do espaço urbano, os consumidores das histórias e lendas jornalísticas, o que é que eles “absorvem”, rece-

bem e pagam? O que fazem com isso? (CERTEAU, 1994, p. 93).

Certeau (1994) defende assim que quem consome um produto ou serviço não é apenas um indivíduo passivo e massificado, mas é capaz de transformar e assimilar o que consome dando seu próprio significado. Aqui, o consumidor não pode ser qualificado apenas conforme o que consome, distanciando-se o que lhe é oferecido e o uso que faz do produto ou serviço. De acordo com Certeau (1994), deve-se analisar o uso por si próprio, assim, “a produção fornece o capital e os usuários, como locatários, adquirem o direito de efetuar operações sobre este fundo sem serem os seus proprietários” (CERTEAU, 1994, p. 96).

Se as “maneiras de fazer” de Certeau (1994) são as práticas de reapropriação dos usuários, a chamada “cultura popular” a que o autor se refere se formula nas “artes de fazer”, ou seja, através de consumos combinatórios e utilitários. As “artes de fazer” nada mais são do que os usos dados pelos indivíduos através de produtos culturais, transformando-os, através de práticas, em novas artes de fazer. Desse modo, a arte de fazer é forjada em práticas de resistência do cotidiano, é uma espécie de antidisciplina, uma astúcia dos indivíduos para ressignificar um produto.

Em seguida, Certeau (1994) trata dos conceitos de estratégias e táticas, os quais são de extrema relevância para a compreensão da linha de pensamento do autor sobre o consumo.

As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (à propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica

de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos unidades. O modelo para isso foi antes o militar que o “científico”. As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, a relações entre momento que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. Sob este aspecto, a diferença entre umas e outras remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança (opções que respondem aliás mais a coerções que a possibilidades): as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. (CERTEAU, 1994, p. 102).

Percebe-se assim que as estratégias fazem referência às condições com as quais o indivíduo se depara, enquanto as táticas se relacionam às escolhas dos indivíduos frente ao consumo. As estratégias, então, correspondem a um cálculo de relação de forças que são base para a gestão das relações com uma exterioridade visando produzir, mapear e impor. Já as táticas, por sua vez, são ações de desvio, são as capacidades inventivas do indivíduo, e originam diferentes maneiras de fazer. Diferente das estratégias que mapeiam e produzem, as táticas são resultado da criatividade do indivíduo ao escapar do controle das empresas produtoras dos bens de consumo. Logo, muitas vezes as táticas e estratégias estabelecem uma tensão que é atualizada pelas experiências coletivas, mas também pelas individuais.

Assim, a capacidade de comunicação dos bens de consumo está relacionada à sua compreensão da cultura e de seus significados. É dessa maneira que a comunicação através do consumo se dá pelas práticas e rituais de como cada mercadoria é produzida e utilizada no cotidiano. Evidencia-se, assim, como o consumo se relaciona e pro-

duz indivíduos diferenciados ao propor que estes possam redefinir e ressignificar uma mercadoria. As práticas de consumo se estabelecem entre as estratégias e as táticas, revelando-se parte da tensão percebida por Certeau (1994) e possibilitando a agência dos indivíduos através da sua ressignificação.

Buscando uma ressignificação através do consumo, a população negra, que até então tinha grande dificuldade de encontrar produtos de consumo estéticos para seus cabelos, começa a vislumbrar uma visibilidade.

No Brasil, até por volta dos anos 1990, os penteados afro ainda eram considerados arte corporal e não eram encontrados em salões de beleza, mesmo na Bahia. Coutinho (2009) atenta ao falar da dificuldade de encontrar profissionais especializados em cabelos afro: “Era mais fácil encontrar mulheres especializadas em passar ferro, ‘fritar’ os cabelos. O uso do cabelo afro estava muito relacionado com momentos festivos, especificamente com o carnaval” (COUTINHO, 2009, p. 5). Assim, é apenas no final do século XX que a população negra começa a despertar o interesse da indústria de cosméticos, e somente nos anos 1990 começa-se a vislumbrar a população negra sendo representada também na publicidade.

Logo, no Brasil, empresas de cosméticos e diversas revistas femininas traziam conselhos sobre como manter os cabelos saudáveis, entretanto, estas dicas sempre eram construídas dentro de um discurso “neutro”, silenciando o fato de visarem cabelos lisos e finos (XAVIER, 2011). Com o silenciamento da indústria cosmética em relação às mulheres negras, iniciou-se um movimento paralelo de empresas de afroempreendedores com propostas de produtos exclusivos para cabelos crespos. Os cabelos foram tema preponderante nas revistas com foco na população negra e assim, os produtos cosméticos se mostra-

ram como fundamentais para a construção de um lugar de beleza para as mulheres negras.

Como decorrência do movimento negro, vêm ocorrendo políticas de ações afirmativas que buscam impulsionar o Brasil na direção de um Estado menos desigual socialmente. No final do século XX e começo do século XXI, no país, podemos perceber diversas expressões de valorização e orgulho negro, como produções acadêmicas e grupos de pesquisa visando à população negra, assim como as novas políticas públicas de inclusão racial. Além disso, a influência norte-americana, ao se disseminar pelo país, desenvolveu um novo movimento musical que valoriza a negritude para além da militância política: o funk. Além do funk, vemos diversos ritmos musicais que celebram a negritude, como o samba, o reggae, o blues e o rap. É importante ressaltar a contribuição dos movimentos políticos e musicais para a construção de novas formas de expressão e para o combate da inferiorização da imagem vinculada à negritude.

Assim, para autoras como Figueiredo (1994), desde os anos 1980 o corpo negro tem se ressignificado, tendo ganhado mais notoriedade no Brasil a partir do surgimento da Revista Raça Brasil na década de 1990. Conforme atenta Figueiredo (1994), as mulheres negras, fora do campo das conscientemente racializadas, possuem uma interação com o cabelo estimulada principalmente pelas condições econômicas. Para a autora, a manipulação envolve também o aspecto econômico, além da posição social da mulher negra. Vale ressaltar a diferenciação ao fazermos um recorte de classe, já que, conforme Cruz (2013), a classe C não busca particularidade na sua identificação, e sim, uma igualdade de consumo. Ainda segundo Cruz (2013), tratar a luta antirracismo sem falar do embelezamento e dos cuidados com o corpo é reproduzir um pensamento masculino que não dá conta de compre-

ender a condição das mulheres negras e sua relação com os cabelos crespos.

Opondo-se ao padrão estético europeu imposto no Brasil, a estética negra tem ganhado espaço em sua reivindicação por uma beleza negra.

Desse modo, inicia-se um processo de geração de mercadorias específicas que atendam à demanda de um público que não estava contemplado pelo mercado de cosméticos, o qual, até então, preocupava-se em vender produtos para cabelos de modo generalista (ou seja, pensando apenas no cabelo padrão, o cabelo liso).

No Brasil, aos poucos a mulher negra começa a ganhar espaço e ser inserida dentro da demanda do consumo. No século XXI, vem se expandindo a representatividade da imagem da população negra nas mídias, seja em decorrência da ascensão social, do reposicionamento social e cultural da população negra, seja através das reivindicações dos movimentos negros. Além disso, tem aumentado o desenvolvimento de produtos classificados pela indústria como étnicos, que se destinam especificamente a afrodescendentes. Essa tendência de consumo étnico tem propiciado a visão da população negra como consumidora, além de valorizar sua identidade e cultura.

Ao tratar-se especificamente dos fatores que influenciam a decisão de consumo das mulheres negras, trazemos as ideias de Sheth *et al.* (2001) que abordam o comportamento dos indivíduos no consumo dentro do pensamento do Marketing. Para os autores, o ambiente e a cultura influenciam as preferências e gostos dos indivíduos, definindo o que estes buscam no consumo. O contexto pessoal que pode vir a influenciar as decisões do indivíduo é tratado em quatro dimensões pelos autores, seriam elas: a cultura, as instituições e grupos, o valor pessoal e a classe social. Assim, “a cultura e os grupos de referência

influenciam os gostos e as preferências dos clientes, e o valor pessoal influencia seus recursos” (SHETH *et al.*, 2011, p. 151), a classe social, como sabemos, influencia o poder de consumo.

Para Sheth *et al.* (2001),¹ a família é o grupo de referência que exerce maior influência sobre qualquer consumidor individual. Assim, faz-se necessário, durante a etnografia, prestarmos maior atenção aos laços familiares e à possível influência dos outros indivíduos da família nas escolhas e posicionamentos das mulheres negras que serão base desta análise.

Outro fator que segundo os autores pode vir a influenciar padrões de consumo é a raça, já que itens de cuidado pessoal devem ter um desempenho específico no caso abordado neste estudo. Assim, o papel de consumidor pode ser afetado pela raça de dois modos distintos: primeiro, muitas vezes há uma preferência por vendedores, representantes, ou pessoas na mídia que sejam da mesma raça; segundo, cada grupo étnico pode vir a diferir no tipo de interação que estabelece com atendentes de lojas e suas mercadorias.

Ainda, quando se fala de consumo, pode-se atentar para a influência da personalidade na decisão do usuário. A personalidade pode estar relacionada a gostos pessoais, à lealdade a determinadas marcas e produtos, a escolhas e a estilos de vida. Tudo isso também se relaci-

¹Sheth *et al.* (2001) vai ao encontro do pensamento do sociólogo alemão Axel Honneth (2003), que percebe a luta por reconhecimento como parte da construção identitária e da busca pela autonomia do indivíduo. Para Honneth (2003), as lutas sociais são lutas por reconhecimento, relacionadas tanto ao autorreconhecimento quanto ao reconhecimento do outro, e sendo capazes de gerar transformações sociais. Honneth afirma três esferas desta luta: o amor (relações afetivas); o direito (direito ao pertencimento); e a solidariedade (estima social). Assim como em Sheth *et al.* (2001), Honneth também percebe relações entre os indivíduos, a autoestima e a estima social; compreendendo a influência de subjetividades na construção identitária, assim como a necessidade dos indivíduos de se reconhecerem tanto como autônomos e livres, quanto como membros da sociedade.

ona com a autoimagem que o indivíduo tem de si, buscando, através do consumo, reforçar ou até mesmo construir a sua identidade.

Quanto às motivações de consumo, vale ressaltar que muitos dos produtos que geram valor social também podem vir a gerar valor emocional. Por exemplo, comunicações que representam a população negra de forma positiva tendem a impactar socialmente e também a agregar valor emocional ao ato de consumo da mulher negra. Sheth *et al.* afirmam: “o marketing de causa social – programas que promovem causas como a unidade racial – desperta fortes elos emocionais da identificação em vários espectadores” (SHETH *et al.*, 2001, p. 723).

Para Gonçalves e Ribeiro (2006), o consumo é um importante fator na construção de identidades da população negra, assim como para a sua inclusão. A abolição da escravatura, assim como a industrialização brasileira, influenciaram a criação de uma estética do negro na diáspora. Do mesmo modo, a exigência de boa aparência seja social, seja por motivos empregatícios, também levou a população negra ao consumo dos produtos estéticos, sejam eles caseiros ou industrializados. Deste modo, surgem as mercadorias chamadas de “étnicas” no mercado, concedendo à população negra a possibilidade de escolha e adesão a diferentes estilos estéticos (GONÇALVES; RIBEIRO, 2006, p. 62). Ao chegarem ao público, essas mercadorias, em sua maioria estrangeiras, foram adquiridas pela população negra de classe média ou alta. Entretanto, com a abertura do mercado brasileiro visando à estética negra, os preços dos produtos estéticos acabam por se tornarem mais baixos e, assim, de maior acesso à população negra em geral.

De acordo com Canclini (1996), as identidades contemporâneas estão diretamente ligadas ao consumo. Para o autor, a cidadania vai além dos aparelhos estatais, mas se faz principalmente através de práticas sociais e culturais, como, por exemplo, o consumo. Ainda, o

autor atenta sobre o consumo: “é preciso analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo” (CANCLINI, 1996, p. 31). Assim, o consumo seria uma ação pela qual os indivíduos não se posicionam apenas como trocadores de mercadorias, mas como parte das suas próprias interações sociais, sendo modo de distinção, satisfação biológica e simbólica.

Canclini (1996) sugere que, na América Latina, nem todos têm os mesmos direitos, e é assim que o consumo se torna também um instrumento de cidadania. De acordo com o autor, o direito de consumir se confunde com o direito de existir a partir do momento em que as reivindicações de direitos são atreladas a uma cidadania através do consumo. Segundo o pensamento de Canclini (1996), os gostos também podem ser vistos como parte da formação cultural de uma cidadania mais democrática. As opções de consumo inserem e dão novas possibilidades de construções simbólicas aos indivíduos. Apesar de concordar, em parte, com a desconexão das condições comuns que pode ser causada pelo consumo, Canclini (1996) também acredita que o consumo e os novos meios de comunicação possam gerar associações e lutas sociais.

Nas últimas décadas, devido à ascensão social de classes menos abastadas na sociedade brasileira e o maior acesso à educação por populações mais pobres e muitas vezes negras, o mercado também percebeu o poder de compra desses indivíduos. Através de lutas pelo reconhecimento de mulheres negras, sua posição de não submissão aos padrões impostos pela sociedade e o posicionamento político de assumir seu cabelo no aspecto natural, as novas mercadorias estéticas para mulheres negras ganharam espaço nas lojas e também na mídia. Posto isto, percebe-se uma abertura para a possível inclusão estética

dessas mulheres através do consumo.

Entretanto, ao considerar a crescente integração da mulher negra ao consumo, pode-se observar algumas contradições. Se, por um lado, o consumo é instrumento de conquista de direitos civis e contribui para uma sensação de inclusão e cidadania, por outro, a população negra na diáspora tem sido constantemente relacionada ao consumo ostentoso, gerando um sentimento de exclusão racial àqueles que são privados do consumo de determinadas mercadorias (SANSONE, 2000).

É relevante pensar sobre o papel do consumo como marcador social para estas mulheres e sobre como essas novas mercadorias cosméticas permitem a inclusão ao representarem e contemplarem o cabelo crespo no consumo do novo século. Continua-se a reflexão, então, ao perceber-se como tais bens de consumo podem vir a reforçar as práticas sociais desse grupo e como essa busca pela estética negra reflete em um mercado que, agora, busca incluir e evidenciar a beleza negra.

Como é comum no sistema capitalista, o mercado se apropria de marcas identitárias e produtos culturais transformando-os em novos produtos para a moda e a indústria cultural. Esse fenômeno também se dá com os estilos de cabelos negros, e é incorporado no visual da população negra e branca. Para Nilma Lino Gomes (2006), a popularização de expressões culturais que antes eram vistas como negras pode apresentar também ganhos para a população negra, podendo fomentar a adoção de novas estratégias de resistência e, ainda, impulsionar a organização política negra em torno de questões atuais. Assim, as mudanças sociais, culturais e econômicas podem vir a alterar identidades e comportamentos dando-lhes novos significados.

Para Sansone (2000), apesar do discurso a respeito da cultura negra enfatizar a ancestralidade e a oposição ao comércio, a relação com a modernidade e a mercantilização do Novo Mundo se dão de modo

tão antigo quanto a criação da cultura afro-brasileira. Quanto ao discurso acerca da naturalidade do cabelo, de modo algum este discurso se contrapõe ao uso de produtos e novas técnicas capilares. O cabelo considerado natural é aquele que parece não ser manipulado, sendo assim mais ligado à aparência e ao não uso de produtos químicos que mudam drasticamente a textura do cabelo.

Ainda, a incorporação das intervenções estéticas no cabelo crespo pelo mercado demonstra que estas operam em um terreno mapeado pelos códigos simbólicos de outras culturas. Desse modo, Gomes (2006) afirma que a existência de um maior número de produtos étnicos acaba construindo novas possibilidades para o cabelo negro. O mundo da estética e da cosmetologia sempre investiu em produtos para mulheres brancas, os quais eram generalizados para as de outros segmentos étnicos/raciais. Desde os cremes faciais, batons, bases, sombras, shampoos, cremes redutores dos cachos dos cabelos até as cores das meias finas de nylon, a indústria de cosméticos durante anos privilegiou o padrão branco e investiu nesse tipo de consumidor, generalizando o fato de que, se era bom para os brancos, também o seria para os outros grupos raciais. Assim, a introdução de produtos étnicos no Brasil, via mercado norte-americano, pode ser vista não somente na perspectiva da exclusão gerada pela globalização. Contraditoriamente, no contexto capitalista, o racismo foi um dos motivos do surgimento do mercado de produtos étnicos como uma das muitas estratégias anti-racistas. (GOMES, 2006, p. 204).

No Brasil, vive-se a contradição da oferta majoritária de produtos para a pele branca em uma sociedade miscigenada. Desse modo, o desenvolvimento do mercado cosmético para a pele negra e também para os cabelos crespos pode ser visto como um direito conquistado principalmente pelas mulheres negras.

Se antes os empresários do meio cosmético ignoravam o consumo da população negra porque acreditavam que esta não tinha capacidade de consumo, com o crescimento da população negra de classe média no século XXI, a indústria cosmética viu-se obrigada a repensar suas mercadorias, assim como a representação da mulher negra nas mídias. A pouca visibilidade dada à mulher negra na questão estética começa a ser questionada, o que pode ter influenciado a abertura de novos mercados que inseriram o homem negro, mas principalmente a mulher negra, como público consumidor. De certa forma, é necessária a identificação da população negra com as novas mercadorias ofertadas, principalmente através de imagens e discursos que possibilitem a valorização da beleza negra. Todavia, o aumento da representação da mulher negra na mídia também pode ser relacionado à “moda” de ser negro e à disseminação e apropriação da cultura negra pelos brancos.

Aspectos metodológicos

Para dar conta do objeto deste estudo, que são as interações entre as novas mercadorias de consumo para o cabelo crespo e a construção de uma estética negra pela mulher negra, propõe-se uma etnografia de modo a compreender aspectos que circundam essas possíveis relações.

Na antropologia contemporânea, surgiram novas maneiras de etnografar e compreender uma cultura através dos novos meios comunicacionais e da centralidade da imagem no século XXI. Essa nova possibilidade etnográfica, voltada às imagens, acaba por modificar os modos de escrita etnográfica e, também, a relação entre etnógrafo e etnografado. Logo, nascem novas percepções sobre a subjetividade com implicações políticas, éticas e estéticas.

Ainda é importante destacar que as mídias digitais não criam experiências paralelas, sendo que o *online* e o *offline* se apresentam como um contínuo. Para Miskolci (2013), as mídias digitais medeiam a vida *offline*, mas de modo algum criam um universo social à parte.

Diante da grande frequência de produção de imagens, que estão por todo lugar, é certamente na Internet que a grande maioria está agrupada, podendo ser encontradas através de portais de busca, mas, mais que isso, em sites que visam somente o compartilhamento de vídeos. Quando se pensa em compartilhamento de vídeos, o primeiro site que nos vem à mente certamente é o *Youtube*, sendo que este foi o primeiro a proporcionar a visualização e compartilhamento de vídeos e, ainda hoje, se mostra o mais popular do segmento. No *Youtube*, qualquer pessoa pode acessar, visualizar e postar vídeos e, a cada vez que acessa um vídeo, é defrontado com inúmeros *links* de outros vídeos que se relacionam de algum modo com o visualizado. Assim, pode-se dizer que o *Youtube* é uma comunidade virtual em torno do compartilhamento de imagens, proporcionando novos modelos de criação surgidos através das novas tecnologias digitais.

A partir do apresentado, propõe-se um olhar etnográfico em relação a essa forma de produção imagética e como esta pode representar uma nova maneira de explorar e apresentar uma identidade e sua relação com o consumo. Como as *youtubers* selecionadas apresentam em seus vídeos sua construção estética e associam sua identidade como mulheres negras aos novos produtos para cabelos crespos, acredita-se que o meio digital apresenta consideráveis especificidades que podem contribuir para o entendimento sobre o tema.

No *Youtube*, foram selecionadas algumas dentre as diversas *youtubers* que tratam da questão estética do corpo negro e cabelo crespo. Após a visualização dos vídeos e coleta dos dados, unificou-se as per-

cepções através de temas que se percebeu se mostrarem comuns para todas as *youtubers*. Nestes temas, busquei refletir sobre a afirmação estética, as relações com empresas de produtos cosméticos e mercadorias, as falas sobre afetividades em torno dos cabelos e também o discurso em torno da representatividade da mulher negra e a visibilidade e construção da beleza negra.

Mercadorias estéticas para cabelos alisados e crespos e a mulher negra

A *youtuber* Priscila, quando fez sua transição capilar, já morava na Espanha e, devido à dificuldade de acesso a produtos para cabelos crespos, lembra que utilizava os cosméticos para cabelos secos, eram estes os que melhor se adequavam a sua textura e fio. A *youtuber* traz um depoimento muito relevante ao pensarmos sobre a grande disparidade entre produtos para alisamento e produtos para cabelos crespos. Ela denota como principal diferença a diversidade entre produtos e procedimentos que existem há muitos anos para alisamento capilar, em contraponto aos produtos para cabelos crespos que são uma inserção do mercado vinda do final do século XX e início do XXI.

Mas eu acho totalmente errado comparar o nosso cabelo com a moda. Porque se a gente for parar pra analisar... vamos lá analisar! Primeira coisa: a gente saiu daquele pente quente que a gente esquentava na boca do fogão pra migrar pra chapinha. A chapinha foi uma explosão, uma novidade que todo mundo queria ter. A primeira chapinha que eu tive a minha mãe comprou na loja do Gugu, pra vocês verem como a coisa é antiga. A gente comprou ela na loja do Gugu, ela custou mais ou menos uns 42 reais, que naquela época eram muitos dinheiros. E ela era uma chapinha super básica, ou seja, ela não tinha nada, ela não tinha termostato, ela não tinha nem luzinha direito ela tinha, gente. Era uma placa assim tipo de ferro

de passar roupa mesmo, normal, cinza, e nem esquentava tanto assim. Com o passar do tempo, a chapinha foi evoluindo, apareceram chapinhas de íons vermelhos, íons azuis, nem sei se eu tô falando certo, placa de cerâmica, placa de diamante, chapinha que faz milagre, chapinha que... gente, apareceu chapinha de tudo quanto é tipo. A melhor chapinha, acho que ela já existe, ela tá no mercado e vão inventar uma melhor ainda. Assim como os relaxamentos, alisamentos e progressivas. Eles também evoluíram muito, porque eu me lembro que o primeiro relaxamento que eu utilizei foi aquele do Netinho da caixa assim, duas meninas, acho que era *toft*, *soft*, *ploft*, não lembro. E, depois desse alisamento, eu comecei a usar coisas mais fortes como *highlife*, *salon line*. Mano, pode falar um relaxamento aí, pode falar, fala... Tenho certeza que eu já usei. E quando saiu a moda da progressiva? Primeiro, era uma progressiva normalzinha. Progressiva pra alisar o cabelo. Depois foi saindo as 300 milhões 359 mil escovas. Escova de chocolate, escova definitiva, de chocolate branco, escova de açúcar, escova de cristal, de diamante, marroquina, japonesa, chinesa, tailandesa. Mano, saiu muita escova. Conforme o povo vai gostando da coisa, a coisa vai evoluindo. E se você for parar pra olhar à sua volta, a sociedade tá na moda porque todo mundo tem o cabelo alisado, todo mundo já fez uma progressiva, todo mundo já fez uma escova de chocolate, todo mundo já tem uma chapinha com águas do Rio Nilo com diamantes céu. Todo mundo tem. E agora, porque você resolveu voltar ao seu cabelo natural, que é uma coisa sua, que já nasceu com você, você tá na moda? (Priscila).

Com o depoimento de Priscila, percebe-se uma crítica à relação do cabelo crespo com a moda, de maneira a enfatizar que os usos do cabelo crespo não são algo passageiro. Ela retoma a ideia de naturalidade do cabelo e demonstra, através de uma linha do tempo que expressa sua experiência, as inovações para alisamento dos cabelos crespos. Fica aqui, também, mais uma vez evidente a imposição de um padrão de beleza que se propaga através dos meios de comunicação, já que o primeiro alisamento que Priscila faz é da loja do apresentador Gugu.

Assim como Priscila recorda da propagação do ideal de beleza ligado ao cabelo liso, Débora também lembra como foi mais difícil sua transição capilar devido à dificuldade em encontrar cremes específicos para hidratar seus cabelos. Hoje, ela vê um maior número de produtos no mercado e com eles maiores possibilidades quanto à versatilidade dos cabelos crespos. Vale ressaltar aqui que, segundo Sheth *et al.* (2001), produtos que geram valor social também podem vir a gerar valor emocional, aumentando o sentimento de autoaceitação, pertença, autoconfiança e outros. Autoestima, estima social e sentimento de pertença estão diretamente relacionados às decisões de consumo, assim como as afetividades que circundam esse processo. Assim, pode-se relacionar a autoestima da mulher negra com novas mercadorias que possibilitam uma inserção no consumo, mas também social.

Em comentário, Eva Lima admite sua preferência pelas linhas para crespos, mas não descarta o uso dos produtos generalistas:

Ah! Sim eu prefiro produtos específicos para cabelo crespo também, porque são mais nutritivos, porém eu uso vários para testar e passar o feedback para as meninas. (Eva Lima).

Mesmo assim, Eva não disfarça o entusiasmo ao encontrar uma linha para cabelos cacheados em meados de 2013:

Várias vlogueiras já gravaram vlog aqui no *Youtube*, resenhas, *reviews*, falando sobre essa linha da *Seda* e todas com a opinião unânime de que foi muito legal assim, pelo menos essa intenção de criar uma linha pra cabelos crespos específica, o que é difícil no nosso mercado. Então a gente ficou muito contente. Acho que todas as vlogueiras de cabelo cacheado e crespo resolveram testar e mostrar pra vocês o que achou. (Eva Lima).

No ano seguinte, Eva testa produtos de uma nova empresa que

foca em uma linha para cabelos crespos e cacheados e afirma, ao falar das novas mercadorias: “*Um boom, uma revolução no mercado mesmo*”. Mesmo com novos produtos para cabelos crespos, Eva continua utilizando e afirmando que é possível fazer uso de um produto para cabelos lisos nos cachos, porém não é obtido o mesmo efeito.

A gente não vai comprar um produto pra cabelo liso e usar no nosso cabelo. Pode dar certo? Pode. Vai finalizar também? Vai. Mas não é a mesma coisa. A gente sabe que o nosso cabelo sente necessidade de óleos, sente necessidade de manteiga, sente necessidade de uma hidratação, de uma nutrição mais potente. Quando uma empresa se preocupa em criar produtos específicos pro nosso tipo de cabelo, isso é muito bom. A gente vai ter um resultado muito melhor, a gente vai ficar muito satisfeita e a gente, claro, a gente vai comprar muito mais daquela empresa que se preocupou com isso do que com aquela que não se preocupou tanto. (Eva Lima).

Além de evidenciar a preferência pelas linhas para cabelos crespos, Eva atenta, neste comentário, para a fidelização do cliente à marca. Ao sentir-se contemplada e percebida pela marca em suas necessidades, as mulheres negras, assim como a maioria dos consumidores, tendem a voltar a adquirir produtos desta mesma marca.

Se o investimento em um cabelo alisado é marcado por tempo e dinheiro despendido, para o cabelo crespo não é diferente. “É sempre bom você investir nessas coisinhas pra cabelo cacheado”, diz Ana Lídia. Ela lembra como seu cabelo precisou de mais cuidados depois do *big chop*, já que agora, além de crespo, o seu cabelo estava seco e precisava de tratamentos especiais. Muitas das seguidoras não sabem como cuidar dos seus cabelos e, para começar, a dica que Ana dá é a de procurar cremes adequados ao seu tipo de cabelo, focando então nos produtos para crespos e cacheados. Além disso, muito presente nas dicas de diversas *youtubers* são as receitas caseiras, que improvisam produtos alimentícios da cozinha misturados com cremes e máscaras

hidratantes.

Vale salientar que algumas *youtubers* têm cabelo tipo 3 (cacheado-crespo) e outras tipo 4 (crespo mais intenso) e que esta diferença de textura também compreende necessidades e cuidados específicos. Assim, para além de linhas para cabelos crespos, algumas empresas já perceberam as diferenças entre os fios com cachos e investem em produtos especiais para cada tipo de cabelo (tipos 3 e 4). Esta percepção também é vista de maneira muito positiva pelas *youtubers* e seguidoras.

Débora recorda que a única coisa que sabia sobre cabelo cacheado durante a transição é que *Gota Dourada* (marca de produtos) era bom para o cabelo. Em vídeo após um ano do início de sua transição, Débora aprendeu a cuidar dos seus cabelos e tem uma rotina diária de tratamento. Seu procedimento consiste em cuidados cotidianos que são: lavagem e hidratação, no intervalo de um dia; além de usar cremes para cabelos crespos, mas sem utilizar todos os dias o redutor de volume, para o seu cabelo “não acostumar”.

Além dos produtos para cabelos crespos, percebem-se nesta etnografia diversas outras mercadorias para cabelos que reforçam a beleza das mulheres negras. Podem-se citar aqui turbantes, pentes garfo, acessórios e outros. Enquanto algumas mulheres, como Eva, usam acessórios tipicamente ligados à cultura negra como os turbantes, outras, como Ana, utilizam acessórios comuns como tiaras, presilhas e outros. Independente do tipo de acessório, acredita-se que todo produto que propicia uma autoestima mais elevada e também uma percepção de si própria como bela, pode ser encarado como uma mercadoria que reforça a estética negra. Pode-se, ainda, afirmar aqui (CERTEAU, 1994) que as práticas de consumo, seja dos produtos para cabelos crespos, seja dos acessórios, podem ser vistas como uma possibilidade de

agência que permite a ressignificação dessas mercadorias por parte das mulheres negras. Muito mais que meros produtos de consumo, pode-se pensar estas mercadorias como possibilidades de a mulher negra reconstruir um lugar de beleza que vá além do padrão de beleza hegemônico.

Turbantes e lenços também são a dica de Maraisa para quem está em período de transição e quer disfarçar a diferença entre as texturas. Para Maraisa, usar o turbante é um jeito de ficar bonita quando o cabelo não está em um bom dia, e ainda atenta: *“Todo mundo fala que cabelo moldura [...], por isso que muitas mulheres quando cortam, quando perdem o cabelo, isso mexe muito”*.

Débora afirma que adora os acessórios para cabelos, principalmente os grampos por sua versatilidade. Ela também faz muitos penteados com turbantes e lembra que estes valorizam seus traços negros. Sobre turbantes, Débora afirma: *“Quem me conhece sabe que eu adoro turbante, que é uma coisa que me representa muito.”*

Além de adorar turbantes, Débora reforça a ideia de que turbantes são parte da cultura negra, sendo um símbolo de poder dentro desta, apesar de terem sido proibidos durante a escravidão no Brasil. Dessa maneira, a *youtuber* afirma ser contra o uso de turbantes por pessoas brancas, principalmente por aquelas que fazem uso devido à moda e não conhecem o seu significado cultural. Além dos turbantes, outros adereços e penteados crespos, como as tranças nagô, são vistos por ela como apropriação cultural quando usados pela população branca.

Ademais, o cuidado ao criar os produtos, nomeá-los e até mesmo rotulá-los não passou despercebido por estas mulheres. Dani afirma adorar os produtos feitos especificamente para cabelos como os seus, crespos. Para além do produto que se adéqua melhor às necessidades dos seus cabelos, Dani também adora os rótulos e mensagens que mui-

tas empresas escrevem dando apoio às mulheres negras e valorizando sua beleza e seu cabelo. Porém, viu-se tanto comentários positivos em relação a linhas que fortaleciam a beleza negra em seu posicionamento, como outras linhas que, pode-se dizer, “escorregaram” na hora de criar o conceito do seu produto. Ilustrando essas afirmações, temos um comentário de Eva em seu canal, onde a *youtuber* atenta para o cuidado que deve ser tomado ao nomear uma nova linha de produtos para cabelos crespos ou inserir informações tratando de corpos negros e sua cultura.

Eu recebi uns produtinhos da *Soft Hair* uma linha chamada “Mulata”, inclusive isso gerou um pouco de desconforto no grupo porque a gente não concorda, pela menos eu não concordo muito, com esse termo que é utilizado, tá? Eu sei que tem gente que não liga muito, mas assim, existe todo um contexto, toda uma história por trás desse nome. Então assim, eu nunca fui muito, né? Depois de saber do outro significado que tem, eu nunca gostei muito. Então, uma sugestão que a gente deixa pra marca é a mudança do nome. [...] Eu tenho certeza que muita gente vai deixar de comprar por causa do nome. (Eva Lima).

Diferente desta linha apresentada por Eva, encontram-se também linhas que fazem uso de termos da cultura negra que se tornam fortalecedores de uma estética da mulher negra. Um exemplo é o produto chamado “Bora Definir? *Black é power*”, que evidencia a força do movimento *Black Power*, estendendo-se até os dias de hoje na influência dos cabelos crespos e da resistência estética e política negra.

Outra ideia interessante, vinda de algumas marcas, é a de pesquisar processos caseiros que as mulheres negras aplicam nos cabelos e, então, torná-los produtos pensados propriamente para os cabelos. Assim, por exemplo, percebeu-se que muitas mulheres negras utilizavam maionese (o produto alimentício) para hidratar os cabelos. Vendo esta oportunidade, uma empresa do ramo cosmético criou a “maionese ca-

pilar”, inspirada na receita caseira e da qual até mesmo a embalagem remete ao produto alimentício.

Apesar da crescente popularização de produtos para cabelos crespos, ainda temos regiões do país em que sua aquisição se torna difícil. Seja pela localidade, seja pelo preço, nem todas as mulheres negras brasileiras (mesmo as de classe média) têm acesso a produtos específicos para cuidados com seus cabelos naturais.

Assim, mesmo que a mulher queira deixar o cabelo natural, a falta de conhecimento sobre cuidados, a dificuldade de informação e a carência de produtos pode levá-la a tomar a decisão do alisamento. Para Nátaly, o maior obstáculo das mulheres negras em relação aos seus cabelos é aprender a cuidá-lo e amá-lo, assim, ela afirma: “a dificuldade maior não é porque a pessoa não tem dinheiro, não tem poder aquisitivo alto, é a pessoa não saber usar o produto.” De modo que poucas mulheres negras têm o privilégio de aprender a cuidar dos seus cabelos naturais em casa, demonstra-se assim a importância das *youtubers* como uma espécie de propagadoras de conhecimento, ensinando cuidados, técnicas, manuseios, penteados e todo tipo de tratamento para cabelos crespos. Para além da representatividade negra, cria-se uma rede de ensinamentos e aprendizagem onde circulam informações sobre a beleza negra.

Começa até pela maquiagem. Você que é mulher negra, você vê o quanto é difícil você encontrar uma base do seu tom, um tom que você não fique cinza. Então, assim, pra mim, usar maquiagem é uma militância, porque eu tô falando aqui “Gente, eu tô aqui, eu consumo, eu uso creme de cabelo, eu me visto, eu quero tá bonita.” (Débora).

Com este comentário, Débora traz novamente à tona a ideia de que a beleza negra não é apenas uma questão estética, mas transcende em direção a uma posição política, demonstrando também que adquirir

mercadorias é também apropriar-se delas para torná-las signo (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006; CERTEAU, 1994).

Logo, pode-se ver não só o mercado criando um novo discurso sobre beleza, mas também um discurso sendo criado pelas mulheres negras ao apropriarem-se dos produtos de beleza negra. Com a autoestima elevada, obtendo autoaceitação e amando seus cabelos, as mulheres negras estão politizando a sua estética como meio de se opor ao racismo. As novas mercadorias para cabelos crespos possibilitam não apenas novos e melhores cuidados dos fios, mas também a visibilidade da mulher negra no consumo e nas mídias digitais, fortalecendo identidades, gostos e preferências. Além disso, as empresas que criam produtos para cabelos crespos tendem a fazer parcerias com as *youtubers*, de modo que também fortalecem uma nova rede de ensinamentos e aprendizagens em torno dos cabelos crespos.

Considerações Finais

Neste estudo, buscou-se compreender as novas possibilidades de consumo estético direcionado ao cabelo crespo em sua interação com a busca da mulher negra pelo reconhecimento de uma beleza negra, que se relaciona não apenas à dimensão estética, mas também política e social. Dessa maneira, procurou-se compreender o consumo em suas interações sociais, de modo a entender os ressignificados dados pelos indivíduos que consomem.

Para finalizar, é preciso lembrar que o consumo de mercadorias para cabelos crespos, seja de produtos capilares, seja de acessórios e apliques, deve ser visto como uma ressignificação do consumo por parte das mulheres negras. Para autores como Certeau (1994), a ressignificação do consumo pode ser vista como uma maneira de sair do

lugar de dominação imposto a uma população, neste caso as mulheres negras. Assim, as mulheres negras geram, em torno de seus cabelos, táticas de consumo que politizam estas mercadorias, e que se tensionam com as estratégias vindas das empresas de cosméticos. Ainda, essas táticas de consumo estético que são criadas pelas mulheres negras são também modos de politizar a beleza negra e de transformar a estética em uma ferramenta de luta contra o racismo. A mulher negra ao politizar esses produtos também politiza seu corpo dando visibilidade a sua negritude (FANON, 2008). Os bens de consumo, então, carregam significados que lhes são dados pelas consumidoras negras, mas não se distanciam totalmente do propósito pelo qual as empresas de cosméticos os comercializam.

Para além de uma visão de consumo massificada, a espécie de agência permitida pelo consumo, nesta perspectiva, permite que as mulheres negras deem significados próprios a mercadorias produzidas pelas empresas de cosméticos. Desse modo, vê-se as “maneiras de fazer” (CERTEAU, 1994) nos meios que as mulheres negras encontram para ressignificar o uso dos produtos de beleza, na politização dos produtos e acessórios capilares, na transformação dos bens de consumo em parte da sua luta pela visibilidade do corpo negro.

Além disso, as “artes de fazer” podem ser compreendidas nos usos cotidianos dados a estas mercadorias como modo de criar uma resistência política e social ao racismo. As “artes de fazer” estão no ato da mulher negra assumir o seu cabelo crespo, nos cuidados e manuseios deste cabelo, nas escolhas de consumo, na autoaceitação e elevação da autoestima das mulheres negras, nas astúcias diárias e práticas de resistência capazes de ressignificar os produtos capilares. Assim, percebeu-se que as novas mercadorias de consumo para cabelos crespos se relacionam com aspectos da cidadania e da inclusão da mulher

negra em uma sociedade que vem aprendendo a contemplar também a beleza negra.

Outro ponto importante é o de que a mudança na esfera do consumo se mostra relacionada principalmente à demanda e luta do movimento negro. Para além do que é vislumbrado neste artigo, acredita-se que políticas públicas que propõem uma tentativa de compensação para a população negra, como o caso das cotas raciais nas universidades, também permitem que a mulher negra se insira no mercado de trabalho, podendo reforçar suas demandas através de uma visibilidade maior como cidadã. O consumo tem a capacidade de mudar estereótipos e criar imagens positivas, mas é preciso ressaltar que não é capaz de sanar todas as bases de exclusões sociais e políticas.

Para além da estética, pode-se afirmar que a luta pela visibilidade e inclusão da mulher negra através de uma beleza negra é também uma pauta política que busca dar visibilidade ao corpo negro. Apesar do contexto capitalista, e das empresas de cosméticos visarem o lucro, ao atender esta demanda das mulheres negras em relação aos produtos para cabelos crespos, as empresas também acabam por valorizar a cultura negra. Tanto no campo das pesquisas, quanto no consumo, é preciso afirmar a visibilidade do corpo negro, assim como perceber que este vai além da dimensão estética, também explorando debates sociais e políticos.

Referências

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. In: *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Editora UFRJ, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTINHO, Cassi Ladi Reis. *A estética negra em Salvador (1996–2005)*.

XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

CRUZ, Cíntia Tâmara Pinto da. *Os cabelos mágicos: identidade e consumo de mulheres afrodescendentes no Instituto Beleza Natural*. 2013.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: SciELO-EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. *Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro*. Monografia para a conclusão do curso de Ciências Sociais. 53 folhas. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Maria Alice Rezenda; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Mais que feijoada e samba: notas sobre a cultura negra brasileira. In: LEITÃO, Débora Krischke; DE OLIVEIRA LIMA, Diana Nogueira; MACHADO, Rosana Pinheiro. *Antropologia e consumo: diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre: Ed. AGE, 2006.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Revista Cronos*, v. 12, n. 2, 2013.

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. *Mana*, v. 6, n. 1, p. 87-119, 2000.

SHETH, Jagdish N.; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce I. *Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2001.

XAVIER, Giovana. Domando os fios e civilizando os corpos: a construção da beleza afro-americana em alguns jornais e revistas negros de Chicago no pós-abolição (1918-1922). *XXVI Seminário Nacional de História*, São Paulo. 2011.

Resumo:

Neste artigo, visa-se tratar das interações entre novas mercadorias de consumo e a beleza negra, mais especificamente o cabelo crespo. Dessa maneira, procura-se observar e analisar a possível construção da identidade estética das mulheres negras. Através de uma etnografia digital em canais do *Youtube* que tratam sobre cabelos crespos, busca-se compreender a relação entre o consumo de produtos para o cabelo crespo e a construção de uma beleza negra pelas mulheres negras. O intuito de fazer uma etnografia digital, que se relaciona também à militância fora das redes sociais, é compreender os usos dos produtos, além das relações entre as mulheres negras, as mídias e as novas mercadorias estéticas a fim de perceber possíveis espaços de visibilidade para a beleza negra através do consumo. Assim, através das *youtubers*, afirma-se uma luta para visibilidade e inclusão da mulher negra através da beleza como pauta política e atual que vai além do consumo e além da esfera digital.

Palavras-chave: Cabelo Crespo; Beleza Negra; Mulher Negra; Consumo Antropológico; Mídias Digitais.

Abstract:

This article aims to deal with the interactions between new consumer products and black beauty, more specifically curly hair. In this way, we seek to observe and analyze the possible construction of the aesthetic identity of black women. Through a digital ethnography on Youtube channels that deal with curly hair, we seek to understand the relationship between the consumption of products for curly hair and the construction of a black beauty by black women. The purpose of making a digital ethnography, which is also related to militancy outside social networks, is to understand the uses of products, as well as the relations between black women, the media, and new aesthetic products, in order to perceive possible spaces of visibility for black beauty through consumption. Through the youtubers, a struggle for visibility and inclusion of black women is affirmed through beauty as a political and current agenda that goes beyond consumption and beyond the digital sphere.

Keywords: Curly Hair; Black Beauty; Black Woman; Anthropological consumption; Digital Media.

Recebido para publicação em 25/09/2019.

Aceito em 04/10/2019.

Margens, Mulheres e Maternidades: tecendo diálogos interseccionais

Ingrid Lorena Silva Leite

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5244-6774>

lorenaleitte17@gmail.com

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5926-3003>

leila.passos@uece.br

Introdução

O artigo traz articulações entre as categorias mulher, feminismos, interseccionalidades e maternidade(s), compreendendo múltiplas opressões vivenciadas por mulheres, especificamente, quando inscritas nas margens urbanas.¹ Salientamos raça/etnia, gênero e classe social

¹Desta feita, as margens urbanas fazem alusão às reflexões de Vera Telles (2010) para melhor explicitar os espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares ditos periféricos, em práticas produtoras do *homo sacer* (AGAMBEN, 2004) em situações imbricadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares. A noção de margens torna-se relevante para compreender as dinâmicas e fronteiras borradas e embaralhadas que atravessam e ultrapassam as margens de distintas cidades contemporâneas (BEZERRA, 2015).

como categorias estruturantes das relações sociais no Brasil. Dessa forma, objetivamos refletir acerca das interseccionalidades entre estes marcadores de diferenças a partir de estudos feministas e pós-coloniais contemporâneos. Para tanto, realizamos, em termos metodológicos, pesquisa bibliográfica com abordagem crítica e qualitativa acerca da temática em tela.

Mesmo ao considerarmos a contribuição histórica dos estudos feministas para a criação de conhecimentos emancipatórios capazes de desnaturalizar opressões e apontar para a construção de sociedades democráticas, importa destacar que expressam uma irrefutável diversidade epistemológica. De fato, nem toda teorização feminista participa ou dialoga com perspectivas crítico-democráticas, sobretudo, ao reconhecermos que os estudos feministas emergem em determinados contextos, sob configurações e mudanças culturais e geopolíticas específicas, e são desenvolvidas na sociedade capitalista, capitalista, de modo a atingir determinados objetivos. Assim, os estudos feministas matizados na perspectiva pós-colonial propõem construções de saberes, práticas e conhecimentos como ferramentas política e cultural, a sinalizar os contextos específicos e suas potencialidades.

De maneira complementar, estes dois campos de estudos — feministas e pós-coloniais — debatem criticamente as desigualdades e discriminações entrelaçadas de gênero, classe social e raça/etnia,² pautando olhares teóricos não ocidentais. Conforme assinalam Alencar

²O termo raça possui dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia. Dessa forma, raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas pela sociologia ou pelas ciências sociais, pois, raças são *efeitos de discursos sobre origem de um grupo*. Há ainda *discursos sobre origens de um grupo que enfatizam lugares*. O conceito de etnia possibilita a percepção dos indivíduos em sua diversidade sócio histórica e cultural. Para tanto, a discussão das relações étnico-raciais possui contornos particulares para as mulheres não brancas na realidade brasileira contemporânea (GUIMARÃES, 2003).

e Castilho (2016), compreender a articulação entre estes marcadores de diferenças sociais auxilia na problematização do processo de preconceito que as mulheres – sobretudo, não brancas e residentes nas nossas margens urbanas – podem sofrer em seus cotidianos, a expressar densas desigualdades entremeadas por discriminações. Consideramos, ainda, que os discursos sobre a maternidade, ou melhor, acerca do “*ideal de mãe*”, tendem a reproduzir e potencializar opressões e estigmas projetados sobre estas mulheres, a exigir um enfoque crítico e interseccional para fins de sua desnaturalização e desconstrução teórico-política.

Para complementarmos a proposta deste artigo, focaremos nas categorias mulher, maternidade e margens por duas questões primordiais. A primeira, por tentarmos elucidar quais discursos reforçam a figura da mulher como uma pessoa dita “em segunda perspectiva”, tendo, como debate central, a subalternidade gerada mediante a dominação masculina.³ E a segunda, por buscarmos pensar nesses elementos a partir das maternidades, que ainda carregam múltiplas exigências e opressões (im)postas às mulheres, com foco na figura da “mulher-mãe” das/nas margens. Neste sentido, trouxemos a perspectiva das interseccionalidades para este diálogo. Reconhecemos, desta feita, a urgência em melhor compreender as interfaces entre desigualdades e diferenças, que permeiam e entrecruzam-se nas vivências de *mulheres-mães*, em especial daquelas em situação de pobreza⁴ e mo-

³Bourdieu (2012) vê a dominação masculina, na forma como é imposta e experienciada, o exemplo daquilo que denomina de submissão paradoxal, efeito do conceito de violência simbólica, sendo violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas que se exerce, especialmente, pelas vias genuinamente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou mais especificamente, do desconhecimento, do sentimento.

⁴As abordagens que consideram as desigualdades sociais como causas da pobreza, aproximam as discussões da temática à pobreza relativa, enquanto as explicações que consideram o atendimento das necessidades biológicas referem à pobreza

radoras das margens urbanas brasileiras neste século XXI.

Buscamos dialogar, de forma interseccional, a partir das categorias mencionadas, tecendo um deslocamento da obrigatoriedade de conceituarmos a partir de um marcador específico para desenvolver tal análise. Para tanto, nossa abordagem inicia nos diálogos conceituais de estudos feministas, interseccionalidades e debates pós-coloniais, construindo entrecruzamentos a partir das noções de gênero e mulheres. Em seguida, adentramos as ideias de maternidades e margens urbanas, tendo como eixo norteador a perspectiva interseccional. Objetivamos elucidar as configurações de diferenciações sociais entremeadas a possíveis manifestações de desigualdades sociais em termos contextualizados histórica e culturalmente (HENNING, 2015).

Estudos feministas, pós-coloniais e as interseccionalidades: olhares cruzados sobre gênero e mulheres

Segundo Piscitelli (2002), o conceito de gênero desenvolveu-se no seio do pensamento feminista ocidental como uma expressão de ideias resultante da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas dos movimentos feministas, distantes de constituir-se em um todo unificado. As diversas correntes do pensamento feminista questionam a subordinação feminina perpetrada através do suposto “caráter naturalizado” decorrente das maneiras conforme a imagem da mulher foi construída sócio-histórica e culturalmente.

absoluta. Silva (2009), por exemplo, define pobreza em dois aspectos: pobreza absoluta, relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica e pobreza relativa que diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio de um determinado país. Evidenciamos, assim, a perspectiva multidimensional da pobreza.

O pensamento feminista vem apreendido, portanto, no plural – pensamentos feministas – pois, conforme a articulação de onde se extraem os conceitos para serem criticados ou (re) construídos, percebemos múltiplas possibilidades de examinar ou tecer reflexões, tendo em vista, a pluralidade dos movimentos feministas e teorias feministas em curso (SCHUCK, 2015).

Entre 1920 e 1930, o pensamento feminista apresentou diversas reivindicações para garantir a igualdade das mulheres no exercício dos direitos, a problematizar as raízes culturais das desigualdades existentes. E logo, diferentes perspectivas desenvolvidas ao final da década de 1960, tanto nos Estados Unidos, quanto na Inglaterra, permearam as correntes do pensamento feminista, com copiosas visões sobre as origens da opressão e da subordinação feminina. Assim, conforme nos demais países, os estudos feministas no Brasil resguardam especificidades históricas e teóricas a serem apreendidas. Desta feita, faremos o exercício de situar como esses estudos e debates convergem e/ou divergem em momentos distintos e não lineares, sinalizando diálogos teóricos e empíricos diversos.

Uma das primeiras vertentes do feminismo foi o socialismo orientado, segundo bem adverte Piscitelli, “[...] pelas maneiras de opressão sexual advindas com a divisão do trabalho alicerçada no sexo e, com as formas de parentesco e família, com base material na estrutura de classes” (PISCITELLI, 2002, p. 3). Outras vertentes criticavam tal percepção, acentuando a existência de múltiplas formas de opressão nos países socialistas. Neste decurso, outra via analítica associava capitalismo e patriarcado, a estabelecer articulação entre produção e reprodução como igualmente determinantes das relações sociais.

Para abranger as opressões sobre as mulheres, o processo reprodutivo foi tomado como base do feminismo radical, posto que a função

atribuída por esse quesito à mulher a tornaria “prisoneira da biologia”, dado que a gestação e os cuidados com a criança demandariam um período prolongado de dependência física, fazendo tal mulher ficar dependente do homem. Na perspectiva de libertação das mulheres das amarras da subordinação, seria necessário o feminismo radical considerar o controle da reprodução biológica, já que eliminaria o privilégio do homem e da própria distinção sexual.

No contexto brasileiro, Sarti (2001) destaca que a presença feminina na luta armada, nos anos 1960 e 1970 durante a ditadura militar, implicou, não apenas, se insurgir contra a ordem política vigente, mas concebeu uma transgressão ao que era alcunhado, à época, como “próprio” às mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, entre outros aspectos sociais e culturais. Porém, as discussões sobre raça/etnia não tinham destaque nesse contexto.

O feminismo no Brasil constituiu intenso vínculo com a luta pela democracia. Para Schuck (2015), a produção teórica feminista não estava no mesmo ritmo da atuação dos movimentos sociais. Deste modo, torna-se necessário, na produção teórica, ressaltar o papel crítico precursor do feminismo nos processos de desconstrução e confrontação dos saberes patriarcais hegemônicos, principalmente, nos países latino-americanos, compreendendo a existência de especificidades que precisam ser refletidas e problematizadas.

Em termos da produção das feministas pós-coloniais, Pelúcio (2012) destaca ter sido marcada por indianas, marroquinas, colombianas e brasileiras, que têm pensado as relações e desigualdades globais, dando centralidade ao jogo complexo das relações de classe,

raça/etnia, gênero, nacionalidade e orientação sexual, de forma contextualizada, e a partir de um saber situado. Segundo a supracitada autora:

Anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes (PELÚCIO, 2012, p. 399).

Uma das autoras que contribui para a formação do campo dos *estudos subalternos* é Gaytri Spivak (2010), teórica indiana, que apresenta, em seu projeto teórico-político, a relação com sua necessidade biográfica de desfazer o duplo lugar de fala subalterna que lhe foi imposto, como mulher numa nação colonizada. Esta autora teoriza sobre a capacidade do (a) subalterno (a) de se representar e quais possibilidades tem de subjetivar-se autonomamente. Discorre, assim, sobre as implicações em conquistar um espaço de enunciação, de assegurar um lugar de discurso, um espaço de fala das mulheres.

As mulheres, na perspectiva de Spivak (2010), sobretudo, entre as “camadas subalternas” estariam ainda mais desprovidas de uma gramática própria para construir suas falas. As reflexões acerca de quais passos a desenvolver têm como objetivo trazer discussões de *autoras não brancas e não ocidentais* para as análises sobre os feminismos e estudos sobre mulheres, tendo um conjunto de enunciações teóricas ora reconhecidas como *saberes subalternos*, justamente pelos encontros teóricos, metodológicos, éticos e epistemológicos que fazem aos saberes ditos hegemônicos (PELÚCIO, 2012).

Se, para Carvalho (2001), a arena discursiva enquanto o campo no qual se conduzia todo o debate sobre a subjetividade contemporânea, tanto pelo colonizador como pelo colonizado, estava centrada

no Ocidente, Spivak (2010) refez essas coordenadas ao *transportar a arena desse debate para outro lugar não eurocêntrico*. Segundo afirma, *a condição da subalternidade é a condição do silêncio*, por isso, a autora assim utiliza o termo “representação”:

[...] distinguindo os dois sentidos da palavra, segundo seu significado em alemão – *Vertretung* e *Darstellung*: o primeiro termo se refere ao *ato de assumir o lugar do outro* numa acepção política da palavra, e o segundo, a uma visão estética que prefigura o ato de performance ou encenação (SPIVAK, 2010, p. 13).

No discurso hegemônico eurocêntrico, o(a) subalterno(a) parece necessitar de um representante por sua própria condição de silenciado. Spivak (2010) considera o(a) sujeito(a) subalterno(a) como alguém que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada por ser heterogêneo(a). Esta autora denota que a condição de silenciado do(a) subalterno(a) está associada ao pressuposto do caráter dialógico da relação: *é preciso ter um ouvinte e um falante*. Como a condição do(a) subalterno(a) é silenciada, este(a) não é ouvido(a). Daí a suposta exigência de um representante a ocupar o lugar de fala do(a) “subalterno(a)”.

No momento em que o(a) subalterno(a) entrega-se ao representante, às mediações da representação de sua condição, torna-se um objeto nas mãos de seu procurador no circuito econômico e de poder e, com isso, não se subjetiva plenamente. Por conseguinte, sua legitimidade passa a ser dada por outra pessoa, que assume o seu lugar no espaço público e político, especializando-o como *lugar genérico do outro do poder*. Segundo Carvalho:

Formular uma *teoria da consciência deliberativa soberana e tingi-lo da condição específica de coparticipação da teórica feminista com os subalternos e insurgentes* (no caso, as mulheres) eis uma síntese

da agenda radical de Spivak (CARVALHO, 2001, p. 120-121, grifos nossos).

As feministas de países ditos “periféricos” localizados na América Latina, África, Oceania e Oriente Médio, tem reivindicado teorias próprias, em especial, a partir do início dos anos 1990. Emergia a necessidade de explicar outras forças que combinavam para constituir o lugar social e político não só das mulheres, mas dos (as) subalternos (as). O gênero torna-se um dos elementos apontados para essas explicações.

Nesse momento, feministas, com distintas formações, procuravam estratégias epistemológicas. Algumas estabeleceram um diálogo crítico com o pós-modernismo⁵ e o pós-estruturalismo,⁶ adotando parte de suas propostas desconstrucionistas para desvelar as redes de poder que escondem a aparente objetividade do conhecimento científico. O sujeito eurocêntrico era, então, posto em xeque pelas *formulações que reivindicam um lugar de fala e notava a importância político-epistemológica de um “saber localizado”* (PELÚCIO, 2012).

⁵O conceito pós-modernidade é permeado de nuances. Desde os anos 1980, o argumento de estarmos vivendo um momento de crise nas relações sociais e na “cultura” apareceu entre os neoconservadores preocupados com a crise de legitimidade pela qual passavam as “democracias ocidentais”. O momento “pós-moderno” – significado como fase histórica do capitalismo tardio e seu “reflexo” no pensamento — também é representado como deterioração: deterioro de possibilidades críticas e contestatórias, triunfo final de uma sociedade capitalista, sem mais capacidade de manter uma oposição política e cultural autêntica. Para alguns autores como Almeida (1999), a pós-modernidade pode ser compreendida como uma crítica à modernidade, sobretudo, ao declarar que não há lugar para as grandes narrativas.

⁶Segundo Williams (2013), o pós-estruturalismo é considerado um movimento que teve início em 1960 no âmbito da filosofia. Este movimento busca compreender os limites e o papel do conhecimento. Ressaltamos que a palavra limite é compreendida no sentido de indicar estabilidade relativa num dado espaço. Em poucas linhas, o pós-estruturalismo projeta o limite sobre o interior – não é confiável- do conhecimento e sobre a nossa compreensão elaborada da verdade e do bem. Esse movimento rastreia os efeitos de um limite estabelecido como diferença.

Num contexto de tensões e construções teóricas, Pelúcio assinalou:

Se a diferença entre os sexos, por um lado, era politicamente potente por ser capaz de apontar para uma experiência subjetiva comum entre as mulheres, por outro essencializava essa percepção e dificultava a problematização das diferenciações entre as mulheres. A igualdade, por sua vez, com sua reivindicação por paridade e equidade, comprometia essas mesmas diferenças das quais eu falava há pouco, não reconhecendo as estruturas de dominação que estavam ali implicadas (PELÚCIO, 2012, p. 406).

Identificamos que os debates e discussões sobre mulheres e relações étnicos raciais foram travados no âmbito das produções feministas e, sobretudo, pós-coloniais. Isso porque, a busca por uma equidade de gênero para a mulher negra não se reduz apenas à desigualdade entre homem e mulher. Afinal, a luta igualmente ocorre no gênero, nos feminismos, entre brancas e negras (ALENCAR; CASTILHO, 2016), bem como envolverá outras diferenciações entre as mulheres, de maneira a demarcar a multiplicidade das estruturas de dominação implicadas nestas relações.

Para Hooks (2015), há evidências de que o movimento feminista contemporâneo tem um aspecto unilateral do coletivo de mulheres, como se o cotidiano, as opressões e desigualdades de todas as mulheres fossem homogêneas, deixando à margem as particularidades e possíveis entrelaçamentos de raça/etnia e classe social. E, neste sentido, cabe salientar que mesmo o movimento negro ao final dos anos 1970 pautando demandas raciais, a discussão de gênero não era enfocada e, ao mesmo tempo, era suplantada por uma visão universalizante de mulher.

Esse contexto fez emergir *a voz das mulheres negras* em uma tomada de consciência oriunda da falta de representatividade, a conduzi-las a construir uma luta e agenda específicas a serem protagonizadas

por mulheres de ambos os movimentos sociais: feminista e negro (ALENCAR; CASTILHO, 2016). As possibilidades de articulação entre gênero, raça e classe social estabeleciam novos e complexos desafios para movimentos feministas e negro. A necessidade de pensar nas intersecções destes marcadores de diferenças socioculturais foi basilar para o amadurecimento das reflexões e atuações políticas feministas. Por isso, os estudos pós-coloniais possuem relevância nesse debate.

Para melhor contextualizar a emergência da preocupação interseccional nos estudos feministas, importa situar que o termo interseccionalidade foi constituído, nos anos 1990, pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991). Esta autora vislumbrava, então, tecer distintas formas de diferenciações sociais para desvelar a construção (ou não) de desigualdades sociais. Os diálogos no campo interseccional precisam ser marcados pelas experiências de sujeitas. Tal termo alude às reflexões e teorizações sobre a multiplicidade das diferenciações sociais que, articulando-se a gênero, raça e classe social, permeiam o social (PISCITELLI, 2008, p. 263).

Diante disso, há algumas ponderações a determinadas características que acentuam a utilização desse termo. No diálogo anglófono recente entre teóricas dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, percebemos a perspectiva de hierarquizar tais eixos estruturantes a partir de contextos específicos. Adriana Piscitelli (2008), por exemplo, afirma que algumas autoras trabalham com o termo *categorias de articulação*, a lembrar que Avtar Brah (2006) utiliza ambas as categorias como raça, gênero, classe, concomitantemente, construindo um debate complexo e político. Outro termo que costuma ser utilizado por autoras como Patricia Hill Collins (2000) e Wendy Hulko (2009), entre outras, para remeter a questões congêneres, corresponde

a *entrelaçamento de opressões*. Porém, em termos gerais, adotamos, nesse artigo, a categoria interseccionalidade, uma vez que, entre outras questões, parece ser a mais disseminada nos anos 2000. Afinal, a interseccionalidade potencializa processos de descobertas entre estruturas, sujeitos(as) e seus microcontextos de experiências. Segundo Henning (2015, p. 110):

Um notável giro é o deslocamento da obrigatoriedade de partir de um marcador específico para desenvolver a análise interseccional, para uma *atenção localizada às configurações de diferenciações sociais e de possíveis desigualdades em termos contextualizados histórica e culturalmente*. Tal giro, portanto, relativizaria o aspecto indispensável de, por exemplo, se recitar o “mantra dos três marcadores”, uma vez que se opõe à de partir de diferenças tidas como relevantes a priori, assim como se opõe à necessidade de criação de uma ampla generalizante e transcultural “teoria interseccional estrutural”, ao primar por análises localizadas e contingenciais.

Propomos construir e refletir sob as configurações e diferenciais sociais sem engendrar padrões fixos, tendo em vista a necessidade de questionar quadros epistêmicos rígidos e descolar a construção de olhares e saberes que possam dialogar com diversidades culturais, sociais e políticas.

Destacamos que ser mulher e, sobretudo, “ser mulher das margens”, envolve ir além de características físico-geográficas. Pressupõe um reconhecimento pessoal e social fundante das identidades, assim como a afirmação e a valorização social que possam tencionar imagens negativadas e discursos estigmatizantes historicamente projetadas sobre estas sujeitas e/ou sobre seus territórios vividos situados às margens. Alencar e Castilho (2016) sinalizam, por exemplo, que as marcas construídas pelo racismo na subjetividade negra desdobram-se não só na desqualificação social de mulheres negras e na desvalorização da cultura de matriz africana, mas também se interpõe no próprio

reconhecimento político e social dos movimentos sociais e de suas demandas.

Segundo mencionado por Spivak (2010), o diálogo político e feminista envolve categorias subalternizadas, sobretudo, quando pensamos nessas discussões ao longo da formação social brasileira. As raízes históricas da situação da mulher, principalmente quando “mulher-mãe”, negra e trabalhadora, acirram discursos e práticas opressores, discriminatórios e desiguais.

A categoria mulher foi pensada e articulada nas raízes do feminismo radical, a destacar tanto as dimensões de classe e raça, como a perspectiva de que as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres. Esse último aspecto é fundante para a noção de feminismo, sobretudo, em termos políticos. Afinal, a categoria mulher foi incorporada às concepções biológicas e aos aspectos socialmente construídos por causa da ênfase outorgada aos aspectos biológicos, em razão da assentada dimensão essencialista (BADINTER, 1985). Piscitelli (2002) aponta que era constante, no final do século XX, objetar os “estudos sobre mulher” aos “estudos de gênero”, conforme enunciou:

As duas situações são compreensíveis quando se pensa na trajetória do pensamento feminista. Quero dizer, o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre “mulher” e compartilhando vários de seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres. Isto fica claro quando prestamos atenção [...] no pensamento feminista ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher. (PISCITELLI, 2002, p. 8).

Os avanços dos pensamentos feministas, desde o século XX, suscitaram deslocamentos na ideia monolítica de opressão feminina universal. O conceito de gênero foi proposto como uma categoria de análise

alternativa ao patriarcado,⁷ visando às relações sociais construídas.

Nestes marcos analíticos, a teórica feminista Joan Scott (1989) ganhou destaque. Para ela, a história do pensamento feminista rejeita a construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, nos seus conjuntos e argumentos característicos. E, estabelece uma tentativa de descolar seus funcionamentos. Dessa feita, o feminismo se expandiu dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Scott (1989) afirma que a palavra gênero foi utilizada *a priori* pelas feministas americanas, que queriam imbuir um caráter social às distinções baseadas no sexo. A palavra indicava também um aspecto relacional das distinções normativas das feminilidades.

Nas décadas 1970 e 1980, a categoria de gênero encontrou uma via teórica própria, principalmente, na perspectiva pós-estruturalista (SCOTT, 1989; PISCITELLI, 2002). Este estilo de pensamento foi evidente em reformulações das conceituações de gênero, sobretudo, nas relações de poder. As análises a partir dessa perspectiva mostraram os deslocamentos mencionados, a despeito da explicação da subordinação universal da mulher. Com uma posição crítica às relações binárias e às identidades fixas, Butler (2003) propõe uma pesquisa genealógica⁸ para evidenciar a construção da dualidade sexual, com

⁷Para Piscitelli (2002) em termos de práticas políticas e teóricas algumas feministas trabalharam com uma ideia geral e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política. Porém o conceito patriarcado foi esgarçado no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem incorporados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e, sobretudo, seu desenvolvimento histórico.

⁸Foucault (2015) aponta a genealogia como um modo de problematizar as práticas sociais. Segundo Foucault (2015), a perspectiva genealógica pode ser compreendida como uma proposta para tentar escapar de todo ponto de vista causal, problematizar as práticas de poder, subjetivação e discursivas que construíam e produziam um modo de ser, pensar, agir e sentir específicos a uma época, promovendo a dispersão dos acontecimentos, questionando as relações de saber-poder que produziram realidades, saberes e subjetividades.

os diversos discursos, nos quais o sexo aparece como culturalmente construído.

Uma genealogia política, advinda de ontologias de gênero, desconstruiria a aparência substantiva do gênero em seus atos característicos, localizaria e descreveria esses atos dentro de marcos compulsivos situados por forças diversas que “vigiam” a aparência social do gênero. E, assim, esses atos e também gestos seriam “performáticos”, no sentido em que a essência que, supostamente, expressam, são construções manufaturadas e apoiadas através de signos corporais e de outros meios. (PISCITELLI, 2008)

Compreendemos que a categoria gênero conecta-se com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente – de classe social, raciais/ étnicas, sexuais, entre outras – e, por tal motivo, torna *impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e alicerçado*. Desta forma, gênero não se constitui de forma coerente e contínua (PISCITELLI, 2002).

No século XXI, temos uma vasta produção de intelectuais que buscam eliminar a naturalização na conceituação da diferença sexual, pensando gênero de forma “não identitária”. Ao recusar concepções universalistas presentes e ao conceber gênero a partir das múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos, temos uma abertura de perspectivas de pesquisas e estudos sobre gênero não centradas nas mulheres. As discussões sobre masculinidade e os estudos *queer* marcam essas linhas de pesquisa. Segundo analisa Piscitelli:

No âmbito das discussões feministas, porém, as formulações des-constructivistas têm provocado reações negativas. Essas reações, que convergem em assinalar a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista – “gênero sem mulheres?” – mostram questionamentos à “despolitização” da pesquisa acadêmica e

um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política. (PISCITELLI, 2002, p. 17).

A concepção de mulher no século XXI está voltada à historicidade, não apresentando um sentido definido. Trata-se de uma complexa rede de aspectos não determinados, mas descobertos. Alguns aspectos exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos anos, em contextos, o que não significa que possam ser universalizadas. Por isso, não se trata de pensar em “mulheres como tais”, ou “mulheres nas sociedades patriarcais”, mas em “mulheres em contextos específicos” (PISCITELLI, 2002, p. 21, grifos nossos).

Neste sentido, considerando que “nenhuma mulher nasce mãe, torna-se mãe” (MESTRE, 2013, p. 208), identificamos a necessidade de compreender as discussões e as análises empreendidas acerca das mulheres mães, pobres, residentes das margens urbanas e não brancas, de maneira a problematizar as significações de maternidade(s) socialmente instituídas. Questionamos, desta feita, se os discursos acerca do “ideal de mãe” reproduzem e potencializam opressões e estigmas sobre as mulheres, sobretudo, em situação de pobreza, não brancas e residentes nas margens urbanas brasileiras nestes anos 2000. Cabe trazer a este diálogo as reflexões de Badinter (1985), ao destacar certa perpetuação do “mito do amor materno”, como uma construção social iniciada no século XVIII, que enfoca o ideal da “boa mãe”: aquela que se dedica, exclusivamente, ao filho; ama-o incondicionalmente; a mãe como ser de amor, dedicação, perdão, abnegação.

Para a supracitada autora, a partir de uma lógica dominante e de valores sociomoraes estabelecidos, os ditos papéis da mãe, do pai e do(as) filho(a) são socialmente determinados. Nas palavras de Badinter: “Segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, considerada uma boa mãe”

(BADINTER, 1985, p. 25). Ressalta que, neste viés, há uma surda luta dos sexos, o conflito entre homem e mulher, que, muitas vezes, é compreendido pela dominação de um sobre o outro. Esta autora aponta todos os esforços investidos na construção de discursos e práticas de valorização e de necessidade de uma maternidade moldada sob os padrões da época, perspectiva vigente na sociedade capitalista ocidental. A questão do amor materno vem carregada de supostos “universalismos” e generalizações.

Não há, portanto, necessidade masculina em mostrar sua superioridade, visto que, já ocupa tal espaço e desempenha o papel sociocultural de dominador. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode, assim, ser vista como justificativa naturalizada da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão (sexual) do trabalho (BOURDIEU, 2012).

Essa divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, em um aspecto normalizado, naturalizado, a ponto de ser forçosa. A divisão está presente, ao mesmo instante, em estado objetivado nas coisas – na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas” – em todo o mundo social; e em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus*⁹ dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, conforme enuncia Bourdieu (2012). A força da ordem masculina evidencia-se no fato de que dispensa justificção. A perspectiva androcêntrica impõe-se como neutra e pres-

⁹Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e, sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes (BOURDIEU, 2014).

cinde de enunciar-se em discursos para legitimá-la. A ordem social funciona como uma grande máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina¹⁰ sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos.

Frisamos que, em determinados contextos históricos, os discursos e práticas que permeiam a categoria maternidade, podem reforçar opressões sobre as mulheres. Porém, essas opressões ocorrem de formas diferenciadas quando trazemos para o debate as diferenciações de classe social, raça e margens. A relevância dos apontamentos feitos para a compreensão das significações de maternidade, a exigir uma abordagem interseccional e situada, tendo em vista que as vidas das mulheres, pobres, não brancas, principalmente, aquelas no exercício da maternidade, estão imbricadas aos eixos estruturantes da sociedade brasileira.

Para Piscitelli (2008), perceber as articulações entre as diferenciações sociais permite refletir “sobre as margens de agência concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, medida socialmente” (PISCITELLI, 2008, p. 207). As interseccionalidades são, por fim, aportes teóricos importantes na captura de consequências da interação entre inúmeras formas de subordinação, as quais podem superar a noção de superposição e/ou hierarquizações de opressões e explorações.

¹⁰Bourdieu (2012) vê a dominação masculina, na forma como é imposta e experienciada, o exemplo daquilo que denomina de submissão paradoxal, efeito do conceito de violência simbólica, sendo violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas que se exerce, especialmente, pelas vias genuinamente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou mais especificamente, do desconhecimento, do sentimento.

Mulheres e margens: aproximações interseccionais

Ao (re)pensar a categoria mulher, após um breve diálogo com os estudos feministas e pós-coloniais evidenciamos que qualquer abordagem essencialista distorce, necessariamente, conhecimentos/saberes, experiências, contextos e conceitos. Primeiro, porque toma como imutável e natural o que é sociohistórico e culturalmente construído – com foco nas relações entre os sexos e as suas “funções” sócio simbólicas; segundo, porque tende a generalizar o que não pode ser homogeneizado; e, por último, por definir como ponto de referência um centro auto imaginado. Segundo Bahri (2013), as mulheres foram definidas, historicamente, como *outro* pelos homens, que se imaginam o centro a partir do qual delineiam as “margens”. Em similaridade, muitas mulheres *do Norte* imaginaram-se e determinaram-se como sendo o centro, a remeter para as margens muitas outras mulheres identificadas como *do Sul*, nos sentidos epistemológicos e político-culturais destas expressões.

Para Bahri (2013), há múltiplas opressões sofridas pelas mulheres, principalmente, em se tratando de mulheres em situação de pobreza pluridimensional, moradoras das margens urbanas e não brancas, que possuem sua identidade moldada e marcada pela ideia de inferioridade atribuída à cultura africana e/ou afrodescendente nesta sociedade brasileira, ainda sob a matriz político-cultural hierárquico-conservador e autoritário (TELLES, 2010), na qual os machismos/sexismos e racismos entrelaçam-se e tendem a reforçar traços de colonialismos desigualdades e discriminações seletivamente (im)postos a determinados indivíduos e/ou grupos sociais.

Ao travar um debate interseccional, compreendemos que as mu-

lheres em situação de pobreza e residentes nas margens urbanas estão imersas neste sistema capitalista que, deliberadamente, as invisibiliza socialmente como sujeitas. Esta subalternidade tem raízes histórico-culturais profundas e, aparentemente invisíveis, tornando-se difícil desmontar as estruturas de opressão/dominação impetradas às mulheres, com enfoque ao lugar socialmente projetado e impelido a estas sujeitas.

Dessa forma, ao articular o conceito de maternidades na perspectiva plural, buscamos nos aproximar da proposta analítica de Bell Hooks (2015) quando destaca que fatores como classe social, raça, religião, preferência sexual criam uma diversidade de experiências que determina até que momento o sexismo e/ou o racismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. Afinal, conforme salienta esta autora: “[...] *ser oprimida significa ausência de opções*” (HOOKS, 2015, p. 197, *grifos nossos*). No entanto, essa “ausência de opções” pode se tornar *lugar de resistência*, quando pensamos as maternidades, com experiências situadas que envolvem sujeitos, disputas simbólicas, conquistas, como também englobam opressões e violências. Esses elementos sociais, culturais e políticos não emergem ou se articulam através de um único mercado de raça, classe ou gênero, mas sim a partir da dinâmica da vida social que envolve diversos marcadores de diferenças sociais a partir dos microcontextos de existências das sujeitas envolvidas. Aqui, o desafio está em como tecemos o diálogo interseccional sem estabelecer outras hierarquias, tendo vista, a necessidade de compreender os contextos específicos nos quais determinados marcadores sociais se expressam.

Consideramos urgente investir na construção de perspectivas teórico-metodológicas capazes de problematizar e apreender as dinâmicas e estruturas desta dominação/opressão, com vistas tanto ao deci-

framento do real, como à criação de caminhos de resistências e superação das desigualdades e das discriminações vivenciadas por mulheres/mulheres pobres, não brancas em seus territórios vividos nas particularidades brasileiras.

Nesse contexto, é fundamental pensar e articular a discussão de raça à compreensão das significações das maternidades, como também à pobreza e à violência urbana,¹¹ alicerçada na perspectiva das interseccionalidades. Em especial, porque a questão racial é estruturante nas relações sociais brasileiras articulada às dimensões de classe social e de gênero, com considerável relevância ao enfoque dos territórios e suas respectivas territorialidades. Construir um debate interseccional possibilita compreender um sistema formado de múltiplas e heterogêneas “hierarquias globais”, “heterarquias”; bem como oportuniza definir, orientar e diferenciar formas de dominação e exploração política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística, sexual e racial dos indivíduos na sociedade moderna/colonial (BAHRI, 2013). Traços a ganhar particularidades a serem compreendidas na vida brasileira contemporânea.

Em decorrência das diferenças e, de maneira conexas, das desigualdades entre as mulheres, as violências tendem a agravar-se de acordo com o contexto em que vivem e poderão ser potencializadas em função do entrecruzamento de suas marcas geracionais, raciais, de sua posição na estratificação social e de suas sexualidades. Esta perspectiva interseccionada permite compreender a complexidade e as ambiguidades. Destacamos que há conflitos quando trazemos para os de-

¹¹Perspectiva interpretativa sobre violência urbana, enunciada por Silva (2004) que trata da violência urbana, compreendida como um conjunto de práticas sociais que adquirem sentido para os atores em suas experiências vividas na cidade, cujo núcleo de sentido consensual é o uso da força física no crime. Para o autor, a violência urbana, como representação, indica um complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime.

bates categorias que possuem particularidades históricas, sobretudo em relação às maternidades, a demandarem situar e refletir acerca das contradições que atravessam e constituem esses diálogos críticos e plurais.

A ideia de maternidade, comumente concebida em nosso contexto social, reflete a assimetria instaurada entre os sexos. Tal assimetria condiciona as figuras femininas e a vulnerabilidade social das mulheres nos diferentes contextos socioculturais do nosso país. Porto (2011) nos chama a atenção para a reprodução social destes comportamentos e discursos – a naturalizar a assimetria nas relações nas quais estão associadas a percepção e a hierarquização da diferença – e para a principal construção dessa assimetria, tanto por sua antiguidade, como pela universalidade pretensa, que se estabelece entre os sexos. Importa ressaltar que Sarti (1994) nos alerta para compreendermos que *o substrato fundamental da construção da figura feminina no contexto de famílias pobres, sobretudo residentes das margens urbanas, concerne no trabalho doméstico que, muito além do sentido concreto das atividades cotidianas, significa, junto com a maternidade, o cerne central da definição de “ser mulher-mãe”*. Essa definição ocorre nesse mundo social recortado pela diferenciação de gênero, classe social, raça e território.

Ao mencionar a noção de margens urbanas entremeadas às relações étnico raciais, abrimos espaço a reflexões sobre as desigualdades sociais que marcam a vida de milhares de mulheres, mães, não brancas e moradoras de espaços ditos “periféricos” das cidades. Vale salientar que, no capitalismo ocidental, os acessos às oportunidades, às políticas públicas sociais, aos direitos materializam-se de formas diferenciadas ao considerar os recortes de classes sociais, gêneros e etnias/raças. Desta feita, as desigualdades sociais e a pobreza pluridi-

mensional associadas às discriminações assumem contornos singulares adensados para as populações inscritas nas margens ora compreendida na acepção reapropriada por Telles (2010: p. 33-34) da noção original de Das e Poole, a saber:

[...] produção das ‘margens’ que não correspondem a definições territoriais, periferia ou territórios da pobreza, pois elas se deslocam, se fazem e refazem conforme mudam os alvos, as conveniências, o foco das atenções dos representantes da ordem, em condições concretas de tempo e espaço[...] *São espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nestes lugares, práticas que produzem a figura do homo sacer em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares.* No entanto, são também lugares em que a presença do Estado circunscreve um campo de práticas e de contracondutas, no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação, microrregulações, poderíamos dizer, ancoradas nas condições práticas da vida social. [...] a noção de margem é sobretudo importante pela perspectiva que abre para descrever e discutir ‘a exceção que se tornou a regra’, para retomar aqui a formulação famosa de Benjamim e que Agamben atualiza em seu *O Poder Soberano e a vida nua*” (TELLES, 2010: p. 33-34; grifos nossos).

Situações adensadas nas nossas margens marcadas por violência urbana, criminalização da pobreza e pela exceção transmutada em regra, em especial, (re)produzida pelo Estado em sua face penal-punitiva, que reitera, cotidianamente, parâmetros racializados de seleção dos alvos prioritários das correlacionais perspectivas de biopolítica (FOUCAULT, 2015) e necropolítica (MBEMBE, 2018) em expansão neste século XXI. Assim, cabe lembrar que as relações étnico-raciais representam, no Brasil, vetores condicionantes para (des)classificar socialmente os indivíduos das/nas margens, conforme evidenciado em diversos espaços do cotidiano: na casa, na escola, no trabalho, na universidade, nos espaços públicos, sobretudo, em seus ter-

ritórios de moradia. Aqui, a discussão das margens urbanas é fundamental, pois como assinala Bezerra (2015), esses espaços urbanos encontram-se submetidos a “[...] acusações sócio morais e criminalizações a priori (re) projetadas sobre seus moradores” (BEZERRA, 2015, p. 14).

Essas acusações, como destaca a autora, podem reproduzir esquemas classificatórios que afetam diretamente a vida dessas pessoas, cerceiam suas oportunidades de existência e os mantém presos a determinados lugares sociais minados por processos de estigmatizações e segregações socioterritoriais. As figurações públicas negativadas projetadas sobre espaços das/nas margens – a denotarem estigmas, sujeição criminal (MISSE, 2010) e violências materiais/simbólicas impelidas aos seus moradores – estão associados aos eixos estruturantes dos processos sociais brasileiros, a merecerem futuros aprofundamentos, quais sejam: nossa raiz escravocrata e seus desdobramentos no(s) racismo(s) em curso; as desigualdades de gênero, sob o enfoque do patriarcado; a construção sociocultural das classes sociais associada à hierarquização das relações sociais no capitalismo dependente/subalterno à brasileira.

Por isso, urdir uma perspectiva crítica e situada, conforme enuncia Schuck (2015), exige a tessitura de uma análise acerca da produção teórica feminista brasileira entrelaçada aos estudos pós-coloniais para apreender estes entrecruzamentos entre desigualdades e diferenciações. Esta autora apreende a importância das teorias feministas para tencionar a normatização patriarcal, entender opressão e exploração das mulheres, bem como lutar para superá-las, a exigir a identificação de quais estruturas sociais e processos de interação mantêm a dominação masculina e a subordinação feminina. Em sentido complementar, Schuck (2015) ressalta a relevância das concepções críticas às colonia-

lidades do poder/saber, às subalternidades múltiplas, à hierarquização entre as mulheres, às opressões patriarcais/raciais/coloniais/capitalistas, de maneira a trazer, ao debate público, a pluralidade de sujeitas/os feministas, novos campos discursivos pós-coloniais. Estas nos parecem chaves analíticas profícuas às reflexões sobre feminismos e “mulheres em contextos específicos”, a considerar as particularidades da vida brasileira neste capitalismo mundializado dos anos 2000.

Considerações finais

Ao realizarmos as articulações entre as categorias mulher, feminismos, interseccionalidades e maternidade(s), compreendemos as múltiplas opressões vivenciadas por mulheres, especificamente, quando inscritas nas margens urbanas. Interpretamos que na realidade brasileira as vidas dessas mulheres atravessam categorias complexas como raça/etnia, gênero e classe social, elementos estruturantes das relações sociais. Dessa forma, destacamos que as reflexões acerca das interseccionalidades entre estes marcadores de diferenças a partir de estudos feministas e pós-coloniais contemporâneos, nos possibilitaram analisar as opressões, bem como as resistências.

Os estudos pós-coloniais, ao problematizar tais categorias e apontar para as interseccionalidades, conseguem avançar nesta perspectiva. Estas discussões elucidaram diversos questionamentos sobre a forma como os dispositivos de poder produzem diferenças e classificações, a fomentar outras sensibilidades, deslocamentos e reinvenções no campo das teorias sociais e práticas político-culturais.

Desta feita, as opressões dialogam e se anunciam de formas diversas nas trajetórias de vidas das mulheres, que possuem em seus corpos e expressões discursos e práticas assinaladas pela ideia social-

mente construída de inferioridade/ o outro do masculino. Esses diálogos se acirram em contextos nos quais se entrecruzam estigmatizações e segregações sócio-territórias, opressões de gênero/ etnia e raça, desigualdades sociais e econômicas e racismos que são agudizados nas experiências de sujeitas residentes nas margens das cidades. Tecer a perspectiva interseccional é apreender que as múltiplas diferenciações – raça, gênero e classe social – envolvem e ultrapassam formas de violências e subordinações, posto que podem constituir formas de resistências coletivas cotidianas.

As experiências das mulheres, mães, em situação de pobreza e não brancas, inscritas nas margens, no que diz respeito às suas maternidades, tornam-se invisíveis sem uma abordagem interseccional, principalmente na perspectiva de compreender a realidade que vivenciam. Por isso, evidenciamos que, os saberes ditos subalternos, assinalam a compreensão de participar do esforço para prover outra gramática sociocultural e política, outras referências analíticas, outras epistemologias, que não aquela impelida como “verdadeira”, ou até mesmo única digna de ser aprendida e reproduzida sobre as questões e ideias sobre feminismos e gêneros e maternidades.

Os debates, ideias e reflexões que perpassam essa discussão são inesgotáveis. Este artigo configura-se, portanto, em tentativa de contribuir na problematização e compreensão de contextos de experiências de *mulheres das e nas margens urbanas*, produzidas nos diálogos críticos e plurais com os estudos feministas e pós coloniais, sob o enfoque das interseccionalidades.

Referências

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ALENCAR, Larissa Siqueira de; CASTILHO, Maria Augusta de. “Gênero e relações étnico-raciais: a mulher negra brasileira em debate”. Revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, abril-junio, 2016. Disponível em: hdl.handle.net. Acesso 28/11/2014.

ALMEIDA, Antonio Luis Campos. Pós-modernismo, pós-estruturalismo e a nova história: a recusa da razão totalizante. *Pro-posições*, v. 8, n. 23, março, 1999.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659 – 688, agosto de 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. *Pobreza e lugar (es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim*. – Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2014.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Jorge de. *O olhar etnográfico e a voz subalterna*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107 – 147, julho de 2001.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, São Paulo, jan./jun, 2003.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Interseccionalidades e pensamento feminista*, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

HILL COLLINS, Patricia. *O pensamento feminista negro*. Boitempo, 2019.

HOOKS, Bell. Mulheres negras; moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, nº 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

HULKO, Wendy. The time—and context—contingent nature of intersectionality and interlocking oppressions. *Affilia: Journal of Women and Social Work*. Vol. 24, p. 44-55, 2009.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

MESTRE, S. O. *Amor só de Mãe: drama e estigma de mães de adolescentes privados de liberdade*. Monografia. Universidade Estadual de Rondônia, Porto Velho, 2013.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 79, 2010.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395 – 418, jul-dez 2012.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 7 – 42, 2002.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 11, n. 2, p. 263 – 274, jul./dez. 2008.

_____. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. *Contemporânea*

– Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 2, p. 377 – 404, jul-dez. 2013.

PORTO, Dora. O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero. *Revista Redbioética*, UNESCO, ano 2, 1(3), 55-66, jan-jun, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 31-48, set. 2001.

SCHUCK, Elena de Oliveira. O papel do pensamento feminista nos pós-colonialismos latino-americanos. In: *I Seminário Internacional de Ciência Política* (SICP), Porto Alegre, 2015, disponível em www.ufrgs.br Acesso: 15. Jan. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, UFRGS, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun., 2004.

SILVA, Maria O. S. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina. Editorial. São Luís. *Revista de Políticas Públicas*, v. 13. n. 2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2010.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Resumo:

Este artigo objetiva refletir sobre articulações entre as categorias mulher, feminismos, interseccionalidades e maternidades, compreendendo as múltiplas opressões vivenciadas por mulheres, sobretudo aquelas inscritas nas margens. Considera-se raça/etnia, gênero e classe social como eixos estruturantes que balizam as relações sociais no Brasil. Diante disso, construímos um diálogo contemporâneo e crítico entre e com categorias fundantes que perpassam uma perspectiva interseccional. Para tanto, em termos metodológicos, realizamos pesquisa exploratória, alicerçada no estudo bibliográfico com uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Gênero; maternidades; interseccionalidades; margens.

Abstract:

This article aims to reflect on articulations between the categories woman, Feminisms, Intersectionalities and Maternities, comprising the multiple oppressions experienced by women, especially those inscribed in the margins. It is considered race/ethnicity, gender and social class as structuring axes that balize social relations in Brazil. Therefore, we built a contemporary and critical dialogue between and with founding categories that permeate an intersectional perspective. Therefore, in methodological terms, we conducted exploratory research, based on the bibliographic study with a qualitative approach.

Keywords: Gender; maternity; intersectionalities; margins.

Recebido para publicação em 27/04/2019.

Aceito em 06/11/2019.

Islamofobia e elementos fascistas no discurso de Olavo de Carvalho e do Movimento Mídia Sem Máscaras (MSM)

Natalia Cruz

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5797-2156>
ndrc@globo.com

Introdução

O Brasil vem sendo palco de diversos movimentos de extrema-direita nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. A reestruturação do capitalismo, a fragmentação da classe trabalhadora, enfraquecendo sua identidade de classe, e a instabilidade econômica e social que coloca as classes médias em uma situação de insegurança e predispostas a medos coletivos socialmente construídos, contribuíram para que o terreno político e social brasileiro torne-se fértil para o surgimento de movimentos sociais extremistas situados à direita do espectro político, com discursos elaborados em torno da ideia de inimigo e de nacionalismo extremado.

O presente trabalho estuda o movimento *Mídia Sem Máscara*

(*MSM*), criado e liderado por Olavo de Carvalho, que faz uso das redes sociais para difundir sua visão de mundo e suas narrativas sobre os problemas brasileiros e mundiais, com o objetivo de alcançar a opinião pública e persuadi-la a aderir às suas propostas discriminatórias e excludentes de organização da sociedade brasileira.

O aspecto de seu discurso a ser analisado será a islamofobia, apreendendo como o discurso islamofóbico aparece em suas narrativas e se articula com uma visão fascista de mundo, ligando-se a um projeto político excludente e autoritário que, no entanto, usa a ideia de neutralidade e objetividade para ocultar a ideologia de extrema-direita inerente ao seu discurso. Será abordada também a simetria do seu discurso com o chamado neoconservadorismo norte-americano, apresentando as influências dessa corrente de pensamento nas ideias do movimento e do seu líder.

Para abordar o discurso do *Mídia Sem Máscara* e de seu líder Olavo de Carvalho, farei uso da metodologia da análise crítica do Discurso, desenvolvida historicamente como prática social transformadora da sociedade, possibilitando aos analistas um papel de intervenção social na realidade por meio de suas análises. Ao desnudar as ideologias implícitas nos discursos dominantes, tal metodologia contribui para demonstrar a função social de determinados discursos, qual seja, a manutenção de relações sociais, econômicas e políticas que estruturam a dominação das classes favorecidas sobre o conjunto da população. (KRESS, 1990, p. 85).

Para o presente trabalho, será usada a contribuição de Gramsci, através dos conceitos de hegemonia e guerra de posição, para compreender a difusão dos discursos do *MSM* através das redes sociais como forma de conquistar a hegemonia de suas ideias e de seu modelo de sociedade junto à opinião pública, fortalecendo a posição política,

econômica e social das classes dominantes.

A análise será baseada na perspectiva do linguista britânico Norman Fairclough (2001), cujo método se enquadra na Teoria Social do Discurso, analisando-se as relações entre o discurso e outros elementos da prática social. Para ele, um discurso é simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social, possuindo uma natureza dialética, pois o discurso constitui a realidade social e é também constituído por ela.

Os conceitos gramscinianos de hegemonia e guerra de posição (GRAMSCI, 1988) serão utilizados para a compreensão dos objetivos do *MSM* na difusão dos discursos produzidos em seu site. Serão apontados também os elementos fascistas do discurso do movimento em questão, sendo a metodologia da análise crítica do discurso e os conceitos de Gramsci extremamente úteis para a desconstrução do discurso de caráter fascista do *Mídia Sem Máscara*, contribuindo assim para o fortalecimento dos ideais democráticos na sociedade brasileira.

Para tanto, é extremamente importante uma discussão sobre os conceitos de fascismo, autoritarismo, direita e extrema direita, temas bastante controversos e sujeitos a vários debates no campo das ciências sociais e da história. O discurso do *MSM* e de Olavo de Carvalho possui alguns elementos pertencentes à visão de mundo fascista, podendo ser identificado com o campo político da extrema-direita.

Direita, Autoritarismo, Fascismo e Neofascismo

Segundo Schurster, Lapsky & Silva (2014, p. 9), a “direita” é composta por uma variedade de posições e tendências. Existem aqueles que aderem ao sistema de valores e às instituições representativas das democracias liberais, mas com forte conteúdo antissocial e regressivo

– como o corte de direitos sociais e de conquistas políticas –, enquanto outros propõem a supressão da ordem representativa e abandonam o conceito de “liberdade” enquanto um símbolo de sua ação e propaganda políticas. Existem os que adotam perspectivas xenofóbicas e racistas, podendo chegar ou não a um projeto político de caráter fascista.

O que une as diversas tendências do campo da direita é a defesa da ordem social dominante e do status quo econômico, com preservação do sistema de propriedade privada dos meios de produção e dos interesses econômicos dos grupos dirigentes em face do conjunto organizado e popular da sociedade. A direita é, em sua maioria conservadora, mas podemos encontrar também tendências reacionárias, que apresentam um saudosismo em relação a épocas anteriores, representadas de forma idílica e mítica.¹

Ainda segundo Schurster, Lapsky & Silva (2014, p. 10), não há uma essência única no campo da direita, embora alguns temas apareçam em praticamente todas as tendências direitistas – como a supressão de direitos sociais, a liberdade do uso de armas e a diminuição dos direitos políticos. No que diz respeito ao papel do Estado, por exemplo, os segmentos da direita tradicional ou da direita fundamentalista veem o Estado como um ente “totalitário”, incompetente e perdulário na gestão da coisa pública e seu tamanho “excessivo” como ameaça à “liberdade” do indivíduo. Já para a direita mais ligada ao fascismo clássico, e mesmo a algumas ditaduras militares clássicas, o Estado é um instrumento fundamental para a prosperidade e realização dos objetivos “nacionais”, incluindo-se o dirigismo econômico.

A extrema-direita, seja de caráter fascista ou ligada às formas auto-

¹Para aprofundamento da diferença entre conservadores e reacionários, ver Silva (2000).

ritárias tradicionais da direita, é uma forma de expressão das mais radicais de um submundo que afirma e legitima sua presença na sociedade através da prática da violência, seja física ou verbal. “A ressurgência dos fascismos está ligada ... a uma questão central que identificamos como sendo a alteridade” Schurster, Lapsky & Silva (2014, p. 10). Tais tendências negam a possibilidade da diferença e da pluralidade.

Há os autores que percebem o liberalismo como a ideologia que marcou os limites e os graus de intensidade do espectro político da direita. Para Crespo (2014, p. 18-19), a direita distingue-se em dois pontos: a tensão entre liberdade e autoritarismo e entre livre mercado e estatismo. O liberalismo é uma ideologia fundamentada centralmente no individualismo e na fobia pelo Estado. Em termos históricos, o liberalismo afirmou-se como a ideologia contrária à monarquia absoluta propondo limites à ação estatal sobre o indivíduo. Partindo desta visão individualista e da concepção negativa de liberdade, o liberalismo fundamentou sua ideologia em uma “moral sobre o político” para proteger três direitos considerados como naturais e inalienáveis: o direito à vida, o direito à propriedade e o direito à liberdade (DWORKIN, 1985). O liberalismo seria então uma ideologia que propõe uma forma de governo representativo que respeita o indivíduo, as leis e o Estado de Direito (CRESPO, 2014, p. 19). A direita não-liberal situa-se então no campo da extrema-direita, defendendo regimes autoritários e/ou intervenção do Estado na vida individual, situando-se neste campo tendências fundamentalistas religiosas que pretendem impor regras de comportamento moral, os movimentos xenofóbicos, racistas e/ou fascistas. Ressalte-se ainda que um movimento ou regime de extrema-direita não necessariamente é antiliberal na economia, havendo combinações de liberdade econômica com não-liberdade na esfera civil e política.

A extrema-direita pode ser de caráter tradicional, como é o caso de ditaduras militares clássicas, ou de caráter fascista. O conceito de fascismo, portanto, define uma tendência da direita que não pode ser compreendida com o simples conceito de autoritarismo.² Inicialmente, o termo “fascismo” era designado para definir o movimento político fundado por Benito Mussolini, em Milão, em 1919, cuja expressão concreta eram os chamados “*fasci di combattimento*”, com a palavra *fascio* significando feixe e união, símbolo da autoridade dos magistrados romanos. Os *fasci di combattimento* eram grupos paramilitares do partido fascista, formado por militantes que exerciam atos violentos contra os inimigos do movimento. Posteriormente, o termo passou a designar outros diversos movimentos e partidos nacionalistas de extrema-direita, caracterizados por estruturas fortemente hierarquizadas, centradas num líder, em torno de ideias autoritárias, antili-

²Segundo Bobbio (1995, p. 95-97), são chamados de autoritários regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma única pessoa ou órgão, relegando a segundo plano as instituições representativas ou até mesmo aniquilando-as. A autoridade política, neste caso, é condicionada por uma estrutura política hierárquica baseada na ideia de desigualdade entre os homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder, empregando meios coercitivos contra os opositores. Autoritarismo é diferente de totalitarismo, pois neste o princípio hierárquico não é um instrumento da ordem, mas de mobilização total da nação numa luta ilimitada contra outras nações ou seus inimigos internos. O totalitarismo busca o consenso e pretende o domínio total pela via tanto da coerção como do convencimento das massas. Os regimes fascistas seriam tendencialmente totalitários. Mas existem análises que conceituam o totalitarismo partindo dos pressupostos liberais, construindo abstrações teóricas exatamente opostas aos valores do liberalismo. Um exemplo é a obra de F. Neumann (1969, p. 268-70), que enumera o que seria para ele os cinco fatores de uma ditadura totalitária: estado policial x estado de direito (força x lei), poder concentrado x poder difuso (concentração x difusão), partido estatal monopolista x pluralidade partidária (monopólio x pluralismo), controles sociais totalitários x controles sociais pluralistas (Estado x liberdade) e presença do terror como ameaça ao indivíduo (violência x razão do indivíduo). Elabora-se então uma visão dicotômica que exalta o Estado liberal como o melhor dos mundos, onde predominaria o reino da lei, da razão e da liberdade, enquanto no seu contrário reinaria a opressão e a violência.

berais, antidemocráticas e anticomunistas. Assim, o termo virou um conceito que abrange um conjunto de manifestações políticas que apenas na aparência se diferenciavam, e que compartilhavam elementos ideológicos comuns (FALCON, 1991).

Konder (1977) reafirma que o conceito de fascismo não se reduz aos conceitos de ditadura ou autoritarismo, pois nem todo movimento ou regime autoritário é fascista. O fascismo pertence ao gênero da direita, sendo uma espécie de direita diferente das direitas tradicionais. O fascismo pretende mobilizar as massas em torno de um ideal comum, por isso não aceita o relativismo absoluto, pois ele é incapaz de armar os homens para o combate e impede a formação de bases sólidas para as convicções apaixonadas que devem mover o engajamento das massas. O fascismo precisa de um princípio sagrado, posto acima de qualquer discussão e dúvida. Esse princípio é o mito da Pátria, baseado em uma unidade fictícia, e não na nação real com conflitos e contradições, havendo a repressão ao diferente e ao que não faça parte da identidade nacional cultuada. O fascismo prega a união das classes sociais, e não o seu conflito, e arregimenta adeptos em todos os setores sociais.

Os debates acerca das bases sociais dos movimentos fascistas são permeados de divergências. Dentro do campo marxista, os autores se dividem entre os que relacionam o fascismo com o grande capital e os que acentuam a participação das camadas médias da sociedade. A historiografia marxista tende a associar a ascensão dos fascismos com a crise do capital monopolista em suas dificuldades para desenvolver extensiva e intensivamente a exploração da força de trabalho. Dessa forma, o fascismo teria servido para esmagar as organizações independentes da classe trabalhadora, atraindo parte dela e dos setores médios, cujo principal beneficiado teria sido o grande capital. As

análises mais dogmáticas e reducionistas estabelecem uma relação direta capital fascismo, como se este tivesse sido criação dos grandes setores capitalistas. Autores marxistas contribuíram também para relativizar essas análises, enfatizando que originalmente os fascismos foram movimentos da pequena burguesia que posteriormente foram instrumentalizados e apoiados pelos grandes capitalistas por não verem mais os partidos burgueses tradicionais como garantidores da ordem do capital.³

Um dos autores que inovou nos estudos sobre o fascismo no campo marxista foi Palmiro Togliatti, que em sua obra *Lições sobre o Fascismo*, escrita em 1935, superou a fórmula simplista elaborada pela Internacional Comunista, em novembro de 1935, segundo a qual o fascismo seria apenas “uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e agressivos do capital financeiro” (RAGIONIERI, 1976, p. 742-743).⁴ Tal definição, além de não considerar o papel das massas no processo, não contribuía para diferenciar o fascismo das demais ditaduras tradicionais da burguesia. Togliatti enriqueceu então a definição de fascismo afirmando que ele é também um regime reacionário de massas (RAGIONIERI, 1976).

Togliatti percebeu que o fascismo, além de fazer uso da repressão e da violência, também realizava uma política de massas, sendo o Partido Nacional Fascista italiano um “partido de novo tipo” da burguesia, um partido de massas (VACCA, 1974, p. 231). Nesse sentido, Togliatti se aproximaria da reflexão de Antônio Gramsci – a

³Uma obra fundamental sobre as principais teorias explicativas do fascismo é a de Renzo de Felice (1976).

⁴Com base nessa definição, a Internacional Comunista adotou a teoria do “social fascismo” no VI Congresso em 1928, afastando a questão do caráter de massas do fascismo por alguns anos. Segundo esta teoria, a social-democracia seria um “irmão gêmeo” do fascismo, por também servir ao capital monopolista. Tal tese foi desconstruída por vários autores, entre os quais Trotsky (2019) e Poulantzas (1978).

qual ele, inclusive, desconhecia –, desenvolvida em seus *Cadernos do Cárcere*, à medida que abordava a prática fascista de “obtenção do consenso” e não somente da “imposição por coerção” e por apontar para as relações estabelecidas entre o Estado fascista e as organizações de massa, entre elas o próprio partido fascista e os sindicatos corporativos (MONDAINI, 2003).

Togliatti (1974, p. 111) mostra que a ditadura fascista constrói um movimento de massa organizando a burguesia e a pequena burguesia, esforçando-se para levar as massas às suas organizações, ligando-as ao aparato da ditadura. Neste raciocínio, percebe-se em seu trabalho a revelação da estratégia que Gramsci vai definir como “guerra de posição” ou “luta por hegemonia nas fronteiras da sociedade civil” (GRAMSCI, 1989).

Gramsci também foi um dos grandes estudiosos do fascismo, tendo sido ele mesmo prisioneiro do fascismo italiano. O historiador estadunidense Walter Adamson (1980) aponta que Gramsci evoluiu em sua análise sobre o fascismo quando, em sua obra *Cadernos do Cárcere* (escrita na prisão sob o regime de Mussolini), desenvolve os conceitos de crise de hegemonia/crise orgânica, cesarismo e revolução passiva.⁵

Segundo Melo (2016, p. 128-130), um importante aspecto da teoria política de Gramsci é abordar o processo hegemônico como uma relação dialética entre elementos de direção com os de domínio, consenso e coerção. É possível obter o consenso “espontâneo” de amplas camadas da população, enquanto a coerção é exercida sobre os grupos ou setores sociais que resistem ou sobre a sociedade como um todo nos momentos de crise em que o consenso “espontâneo” é quebrado.

⁵Para discussão mais aprofundada desses conceitos na obra de Gramsci, ver Melo (2016).

O fascismo seria então uma forma de regime que combina alta dose de coerção com boa dose de consenso.

A importância da discussão conceitual sobre o fascismo reside no esclarecimento quanto à sua natureza social, às diferenças entre os movimentos fascistas (inicialmente dominados pelos setores pequeno-burgueses) e os regimes fascistas (quando o grande capital passa a ser o principal beneficiado pelas políticas do Estado fascista) e à sua diferenciação frente aos movimentos e regimes autoritários de direita tradicionais, que se limitam à coerção e não mobilizam as massas. Nesse sentido, é muito importante a obra de Poulantzas (1978), que relaciona o processo de fascização das sociedades italiana e alemã a uma crise política específica, envolvendo as frações burguesas em sua dificuldade de obter a hegemonia sobre o bloco no poder, resultando na reorganização deste bloco sob a hegemonia do capital monopolista e financeiro. O autor aponta alguns elementos que fazem parte deste processo de fascização, dentre eles, a ruptura entre as classes sociais e os partidos que as representam, uma crise ideológica generalizada e a penetração da ideologia pequeno-burguesa na classe operária.

O movimento *Mídia Sem Máscara* é formado por elementos da pequena burguesia, como jornalistas, advogados, professores, psiquiatras etc., que apresentam em seu discurso elementos da mentalidade fascista (teorias conspiratórias, aversão à diversidade política e étnico cultural, construção de inimigos internos e externos, nacionalismo etc.), conforme veremos adiante, e se preocupam em mobilizar vastos setores da sociedade através das redes sociais em um movimento de confluência entre a propaganda e a publicidade (Patschiki, 2012, p. 123), em uma iniciativa de produção de consenso em torno de ideias que servem aos interesses dos setores dominantes da grande burguesia, assim como possuem uma rede extrapartidária associada a vários

aparelhos privados de hegemonia da grande e pequena burguesia. Por essas relações e por suas ideias, Patschiki (2012, p. 17-18) afirma serem “prepostos, funcionários da classe dominante, que arrogam um poder que não detêm, mas que mesmo assim encarnam”.

Seus vínculos com elementos ideológicos do fascismo não significam que reproduzam toda a ideologia fascista e a forma de organização dos fascismos clássicos (aqueles situados entre o período entreguerras). Nestes, o antiliberalismo era voltado para todos os aspectos, políticos, sociais e econômicos, pois a economia era corporativa com forte intervenção do estado na organização dos diversos elementos produtivos com vistas a garantir a reprodução ampliada de acumulação de capital. Nos chamados neofascismos, há uma combinação entre defesa do liberalismo econômico com um antiliberalismo político e social. A liberdade da iniciativa privada no mercado é defendida, mas não a liberdade individual em questões morais e comportamentais e as liberdades políticas, visto que em seu discurso, os adversários são tratados como inimigos e não como forças legítimas na disputa política, revelando-se assim um caráter autoritário desse movimento, embora procurem mascarar seu autoritarismo atuando no sistema liberal democrático.

Portanto, este artigo não advoga a tese epocal sobre o fascismo, segundo a qual o fascismo seria produto de uma dada época histórica situada no período entreguerras e indissociável da crise econômica, política e social do período, sendo as consequências da primeira guerra mundial um dos fatores chave para a explicação da ascensão dos movimentos e regimes fascistas. Por essa visão, os fascismos não ressurgiriam em outros períodos históricos, pois aquela conjuntura específica não se repetirá. Fazem parte desta concepção historicista do fascismo pensadores como Renzo de Felice (1976) e Ernest Nolte

(1963), entre outros.

Consideramos que o fascismo pode ressurgir em outros contextos históricos, pois atualmente há vários movimentos chamados neofascistas, que advogam o espírito e a essência do fascismo, embora não reproduzam exatamente a forma de organização e todo o ideário dos fascismos clássicos. Segundo Silva (2003), o fascismo não é um movimento morto, pertencente à história e sem qualquer papel político contemporâneo. A historiografia pós anos 1980 apresenta análises mais conceituais, que veem o fascismo como uma possibilidade da moderna sociedade de massas, e não apenas de um período histórico determinado. Seria possível então falar de um modelo a-histórico e fenomenológico do fascismo.

A definição mais apropriada do que seja fascismo foi dada por Robert Paxton, e podemos encontrar movimentos desse tipo nas sociedades atuais. O fascismo é:

uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (PAXTON, 2007, p. 358-359).

Os chamados neofascistas defendem o neoliberalismo, saindo da proposta do fascismo clássico de cunho corporativista e intervencionista do Estado.⁶ Calil (2018) aponta que a associação entre fascistas

⁶É importante atentar para o fato de que o caráter intervencionista do Estado nos fascismos clássicos não significou estatização de empresas, mas sim regulação dos conflitos de classes, com vistas a assegurar a hegemonia da fração do capital

e neoliberalismo já existia entre os integralistas do pós-1945⁷ no Brasil e que esse precedente integralista revela as formas específicas que o fascismo assume para se adaptar a diferentes contextos políticos, seja apresentando um compromisso “democrático” mas esvaziando o sentido do termo, seja incorporando uma perspectiva econômica neoliberal.

Essa observação é útil para visualizarmos o MSM como um movimento que defende ao mesmo tempo elementos do fascismo e também do neoliberalismo, assim como do neoconservadorismo norte-americano.⁸

A Teoria Social do Discurso

É importante abordar como Fairclough concebe a teoria social do discurso, já que a sua metodologia será empregada na análise do discurso de Olavo de Carvalho. Fairclough inspirou-se na Linguística Sistêmica Funcional (LSF) desenvolvida por M. Halliday (1991), que vê a linguagem humana como dotada de funções sociais, havendo três macrofunções que atuam simultaneamente nos textos: ideacional, interpessoal e textual. A Ideacional seria a representação da experiência, refletindo a “realidade” na língua, ou seja, são as representações sobre a realidade. A função interpessoal seria o uso da linguagem na interação social, a língua como ação e como expressão de relações pessoais e sociais. Já a função textual diz respeito aos aspectos semânticos,

monopolista e financeiro do bloco no poder. Ver Poulantzas (1978).

⁷O integralismo foi um movimento fascista surgido no Brasil em 1932, liderado por Plínio Salgado. Após 1945, adotou o nome de Partido de Representação Popular (PRP) e passou a adaptar o discurso ao novo contexto histórico, inclusive defendendo a pauta neoliberal.

⁸A relação com os neoconservadores norte-americanos será abordada no decorrer da análise do discurso do movimento.

gramaticais e estruturais presentes no texto e que possuem um valor funcional.

Fairclough recontextualizou a LSF de Halliday, alterando alguns dos seus pontos. Ele mantém a função ideacional, mas cinde a função interpessoal em função relacional e função identitária. A primeira seria “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” e a segunda “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Quanto à função textual, Farclough a incorpora ao significado acional, pois não distingue uma função ‘textual’ separada, mas a incorpora à ação (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27).

Para Farclough, o discurso é a intermediação entre o texto e os eventos (ou a realidade), sendo uma prática social que expressa modos de agir, de representar e de ser. O significado acional aproxima-se da função relacional da linguagem, porque o texto é um modo de interação em eventos sociais e a ação através do texto questiona ou legitima relações sociais e de poder. A questão da intertextualidade e da interdiscursividade também é levada em conta no significado acional do texto. O significado representacional relaciona-se com a função ideacional porque enfatiza a representação da realidade, enquanto o significado identificacional diz respeito à construção de identidades no discurso, relacionando-se, portanto, com a função identitária.

O texto será percebido como uma das manifestações da linguagem, vista como essencialmente interativa, e que possui objetivos e fins a serem atingidos, já que se direciona ao outro, tendo uma perspectiva persuasiva e argumentativa. Partindo do pressuposto de que o discurso é baseado em um suporte ideológico, o conceito de ideologia – mais especificamente o de John Thompson (2002) – será de extrema importância na compreensão do discurso do *MSM*, já que a linguagem

é determinada em última instância pela ideologia, não havendo uma relação direta entre as representações sobre a realidade e a língua. Assim, analisar um discurso é compreender não somente o que o texto diz e como ele diz, mas também porque ele diz o que diz.

Quem são Olavo de Carvalho e o Mídia Sem Máscara

O *Mídia Sem Máscara* foi fundado em 2002, tendo como principal instrumento de divulgação de suas ideias a rede mundial de computadores. Localizado no *site* midiasemmascara.org, tem como fundador e editor-chefe Olavo de Carvalho (oriundo de uma família da nova pequena burguesia brasileira), que possui um *site* próprio, www.olavodecarvalho.org, denomina-se filósofo e ministra cursos no Seminário de Filosofia — o qual também possui um *site*, www.seminariodefilosofia.org. Olavo de Carvalho preside o *The Inter-American Institute* (theinteramerican.org), integrado, segundo o próprio, por intelectuais “de alto calibre dos EUA e da América Latina”.⁹

O *MSM* foi fundado com o objetivo de “denunciar” o que chamam de “viés esquerdista” da mídia brasileira, que esconderia ou distorceria ideias e notícias. Assim, o *site* se pretende “sem máscara”, ou seja, divulgaria notícias sem distorções, apresentando-se como “objetivo” e “neutro”, imagem esta totalmente inverídica pelo viés direitista das narrativas de seus membros.

A filiação ideológica do *MSM* pode ser percebida pelos *links* existentes em seu facebook para páginas do *Instituto Mises Brasil* (que defende as ideias neoliberais no mundo) e de Jair Messias Bolsonaro

⁹Informações retiradas do *site* midiasemmascara.org. Acesso em agosto de 2017. O movimento possui também Facebook ([ptbr.facebook.com](https://pt-br.facebook.com)), Twitter (twitter.com) e Youtube (www.youtube.com).

(famoso político brasileiro de origem militar, eleito à Presidência do Brasil nas eleições de outubro de 2018, sendo o principal representante das ideias de extrema-direita no país e defensor dos regimes militares instituídos no Brasil após o golpe de 1964). Assim, o *MSM* conjuga a defesa do neoliberalismo na economia e do conservadorismo de caráter autoritário na política e na sociedade.

Lucas Patschiki (2012) discorre sobre os intelectuais que compõem o movimento e analisa o *MSM* no período de 2002 a 2011. Segundo o autor, Olavo de Carvalho criou o *MSM* para agrupar vários intelectuais de direita em torno do anticomunismo, no contexto das eleições presidenciais de 2002 em que Luiz Inácio Lula da Silva, do *Partido dos Trabalhadores (PT)*, foi eleito para o cargo pela primeira vez. Carvalho chegou a ser filiado ao *Partido Comunista Brasileiro (PCB)* e afirma ter abandonado o partido em 1968 por discordar da luta armada, afirmação esta sem sentido, pois os que abandonavam o partido nesta época o faziam para entrar na luta armada, e não por serem contra essa forma de luta (PATSCHIKI, 2012, p. 27).

No final da década de 1980, passou a se dedicar mais ativamente à Filosofia (embora não tenha concluído nenhum curso superior na área), criando cursos permanentes, os chamados Seminários de Filosofia, época em que se firmou como intelectual “de certo renome”. Porém, na imprensa, Carvalho emergiu no espaço deixado pela morte de Paulo Francis, em 1997, período em que a grande mídia defendia ostensivamente o neoliberalismo, fazendo parte dessa rede o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Em 1996, lançou o livro *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras* pela Editora da UniverCidade do Rio de Janeiro, foi autor de vários livros sobre Astrologia, Política e Filosofia e, nos anos 2000, trabalhou em vários jornais, revistas e editoras, como *O Globo*, *Zero*

Hora, Jornal do Comércio e Jornal do Brasil. (PATSCHIKI, 2012, p. 42-43)

O site próprio de Olavo de Carvalho, por sua vez, foi lançado em 1998, quando passou a atuar intensivamente nas redes sociais. Já em 2002, o *Mídia Sem Máscara* é fundado e, através dele, Carvalho passa a aglutinar em torno de si vários intelectuais, sendo um poderoso meio de unificação ideológica e organizacional da extrema-direita brasileira (PATSCHIKI, 2012, p. 46).

Em 2005, Carvalho foi demitido de diversos jornais e revistas em que trabalhava – entre eles *O Globo* e *Zero Hora* –, e passou a viver do *Jornal do Comércio*, mantido pela *Associação Comercial de São Paulo (ACSP)*. Depois das demissões, ele mudou-se para os EUA, residindo em Richmond, Virginia, como correspondente do *Diário do Comércio*. (PATSCHIKI, 2012, p. 47)

Carvalho fundou também o *Instituto Olavo de Carvalho (IOC)*, em 2009, que se tornou um importante espaço de formação ideológica de futuros intelectuais, para servirem de quadros do *Mídia Sem Máscara*, através do oferecimento de cursos de filosofia e línguas e grupos de estudos literários (PATSCHIKI, 2012, p. 58).

Patschiki considera o *Mídia Sem Máscara* um movimento neofascista, que funcionaria como um partido político. Segundo ele, a partir de 2005, após sua demissão de vários jornais e revistas, Carvalho radicaliza sua prática política anterior, “passando a agregar e refinar projetos de cunho chauvinistas e fascizantes, militando abertamente por partidos e organizações de novo tipo, que não se colocassem somente contra uma possível ascensão da esquerda, mas contra qualquer abertura democratizante permitida pela burguesia” (PATSCHIKI, 2012, p. 69).

O *Mídia Sem Máscara* seria um partido porque cumpriria uma fun-

ção partidária, ou seja, organiza e dissemina um discurso ideológico através dos seus intelectuais, forma quadros e militantes de base e arregimenta simpatizantes usando como estratégia principal a guerra de posições, atuando em várias organizações e frentes (incluindo a sua rede extra-partidária), cujo objetivo é atuar em momentos de crise política aberta (PATSHIKI, 2012, p. 71).

O trabalho de Lucas Patschiki é praticamente o único no campo acadêmico sobre Olavo de Carvalho e o *Mídia Sem Máscara*. Mas existem análises de outros pensadores expressas em mídias alternativas e também nas dominantes. O cientista político Álvaro Bianchi, por exemplo, afirma que, embora Carvalho não seja um acadêmico, é um intelectual de grande influência na opinião pública brasileira, exercendo atividade intelectual há várias décadas como articulista em jornais de grande circulação e nas redes sociais. Bianchi enfatiza que “há pouca verdade” na narrativa filosófica de Carvalho, porém, ela é persuasiva e eficaz por abordar “os medos e as inseguranças do homem comum perante as transformações do mundo contemporâneo” (COLETTA, 2018).

Bianchi diz ainda que Carvalho “reciclou” para o contexto brasileiro “de modo bastante eficaz” o tema de um suposto marxismo cultural, que faz parte do discurso da direita nos Estados Unidos desde a década de 1970. O autor não tem dúvidas de que as teses apresentadas por Carvalho nessa área são teorias conspiratórias. “Ele [Olavo de Carvalho] atribui um peso ao marxismo nas universidades brasileiras que simplesmente não existe” (COLETTA, 2018, s.p.).

Já Esther Solano chama a atenção para o fato de que Carvalho soube se capitalizar com base no novo formato de comunicação: fácil, rápido, polêmico e combativo. É a forma comunicativa do *best seller*, daquele palestrante que tem um conteúdo muito simples e mastigado.

Uma coisa fácil, polêmica e que faz sucesso” (COLETTA, 2018, s.p.).

Segundo o professor de Direito e Relações Internacionais, Fabrício Pontin, a narrativa conspiratória de Carvalho “dá um curto-circuito na tentativa de crítica”, ou seja, se alguém diz que Olavo está errado, tal crítico de seu pensamento passa a fazer parte da conspiração e estaria “trabalhando para manter todos iludidos”. Mas o autor considera que Carvalho explora “os delírios da ortodoxia da academia brasileira” que se fecha em grupos que não dialogam com a sociedade, enquanto Carvalho mantém um diálogo aberto com os seguidores, respondendo *e-mails*, fazendo conferências com seus admiradores, respondendo as ansiedades dos seus seguidores. Nesse sentido, haveria um vazio deixado pela intelectualidade acadêmica, enquanto muitas pessoas não se sentem representadas pelas forças políticas e pelos pensamentos correntes: “O Olavo não é o grande autor da extrema direita brasileira. Ele se tornou o grande intérprete das ansiedades de massa no Brasil, um cara que foi capaz de ler as vulnerabilidades e demandas sociais muito melhor que muito crítico cultural marxista que insiste em achar que Adorno vai nos ajudar a explicar esse ou aquele aspecto do problema de classe” (OUTRAS MÍDIAS, 2019).

A análise de Pontin é elucidativa acerca da estratégia de Carvalho ao se basear em uma suposta erudição filosófica, propagandeando que ele próprio teria uma grande capacidade de interpretação dos trabalhos clássicos da Filosofia Ocidental que o permitiria demonstrar o verdadeiro “sentido” destes textos, escondidos por um complô dos filósofos das universidades. Além disso, Pontin aponta que Carvalho explora as vulnerabilidades do sistema educacional brasileiro e se coloca como um “profeta” de uma suposta “guerra cultural”, aproveitando da incompreensão de parte do público sobre as novas dinâmicas sociais de gênero e de organização política. Ele trabalha também com um senso

de nostalgia e uma “vontade de desaceleração da pauta progressista”, atraindo muitos insatisfeitos com tais pautas para um movimento de base organizado por ele que explora essas ansiedades sociopolíticas de parte da população, oferecendo uma explicação fácil e direta para as mudanças dos últimos anos (OUTRAS MÍDIAS, 2019).

Miguel aborda o que seria para ele os três eixos da extrema-direita brasileira: o libertarianismo – baseado no ultraliberalismo, prega o menor Estado possível e considera toda situação nascida dos mecanismos de mercado justa por definição; o fundamentalismo religioso – baseado na crença em uma verdade revelada divinamente, anulando qualquer possibilidade de debate; e o anticomunismo – relacionado também com “bolivarianismo”. Esses eixos podem aparecer juntos, e ele dá como exemplo o pensamento de Olavo de Carvalho, no qual confluem-se o reacionarismo moral e o anticomunismo exacerbado, produzindo discursos como a crença em um complô para derrubar o capitalismo e a “civilização ocidental” através da dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional. Difundindo o que seria o “marxismo cultural” baseado supostamente nas ideias de Gramsci, Carvalho acredita que a estratégia gramsciniana é “apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda a herança moral e cultural da humanidade” (MIGUEL, 2019, p. 21).

A análise do discurso islamofóbico em Olavo de Carvalho

Para abordar a islamofobia em Olavo de Carvalho e no *Mídia Sem Máscara*, serão analisados dois artigos de autoria do próprio Carvalho e publicados no *site* do movimento. O primeiro artigo é *A Revolução*

Abrangente, também divulgado no *Diário do Comércio*, em 27 de outubro de 2013; o segundo artigo intitula-se *As Garras da Esfinge – Rene Guenon e a Islamização do Ocidente*, publicado em *Verbum*, Ano I, Números 1 e 1, julho-outubro de 2016. A análise iniciará com a abordagem do significado acional dos discursos, para em seguida passarmos para os significados representacional e identificacional, de acordo com a metodologia de Farclough citada anteriormente.

O Significado Acional do Discurso Islamofóbico de Olavo de Carvalho

Um relatório britânico, *Runnymede Report*, de novembro de 1997, define islamofobia como “o medo, ódio e hostilidade direcionado ao Islã e aos muçulmanos perpetrados por uma série de visões fechadas que insinuam e atribuem estereótipos e crenças negativos e depreciativos aos muçulmanos” (*apud* RAMOS, 2015, p. 108). Há autores que relacionam islamofobia com racismo, sendo um deles, Ibrahim Kalin, classificando-a como uma espécie de racismo cultural, enfatizando que “é impossível separar a Islamofobia do ódio étnico contra árabes, asiáticos e negros.” (KALIN, 2011, p. 600)

Assim sendo, podemos definir a postura de Carvalho como racista e que visa difundir uma imagem estereotipada e preconceituosa acerca do islã em geral, e dos muçulmanos, contribuindo para gerar atitudes de intolerância contra eles.

De acordo com a metodologia de análise de discurso de Farclough, iniciaremos com o significado acional do texto. Ao perceber os textos como uma forma de ação política que visa influenciar a opinião e visão de mundo dos leitores, sendo, portanto, uma forma de interação social, eles têm uma função relacional.

É importante então discutir o conceito gramsciano de hegemonia, que trouxe grandes contribuições para o estudo da dominação de classe nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas. Segundo Portelli (1977, p. 65), Gramsci enfatizava, além da coerção, o consentimento das massas através do convencimento e da persuasão, sendo para ele muito relevante a direção cultural e ideológica da classe dominante sobre toda a sociedade, retirando o conceito de hegemonia de seu caráter puramente político baseado na formulação leninista.

Para Gramsci, o terreno essencial da luta está na sociedade civil, pois o grupo que a controla torna-se hegemônico, coroando tal hegemonia na conquista da sociedade política, estendendo-a ao conjunto do Estado, formado pela sociedade civil mais sociedade política (PORTELLI, 1977). A luta pela hegemonia é denominada por Gramsci de “guerra de posição”, ou seja, conquista de “posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para a sua posterior conservação” (COUTINHO, 1992, p. 89).

Para Gramsci, então, “a hegemonia é um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI, 1988, p. 423), sendo o discurso um meio de se lutar pelo consenso. Assim, as práticas discursivas realizadas através das práticas textuais são formas de estabelecer a hegemonia, e estão ligadas a determinadas práticas sociais que contribuem para a manutenção de relações assimétricas de poder sustentadas em redes de práticas.

Assim sendo, no âmbito da sociedade civil, estão partidos políticos, imprensa, instituições sociais, etc, sendo atualmente as redes sociais um espaço da sociedade civil muito utilizado para a disseminação de determinadas ideias, valores, concepções de mundo ligados a determinados grupos sociais, visando convencer a sociedade e atrair

adeptos que possam colaborar com suas práticas sociais. No caso aqui abordado, o MSM e seu líder Olavo de Carvalho procuram conquistar a hegemonia por meio da persuasão e dos discursos de cunho político-ideológico, mas apresentados como se fossem verdade. Por isso, a importância de analisar a prática textual desse grupo e, começando pelo significado acional, serão abordados o gênero e o grau de intertextualidade.

O primeiro artigo, *A Revolução Abrangente*, tem como tese central a ideia de união de um amplo conjunto de movimentos e pautas sociais associados ao “esquerdismo”, como o islamismo, o indigenismo, o estatismo, a negritude, a liberação das drogas, o homossexualismo, o feminismo, apresentados sempre de forma pejorativa e em oposição aos valores do ocidente cristão.

No que diz respeito ao gênero, podemos afirmar que o texto é um artigo político, que procura convencer os leitores dos seus argumentos e persuadi-los a agir em conformidade com a visão de mundo passada no texto. Assim, Carvalho busca desenvolver nos leitores a ação política contrária aos elementos apresentados no texto como os inimigos a serem combatidos e reforçar ou gerar preconceitos e conservadorismos de caráter político, social e moral religioso, com o objetivo de manter a ordem social dominante. O pré-gênero do texto é, portanto, o argumentativo-dissertativo.

Carvalho fala de um suposto movimento revolucionário, unido por forças heterogêneas, mas com um objetivo em comum, e que estariam “unidas tão somente pelo ódio comum a um inimigo que permanece também vago e indefinido o bastante para deixar à liderança revolucionária o espaço livre para toda sorte de arranjos e acomodações oportunistas” (CARVALHO, 2013). Afirma-se, portanto, que não há princípios ideológicos positivos no movimento revolucionário, enfa-

tizando seu pragmatismo para derrotar um inimigo comum a todos os componentes do movimento, levando o leitor a concluir que a “ideologia” dos movimentos revolucionários é o ódio e o desejo de poder ilimitado. Os argumentos são: não existe mérito nos movimentos revolucionários, sua essência é negativa e são forças autodestrutivas e incapazes de construir. É apresentada, então, uma visão pejorativa de todo movimento revolucionário.

Carvalho associa ao Islã todos os atributos negativos e pejorativos apresentados em relação aos movimentos revolucionários em geral. Para ele, o Islã seria “por essência um projeto de sociedade, um código civil completo que regula todas as relações humanas” (CARVALHO, 2013), possuindo um caráter autoritário que “aceita conviver com outras formas de sociedade enquanto não se sente forte o bastante para islamizá-las de alto a baixo e banir do espaço público – e até mesmo da vida privada – tudo o que não seja expressamente determinado pelo Corão” (CARVALHO, 2013). Assim, Carvalho atribui ao islã e a todo movimento revolucionário um sentido de dominação total, utilizando, inclusive, o conceito de “totalitarismo”.

O uso de tal conceito para se referir ao islã não é acompanhado, contudo, de uma definição conceitual sobre o mesmo. Apenas é utilizado com fins políticos no interior do discurso para desqualificar a civilização islâmica como um todo. Carvalho parte de definições dicotômicas e generalizantes de cunho liberal para construir opostos binários baseados em concepções de “bem” e “mal”. Nesse sentido, cabe a crítica de Chasin (2013) às definições liberais sobre o conceito de totalitarismo, referindo-se principalmente à definição de Neumann (1969, p. 270), que distingue o estado totalitário como aquele que destrói a linha entre o estado e a sociedade, havendo uma politização total da sociedade por meio do partido único. Chasin afirma que as defi-

nições liberais de totalitarismo se baseiam em negações relativas aos caracteres liberais. Tal concepção dicotômica parte de alguns pressupostos: “abstrata relação excludente entre poder material e poder jurídico; e a atribuição também em abstrato de valor positivo ao campo jurídico e de negativo ao poder material. Pressupostos que implicam considerar o estado liberal uma sorte de fim da história, portanto, racionalmente insuperável, eterno como valor prático e teórico” (CHASIN, 2013, p. 15).

Segundo Carvalho, o islã e o movimento revolucionário aliaram-se “tão logo a luta de classes e a luta de raças, nas primeiras décadas do século 20, com o comunismo e o nazismo, respectivamente, assumiram a feição explícita de uma guerra de culturas e de nações pelo domínio do globo terrestre” (CARVALHO, 2013). Neste trecho, o autor coloca no mesmo patamar islamismo, comunismo e nazismo como representantes do “mal”, desconsiderando totalmente as especificidades de cada um e os projetos sociais diferenciados. Observa-se uma operação discursiva que visa representar também o nazismo como pertencente a esse dito “movimento revolucionário”, o que é conceitualmente falando uma distorção da essência de um regime que foi essencialmente conservador.¹⁰ Aparece também no discurso a concepção de uma guerra cultural entre civilizações do “bem” e do “mal”.

A representação que é feita acerca do islã é contraposta à representação do cristianismo. De acordo com Carvalho, embora o cristianismo sempre tenha lutado pela expansão mundial, esta seria apenas baseada em “uma mensagem de salvação que se dirigia às almas individuais” (CARVALHO, 2013), dando ao cristianismo um viés altamente conservador em termos sociais e políticos, com ausência de

¹⁰Nesta discussão, insere-se também a tese de Carvalho de que o nazismo seria um regime de esquerda, em uma tentativa “revisionista” de alocar as atrocidades nazistas no campo dos seus adversários políticos.

qualquer intenção transformadora da realidade social, e dotado de capacidade de adaptação. Por isso, não sendo revolucionário, o cristianismo seria necessariamente “bom” em oposição a um islã revolucionário. No entanto, esta concepção conservadora da prática cristã é fruto da opção política do autor, pois existem vertentes cristãs que advogam a capacidade dos princípios cristãos impactarem toda a estrutura social e que também resultam de opções políticas, neste caso, à esquerda, sendo um exemplo a teologia da libertação.

É importante abordar a questão da intertextualidade neste texto, ou seja, verificar se existe diálogo com outros discursos, textos e percepções. No artigo aqui analisado, verificamos que não há tal diálogo, não havendo referências diretas nem indiretas a autores ou outros atores sociais e políticos que abordem os temas centrais do texto: islamiização da Europa, disseminação do homossexualismo, abortismo, ecologismo, feminismo etc. O autor não utiliza argumentos externos nem para confrontar a sua narrativa nem para referendá-la. Ele sustenta-se somente em pressuposições acerca de tais elementos, que surgem como “dados da realidade” que são apresentados aos interlocutores, ajudando a reforçar, no leitor, a percepção de que o que o texto diz é uma “verdade” incontestável.

Os não-ditos e os silêncios presentes no texto também são uma forma de discurso, servindo para dar aos seus argumentos uma aparência de legitimidade. Carvalho esconde os reais propósitos dos elementos ditos como “revolucionários”, suas pautas e a justiça das mesmas, os condicionantes sociais e políticos que levaram ao surgimento de tais pautas e a importância delas para a luta contra situações de opressão, transformando movimentos que possuem causas humanamente compreensíveis e justas em “inimigos terríveis” e no “mal absoluto”.

O autor omite as causas sociais e econômicas que levam milha-

res de pessoas de religião muçulmana a imigrarem de seus países de origem para a Europa, causas estas muitas vezes provocadas pelos próprios países europeus em sua expansão imperialista pelas periferias do mundo, ocasionando guerras e instigando conflitos locais. Assim, o grande número de muçulmanos na Europa pode ser interpretado como ocasionado por “conspirações islâmicas”, e não resultado de processos históricos de caráter econômico e social. Transforma-se as populações muçulmanas, as quais muitas vezes vivem em situação precária e marginalizadas nos países europeus, em algozes da civilização judaico-cristã.

Quanto à associação de esquerdismo com islamismo, só parece lógico ao se omitirem informações de caráter histórico que mostram não haver tal associação, como a oposição dos talibãs ao governo comunista do Afeganistão e, por outro lado, o apoio dos EUA (um país de cultura cristã) às forças muçulmanas fundamentalistas contra o governo apoiado pelos soviéticos (VIZENTINI, 2002) e as relações geopolíticas e comerciais entre os EUA e países de regime islâmico fundamentalista, como a Arábia Saudita (LITTLE, 2004).

Ao analisarmos este primeiro artigo, podemos perceber influências do pensamento neoconservador norte-americano no discurso islamofóbico de Carvalho e do MSM. O neoconservadorismo possui interligações ideológicas com a extrema-direita próxima ao fascismo, por buscar uma sociedade harmoniosa, homogênea (étnica e cultural) e sem conflitos de classe, além de defender o resgate da sociedade tradicional (que acredita ser verdadeira), baseado nos princípios de família, da religião e do desenvolvimento da nação acima dos objetivos individuais (MILZA, 1992).

Uma das principais características do neoconservadorismo¹¹ é a

¹¹Os neoconservadores podem ser caracterizados como políticos, funcionários de

tendência a ver o mundo prioritariamente pela ótica do bem/mal. Por isso, pretendem influenciar a organização e a conformação da ordem internacional de acordo com os valores norte-americanos de forma a tornar o mundo mais seguro para os EUA. Por trás está a ideia de que os princípios norte-americanos são superiores e, por isso, o poderio norte-americano deveria ser usado para fins morais, tendo os EUA responsabilidades especiais no mundo, pois sua sociedade deveria ser modelo para os demais países devido ao seu excepcionalismo. (FUKUYAMA, 2006, p. 2) Segundo Magalhães, “após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os neoconservadores ganharam força e se tornaram o grupo mais influente em Washington” (MAGALHÃES, 2008, p. 17).

Segundo Finguerut (2008, p. 16), os neoconservadores fazem uma crítica à inércia do poder americano pós-Guerra Fria e, a partir deste diagnóstico, criam um plano de ação buscando remodelar a política internacional. Eles olham para o mundo e pensam na ocidentalidade judaico-cristã diante de ameaças que, mesmo globais, atingem o conceito de Ocidente como um todo. Essa é a razão de os neoconservadores travarem um diálogo com os autores que pensam na centralidade da cultura na política internacional.¹²

Finguerut (2008, p. 19) aponta ainda que a supremacia militar americana criou, no plano doméstico, uma nova identidade nacional, caracterizada por um destino messiânico, mediante o poder de transfor-

carreira da Casa Branca e intelectuais dos círculos dos Think Tanks de Washington D.C. que revolucionaram a Direita Americana quando repensaram os rumos da política externa dos EUA pós-Guerra Fria e reintroduziram na opinião pública, temas como patriotismo, valorização do poder americano e a viabilidade da unipolaridade no Sistema Internacional (FINGUERUT, 2008, p. 15).

¹²Este diálogo ocorre nos Campi com professores da escola realista como Samuel Huntington e a Nova Geração da Nova Direita, herdeira dos críticos do liberalismo, como por exemplo, Francis Fukuyama e William Kristol (FINGUERUT, 2008, p. 16).

mação e de pacificação das forças estadunidenses. O pensamento neoconservador define-se como o detentor da solução para os problemas da política externa dos EUA, inovando ao transferir o foco da diplomacia para a segurança. Após os ataques de 11/09/2001, o foco na segurança se reforçou ainda mais, contribuindo para fortalecer a posição dos neoconservadores no governo norte-americano.

Já de antemão, podemos identificar alguns elementos em comum entre Olavo de Carvalho e os neoconservadores neste primeiro artigo analisado: divisão do mundo entre forças do bem e forças do mal, sendo os valores cristãos ocidentais o bem e o islamismo em associação com “movimentos revolucionários” o mal; concepção de uma “guerra cultural” entre nações e civilizações; e construção de inimigos da civilização ocidental judaico-cristã. Mais à frente desenvolveremos melhor esta questão.

No segundo artigo, *As Garras da Esfinge – Rene Guenon e a Islamização do Ocidente*, Carvalho apresenta a mesma tese central da ameaça do islã ao ocidente através de um projeto de islamização das sociedades ocidentais, usando como fonte a obra de Rene Guenon, *Oriente e Ocidente*, publicada em 1924. Para desenvolver sua tese, o autor realiza um debate filosófico, no qual ele se contrapõe à corrente tradicionalista e perenialista, cujas ideias centrais são apresentadas ao leitor e depois desconstruídas.

O significado acional do texto é percebido no gênero utilizado pelo autor, que, assim como o artigo analisado anteriormente, é um artigo político, cujo pré-gênero também é argumentativo-dissertativo.

Mas, no que diz respeito à intertextualidade, existe uma diferença em relação ao artigo anterior. Desta vez, há um nível de dialogicidade razoável, pois Carvalho dialoga o tempo todo com autores da corrente tradicionalista e perenialista, citando trechos de suas obras,

corroborando algumas de suas ideias e desconstruindo outras.

O diálogo é feito, inicialmente, com a obra de Lee Penn, *False Dawn: The United Religions Initiative, Globalism, and the Quest for a One-World Religion* e com a resenha de tal obra, feita por Charles Upton (autor de *The System of the Antichrist*). A ideia central é de que há um projeto de formação de uma religião única para dominar o mundo e a noção do “Anticristo” e da religião mundial estão no cerne da islamofobia que Carvalho apresenta neste artigo. Assim, percebe-se que este diálogo é essencial para reforçar a tese islamofóbica central, e a referência a esta obra e ao seu autor serve para dar uma aparência acadêmica ao seu texto.

Lee Penn é o autor com o qual Carvalho tem grande concordância, pois sua visão se opõe à chamada escola perenialista, contra a qual Carvalho também se posiciona, e que tem entre seus autores F. Schuon e R. Guenon, com os quais Carvalho também dialoga. Percebemos, então, que existe um certo nível de tensão no texto, visões e reflexões de caráter filosófico são confrontadas, e tal confronto é estratégico no desenvolvimento da tese do conspiracionismo islâmico defendida por Carvalho.

No nível da linguagem propriamente dita e do significado acional do texto, o autor constrói um discurso da ameaça ao ocidente cristão, levando o leitor a perceber que algo de “ruim” paira no ar e sugere a ocorrência de transformações históricas e espirituais que estariam ameaçando o futuro da humanidade, mas não seriam percebidas pelas pessoas comuns por estarem muito distantes da mídia e dos debates públicos (CARVALHO, 2016).

Carvalho prossegue com o tema da religião mundial, baseando-se no livro de Lee Penn que, segundo ele, “descreve e documenta com abundância de fontes primárias a formação e desenvolvimento

de uma religião biônica mundial, com todas as características de uma paródia satânica” (CARVALHO, 2016). Tal projeto teria o apoio “da ONU, do governo americano, de praticamente toda a grande mídia ocidental e de um punhado de mega fortunas” (CARVALHO, 2016), e teria começado em 1995, com o nome de United Religions Initiative (URI, v. www.uri.org), sendo um “empreendimento, sustentado por recursos financeiros incalculavelmente vastos e apoiado por todo um *cast* de estrelas do *show business* e da política, conquistou até o apoio informal do Papa Francisco” (CARVALHO, 2016).

Carvalho aceita o pressuposto de Lee Penn como verdade absoluta, apresentando a tese do autor como praticamente incontestável e isentando o seu trabalho de qualquer processo de interpretação das fontes usadas; além disso, nada diz de como o autor trabalhou as fontes, passando ao leitor a ideia de que seria um trabalho neutro e de que as fontes primárias por si só revelam a realidade.

O United Religions Initiative (URI), apresentado como “prova” do projeto de construção de uma religião mundial, é um movimento que, na realidade, possui um caráter inter-religioso, e não ecumênico, pois não visa a fusão das diversas religiões em uma única, mas apenas a colaboração de religiões diversas em prol de um objetivo comum, mantendo cada uma a sua especificidade. Carvalho, no entanto, tenta desqualificar o movimento, relacionando-o com um objetivo maligno de dominação mundial, que ameaçaria o ocidente e o Brasil, baseado na ideia de “universalismo”, que sustenta o “dogma” da “equivalência de todas as religiões em dignidade e valor” (CARVALHO, 2016), discurso que seria defendido “por toda a grande mídia mundial, pelos parlamentos, pelas legislações da quase totalidade dos países e pela maioria das próprias autoridades religiosas” (CARVALHO, 2016).

O autor critica, então, a visão de que todas as religiões têm o

mesmo valor e dignidade, empregando o termo *dogma* para se referir a essa ideia com o claro objetivo de desqualificá-la para o leitor, pois dá o sentido de que é algo imposto e não passível de contestação. Carvalho parte do pressuposto de que há uma hierarquia entre as crenças, umas seriam melhores do que as outras ou mais verdadeiras do que as outras.

Carvalho inicia sua crítica à corrente ghenoniana-schuoniana ao discordar de sua concepção de distinção “vertical” ou hierárquica entre as partes “superiores” (ou esotéricas) e “inferiores” (ou exotéricas) de todas as religiões. Embora concorde que as religiões possam levar a uma mesma Verdade Primordial, não aceita a visão de que o acesso a essa verdade só seja possível nas partes “superiores” ou esotéricas das crenças. Ele nega que tal hierarquia exista nas demais religiões, inclusive, no cristianismo, concordando nesse ponto com Schuon.

Como Guenon insiste na existência de tal hierarquia por querer aplicá-la a todas as crenças, Carvalho insinua que Guenon possui intenções não declaradas. “Qual a razão pela qual Guénon teria escolhido enquadrar à força todas as tradições numa dupla de conceitos que não se aplicava apropriadamente a nenhuma delas exceto o islamismo em particular?” (CARVALHO, 2016).

Ao desenvolver o tema da metafísica no texto, definindo-a como uma “estrutura da realidade universal”, que se manifesta nos diversos níveis ou planos da existência, Carvalho afirma que, embora todas as crenças permitam o acesso ao mundo metafísico, o conhecimento desse mundo não é perfeito em todas elas; umas seriam mais perfeitas do que as outras em termos de conhecimento da realidade metafísica. Atingir o chamado Princípio absoluto não seria o que torna uma crença perfeita, e sim o conhecimento que se obtém dele, expresso no retorno perfeito da essência de tal Princípio para o homem e a socie-

dade (CARVALHO, 2016).

Em seguida, Carvalho inicia a problematização da concepção tradicionalista de Guenon, segundo a qual todas as organizações iniciáticas cristãs teriam desaparecido após a Idade Média, vendo “na perda da dimensão iniciática a raiz de todos os males do mundo moderno” (CARVALHO, 2016). Essa discussão é apresentada como um fio condutor para a tese central de todo o artigo: a ameaça sobre o ocidente por um projeto de islamização. Todo o restante do texto é dedicado a induzir o leitor a perceber tal projeto, tendo como pano de fundo a tradição perenialista, o islã e a obra de Guenon.

O discurso apresenta o ocidente cristão como a vítima de uma conspiração. Ao apontar para as sugestões que o perenialismo oferecia ao católico, a partir dos anos 1960, Carvalho afirma que todas elas visavam a destruição do ocidente cristão. A primeira sugestão seria a conversão pura e simples ao islã; a segunda seria se abrigar na Igreja Ortodoxa Russa onde ainda haveria resíduos de esoterismo; a terceira seria a filiação a uma tariqa¹³ multi confessional, onde se poderia praticar ritos iniciáticos islâmicos sem conversão formal ao islã (CARVALHO, 2016).

Ao abordar a tese de Guenon, Carvalho mostra o que seria, para o autor, possíveis desenvolvimentos: a queda na barbárie; a restauração da tradição católica sob a orientação de mestres espirituais islâmicos; e a islamização total, ou por meio da infiltração e propaganda ou através da ocupação militar. Deduz então, que o autor defendia a sujeição do ocidente ao islã (CARVALHO, 2016).

Ao associar o islamismo com o fascismo, afirmando que “importantes autoridades religiosas islâmicas deram apoio total ao Führer,

¹³As taricas são organizações compostas pelos praticantes da mística islâmica – havendo também exemplos de muitas taricas ecumênicas.

especialmente na questão do extermínio dos judeus” (CARVALHO, 2016), Carvalho adota a estratégia discursiva de usar alguns exemplos particulares para culpabilizar todo o islã e seus adeptos pelo extermínio dos judeus pelo nazismo alemão. Observamos, contudo, que esta estratégia está cheia de omissões. Nenhuma palavra é dita do apoio ostensivo de setores institucionais do cristianismo ocidental ao fascismo e ao nazismo, da criação do Estado do Vaticano como resultado do acordo entre o fascismo italiano, sob direção de Mussolini, e a Igreja Católica de Roma, das indenizações recebidas pelo Vaticano devido à perda de terras durante o processo de unificação italiana, do apoio de igrejas protestantes e da Igreja Católica ao nazismo alemão, tendo como motivo principal o combate ao comunismo (KERTZER, 2017). Assim sendo, se o raciocínio de Carvalho estivesse correto em relação ao islã, ele deveria ser estendido também ao próprio cristianismo ocidental. Mas como o objetivo do autor é criar um estereótipo sobre a civilização islâmica com base em condutas individuais ou de alguns setores islâmicos, ele omite que setores cristãos também apoiaram o fascismo, o que não nos autoriza a dizer que todo o ocidente cristão ou todos os cristãos foram fascistas.

A outra estratégia discursiva de Carvalho é associar intimamente islamismo e comunismo, estabelecendo junto ao leitor um sentimento de aversão aos dois grupos transformados em inimigos e ameaçadores da integridade do ocidente cristão. Ele fala de uma “colaboração íntima entre governos islâmicos e regimes comunistas no esforço anti-ocidental conjunto” (CARVALHO, 2016), do apoio da esquerda mundial à “ocupação muçulmana do Ocidente pela imigração em massa” (CARVALHO, 2016) e de um suposto boicote ao “combate ao terrorismo islâmico” (CARVALHO, 2016).

Neste trecho, há algumas inferências do autor, suposições passa-

das como se fossem verdade: haveria uma conspiração islâmica para dominar o ocidente, a imigração em massa dos muçulmanos para o ocidente seria parte de tal conspiração, quem defende os imigrantes compactua com tal projeto. Assim sendo, o fato de grupos à esquerda do espectro político tenderem a se contrapor à xenofobia contra imigrantes, incluindo os de fé islâmica, baseados na ideia de tolerância e inclusão social, é interpretado por adeptos de teorias conspiratórias como prova de seus pressupostos, embora não haja racionalmente ligação alguma entre uma coisa e outra. Tudo está no âmbito do discurso baseado numa visão binária de mundo em que o ocidente cristão é a vítima de um oriente islâmico ameaçador, relacionando atos ou ideias que não possuem ligação entre si, para envolvê-las numa teia conspirativa.

O suposto envolvimento de Guenon na conspiração aparece na seguinte frase: “A islamização do Ocidente – discreta ou ostensiva, pacífica ou violenta – é o objetivo central e, na verdade, único, de toda a obra de René Guénon” (CARVALHO, 2016), pressupondo que as ideias defendidas por Guenon possuem um objetivo político-religioso e estariam a serviço do projeto conspiracionista de dominação do ocidente cristão pelo islamismo. Assim, a interpretação que Carvalho dá ao que seriam as supostas motivações de um autor é passada ao leitor como não passível de questionamento, já que ele estaria usando como “prova” os próprios escritos de Guenon.

A islamofobia presente no discurso de Carvalho reflete o fenômeno nos EUA, sendo importante enfatizar que o autor reside no país norte-americano, reverberando em grande parte as paranoias e os medos desenvolvidos após os ataques de 11 de setembro às torres gêmeas do World Trade Center.

A autora Cinthia Weber (2010) nos ajuda a refletir sobre o fenô-

meno da islamofobia. Ela parte de uma metáfora (presente no discurso de Carvalho, inclusive), que vê a cultura islâmica como uma “besta” a ser combatida, construindo-se o sentimento do medo generalizado, o qual produz resultados coletivos. Tal discurso tem sido muito utilizado nos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Já o antropólogo Paulo Pinto relaciona a islamofobia com os discursos orientalistas, que constroem um imaginário cultural acerca do islã como uma alteridade radical, dotando-o de qualidades negativas – irracionalidade, fanatismo, autoritarismo, opressão às mulheres, violência e tradicionalismo – em contraste às que definiriam o “mundo ocidental” – razão, tolerância, liberdade, igualdade e modernidade (PINTO, 2010, p. 21-22).

Segundo Ramos, o orientalismo euro-americano e a islamofobia contemporânea baseiam-se em construções e imagens do Oriente islâmico sempre opostos aos padrões de vida pretendidos pelos ocidentais. “Para além disso, ambos insistem na assimetria entre as culturas, apostando na supremacia incontestada do Ocidente sobre o Oriente”bárbaro”” (RAMOS, 2015, p. 79).

Sendo assim, o conceito de orientalismo, de E. Said, também é bastante útil para a compreensão das teses islamofóbicas contemporâneas. Segundo Said, o “orientalismo” é uma invenção ocidental, um complexo de representações culturais que o ocidente produziu sobre o oriente e que legitimava as relações de poder entre o ocidente colonizador e o oriente colonizado. Orientalismo seria então um “estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e o ‘Ocidente’ ” (SAID, 2007).

Os Significados representacional e identificacional do Discurso Islamofóbico de Olavo de Carvalho

Ao entrarmos no campo das representações, o trabalho de Sunaina Maira (*apud* CARVALHO, 2015, p. 116) revela um amplo processo histórico de representação do “Outro” islâmico, fazendo-se referências a acontecimentos como a Inquisição Europeia e as Cruzadas, e vendo-se uma incompatibilidade entre os valores do islã e os valores do Ocidente. Posteriormente, tais representações europeias penetraram no território norte-americano ainda durante o processo de colonização, criando narrativas e imagens sobre o Islã que atualmente são lembradas e ressignificadas. De uma certa forma, esta influência aparece no discurso de Carvalho, principalmente quando ele tenta opor cristianismo a islamismo.

O nível representacional do texto é exatamente onde o discurso opera, através dele podemos observar as representações que o autor faz da realidade e de alguns elementos desta realidade. Neste âmbito, está a função ideacional, baseada em pressupostos ideológicos do autor, bem como as inferências que baseiam todo o texto.

O conceito de ideologia é então fundamental. Para a análise aqui realizada, adotaremos a concepção crítica de Thompson (2002), para quem a ideologia é, por natureza, hegemônica, pois serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e para reproduzir a ordem social que favorece determinados grupos dominantes. A concepção de ideologia de Thompson pode, inclusive, ser articulado com o trabalho de Norman Fairclough (2001), que aborda a relação dialética entre estrutura social e discurso, enfatizando que o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também socialmente constitutivo. Este

mesmo raciocínio pode ser aplicado à ideologia que, embora esteja relacionada a uma dada estrutura social, é também constitutiva dessa estrutura.

Podemos ver então os pressupostos ideológicos de Carvalho ao produzir os textos aqui analisados. No que diz respeito ao primeiro artigo, *A Revolução Abrangente*, podemos enumerar alguns desses pressupostos. São eles: movimentos revolucionários são ruins; existiria uma intenção de disseminar o homossexualismo e islamizar as massas; toda liderança revolucionária é afeita a arranjos e oportunismos; os movimentos revolucionários são hipócritas porque se apoiam em forças sistêmicas e estão associados ao ódio.

Na construção da representação negativa que o autor faz dos movimentos revolucionários, uma figura de linguagem é utilizada: a metáfora. Carvalho (2013) compara o “movimento revolucionário” a um “monstro de mil faces e inumeráveis tentáculos”, ou seja, os movimentos sociais e suas pautas diversas (todas elas condenadas como sendo o “mal”) estariam associados a um projeto conspiracionista para envolver (daí a ideia dos inumeráveis tentáculos) toda a sociedade e o ocidente cristão.

A representação do mundo é binária, simplificando-se seus elementos em lados opostos e excludentes, o “bem” e o “mal”. O islã seria totalmente ruim, pois é naturalmente revolucionário, já que pretenderia moldar toda a humanidade futura à sua interpretação abrangente da história universal; o cristianismo, por sua vez, seria algo bom porque se opõe a essa pretensão de construir uma nova sociedade, sendo sua única intenção a salvação das almas. O autor mostra uma representação ideológica do cristianismo, ao defini-lo monoliticamente como sendo essencialmente conservador social e politicamente, desconsiderando que existem diversas formas de apreender a mensagem de

Cristo e vivenciá-la nas interações sociais, assim como no islamismo.

O autor parte, portanto, de um pressuposto político conservador: o de que o dever de todo cristão é se adaptar à realidade e nunca tentar transformá-la, pois transformações da realidade são ruins, o bom seria a manutenção das estruturas sociais, não importando a quem elas servem; o Islã seria naturalmente autoritário, pois teria um caráter revolucionário – e o autor associa revolução a autoritarismo – e expansionista, daí a ideia de que haveria um projeto de islamização de toda a sociedade.

Se o movimento revolucionário é ruim, as resistências a ele seriam automaticamente boas e positivas, e Carvalho cita os valores religiosos (neste caso, os valores judaico-cristãos), os sentimentos patrióticos e os interesses econômicos de grupos e facções (leia-se os interesses das classes dominantes).

As omissões e os não-ditos do texto citados anteriormente possibilitam que o discurso de oposição entre Islã e ocidente judaico-cristão em termos do “mal” contra o “bem” pareça crível, quando, na verdade, é uma representação ideológica e simplificadora da realidade com base numa visão dualista.

Esta visão binária de mundo tem uma importância fundamental na produção do significado identificacional do texto, pois a construção de inimigos a serem combatidos fortalece a identidade política e moral religiosa de um ocidente cristão em oposição a um islamismo que vem do oriente. O “nós” contra “eles” é construído com base na valoração positiva dos elementos que comporiam a identidade do “nós” e na valoração negativa do “eles”, desqualificados sempre como algo ruim.

Neste primeiro artigo, como o autor não está combatendo somente o islã, mas todos os movimentos sociais que lutam contra as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais opressoras, podemos

concluir que o objetivo de Carvalho é deslegitimar todos esses movimentos através de uma representação pejorativa da ideia de revolução e transformação, sempre associada com destruição, oportunismos, ódio e inconseqüências, em nome de uma ideologia conservadora que pretende manter o status quo dominante. Os adversários políticos são transformados em inimigos que supostamente ameaçariam os valores da civilização cristã e uma suposta essência conservadora do cristianismo.

No segundo artigo, *As Garras da Esfinge – Rene Guenon e a Islamização do Ocidente*, o autor parte de um pressuposto ideológico, que também aparece no primeiro artigo, mas de forma mais sutil, o de que o islã pretende islamizar o ocidente. No primeiro artigo, há uma ênfase nas supostas relações entre o islamismo e os movimentos revolucionários sendo seu objetivo primordial desqualificar não somente o islã, mas também todos os movimentos e pautas sociais que confrontam com a visão de mundo conservadora de Carvalho, tanto do ponto de vista social e econômico, como moral.

Já em *As Garras da Esfinge*, o tema do islã é central, e o objetivo principal do texto é convencer o leitor de que o islamismo possui um plano de dominação mundial, havendo uma exploração acentuada da tese conspiracionista da dominação islâmica. Carvalho sustenta seu pressuposto com base em uma obra escrita em 1924 por um autor – Rene Guenon – cujas ideias filosóficas e espirituais só poderiam ter esse objetivo e não outro. Nesse caminho interpretativo, Carvalho passa a fazer referências a momentos da biografia de Guenon, dando-lhes significados totalmente ligados à sua tese central. Fala, por exemplo, de sua partida para o Egito, em 1930, colocando-a numa etapa de entrega total da situação a autoridades islâmicas, vendo-as como controladoras de todas as ações de Guenon quando estava no ocidente. A

etapa seguinte seria a tática do terrorismo e da imigração em massa de muçulmanos ao ocidente (CARVALHO, 2016). É clara então a tese de que a imigração muçulmana está ligada à intenção de islamizar o ocidente.

Porém, o terrorismo e a imigração possuem explicações variadas, indo desde questões sociais e econômicas, a motivações de ordem política e de luta anti-imperialista de setores do islamismo, que não representam o islã como um todo. A crença na imigração em massa de muçulmanos como um projeto conspiracionista – abstraindo-se as circunstâncias sociais, econômicas e políticas dessa imigração – é uma opção de viés claramente ideológico que baseia todo o pressuposto presente na tese central. Esta tese não é resultado de uma pesquisa científica.

O pressuposto ideológico orienta toda a dedução e conclusão que se faz de dados da realidade, ligando-se terrorismo e imigração, através da abstração de outros componentes dessa mesma realidade que poderiam confrontar a representação binária do bem contra o mal, ou seja, a responsabilidade do próprio ocidente no fomento de situações de guerra que levam à prática terrorista e à necessidade de imigrar por parte de povos inteiros sujeitos à exploração econômica e social pelo ocidente.

O artigo é concluído fazendo-se alusão ao seu título: em *As garras da Esfinge – René Guénon e a islamização do Ocidente* Carvalho (2016) pressupõe que o pseudônimo “Esfinge” de Guénon está relacionado com a existência de um enigma em sua obra que, ao ser decifrado, permitiria que a vítima pudesse se defender e lutar contra o projeto de dominação islâmica do qual a obra de Guénon seria uma prova cabal. Esta conclusão leva o leitor a realizar as conexões de todas as partes do artigo e compreender o mundo da forma binária in-

duzida por Carvalho, passando a compartilhar das representações que este faz do islã, do muçulmano, da esquerda e do ocidente cristão.

As partes do artigo estão estritamente conectadas para produzir uma representação islamofóbica da realidade, e desnuda-se a função de toda a discussão filosófica realizada no texto e porque determinados temas aparecem em meio a tal discussão. Por que Carvalho discute com as teses perenialistas tradicionalistas? Porque a filosofia perenialista guenoniana seria a prova de uma suposta conspiração islâmica contra o ocidente. Por que a discussão sobre o ecumenismo? Para apresentar ao leitor a ideia de uma suposta ameaça ao mundo ocidental cristão baseado no domínio de uma religião mundial, tese do anticristo, que no início do texto não está claramente associado ao islã, mas tal associação vai se desvelando no decorrer do texto. Nesta parte, é digno de nota o uso proposital do autor do conceito de ecumenismo para se referir a um projeto inter-religioso, ofuscando a diferença entre proposta ecumênica e proposta inter-religiosa. Adotar o conceito de ecumenismo para um movimento que é inter-religioso visa a tornar aceitável o pressuposto de que por trás de tal movimento existiria um projeto de criação de uma religião mundial.

Por que a discussão sobre a metafísica? Para sustentar a tese de que não existe equivalência em termos de legitimidade e valor entre todas as religiões, e sim uma hierarquia entre elas, com o pressuposto da superioridade do cristianismo. A ideia de que as religiões não exprimem com a mesma perfeição a Verdade Primordial e o retorno das mesmas não é igual em termos de qualidade significa que as religiões que não produzem um conhecimento verdadeiro sobre o mundo metafísico não produzem bons resultados para o homem e a sociedade. Como o islã é apresentado como o algoz do ocidente cristão, pressupõe-se que o autor quer dizer que o islã não exprime com

perfeição a realidade primordial, deduzindo-se daí o terrorismo (já que o islamismo é associado sempre a práticas terroristas) e a vontade de domínio sobre o ocidente cristão, assim como a ideia de que o ocidente é civilizado e seus valores superiores porque o cristianismo seria a expressão perfeita de Deus. Cristo *versus* anticristo; ocidente *versus* oriente islâmico.

A religião mundial fica então associada com o islã, havendo estreita conexão entre a temática que inicia o artigo – globalismo, universalismo e criação de uma religião única – e a sua temática final – a islamização do ocidente.

Neste segundo artigo, o nível identificacional do texto também pode ser percebido, assim como no primeiro artigo, na necessidade de Carvalho dividir o mundo entre civilizações hostis, uma representando o bem – o ocidente cristão – e a outra o mal – o islã. Uma é a vítima, a outra o algoz. Essa construção discursiva cria e reforça identidades, ajudando a mobilizar para a luta política.

Para construir essa visão “nós” contra “eles”, é necessário imaginar um “nós” homogêneo e um “eles” também homogêneo. É uma operação discursiva que não leva em conta as heterogeneidades de ambos os lados. No caso do islã, por exemplo, desconsidera-se que as práticas políticas de grupos associados à fé islâmica são diferentes. Segundo Duarte (2015, p. 98), o islamismo contemporâneo e suas diversas formas remonta aos anos 1920, havendo uma solidificação intelectual somente após a década de 1960. O islamismo atual seria fruto desta última fase, tendo como causas a exclusão do islã durante o processo de fundação dos novos Estados-nação pós desintegração do Império Otomano e a difusão de ideologias modernas ocidentais, como o nacionalismo e o socialismo no mundo muçulmano. Haveria, portanto, três formas distintas de islamismo: a primeira de caráter

mais político – como movimento de reação à pós-modernidade (nesse caso, tanto contra à modernidade capitalista como à socialista), à globalização e à perda de identidade, sendo um movimento de autonomia cultural e de alternativa política ou moral; a segunda tem um caráter mais missionário e não-secular; e a terceira baseia-se na revolução armada.

Segundo Duarte (2015, p. 101-104), há, entre outras, uma forma de manifestação do islamismo que busca o poder através do dinamismo do jogo político partidário, em vez do proselitismo religioso ou da ação armada. Neste caso, há inserção no jogo democrático, aceitando-se o princípio do Estado-nação e buscando a reforma e não a revolução, havendo também um notório afastamento das visões mais radicais e fundamentalistas do islão. Privilegia-se a luta por “justiça (*al-adala*), liberdade (*al-hurriyya*) e, sobretudo, de luta contra a corrupção do Estado” (DUARTE, 2015, p. 106). Assim sendo, dizer que todo o islã é associado a práticas terroristas não é correto.

Em todo o discurso de Carvalho e do MSM frente à questão muçulmana, o “nós” é construído a partir da noção de um inimigo. A ideia de inimigo a ser combatido faz parte de toda representação política de movimentos e grupos ligados à extrema-direita, pois é a suposta ameaça que estimula a mobilização nacional. Segundo Schmitt (1992, p. 51 e 52), a discriminação entre amigo e inimigo é uma distinção especificamente política a que se reportam as ações e os motivos políticos. Tal distinção teria o sentido de apontar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, associação ou dissociação. O inimigo político não precisa ser moralmente mau ou esteticamente feio, pois a diferenciação amigo-inimigo seria independente de outras distinções de caráter moral, ético, estético etc. Basta ele ser o outro, havendo em casos extremos a possibilidade de conflitos com ele, se a

alteridade do outro representar a negação da sua própria forma de existência, devendo, assim, ser repellido e combatido para a preservação da própria forma de vida.

É importante atentar, no entanto, que, na forma de representação própria dos movimentos e pensamentos de extrema-direita, as distinções de caráter moral estão extremamente ligadas às distinções políticas, pois o outro representa sempre o mal a ser combatido, uma ameaça à integridade e à existência do “nós”. As teorias conspiratórias têm a função de dar ao inimigo um caráter maléfico e ameaçador. E para propostas políticas homogeneizantes, a existência do outro no mesmo espaço é uma ameaça à identidade e à essência do grupo, não havendo a possibilidade de coexistência com o diferente.

Cabe, então, uma discussão sobre os elementos de caráter fascista que aparecem no discurso de Carvalho. Seu discurso sobre o islamismo reitera uma visão de mundo fascista, pois é calcado na intolerância a um grupo social e religioso, na construção de imagens estereotipadas sobre este grupo e na disseminação de preconceitos em relação aos muçulmanos em geral, alimentados pela ideia de inimigos das nações ocidentais e inspirados em teorias conspiracionistas. Podemos comparar o discurso da conspiração islâmica para dominar o ocidente cristão com o discurso nazista da conspiração judaica para fins de domínio mundial. Ambos podem ser associados ao antissemitismo e à não-aceitação do outro.

Um dos autores que analisou o antissemitismo alemão, abordando as novas táticas e sua aplicação na Alemanha nazista, foi Jeffrey Herf, professor de História Moderna alemã na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. Segundo Herf (2014), havia uma “paranoia” nazista que afirmava a ameaça de extermínio pelo judaísmo internacional. A ideia de que os judeus queriam destruir a raça ariana e dominar

o mundo foi disseminada através dos meios de propaganda de massa, mobilizando a sociedade alemã, tornando possíveis o preconceito, a segregação e o extermínio de milhões de judeus pelo nazismo.

Os nazistas difundiram a ideia de que os judeus eram culpados pela derrota alemã na primeira guerra mundial e os fomentadores da Segunda Guerra Mundial, havendo uma espécie de antissemitismo redentor, que combinava a paranoia sobre a comunidade judaica com as promessas de salvar a Alemanha dessa conspiração. O que eles chamavam de “judaísmo internacional” eram as supostas atuações dos judeus “por detrás dos panos”, influenciando e comandando os países contra a nação alemã. Os judeus estariam por trás tanto dos bolcheviques como dos plutocratas capitalistas que, embora fossem antagonicos, teriam a influência do judeu como “denominador comum” (HERF, 2014).

Assim como o discurso nazista, que associava os judeus ao comunismo, Carvalho e seu movimento utilizam de uma representação da realidade que associa comunismo ao islamismo, e defendem também uma teoria conspiratória, que acusa os muçulmanos de quererem eliminar a cultura cristã ocidental. Trata-se de um ideal que pode ser mobilizado pelas nações ocidentais, com base na construção de um imaginário de nação calcado nos valores do cristianismo, em oposição aos imigrantes muçulmanos, vistos como ameaça a tais valores e associados a supostos projetos de dominação mundial. A visão de mundo fascista é binária em sua essência, pois elege inimigos a serem combatidos em nome da defesa nacional ou de identidades nacionais consideradas puras e superiores.

Conclusão

O movimento *Mídia Sem Máscara*, liderado por Olavo de Carvalho, contribui para disseminar o ódio e o preconceito para com os movimentos sociais associados a uma visão de mundo crítica das estruturas sociais e econômicas dominantes, utilizando de estratégias discursivas manipulatórias com o objetivo de influenciar a opinião pública de forma contrária a tais movimentos, relacionados no imaginário do autor ao “mal” que deveria ser combatido pelas nações que cultuam os valores cristãos.

A islamofobia aparece claramente em alguns textos produzidos por Carvalho e que são publicados no seu site pessoal e no site do *Mídia Sem Máscara*, sendo as redes sociais uma ferramenta de grande auxílio na divulgação das ideias políticas do movimento e de seu líder.

Através da escrita de artigos diversos, de cunho político-ideológico claro, o autor faz da produção de textos uma ação política, que visa a manutenção das estruturas sociais dominantes, através da persuasão sobre formas de pensar e agir dos leitores, de modo a conquistar a hegemonia na sociedade para suas ideias, calcadas numa representação binária do mundo e na construção de estereótipos acerca dos inimigos eleitos pelo grupo, entre eles, o islã e os muçulmanos.

O discurso do *Mídia Sem Máscara* e do seu líder, Olavo de Carvalho, é, portanto, uma prática social e política de caráter conservador, que possui elementos fascistas, devido ao seu teor intolerante, xenófobo e racista, que desumaniza o outro e o transforma em um inimigo das nações ocidentais.

Referências

ADAMSON, W. Gramsci's interpretation of Fascism. *Journal of the History of Ideas*, v. 41, n. 4, p. 615-633, out.-dez., 1980.

BOBBIO, N; MATTEUCI, N & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1995.

CALIL, G. Pode o fascismo ser neoliberal? Um precedente do integralismo brasileiro. *Esquerda Online*, 2018. Disponível em: esquerdaonline.com.br. Acesso em 15 set. 2018.

CARVALHO, O. A Revolução Abrangente. *Diário do Comércio*, 27 de outubro de 2013. Disponível em: www.olavodecarvalho.org. Acesso em 01 ago. 2018.

_____. As garras da Esfinge – René Guénon e a islamização do Ocidente. *Verbum*, Ano I, Números 1 e 2, Julho-Outubro, 2016. Disponível em: www.olavodecarvalho.org. Acesso em 03 ago. 2018.

COLETTA, R. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele, 2018. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em 7 nov. 2019.

CHASIN, J. Sobre o Conceito de Totalitarismo. *Verinotio*, 15, ano VIII, abril, Rio das Ostras, 2013, p. 15-21.

COUTINHO, C. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DUARTE, F. P. O Islamismo como ideologia política de caráter secular. *Relações Internacionais*, 45, março, Lisboa, 2015, p. 97-110.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB, 2001.

FELICE, R. Explicar o Fascismo. Lisboa: Edições 70, 1976.

_____, R. Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci, in *INSTITUTO GRAMSCI. Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.

FINGUERUT, Ariel. *A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush*. Dissertação de Mestrado, Araraquara, UNESP, 2008.

FUKUYAMA, Francis. After Neoconservatism. *The New York Times*, 19 de

fev., 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HEREF, Jeffrey. *Inimigo Judeu. Propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

KALIN, I. Islamophobia and the limits of multiculturalism, in: J. Esposito, I. Kalin, (eds.). *Islamophobia: the challenge of pluralism in the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 3-20.

KERTZER, D. Hitler, Mussolini e o Papa. O silêncio do Vaticano e os sussurros do Duce diante da ascensão do Führer. *Piauí*, 126, março, 2017. Disponível em: piaui.folha.uol.com.br. Acesso em 2 out. 2018.

KONDER, L. Introdução ao Fascismo. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KRESS, G. Critical Discourse Analysis, in: W. G. (org.). *Annual Review of Applied Linguistics*, 11, 1990. p. 84-99.

LITTLE, D. *American Orientalism: the United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

MAGALHÃES, David Almstadter. *Os Think Tanks norte-americanos e a reconstrução do Iraque: divergências e convergências entre liberais e neo-conservadores*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, 2008.

MANDEL, E. *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.

MELO, Demian B. Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e o consenso sob o fascismo. *Revista Outubro*, n. 26, julho de 2016.

MELO, I. F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, Ano 11, n. 5, 2009. p. 1-18.

MENDES, Lucas. Presidente Adão. *Folha de São Paulo*, de 22/09/2011. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em 17 out. 2018.

MIGUEL, Luiz F. A reemergência da direita brasileira, in: GALLEGOS, E. (org.). *O ódio como Política. A reinvenção das Direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 16-26.

MILZA, Pierre. Le Front national: droite extrême ou national-populisme?, in SIRINELLI, Jean François. *Histoires des droites en France*, v. 1. Paris, Gallimard, 1992.

MONDAINI, Marco. *Togliatti, Gramsci e o Fascismo*. 2003. Disponível em: www.acesa.com. Acesso em 08 de abril de 2019.

NEUMANN, F. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1969.

NOLTE, E. *Fascismo em sua Época*. 1963.

PATSCHIKI, L. *Os Litores da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)*. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

PAXTON, R. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINTO, P. *Islã, religião e civilização: uma abordagem antropológica*. Aparecida: Santuário, 2010.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POR QUE A DIREITA ESCOLHEU OLAVO DE CARVALHO? *Outras Mídias*. 11 jan. 2019. Disponível em outraspalavras.net. Acesso em: 7 nov. 2019.

POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

RAMOS, Guilherme Antunes. *Reflexões sobre a Islamofobia nos Estados Unidos após onze de setembro de 2001: a construção discursiva da ameaça islâmica e o processo decisório em política externa*. Dissertação. Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SILVA, F. C. T. Os Fascismos, in FILHO, D. A. R.; FERREIRA, J. & ZENHA, C. (orgs.). *O século XX*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003. p. 109-164.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na*

era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOGLIATTI, Palmiro. Lezioni sul fascismo, In *Opere Scelte*. (a cura di Gianpasquale Santomassimo). Roma: Riuniti, 1974.

TROTSKY, L. *A luta contra o fascismo*. Revolução e contrarrevolução. São Paulo: Editora Sundermann, 2019.

VIZENTINI, P. F. *Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WEBER, C. *International relations theory*, 3ª ed., New York: Routledge, 2010.

Resumo:

O artigo analisa a islamofobia no discurso do *Mídia Sem Máscara (MSM)* e de seu líder, Olavo de Carvalho, e sua associação com elementos do fascismo e do neoconservadorismo norte-americano, apontando sua ligação com um projeto político excludente e autoritário de extrema-direita. O *MSM*, fundado em 2002, faz uso das redes sociais para disseminar suas ideias, apresentando-se como “sem máscara” em oposição às mídias hegemônicas consideradas de “esquerda”. A metodologia usada foi a da análise crítica do discurso, na perspectiva do linguista britânico Norman Fairclough, enfatizando-se as relações entre o discurso e outros elementos da prática social. A conclusão da análise é a de que o discurso do movimento adota teorias conspiratórias acerca do islã, construindo uma visão de mundo binária entre o “bem” e o “mal”, usando como argumento a tese da islamização ocidental, com supostos pretextos de dominação mundial.

Palavras-chave: Islamofobia; fascismo; intolerância; conspiracionismo.

Abstract:

The article analyzes Islamophobia in the Discourse of the *Media without Mask (MSM)* and its leader, Olavo de Carvalho, and its association with elements of fascism and the neoconservatism of USA, pointing out its connection with an extreme right-wing, authoritarian and exclusive political project. *MSM*, founded in 2002, makes use of social networks to disseminate its ideas, presenting itself as “unmasked” as opposed to hegemonic media considered as “left”. The methodology used was that of the critical analysis of discourse, from the perspective of the British linguist Norman Fairclough, emphasizing the relations between discourse and other elements of social practice. The conclusion of the analysis is that the movement’s discourse adopts conspiracy theories about Islam, building a binary worldview between “good” and “evil,” using as an argument the thesis of Western Islamization with alleged pretexts of world domination.

Keywords: Islamophobia; fascism; intolerance; conspiracy.

Recebido para publicação em 26/11/2018.

Aceito em 11/11/2019.

// Resenhas

RESENHA

Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)

BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio; FERREIRA, Sandro de Freitas. *Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)*. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: repositorio.enap.gov.br. (Coleção Metodologias de Pesquisa).

Clayton Mendonça Cunha Filho

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-6073-3570>

cunhafilho@ufc.br

Embora proposta inicialmente ao final dos anos 1980 por Charles Ragin (1989) e ganhando cada vez maior aceitação e desenvolvimentos metodológicos ao redor do mundo desde então, as técnicas de análise configuracional baseadas na teoria de conjuntos, popularmente conhecidas como QCA, ainda são, com algumas poucas exceções, largamente ignoradas pela academia brasileira. Um dos motivos

certamente tem a ver com o nosso “calcanhar metodológico” apontado por Gláucio Soares (2005): o treinamento em metodologia de pesquisa nas graduações brasileiras é, em geral, fraco e encontra-se marcado por um estéril debate entre quantitativistas e os adeptos de metodologias qualitativas, onde via de regra os *quanti* rejeitam qualquer outra possibilidade metodológica fora da estatística, enquanto os *quali* frequentemente o são apenas pela negação aos métodos quantitativos, sem de fato buscarem compreender ou refletir acerca das premissas metodológicas de seu trabalho de maneira mais formalizada. Mas uma das causas desse calcanhar provavelmente tenha a ver com a escassez de bons livros-texto metodológicos em português, sejam eles produções próprias ou traduções de manuais consagrados, o que dificulta enormemente seu ensino na maioria das graduações do país devido à barreira linguística. Nesse sentido, é extremamente bem-vinda a contribuição de Admir Betarelli Jr. e Sandro Ferreira com o pequeno livro *Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)*, publicado em 2018 pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e disponibilizado gratuitamente através da internet.

Bastante sucinto e direto ao ponto, o livro inicia recapitulando a origem e o desenvolvimento das técnicas de análise qualitativa comparada (QCA, na sigla em inglês) e seu robustecimento com a incorporação dos conjuntos *fuzzy* a partir dos anos 2000, sua adoção ao redor do mundo e seu virtual desconhecimento no Brasil, com a citação de alguns dos poucos pioneiros nacionais, como Sandes-Freitas e Bizzarro-Neto (2016) e a listagem dos softwares existentes para aplicação da técnica. Mas, por se tratar de texto introdutório inicial, possivelmente a primeiríssima entrada de muitos nesta literatura, os autores dedicam a maior parte do livro à explicação dos fundamentos teórico-

epistemológicos em que se baseia a QCA, com apenas o quarto e último capítulo (p. 105-24) dedicado a duas breves exemplificações de sua aplicação técnica.

Assim, no capítulo 1, intitulado “Afinal, o que a QCA trata?”, Betarelli Jr. e Ferreira explicam seus fundamentos na teoria matemática dos conjuntos e na lógica booleana, onde os conceitos são trabalhados como sendo um conjunto que abriga os casos determinados a partir de seu pertencimento ou ausência, e apresentando algumas implicações epistemológicas do método e seus termos técnicos mais recorrentes. Os fenômenos a serem investigados são eles também tratados como um conjunto ao que se pertence ou não, de forma dicotômica na QCA original ou parcial em sua versão *fuzzy*, e que resultam da interação em configurações complexas dos outros conjuntos, chamados de condições. Ao mesmo tempo uma forma de conceituar fenômenos e uma técnica de análise, a QCA busca, através da lógica, indicar as relações de necessidade e/ou suficiência entre as distintas configurações de condições e o conjunto resultado, sendo a fase de delimitação teórica e calibração dos conjuntos a parte mais demorada e trabalhosa do método. Os autores traçam ainda, nesse capítulo, um pequeno comparativo entre as aplicações de QCA e de métodos estatísticos, tentando mostrar os diferentes jargões utilizados por uns e outros em suas similitudes, mas sempre com o cuidado de ressaltar as particularidades da QCA a fim de evitar maiores equívocos por um paralelismo excessivo entre os dois mundos. E encerram o capítulo com uma breve revisão bibliográfica do estado da arte atual na matéria.

Em seguida, os autores dedicam o segundo e mais extenso dos capítulos (p. 37-78) a apresentar a teoria de conjuntos em que se baseia a técnica, tanto em sua concepção dicotômica (*crisp-set*) quanto na difusa (*fuzzy-set*), em que se admite o pertencimento parcial em gra-

dações dos casos aos conjuntos, e as implicações lógico-matemáticas do pertencimento a conjuntos, subconjuntos, superconjuntos, interseções e disjunções que permitem à QCA, enquanto técnica analítica, estabelecer relações de necessidade e/ou suficiência entre os mesmos. Embora qualitativa, a metodologia envolve certa formalização matemática que, se por um lado pode afastar certo leitor *quali* do calcanhar de Gláucio Soares, também pode, por outro, diminuir certa resistência do leitor *quanti* do mesmo calcanhar, contribuindo para tecer algumas pontes entre os dois grupos. Mas, por utilizar álgebra booleana e não matricial e cálculo como nos métodos estatísticos, pode também confundir inicialmente o público *quanti* na medida em que símbolos matemáticos clássicos como + ou * adquirem significado distinto enquanto operadores lógicos booleanos, equivalendo o primeiro à disjunção “OU” e o segundo à conjunção “E”, e que as configurações causais escritas de forma semelhante a equações matemáticas não têm, aqui, o mesmo significado. Especialmente na versão *fuzzy*, compreender as propriedades dos operadores lógicos, que não representam a soma ou a multiplicação dos valores dos conjuntos, mas sim a adoção do valor máximo ou mínimo dentre eles, é fundamental para o êxito analítico e os autores utilizam-se exitosamente de figuras, gráficos e tabelas a fim de ilustrar os princípios lógicos envolvidos.

Antes de proceder no capítulo quatro à exemplificação da técnica, primeiro com um trabalho próprio, depois com um estudo selecionado de outros autores, Betarelli Jr. e Freitas dedicam o terceiro capítulo a apresentar os procedimentos para construção do elemento que compõe o núcleo analítico central da técnica, a Tabela Verdade (*Truth Table*). Aparentemente idêntica a uma matriz de dados para análise estatística, a Tabela Verdade difere desta por representar em cada linha, em vez de um caso empírico concreto, cada uma das 2^k possibilidades

combinatórias dentre as condições elencadas para análise e a quantidade de casos concretos contidos em cada uma delas. Conforme mencionado, a delimitação e construção dos conjuntos de condições consideradas teoricamente relevantes para o fenômeno estudado consiste na etapa mais demorada e dispendiosa de uma QCA, sendo a construção da Tabela Verdade um dos últimos – embora crucial – passos da pesquisa. Mas é na construção da Tabela Verdade que se permite finalmente proceder à análise das relações entre os conjuntos ou perceber potenciais problemas entre eles, que por sua vez podem implicar novos esforços de reconstrução e delimitação dos conjuntos originais de condições.

Uma das principais riquezas dessa abordagem metodológica reside precisamente nesse processo iterativo de construção dos conjuntos para análise com base na teoria envolvida e no conhecimento profundo dos casos englobados, não se tratando o método de um mero apertar botões e analisar resultados. Dificilmente chega-se a uma Tabela Verdade limpa e sem quaisquer problemas, visto que a quantidade de combinações lógicas possíveis (linhas na tabela) cresce exponencialmente a cada condição acrescentada e inexoravelmente o pesquisador se deparará com o problema da diversidade limitada e dos remanescentes lógicos, isto é, combinações teoricamente possíveis de configurações, mas que não possuem nenhum exemplo empírico no mundo real. Os autores apresentam algumas das soluções possíveis com base nas “melhores práticas” de aplicação do método consolidadas até o momento, mas sempre enfatizando o fato de que não há soluções automáticas e que dependerão do “diálogo” pesquisador-teoria-casos as possíveis soluções ao impasse.

Em suma, o livro constitui uma introdução muito útil à análise comparativa baseada em conjuntos e poderá ser ferramenta inestimá-

vel a professores de metodologia comparada em cursos de graduação impossibilitados de recorrer a livros-texto em inglês. Àqueles desejosos de aprofundamento no método, os autores enumeram no livro os melhores manuais disponíveis em língua estrangeira, e é mesmo uma pena que estes não tenham ainda despertado interesse de tradução em nenhuma de nossas editoras acadêmicas. Algo que – esperamos! – poderia vir a mudar no futuro a partir do interesse despertado na comunidade acadêmica brasileira a partir de boas introduções como esta e da difusão cada vez maior no país de boas e variadas escolas de verão e inverno em metodologia que incluem frequentemente módulos de QCA em suas ofertas.

Referências

RAGIN, Charles C. *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Paperback ed. Berkeley: University of California Press, 1989.

SANDES-FREITAS, Vitor; BIZZARRO-NETO, Fernando. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. *Revista Política Hoje*, v. 24, n. 2, p. 103–118, 12 jan. 2016.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia*, n. 48, p. 27–52, maio 2005.

Resumo:

Resenha de BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio; FERREIRA, Sandro de Freitas. Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA). Brasília: Enap, 2018. (Coleção Metodologias de Pesquisa).

Palavras-chave: QCA; fuzzy-sets; metodologia qualitativa comparada.

Abstract:

Book review from BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio; FERREIRA, Sandro de Freitas. Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA). Brasília: Enap, 2018. (Coleção Metodologias de Pesquisa).

Keywords: QCA; fuzzy-sets; qualitative comparative methodology.

Recebido para publicação em 18/01/2019.

Aceito em 09/01/2020.

RESENHA

Um artesão da crítica e da utopia: uma análise de `Boaventura de Sousa Santos: Construindo as epistemologias do Sul'

Santos, Boaventura de Sousa. *Construindo as epistemologias do Sul: para um pensamento alternativo de alternativas*. Meneses, M. P. et. al. (Orgs.). Buenos Aires: CLACSO/Fundação Rosa Luxemburgo, 2018. Disponível em: www.clacso.org.ar

Marcos Antônio Silva

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>

marcoasilva@ufgd.edu.br

Boaventura de Sousa Santos é um dos maiores intelectuais do mundo atual e sua vasta obra, resultado de mais de quatro décadas de trabalho, tem se constituído numa referência fundamental para o pensamento social contemporâneo, analisando inúmeras temáticas que, partindo da sociologia política, transitam da sociologia ao direito, da filosofia à ciência política, da antropologia à educação, da história à economia e da epistemologia à cultura, dentre outras.

Desta forma, a partir de sua atuação à frente do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Boaventura produziu uma vasta e influente obra, em contínua recriação, que discute a sociedade atual com profundidade e em perspectiva global, desenvolvendo análises e conceitos já incorporados às ciências sociais, como fascismo social, demodiversidade, pensamento abissal, sociologia das ausências e das emergências, ecologia de saberes, alternativas plurais, cosmopolitismo multicultural, direito pré-configurativo, razão cosmopolita, globalização contra-hegemônica e sul global, dentre outros.

Assumindo sua condição de “intelectual da retaguarda”, que analisa e contribui para a construção de alternativas sem vanguardismo, sua obra parte da constatação de que “vivemos em sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas” e se insere na tradição do pensamento crítico, procurando compreender a realidade atual e, ao mesmo tempo, contribuir com alternativas plurais para a construção de uma sociedade emancipada.

Além disso, Boaventura Santos possui uma profunda relação com os movimentos sociais e o pensamento social brasileiro, inclusive com participação destacada no Fórum Social Mundial (FSM), e laços que remontam a Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, desenvolvendo atividades de pesquisa e produção do conhecimento com inúmeros outros pesquisadores de importantes centros de pesquisa do país e participando de inúmeros eventos na academia e com movimentos sociais.

Dessa forma, pode-se afirmar que Boaventura de Sousa Santos tornou-se uma das principais referências do pensamento crítico e emancipador da atualidade. Além disso, sua instigante obra, compilada neste trabalho, foi produzida a partir de experiências, vivências e diálogos com o (s) pensamento (s) e as práticas desenvolvidos no Sul

global, reelaboradas a partir de uma ecologia de saberes, superando o eurocentrismo e o formalismo das ciências sociais, procurando conciliar a ciência com a experiência humana, as ciências da vida com as ciências sociais.

A coletânea é parte da Série Trajetórias, da coleção Antologias do Pensamento Social Latino-Americano e Caribenho, que tem sido publicado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), procurando construir e difundir o pensamento social latino-americano, clássico e contemporâneo¹ e demonstra a condição de intelectual crítico que, ao se referenciar no Sul Global, também se constitui numa referência fundamental para a emergência de um pensamento decolonial e alternativo, que encontra na América Latina uma fonte de construção, diálogo e divulgação.

Assim, os textos compilados demonstram a convergência com a perspectiva e a atuação de CLACSO, pois, como destaca Pablo Gentili:

Os trabalhos de Boaventura enlaçam um conjunto de temas e preocupações que se inscrevem na melhor das tradições do pensamento social e crítico: a emergência e as lutas dos movimentos sociais; os olhares alternativos que produzem os processos de globalização

¹A coleção Antologias do Pensamento Social Latino-Americano e Caribenho é formada pelas seguintes séries: *Trajectórias*, que disponibiliza a obra de grandes nomes do pensamento latino-americano como Anibal Quijano, Gerardo Caetano, Gino Germani, Roberto Fernández Retamar e José Aricó, dentre outros; *Países*, que apresenta o pensamento crítico contemporâneo de inúmeros países da região como Brasil, Cuba, Bolívia, Equador, Peru, Paraguai e México, dentre outros; *Pensamientos Silenciados*, que apresenta o pensamento afrodescendente, decolonial e feminista latino-americanos; *Miradas Lejanas*, que apresenta o pensamento sobre a América Latina produzida em outras regiões do planeta como China, Rússia e Europa; e, finalmente, a série *CLACSO/SIGLO XXI*, que apresenta clássicos do pensamento social latino-americano, como Ruy Mauro Marini, René Zavaleta, Enzo Falleto, Edelberto Torres-Rivas e Orlando Fals Borda, dentre outros. Todas essas séries estão em constante atualização e os trabalhos podem ser acessados em: www.clacso.org.ar.

contra-hegemônica; a construção de um novo tipo de pluralismo jurídico que contribua com a democratização de nossas sociedades; a reforma criativa, democrática e emancipadora do Estado e a defesa irreduzível dos direitos humanos; a criação de universidades populares que promovam diálogos interculturais, entendidos como uma forma de combate contra a uniformidade e a favor de uma ecologia de saberes emancipatórios e libertários. (p. 13).

Esse trabalho é resultado de um esforço coletivo e contou com a contribuição dos seguintes compiladores, que realizaram a seleção e organização dos textos de Boaventura Santos e uma introdução geral em cada seção da obra.

Nesse sentido, Maria Paula Menezes (antropóloga do CES, Universidade de Coimbra) destaca a relação de Boaventura com o Sul Global, João Arriscado Nunes (sociólogo do CES, Universidade de Coimbra) apresenta a construção e o desenvolvimento de sua teoria social, Carlos Lema Añón (professor de Filosofia do Direito da Universidade Carlos III de Madri) destaca os contornos fundamentais de sua sociologia do direito, Antoni Aguiló Bonet (filósofo político do CES, Universidade de Coimbra) apresenta sua filosofia e teoria política enfatizando a centralidade da democracia participativa e, finalmente, Nilma Lino Gomes (pedagoga, ex-reitora da UNILAB e ex-ministra da Igualdade Racial e das Mulheres do governo Dilma) destaca os trabalhos voltados à educação e a construção de uma pedagogia alternativa e emancipadora.

A coletânea, ao fornecer uma visão de seus trabalhos mais relevantes, demonstra que o Sul é a fonte originária e a inspiração para a construção de um projeto epistêmico e societário, constituindo-se no fundamento teórico e prático, analítico e propositivo que perpassa toda sua obra. Neste sentido, demonstra que as principais inquietações e perspectivas conduzem a obra de Boaventura ao encontro do

Sul Global e da América Latina, que adquire uma relevância epistêmica fundamental para compreender, criticar e superar a modernidade eurocêntrica em diferentes planos. A obra está organizada em dois volumes.

O primeiro, intitulado “Pensando desde o Sul e com o Sul”, apresenta trabalhos que discutem o amadurecimento teórico e epistemológico, a partir de sua trajetória acadêmica, procurando demonstrar como a imaginação sociológica o conduziu à crítica do paradigma científico dominante na modernidade e à construção de uma epistemologia fundamentada na ecologia de saberes, que resgata outras formas de saberes e ressalta o caráter emancipatório do conhecimento. Apesar da relevância de todos os textos, vale destacar, para compreender tal amadurecimento intelectual e político, os seguintes trabalhos: “Um discurso sobre as ciências”, “As ecologias dos saberes” e “Introdução às epistemologias do Sul”.

A segunda seção, denominada de “Teoria Social para outro mundo possível”, apresenta trabalhos de teoria sociológica que analisam a condição pós-moderna e a globalização hegemônica, considerando o fascismo social como marca das sociedades contemporâneas, e, a partir disso, discutem a construção de um pensamento e prática contra-hegemônicos. Nesta, podem ser destacados os seguintes textos: “Os processos da globalização”, “Nuestra América: Reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição”, “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade” e “Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”.

O segundo volume contém três seções. A primeira, denominada de “Direito para outro mundo possível”, contém textos de sociologia do Direito, uma das áreas mais destacadas de sua produção, que

demonstram a crítica do Direito Moderno e Configurativo (já determinado e para manter *status quo*) para uma reflexão sobre o potencial emancipatório do Direito e a análise do pluralismo jurídico em diferentes experiências ao redor do planeta, principalmente naquelas relacionadas a plurinacionalidade e a interculturalidade. Neste sentido, destacam-se os seguintes trabalhos: “O direito dos oprimidos: A construção e reprodução do direito em Pasárgada”, “Sociologia crítica da justiça”, “O pluralismo jurídico e as escalas do direito: o local, o nacional e o global”, “Para uma concepção intercultural dos direitos humanos” e “Quando os excluídos têm direito: Justiça indígena, plurinacionalidade e interculturalidade”.

A segunda seção, intitulada “Democracia para outro mundo possível”, é constituída de trabalhos de teoria política que, partindo da análise e crítica da globalização neoliberal, discute questões relacionadas a ampliação e aprofundamento da democracia e as diversas experiências de democracia participativa ao redor do planeta, a necessidade de uma reforma democrática, intercultural e plurinacional do Estado e ao diálogo com a prática e as perspectivas de renovação da esquerda e dos movimentos sociais. Nesta é possível destacar os seguintes textos: “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social”, “Estado e os modos de produção de poder social”, “A refundação do Estado e os falsos positivos” e “As concepções hegemônicas e contra-hegemônicas de democracia”.

A última seção, denominada “Educação para outro mundo possível”, reúne textos voltados ao campo da educação e da prática educativa dos movimentos sociais e das aprendizagens do Fórum Social Mundial que, partindo da análise dos paradigmas científicos da modernidade, discutem o papel da educação e da universidade no mundo contemporâneo, desenvolvendo uma perspectiva emancipatória do co-

nhecimento, através de sua descolonização e de uma nova epistemologia, fundada na ecologia de saberes. Neste sentido, é possível destacar os trabalhos: “Para uma pedagogia do conflito”, “Da ideia de universidade à universidade de ideias”, “A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade”, “Rumo a uma universidade polifônica comprometida: Pluriversidade e subversidade” e “O Fórum Social Mundial como epistemologia do Sul”.

Disto resulta uma coletânea que oferece uma visão abrangente e multidisciplinar da obra de Boaventura Santos, apresentando boa parte de seus textos mais significativos, contribuindo para a compreensão de sua trajetória intelectual e dos principais conceitos e análises que este desenvolve. Por isto, apesar de não esgotar a diversidade de temas e a profundidade de seu pensamento, se constitui num trabalho essencial para a compreensão de sua obra.

Da obra emerge a constatação de que vivemos em uma época singular, marcada pela crise do paradigma da modernidade e por uma transição indefinida (a condição pós-moderna) que afeta a realidade contemporânea devido, entre outros aspectos, ao desequilíbrio e a afirmação da regulação (científica, política e societal) sobre a emancipação. Nesse sentido, pode-se observar que, nos diversos contornos destacados na obra (ciência e modernidade, pensamento sociológico e organização social, direito e Estado, teoria política e democracia, pedagogia e epistemologia), emerge uma análise refinada e crítica da forma como as sociedades atuais estão reorganizando os valores e as relações sociais, em detrimento da solidariedade e da justiça social.

De modo que, além de servir como uma fonte introdutória à vasta obra já mencionada, revela um intelectual maduro e refinado, comprometido com as causas de sua época e a reconstrução da esperança e da utopia. Demonstra também a capacidade analítica e inspiradora

desta, constituindo-se, sem dúvida, numa das análises mais instigantes da realidade contemporânea e uma das principais referências do pensamento social e do pensamento crítico e emancipador da atualidade.

Em suma, trata-se de uma obra fundamental – e instigante – para compreendermos a sociedade contemporânea, principalmente as sociedades periféricas, e a necessidade de renovação e atualização do ideal e práticas emancipatórias. Em tempos de desigualdades, incertezas e restauração conservadora, sua obra é um convite à construção de uma nova epistemologia, a partir do Sul Global, que contribua para o desenvolvimento de saberes e alternativas plurais e um alerta à visão tradicional de ciência e universidade, pois, segundo Boaventura de Sousa Santos: “há mais de 40 anos que ensino nas universidades onde muitas vezes passamos muito tempo treinando incompetentes conformistas. Agora precisamos treinar os rebeldes competentes” (p. 30).

Resumo:

Trata-se de resenha da obra “Construindo as epistemologias do Sul: para um pensamento alternativo de alternativas (Boaventura de Sousa Santos)” (2 volumes), foi organizada por Maria Paula Meneses, João Arriscado Nunes, Carlos Lema Añón, Antoni Aguiló Bonet e Nilma Lino Gomes; Buenos Aires: CLACSO/Fundação Rosa Luxemburgo, 2018.

Palavras-chave: Saberes; sul global; utopia.

Abstract:

Book review from SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as epistemologias do Sul: para um pensamento alternativo de alternativas*. Meneses, M. P. et. al. (Orgs.). Buenos Aires: CLACSO/Fundação Rosa Luxemburgo, 2018.

Keywords: Knowledge; Global South; utopia.

Recebido para publicação em 12/04/2019.

Aceito em 07/08/2019.